

ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA
HABITAÇÃO DE INTERESSE
SOCIAL

REFLEXÕES A PARTIR DE DUAS EXPERIÊNCIAS
NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Josiane Andréia Scotton

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Inês Gomes Miron

PROPUR - UFRGS

Porto Alegre

2020

Josiane Andréia Scotton

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL:
reflexões a partir de duas experiências no Estado do Rio Grande do Sul**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito necessário à obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional. Área de concentração: Planejamento e Espaço Urbano e Regional.

Orientadora: Prof. Dra. Luciana Inês Gomes Miron

**PORTO ALEGRE
2020**

CIP - Catalogação na Publicação

Scotton, Josiane Andréia

ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: reflexões a partir de duas experiências no Estado do Rio Grande do Sul / Josiane Andréia Scotton.

-- 2020.

263 f.

Orientadora: Luciana Inês Gomes Miron.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Assistência técnica. 2. Habitação de interesse social. 3. Processo Participativo. 4. Percepção.. I. Miron, Luciana Inês Gomes, orient. II. Título.

Josiane Andréia Scotton

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL:
reflexões a partir de duas experiências no Estado do Rio Grande do Sul**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito necessário à obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional. Área de concentração: Planejamento e Espaço Urbano e Regional.

Porto Alegre, 21 de Agosto de 2020.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Inês Martina Lersch
(Examinadora Interna | PROPUR - UFRGS)

Prof. Dr. Bruno Cesar Euphrasio de Mello
(Examinador Externo | Faculdade de Arquitetura - UFRGS)

Prof. Dr. Caio Santo Amore
(Examinador Externo | FAU - USP)



Dedicado ao meu avô João, que alçou voo do plano terrestre durante o tempo deste trabalho. A ele agradeço pelos pacientes ensinamentos - muitos concretizados em seu doce olhar silencioso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos professores e funcionários do PROPUR, pelo constante apoio, disponibilidade e dedicação ao programa e aos alunos.

Aos colegas pela troca constante e solidária, crescemos juntos, em especial aos meus colegas de Orientação Wagner e Fabiana, pelo companheirismo, apoio e carinho.

Ao Caio, Clarice, Lisiane e Livia pelas sugestões e considerações na banca de qualificação.

Aos professores da Universidade Federal da Fronteira Sul, onde tudo começou, por plantarem sementes e despertarem inquietações em mim, em especial ao Murad e a Melissa, minhas inspirações no universo da arquitetura, e na vida.

Aos moradores da Cerâmica Anita e da 20 de Novembro, por me permitirem este relato, agradeço o acolhimento, a troca, os cafês e as amizades construídas.

Aos técnicos arquitetos e urbanistas entrevistados, pela disposição em participar desta pesquisa e compartilhar suas experiências.

À Flavia, Jêssica e Dieme, por estarem sempre próximos - apesar da distância - agradeço pela amizade e incentivo.

Ao Eme e Ange por se tornarem família em meio ao desconhecido, pelo apoio diário e por tornarem a rotina mais divertida durante esta caminhada.

À minha família por sempre me incentivar a seguir, agradeço por me apoiarem em todas as escolhas feitas. E em especial a Dona Genny, minha mãe, agradeço por me dar asas, por acreditar em mim, nos meus sonhos e por suportar a ausência.

Ao Josias, pela companhia sempre amorosa, agradeço pelo incentivo e encorajamento constante. Por ser âncora e vela. Todo o meu amor.

E sobretudo, agradeço à Luciana, minha orientadora, por seu olhar atento e dedicado em me guiar e ajudar a encontrar caminhos possíveis, agradeço por compartilhar o seu conhecimento e por me inspirar durante todo este processo.

Por fim, a todos aqueles que cruzaram o meu caminho durante o tempo-espaço de construção deste trabalho, que me fizeram de alguma forma refletir, questionar, sentir e querer ser melhor, sou grata.

Àqueles que acreditam que um mundo mais justo é possível, que travam lutas diárias em direção a isso e que tem olhares tão empáticos e solidários, agradeço por serem minha inspiração.

Termino dizendo que este trabalho me fez mais curiosa, me induziu a olhar para o outro e questionar a mim mesma, me permitiu adquirir conhecimentos e apreender realidades, me fez crescer como ser humano. Por isso, agradeço à UFRGS e ao PROPUR pela oportunidade e à CAPES pela bolsa. Que avancem sempre o conhecimento científico, as reflexões críticas, a liberdade e autonomia de expressão e a universidade pública.

A todos, com amor, meus mais sinceros agradecimentos.

RESUMO

A partir do reconhecimento da realidade habitacional das cidades brasileiras, esta dissertação aborda a assistência técnica em habitação de interesse social – ATHIS. Retrata duas experiências de ATHIS desenvolvidas no estado do Rio Grande do Sul (RS); trata-se, portanto, de um estudo de caso de cunho descritivo-exploratório, utilizado como base para suscitar discussões acerca da assistência técnica em habitação de interesse social e dos processos participativos de projeto. O trabalho busca compreender como ocorreu o processo de assistência técnica e, em particular, como o processo participativo foi desenvolvido, entendendo seus benefícios e dificuldades. A pesquisa pergunta-se como a assistência técnica aliada aos processos participativos pode contribuir para o atendimento da necessidade básica que é a moradia e quais os desdobramentos desse processo para os envolvidos. Os casos analisados localizam-se em dois contextos diferentes: 1) a cidade de Porto Alegre e 2) a cidade de São Leopoldo, ambas no estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, onde a abordagem metodológica buscou captar a percepção dos envolvidos no processo utilizando-se de técnicas de observação e de entrevistas. A pesquisa busca contribuir nas discussões teóricas e práticas sobre assistência técnica em habitação de interesse social no âmbito da sociedade brasileira, bem como instigar reflexões sobre os processos participativos em projetos de habitação de interesse social.

Palavras chave: Assistência técnica; Habitação de interesse social; Processo Participativo; Percepção.

ABSTRACT

Based on the recognition of the housing reality of Brazilian cities, this dissertation addresses technical assistance in social housing - ATHIS. Presents two ATHIS experiences developed in the state of Rio Grande do Sul (RS), it is, therefore, a descriptive-exploratory case study; used as a basis to raise discussions about technical assistance in social housing and participation in project processes. The work aims to understand how the technical assistance process occurred and, in particular, how the participatory process was developed, understanding its benefits and difficulties. The research asks how technical assistance combined with participatory processes can contribute to the provision of basic needs: housing; and what are the consequences of this process for those involved.. The cases that were analyzed are located in two different contexts: 1) the city of Porto Alegre and 2) the city of São Leopoldo, both in the state of Rio Grande do Sul. It is a qualitative research, where a methodological approach seeks to capture the perception of those involved in the process of using observation and interview techniques. The research aims to contribute to the theoretical and practical discussions about technical assistance in social housing in the context of Brazilian society, as well as to instigate reflections about participation in project processes for social housing.

Keywords: Technical assistance; Social housing; Participatory Process; Perception.

LISTA DE FIGURAS

Capítulo 1: Introdução

Figura 1	Imagem capa: Residência na Ocupação Cerâmica Anita. capturada no ano de 2019 (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 01
Figura 2	Residência na Ocupação Cerâmica Anita. capturada no ano de 2019 (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 07
Figura 3	Imagem de abertura Capítulo 1: Moradia Direito de todos. Capturada durante a marcha do dia nacional de Luta pela moradia no ano de 2019 (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 25

Capítulo 2: Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social - ATHIS

Figura 4	Imagem de abertura Capítulo 2: Só queremos uma moradia digna. Capturada durante a marcha do dia nacional de Luta pela moradia no ano de 2019 (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 37
Figuras 5 e 6	Recortes do livro Programa ATME (Fonte: Sindicato dos Arquitetos no Estado Rio Grande do Sul - SAERGS, editado pela autora).	Pgs. 51 e 52
Figura 7	Linha do tempo: histórico da assistência técnica no Brasil (Fonte: desenvolvido pela autora).	Pg. 56
Figura 8	Esquema de funcionamento de uma rede pública de assistência técnica (Fonte: desenvolvido pela autora com base em CAU/SC, 2018).	Pg. 59
Figura 9	Esquema de funcionamento de uma rede privada de assistência técnica (Fonte: desenvolvido pela autora com base em CAU/SC, 2018).	Pg. 61

Capítulo 3: A participação

Figura 10	Imagem de abertura Capítulo 3: Processo participativo de projeto na comunidade Cerâmica Anita. capturada no ano de 2019 (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 69
Figura 11	Escada da participação Cidadã de Sherry Arnstein (Fonte: desenvolvido pela autora com base em Arnstein (2002)).	Pg. 74
Figura 12	Graus de participação de Bordenave (Fonte: desenvolvido pela autora com base em Bordenave (1994)).	Pg. 81
Figura 13	Fases da participação a partir das ideias de Paulo Freire (Fonte: desenvolvido pela autora com base em Freire (1987, 1996, 1997)).	Pg. 85

Capítulo 4: Procedimentos metodológicos

Figura 14	Imagem de abertura Capítulo 4: Residências em construção na Comunidade Cerâmica Anita. Capturada no ano de 2019 (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 93
Figura 15	Síntese das etapas da pesquisa (Fonte: desenvolvido pela autora).	Pg. 96
Figura 16	Procedimentos metodológicos adotados na etapa A da pesquisa (Fonte: desenvolvido pela autora).	Pg. 99
Figura 17	Síntese da revisão sistemática. (Fonte: desenvolvido pela autora).	Pg. 100
Figura 18	Procedimentos metodológicos adotados na etapa B da pesquisa. (Fonte: desenvolvido pela autora).	Pg. 103
Figura 19	Procedimentos metodológicos adotados na etapa C da pesquisa. (Fonte: desenvolvido pela autora).	Pg. 104

Capítulo 5: Estudos de caso

Figura 20	Imagem de abertura Capítulo 5: Terreno da Ocupação Cerâmica Anita após a remoção das casas para constituição do loteamento. Capturada no ano de 2019 (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 107
Figuras 21 e 22	Ocupação Cerâmica Anita antes da remoção das casas. Capturada no ano de 2019 (Fonte: arquivo pessoal).	Pgs. 109
Figura 23	Ocupação Cerâmica Anita antes da remoção das casas. Capturada no ano de 2019. (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 110
Figuras 24 e 25	Mapas de localização da Ocupação Cerâmica Anita no contexto da cidade de São Leopoldo. (Fonte: desenvolvido pela autora).	Pg. 111
Figuras 26 e 27	Entorno da Ocupação Cerâmica Anita no contexto do bairro Vicentina. (Fonte: desenvolvido pela autora).	Pg. 112
Figura 28	Fases da cooperação técnica desenvolvida na comunidade Cerâmica Anita (Fonte: desenvolvido pela autora).	Pg. 112
Figura 29	Mapa do loteamento Cerâmica Anita (Fonte: Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento do Rio Grande do Sul - IAB/RS, editado pela autora).	Pg. 116
Figura 30	Atividades da fase 2 de assistência técnica na Cerâmica Anita (Fonte: desenvolvido pela autora).	Pg. 118
Figura 31	Primeira oficina na Cerâmica Anita. Capturada no ano de 2019. (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 119

Figura 32	Desenho dos moradores para o exercício 1 durante o processo participativo de projeto na Cerâmica Anita. (Fonte: IAB/RS, editado pela autora).	Pg. 120
Figuras 33 e 34	Desenhos dos moradores para o exercício 1 durante o processo participativo de projeto na Cerâmica Anita. (Fonte: IAB/RS, editado pela autora).	Pg. 121
Figura 35	Programa de necessidades construído na primeira oficina participativa na Cerâmica Anita. Capturada em 2019 (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 123
Figura 36	Atividade projetual em maquete na Cerâmica Anita. Capturada em 2019 (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 123
Figura 37	Atividade projetual em maquete na Cerâmica Anita. Capturada em 2019 (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 124
Figura 38	Atividade projetual em maquete na Cerâmica Anita. Capturada em 2019 (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 125
Figura 39	Atividade projetual em maquete na Cerâmica Anita. Capturada em 2019 (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 126
Figuras 40 e 41	Projetos arquitetônicos, resultado obtido após o processo de ATHIS com a participação dos moradores (Fonte: IAB/RS, editado pela autora).	Pg. 129
Figura 42	Atendimentos individuais aos moradores da Cerâmica Anita. Capturada em 2019 (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 130
Figura 43	Atendimentos individuais aos moradores da Cerâmica Anita. Capturada em 2019 (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 131
Figuras 44 e 45	Atendimentos individuais aos moradores da Cerâmica Anita. Capturada em 2019 (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 132
Figura 46	Atividades da Fase 3 de assistência técnica na Cerâmica Anita. (Fonte: desenvolvida pela autora).	Pg. 133
Figura 47	Oficina de instalações elétricas na Cerâmica Anita. (Fonte: IAB/RS, editado pela autora).	Pg. 134
Figura 48	Cerimônia de entrega dos termos de posse dos terrenos na Cerâmica Anita. Capturada em 2019. (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 136
Figura 49	Meninos da obra, descanso no primeiro dia de construções na Cerâmica Anita. Capturada em 2019. (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 137
Figura 50	Instalação de infraestrutura na Cerâmica Anita. Capturada em 2019. (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 137

Figura 51	Garoto construtor durante as obras na Cerâmica Anita. Capturada em 2019. (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 138
Figura 52	Moradores da Cerâmica Anita na oficina de marcação de obra. Capturada em 2019. (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 138
Figura 53	Oficina de marcação de obra na Cerâmica Anita. Capturada em 2019. (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 139
Figura 54	Marcação de obra na Cerâmica Anita. Capturada em 2019.	Pg. 139
Figura 55	(Re)construção na Cerâmica Anita. Capturada em 2019. (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 140
Figura 56	Mulheres construtoras da Cerâmica Anita. Capturada em 2019. (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 140
Figuras 57 e 58	Mulheres construtoras da Cerâmica Anita. Capturada em 2019. (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 141
Figura 59	Linha do tempo da Cerâmica Anita. (Fonte: desenvolvido pela autora).	Pg. 143
Figuras 60 e 61	Vista aérea do loteamento Cerâmica Anita após o processo de ATHIS. (Fonte: SEMAE - São Leopoldo, editado pela autora).	Pg. 144
Figura 62	Obras para instalação de rede elétrica na Cerâmica Anita. Capturada em 2019. (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 145
Figura 63	Casas construídas após a regularização na Cerâmica Anita. Capturada em 2019. (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 145
Figuras 64 e 65	Casas construídas após a regularização na Cerâmica Anita. Capturada em 2019. (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 146
Figura 66	Construções na Cerâmica Anita: casas e rede elétrica. Capturada em 2019. (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 147
Figura 67	Casa construída após a regularização na Cerâmica Anita. Capturada em 2019. (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 147
Figuras 68 e 69	Casas construídas após a regularização na Cerâmica Anita. Capturada em 2019. (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 148
Figura 70	Assentamento 20 de Novembro. Porto Alegre. Capturada em 2019. (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 149
Figura 71	Assentamento 20 de Novembro. Porto Alegre. Capturada em 2019. (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 151
Figura 72	Prédio do Assentamento 20 de Novembro, vista da rua. (Fonte: divulgação AH! Arquitetura Humana, editado pela autora).	Pg. 155

Figura 73	Mapa do deslocamento da Ocupação 2O de Novembro pela cidade de Porto Alegre. (Fonte: produzido pela autora).	Pg. 157
Figuras 74 e 75	Localização da Ocupação 2O de Novembro na cidade de Porto Alegre, bairro Floresta. (Fonte: produzido pela autora).	Pg. 158
Figura 76	Banner exposto no assentamento 2O de Novembro. Capturada em 2019. (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 159
Figuras 77 e 78	Material projeto desenvolvido para o assentamento 2O de Novembro. (Fonte: AH! Arquitetura Humana. editado pela autora).	Pg. 161
Figuras 79 e 80	Material projeto desenvolvido para o assentamento 2O de Novembro. (Fonte: AH! Arquitetura Humana. editado pela autora)	Pg. 162
Figuras 81 e 82	Material projeto desenvolvido para o assentamento 2O de Novembro. (Fonte: AH! Arquitetura Humana. editado pela autora).	Pg. 163
Figura 83	Linha do tempo: histórico do assentamento 2O de Novembro. (Fonte: desenvolvido pela autora).	Pg. 166
Figura 84	Assentamento 2O de Novembro. Capturada em 2019 (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 167
Figura 85 e 86	Assentamento 2O de Novembro. Capturadas em 2019 (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 168
Figura 87	Assentamento 2O de Novembro. Capturadas em 2019 (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 169
Figura 88	Moradores da 2O de Novembro no dia nacional de luta pela moradia. Capturada em 2019. (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 169
Figura 89	Moradores da 2O de Novembro no dia nacional de luta pela moradia. Capturada em 2019. (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 170

Capítulo 6: Resultados

Figura 90	Imagem de abertura Capítulo 6: Residência em construção na Comunidade Cerâmica Anita. Capturada no ano de 2019 (Fonte: arquivo pessoal).	Pg. 171
Figura 91	Quadro síntese das falas dos moradores entrevistados da Cerâmica Anita. sobre a temática da ATHIS. (Fonte: desenvolvido pela autora).	Pg. 173
Figura 92	Nuvem de palavras para a temática da ATHIS - moradores Cerâmica Anita. (Fonte: desenvolvido pela autora).	Pg. 175
Figura 93	Quadro síntese das falas dos moradores entrevistados da Cerâmica Anita. sobre a temática da participação. (Fonte: desenvolvido pela autora).	Pg. 180

Figura 94	Nuvem de palavras para a temática da Participação - moradores Cerâmica Anita. (Fonte: desenvolvido pela autora).	Pg. 182
Figura 95	Quadro síntese das falas dos técnicos entrevistados da Cerâmica Anita. sobre a temática da ATHIS. (Fonte: desenvolvido pela autora).	Pg. 186
Figura 96	Nuvem de palavras para a temática da ATHIS - técnicos Cerâmica Anita. (Fonte: desenvolvido pela autora).	Pg. 187
Figura 97	Quadro síntese das falas dos técnicos entrevistados da Cerâmica Anita. sobre a temática da Participação. (Fonte: desenvolvido pela autora).	Pg. 191
Figura 98	Nuvem de palavras para a temática da participação - técnicos Cerâmica Anita. (Fonte: desenvolvido pela autora).	Pg. 192
Figura 99	Quadro síntese das falas dos moradores entrevistados da 20 de Novembro. sobre a temática da ATHIS. (Fonte: desenvolvido pela autora).	Pg. 196
Figura 100	Nuvem de palavras para a temática da ATHIS - moradores 20 de Novembro. (Fonte: desenvolvido pela autora).	Pg. 197
Figura 101	Quadro síntese das falas dos moradores entrevistados 20 de Novembro. sobre a temática da participação. (Fonte: desenvolvido pela autora).	Pg. 200
Figura 102	Nuvem de palavras para a temática da Participação - moradores 20 de Novembro. (Fonte: desenvolvido pela autora).	Pg. 202
Figura 103	Quadro síntese das falas dos técnicos entrevistados da 20 de Novembro. sobre a temática da ATHIS e participação. (Fonte: desenvolvido pela autora).	Pg. 205
Figura 104	Nuvem de palavras para a temática da ATHIS e participação - técnicos 20 de Novembro. (Fonte: desenvolvido pela autora).	Pg. 205
Figura 105	Síntese da pesquisa.	Pg. 220

SIGLAS E ABREVIATURAS

AEIS	Área Especial de Interesse Social
AH	Arquitetura Humana
AMBAVI	Associação de Moradores do Bairro Vicentina
ATHIS	Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social
ATME	Assistência Técnica para Moradia Econômica
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CBA	Congresso Brasileiro de Arquitetos
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CODESCO	Companhia de Desenvolvimento de Comunidade
CODHAB	Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal
COHAB	Companhia de Habitação
CONAM	Confederação Nacional de Associação de Moradores
EMAU	Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo
FAFEG	Associações de Favelas do Estado da Guanabara
FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania
FNA	Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas
FUNAPS	Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal
HIS	Habitação de Interesse Social
IA	Índice de Aproveitamento
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INOCOOP	Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais
MCMV-E	Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PIS	Programa de Integração Social
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
SAAL	Serviço Ambulatório de Apoio Local
SAERGS	Sindicato dos Arquitetos no Estado Rio Grande do Sul
SUS	Sistema Único de Saúde
TO	Taxa de Ocupação
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: Introdução	p. 26
1.1 MOTIVAÇÕES	p. 27
1.2 ENQUADRAMENTO	p. 29
1.2.1 Questões	p. 34
1.2.2 Objetivos	p. 35
1.2.3 Síntese do método de pesquisa	p. 35
1.2.4 Estrutura do trabalho	p. 36
CAPÍTULO 2: Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social - ATHIS	p. 38
2.1 ASSISTÊNCIA OU ASSESSORIA?	p. 39
2.2 UM PASSEIO HISTÓRICO	p. 41
2.2.1 São Paulo e as assessorias técnicas	p. 43
2.2.2 O Rio de Janeiro e a urbanização de favelas	p. 46
2.2.3 O Rio Grande do Sul e a esfera legislativa	p. 49
2.2.4 Considerações sobre o histórico	p. 56
2.3 ÚLTIMO MARCO LEGAL: a Lei de Assistência Técnica	p. 57
2.4 AS POSSIBILIDADES DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA HOJE	p. 60
2.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO	p. 63
CAPÍTULO 3: A Participação	p. 70
3.1 O QUE É PARTICIPAÇÃO?	p. 72
3.2 CONSTRUINDO UMA INTERPRETAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO	p. 72
3.2.1 A Participação por Sherry Arnstein	p. 73
3.2.2 A Participação por Bordenave	p. 78
3.2.3 A Participação a partir de Paulo Freire	p. 82
3.3 A PARTICIPAÇÃO NO CAMPO DA ARQUITETURA: os processos de projeto	p. 86
3.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO	p. 91
CAPÍTULO 4: Procedimentos Metodológicos	p. 94
4.1 ESTRATÉGIA DE PESQUISA	p. 95
4.2 DELINEAMENTO	p. 95
4.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS	p. 97
4.3.1 Pesquisa bibliográfica e documental	p. 97
4.3.2 Observação assistemática não-participante	p. 97
4.3.3 Entrevista	p. 98
4.4 Detalhamento das Etapas da Pesquisa	p. 99
4.4.1 Etapa A	p. 99

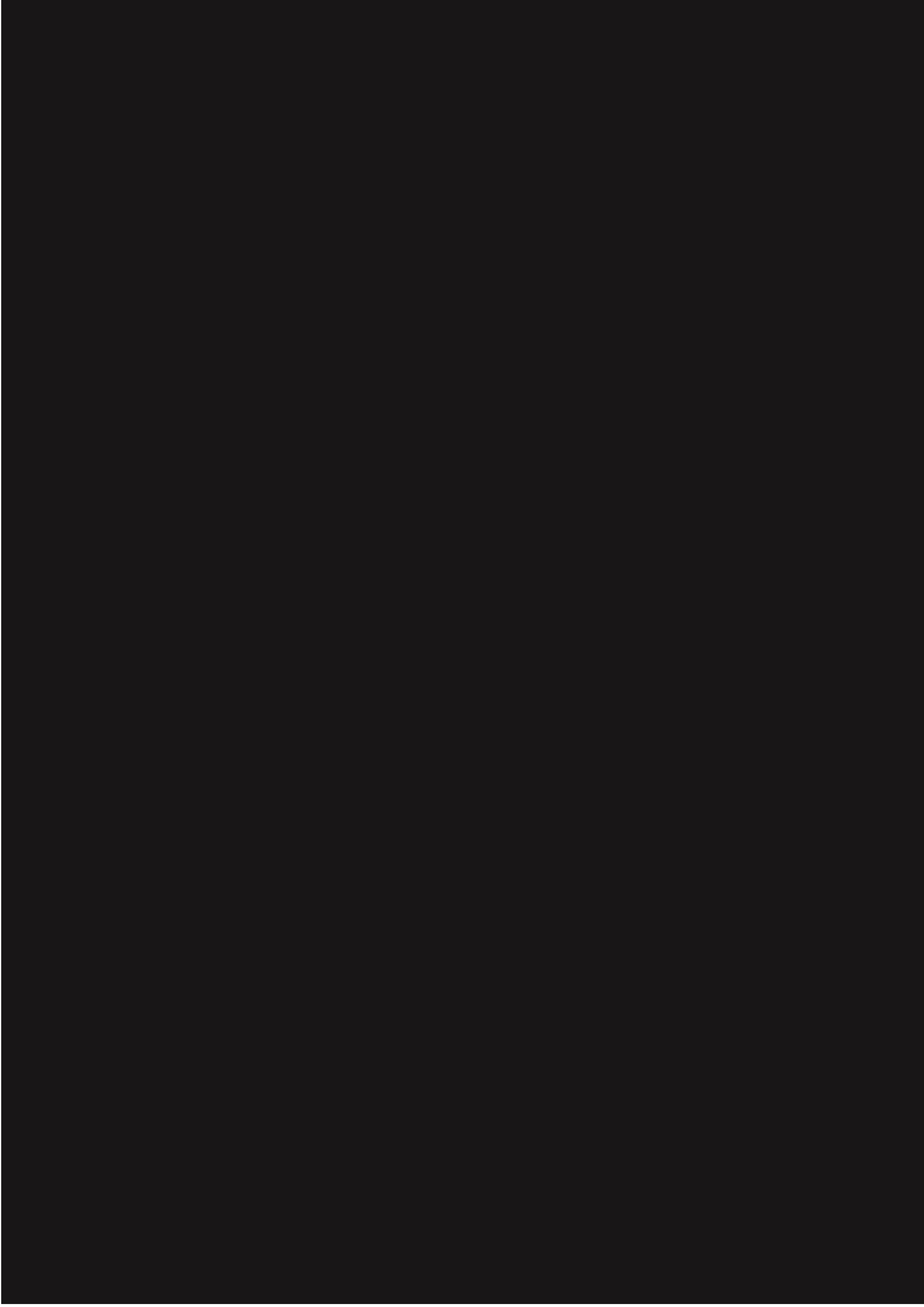
4.4.2 Etapa B	p. 101
4.4.3 Etapa C	p. 103

CAPÍTULO 5: Apresentação dos Estudos de Caso p. 108

5.1 O PRIMEIRO CASO: OCUPAÇÃO CERÂMICA ANITA	p. 108
5.1.1 O contexto	p. 111
5.1.2 O processo de assistência técnica	p. 114
5.2 O SEGUNDO CASO: ASSENTAMENTO 20 DE NOVEMBRO	p. 150
5.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO	p. 170

CAPÍTULO 6: Resultados p. 172

6.1 O PRIMEIRO CASO: CERÂMICA ANITA	p. 173
6.1.1 Moradores	p. 173
6.1.2 Técnicos	p. 186
6.2 O SEGUNDO CASO: ASSENTAMENTO 20 DE NOVEMBRO	p. 196
6.2.1 Moradores	p. 196
6.2.2 Técnicos	p. 204
6.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	p. 208
6.3.1 Vínculos e diferenças	p. 209
6.3.2 Observações quanto ao processo	p. 211
6.4 DESFECHO DO TRABALHO	p. 217
REFERÊNCIAS	p. 221
APÊNDICES	p. 228



A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta faz parte integrante do fenômeno vital. Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos.

Paulo Freire

MORADIA
DIREITO DE
TODOS



CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta o contexto em que este trabalho está inserido. Serão expostas ao longo do texto as motivações, as questões e os objetivos, uma síntese da metodologia adotada e a estrutura da dissertação em capítulos. Iniciando pelas motivações:

1.1

MOTIVAÇÕES

As motivações para a realização deste trabalho residem, primordialmente, na inquietação indagadora como modo de vida, como questionamento, fomentando a busca por esclarecimento para as questões tidas como improcedentes. Desde o início do curso de graduação em arquitetura e urbanismo questiono: arquitetura para quê? Servindo a quê? Cidades para quem? Dentre as diversas indagações possíveis e inquietações postas dentro do universo da arquitetura e urbanismo, a habitação sempre me chamou a atenção enquanto arquiteta, urbanista, pesquisadora. Primeiro a habitação, depois o termo “de interesse social”. A habitação, um direito fundamental e fundamentalmente negado a muitos. Volto à arquitetura – e me pergunto, qual o papel de um arquiteto, de um urbanista para aqueles que tem um direito fundamental negado? Aí começaram a se trilhar caminhos em direção ao que depois me foi definido: “o papel social do arquiteto e urbanista”. Desde aqueles questionamentos primeiros, até os atuais, muito se passou na mente, na vida, na prática de uma arquiteta e urbanista que hoje escreve este trabalho. O princípio permaneceu, a certeza de que o “papel social”, para mim, é o único possível. Aquelas indagações permaneceram, e trouxeram até a assistência técnica para habitação de interesse social; como um caminho possível. Trilhado experimentalmente por uma – momentânea – pesquisadora. Este trabalho se consolida, portanto, no anseio de encontrar percursos possíveis para materializar aquela arquitetura e urbanismo que acrescenta socialmente, contribui, democratiza, que reconhece as diferenças, que é para todos. Espero que, para além disso, ele possa contribuir no avanço e consolidação da assistência técnica como prática, bem como complementar de alguma maneira as discussões sobre a habitação, seus desafios e dilemas e sobre o papel do arquiteto e urbanista na sociedade.

La primera condición para cambiar la realidad consiste en conocerla.
Eduardo Galeano

As indagações relatadas anteriormente levaram à busca por conhecer a realidade. A realidade das cidades brasileiras, da habitação de interesse social, das formas de morar das classes mais baixas. Esses questionamentos resumem agora, também, a abordagem desta pesquisa, o contexto em que a temática da assistência técnica se enquadra neste trabalho e a justificativa para a sua realização; pontos apresentados no item a seguir.

1.2

O ENQUADRAMENTO

A gente tão perto da cidade e tão longe dela

(João Antônio)¹

As condições de moradia há muito são discutidas no Brasil, principalmente a partir da industrialização do país quando uma grande massa de trabalhadores migrou para as cidades. Com ela e, somada à urbanização, as ocupações e favelas começam a aparecer em maior número (MARICATO, 2002), marcando esse deslocamento da população do campo para a cidade em busca de trabalho no setor industrial. Esses trabalhadores não tinham seus salários regulados pelas necessidades de sua reprodução (MARICATO, 2002) e, portanto, uma remuneração insuficiente para cobrir os necessários gastos com a moradia. Da mesma forma, as cidades também não foram preparadas para receber toda a nova demanda populacional urbana, que segundo Santos (1993), cresceu 653,03% entre 1940 e 1980.

Essas circunstâncias seriam a chave explicativa para a gigantesca prática da autoconstrução da moradia ilegal (MARICATO, 2015), onde a população com

¹ João Antônio Ferreira Filho (1937-1996), jornalista e escritor brasileiro que se tornou conhecido por retratar os proletários e marginais que habitam as periferias das grandes cidades.

a necessidade de morar, e sem o aporte necessário do Estado, encontrava formas de resolver seu problema.

A produção artística nacional traz descrições que auxiliam na visualização do cenário habitacional através de suas leituras da periferia, do subúrbio; como por exemplo o trecho a seguir de Lima Barreto em seu romance *Clara dos Anjos*:

Mais ou menos é assim o subúrbio, na sua pobreza e no abandono em que os poderes públicos o deixam. Pelas primeiras horas da manhã, de todas aquelas bibocas, alforjas, trilhos, morros, travessas, grotas, ruas, sai gente, que se encaminha para a estação mais próxima; [...] São operários, pequenos empregados, militares de todas as patentes, inferiores de milícias prestantes, funcionários públicos e gente que, apesar de honesta, vive de pequenas transações, de dia a dia, em que ganham penosamente alguns mil-réis. O subúrbio é o refúgio dos infelizes. Os que perderam o emprego, as fortunas; os que faliram nos negócios, enfim, todos os que perderam a sua situação normal vão se aninhar lá;²

(Lima Barreto, 1956).

Essa descrição, apresenta a leitura de uma realidade que perdura no país e é também exposta em dados. Como os da pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro (FJP) no ano de 2015 (publicada em 2018), que aponta que os números do déficit habitacional brasileiro chegaram aos 6.355 milhões, dos quais 5,572 milhões, ou 87,7%, estão localizados nas áreas urbanas; já o número de domicílios com alguma inadequação como carência de infraestrutura, ausência de banheiro de uso exclusivo, cobertura inadequada e adensamento excessivo, ultrapassam os 9 milhões (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018). Ainda, ao analisar na perspectiva de composição da média familiar brasileira; que segundo o IBGE (2012) é de 3,3 pessoas por núcleo; os números chegam a 57 milhões de famílias vivendo em condições inadequadas, quase 1/3 da população brasileira. Números, que segundo Amore e Leitão (2019), são sabidamente subestimados, tendo em conta que mais de 47% das famílias brasileiras vivem

² Trecho do romance *Clara dos Anjos*, livro póstumo do escritor brasileiro Lima Barreto que retrata o subúrbio da cidade do Rio de Janeiro. E, embora o relato seja anterior ao contexto da industrialização do país descrito por Maricato (2002), ele nos apresenta uma realidade anterior que perdura até hoje.

em cidades e mais de 45% dos domicílios mantêm renda de até três salários mínimos, com situações que podem ser ainda mais graves nos estados mais pobres (PNAD, 2015).

Revelam-se, com isso, as faltas existentes no contexto das famílias de baixa renda. Onde a carência de rede de esgoto, ventilação interna e de incidência solar, são algumas das características frequentemente presentes.

[...] o país que está entre os mais desiguais do mundo tem a maior parte de sua população vivendo nesses espaços e a maior parte dos territórios urbanos com carências de infraestrutura, precariedades e inadequações habitacionais de toda ordem que dificultam um desenvolvimento físico, psíquico e social considerado saudável para a reprodução da vida humana. São espaços “autoproduzidos”, não raro “autofinanciados” com as parcas poupanças e com sobretrabalho das famílias pobres. Não contam com o volume de recursos públicos e com a qualidade de serviços que são aplicados e disponíveis nas áreas “mais nobres” das cidades, tampouco com a participação dos grandes “players” do mercado imobiliário (FERREIRA, OLIVEIRA e IACOVINI, 2019).

Problemas advindos das péssimas condições urbanas e habitacionais de determinadas áreas; adversidades que atingem em cheio a população de baixa renda, de zero a três salários mínimos e conformam um cenário que, para além de indicar a necessidade de promover habitações saudáveis e seguras, explicita a falta de democratização do acesso à habitação de qualidade.

Tomando conhecimento dessa realidade, iniciaram-se no século passado (a partir da década de 1950) as discussões acerca da assistência técnica em arquitetura e urbanismo, bem como a aproximação dos profissionais da área com as periferias e movimentos sociais; consolidando, a partir disso, as primeiras discussões e ações práticas que buscavam a democratização da arquitetura a partir da prática.

Nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro (também a partir da década de 1950) são registradas importantes e pioneiras experiências junto às periferias; em São Paulo se consolida a prática das assessorias a partir de ações pontuais e militantes que foram viabilizadas nos órgãos públicos, em universidades, em entidades de classe e em ações da igreja católica (AMORE, 2004). Passando, na sequência para ações mais institucionalizadas, destacando-se o caso dos mutirões que buscavam por soluções de projeto e obras habitacionais que

dialogassem com os usuários e suas necessidades. A partir disso expandiram-se as assessorias técnicas que estão consolidadas até hoje.

Já na capital carioca a experiência em Brás de Pina (1969), com o arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos, suscitou importantes discussões sobre as favelas e suas dimensões na cidade, apresentando um novo olhar sobre esses espaços a partir do contato direto dos profissionais com os moradores e suas demandas. Foi um dos primeiros projetos participativos a ser, de fato, executado por gestores estatais, sendo iniciado por uma mobilização popular no contexto da Ditadura Militar (SILVA, 2019). Experiência que foi base para diversas ações e programas de intervenção urbana e é tida como referência na área.

Por outro lado, têm início dentro do Sindicato de Arquitetos do Estado do Rio Grande do Sul (SAERGS), na década de 1970, as discussões sobre a assistência técnica, catalisadas pela alteração do Ato Normativo nº 1/70 que dizia respeito à isenção de responsabilidade técnica do arquiteto e engenheiro para as edificações de apenas um pavimento e cuja metragem não ultrapassasse 80m². Os debates sobre a assistência técnica iam no caminho contrário à isenção, conscientes de que o arquiteto deveria assumir sua responsabilidade perante as questões da habitação e da cidade.

Se o arquiteto, até agora, muito pouco participou do equacionamento das soluções para a problemática da ordenação espacial do país, tarefa essa que lhe pertence diretamente, por formação e definição profissionais, já parece ser chegado o momento de mais proximamente se confrontar com a função social inerente à prestação de seus serviços (SAERGS, 1977).

A partir dessa compreensão, as discussões se direcionavam para a ideia de criação de legislações que garantissem assistência técnica pública e gratuita para a população de baixa renda (0 a 3 salários mínimos). Essas discussões culminaram com a criação do programa Assistência Técnica para Moradia Econômica (ATME), em 1977; sendo base para a criação de legislações municipais e, mais recentemente no ano de 2008, para a criação da Lei de Assistência Técnica: Lei 11.888 (BRASIL, 2008).

Apesar das diferentes abordagens nos contextos apresentados, todas têm concepções em comum: a necessidade de democratizar o acesso à arquitetura, de aproximar-se das camadas mais pobres da população para melhorar a sua qualidade de moradia, atendendo suas necessidades específicas. Hoje, as práticas de assessoria e assistência técnica continuam com essa mesma concepção e seguem seus percursos de atuação, tendo agora como aporte a Lei de Assistência Técnica, que se apresenta como um importante instrumento, garantindo auxílio legal na luta pela moradia, como um direito constituído.

Além disso, as discussões sobre a qualidade da moradia para as populações de baixa renda avançaram na consolidação da ideia de que os projetos de habitação de interesse social (HIS) devem trazer consigo a busca pela produção de unidades habitacionais mais adequadas aos desejos e necessidades do futuro morador (SOUZA, 2007); e que ao se projetar a habitação social é necessário conhecer os modos de vida dos moradores para que a arquitetura reflita suas necessidades e condições de vida (RAPOPORT, 1978).

É necessário, portanto, conhecer esses desejos e necessidades; o que, muitas vezes, é um desafio pois os projetos de arquitetura e urbanismo “ficam distantes dos problemas reais que a cidade e a sociedade enfrentam” (SANCHES, 2015). Nesse contexto, a prática participativa pode ser uma alternativa de aproximação e adequação às reais necessidades.

Certo é que a participação é uma alternativa ao autoritarismo das propostas de “cima para baixo” que buscam produzir para as massas, almejando a diminuição do déficit habitacional ao invés de pensar nas necessidades do homem ou em suas relações comunitárias (OLIVEIRA, 2014).

Com essa concepção e compreensão, o presente trabalho aborda a relação entre as duas temáticas: a assistência técnica para habitação de interesse social e a participação em processos de projeto; e busca compreender como ambas podem contribuir nas diferentes realidades habitacionais existentes no país, em direção à efetivação do direito à moradia adequada, garantido pelo art. 6º da Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988).

Por que ATHIS? Porque vivemos em uma sociedade desigual, onde desigual também é o acesso, das populações mais pobres, aos elementos que são indispensáveis ao desenvolvimento da vida, como terra e moradia. É uma oportunidade de transformar a realidade de nossas cidades, contribuir para o desenvolvimento social e promover o direito à moradia para todos e todas (CAU/SC, 2018).

Para suscitar essa discussão, a pesquisa se debruça sobre dois casos recentes onde a assistência técnica foi desenvolvida por meio de processos participativos de projeto. Esses dois casos, objetos empíricos deste trabalho, possibilitaram sobretudo, a investigação do processo de projeto participativo, o qual pode trazer contribuições importantes para a realidade das populações envolvidas e parece oportunizar um caminho para o atendimento das necessidades das populações de baixa renda, proporcionando habitações mais adequadas às diferentes realidades. Além disso, considera-se pertinente a documentação dos processos atuais para que contribuam nas futuras discussões para o avanço da prática de ATHIS.

Com base nesse entendimento, consolidam-se as questões e objetivos deste trabalho, apresentadas a seguir.

1.2 .1 Questões

A partir do enquadramento exposto no item anterior, surge a questão norteadora desta pesquisa que é entender *“Como a assistência técnica aliada aos processos participativos pode contribuir para o atendimento da necessidade básica que é a moradia?”*

A partir da questão principal, desdobram-se as seguintes questões específicas:

- 1) *Quais as contribuições da assistência técnica para a melhoria das condições de moradia das populações envolvidas?*
- 2) *Quais as contribuições dos processos participativos ao longo do desenvolvimento da assistência técnica para as populações envolvidas?*

1.2.2 Objetivos

Partindo dos questionamentos apresentados, e tendo como objetos empíricos dois casos *no Estado do Rio Grande do Sul*, a pesquisa tem o objetivo de *“Analisar o processo de desenvolvimento de Assistência Técnica para habitação de interesse social como contribuição para o atendimento da necessidade básica que é a moradia.”*

O objetivo geral se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- 1) *Identificar as contribuições da assistência técnica para a melhoria das condições de moradia das populações envolvidas;*
- 2) *Identificar as contribuições dos processos participativos para as populações envolvidas, ao longo da assistência técnica para habitação de interesse social.*

1.2.3 Síntese do método de pesquisa

Esta pesquisa busca respostas para suas questões através de dois estudos de caso. Trata-se de um estudo de cunho descritivo-exploratório. Tem como base o relato das pessoas envolvidas e utiliza como técnica de coleta as entrevistas semiestruturadas e a observação assistemática não-participante, além de pesquisa bibliográfica e documental. Este trabalho foi realizado em três etapas que estão descritas a seguir:

A **Etapa A** correspondeu a fase exploratória, teve como objetivo ajustar o foco e delimitar a abordagem da pesquisa. Nesta etapa, foi realizada a coleta de dados a partir de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, entrevistas exploratórias e observação assistemática não participante. Tendo como produto a definição dos estudos de caso e a delimitação teórica do trabalho.

A **Etapa B** teve como foco compreender o processo de Assistência Técnica a partir da percepção dos envolvidos: técnicos e moradores. O objetivo foi compreender como ocorreu o processo de Assistência Técnica em dois casos no Rio Grande do Sul, como foi empregado o processo participativo e quais as

possíveis contribuições, neste contexto, para a realidade das comunidades no que tange à busca pelo bem fundamental que é a moradia. Essa etapa se estruturou por meio da percepção dos envolvidos, com dados coletados através da observação assistemática não-participante e de entrevistas semiestruturadas. O produto resultante dessa etapa são os relatos dos estudos de caso.

A **Etapa C** se consolidou com a análise e interpretação dos dados coletados nas etapas anteriores, através da análise de conteúdo. Como produto resultante desta etapa tem-se a consolidação dos resultados e sua confrontação com a literatura, construindo as discussões finais e as contribuições deste estudo.

1.2.4 Estrutura do trabalho

Este trabalho está estruturado em seis capítulos. O primeiro apresentou, de forma breve, a introdução abordando o contexto, problema, questões e objetivos de pesquisa e os objetos empíricos, bem como um resumo do método de pesquisa. O **Capítulo 2** aborda a assistência técnica em habitação de interesse social, construindo um panorama histórico da prática e apresentando as diversas questões e discussões envolvidas. O **Capítulo 3** trata da participação, construindo uma interpretação da participação a partir da fundamentação teórica de diversos autores. Aborda, ainda a participação na arquitetura e urbanismo e nos processos de projeto. Os temas apresentados nos capítulos 2 e 3, constituem a estruturação teórica desta pesquisa. Na sequência, o **Capítulo 4** apresenta os procedimentos metodológicos, com a descrição das técnicas de coleta e análise de dados adotadas em cada etapa. O **Capítulo 5** se constitui com a apresentação dos objetos empíricos, os estudos de caso. O **Capítulo 6** apresenta os resultados alcançados e as discussões suscitadas com base no referencial teórico e nos estudos empíricos; bem como as considerações finais deste trabalho e recomendações para trabalhos futuros.

SÓ QUEREMOS
DIREITO A UMA
MORADIA DIGNA



MNLN
MOVIMENTO NACIONAL
DE LUTA PELA MORADIA
- BRASIL

CAPÍTULO 2

ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

ATHIS

O que são os princípios da ATHIS?

Está na dimensão do **direito**, da **moradia digna**. Está em uma dimensão da política pública e estando nessa dimensão tem uma perspectiva de universalização, não é algo que fica restrito a alguém que pode pagar.

Outra dimensão é a especificidade das leituras e das soluções. **Reconhecer as especificidades de cada lugar e dar soluções específicas**, isso faz com que a gente olhe para – favelas, vilas, mocambos e todos os nomes que a gente dá para os assentamentos populares – pelo que eles têm. E que as soluções possam ser específicas para aquele local e com a **participação** dos moradores. Então, não tem solução geral e genérica, não tem a mesma casa que se repete para todas as famílias ou para todas as regiões do país.³

³ Caio Santo Amore em entrevista concedida à autora em Outubro de 2019, durante o 21º Congresso Brasileiro de Arquitetos (CBA) realizado na cidade de Porto Alegre – RS.

2.1 ASSISTÊNCIA OU ASSESSORIA?

Iniciamos com essa discussão, pois a definição da nomenclatura e dos princípios não são um consenso dentre os acadêmicos e práticos da arquitetura. Perguntamos, portanto, seriam a *assistência* e a *assessoria técnica* a mesma prática? Estariam tratando dos mesmos princípios?

Na definição dos termos encontrada no dicionário (HOUAISS, 2001), ambos podem ser considerados como sinônimos, significando: prestar auxílio, oferecer assistência técnica ou profissional, oferecer um serviço especializado a alguém; referindo-se à ação de assistir, de estar presente, de ajudar e prestar auxílio. As definições se confundem e são utilizadas como referência à mesma prática ou ao mesmo conjunto de ações.

Da mesma forma, Cardoso e Lopes (2019) destacam que a *assessoria* e a *assistência técnica* tem pontos de convergência como a atuação dos arquitetos e urbanistas, o atendimento às famílias de baixa renda e a busca de alternativas aos programas públicos que massificam as soluções habitacionais. Assim, em arquitetura e urbanismo os termos assistência e assessoria são utilizados associados ao trabalho do profissional arquiteto e urbanista na prestação de seus serviços direcionados às pessoas de baixa renda no setor habitacional, quando estas não têm condições de pagar por uma consultoria técnica de um profissional. Estando ligados, portanto, a denominada *função social do arquiteto e urbanista*⁴ no atendimento das populações menos favorecidas.

Amore (2016) destaca que no campo da habitação de interesse social, e mais especificamente na atuação dos arquitetos e urbanistas, os termos “assessoria” e “assistência” são usualmente colocados em oposição, gerando polêmica.

“Não é ajuda, é trabalho!”, “não vou consertar geladeira!”, dizem os auto denominados assessores técnicos, colocando a noção

⁴ A função social consiste na prevalência do interesse público em relação ao interesse privado na prática de uma atividade. A arte, a ciência ou a arquitetura estarão cumprindo sua função social quando sua prática gerar resultados que contribuam para a construção do bem comum (Conceituação da função social do arquiteto e urbanista da Faculdade de Engenharia, arquitetura e geografia – FAENG, da UFMS). Também definida por Moroso (2016) como “a atuação do arquiteto e urbanista em favor de uma parcela da população que não tem acesso a este profissional”.

de assistência numa espécie de patamar inferior, com o tom pejorativo do assistencialismo e por tomar as pessoas e famílias “beneficiárias” como “incapazes”, sujeitos passivos que receberiam os serviços de arquitetura e urbanismo como uma cesta básica, um sopão ou um cobertor. A assessoria teria um caráter mais “profissional”, onde pessoas e famílias são “participantes”, “protagonistas”, contratantes dos serviços” (AMORE, 2016).

A discussão destacada pelo autor demonstra uma polêmica que aparece principalmente no estado de São Paulo, onde há uma histórica atuação dos arquitetos e urbanistas no ramo das assessorias técnicas.

O âmbito legislativo no qual se insere a designação “assistência técnica” acabou por consolidar essa expressão em nível nacional - apesar dos grupos de “assessoria técnica” que têm seu trabalho consagrado neste campo, em especial na cidade e no estado de São Paulo (CARDOSO; LOPES, 2019).

Cardoso e Lopes (2019), na mesma linha de Amore (2016), destacam especificidades de abordagem dos termos: as assessorias, historicamente, trazem o trabalho coletivo e a participação popular como base de sua concepção e atuação. Enquanto que a assistência teria um caráter meramente técnico – de projeto e construção da edificação – e até mesmo assistencialista (CARDOSO; LOPES, 2019), com uma finalidade mais voltada ao empreendimento comercial do que, efetivamente, contribuir para a construção de uma atividade que se estabeleça como instrumento de acesso e garantia do direito à moradia e à cidade.

Por outro lado, a própria lei sugere o caráter coletivo da assistência técnica ao abordar em seu texto os grupos organizados, associações e o modelo de implantação através de mutirões:

Art. 3º A garantia do direito previsto no art. 2º desta Lei deve ser efetivada mediante o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a execução de serviços permanentes e gratuitos de assistência técnica nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia.

§ 1º A assistência técnica pode ser oferecida diretamente às famílias ou a cooperativas, associações de moradores ou outros grupos organizados que as representem.

§ 2º Os serviços de assistência técnica devem priorizar as iniciativas a serem implantadas:

I - sob regime de mutirão;

II - em zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social (BRASIL, 2008).

Também quando olhamos para a origem das legislações referentes à assistência técnica, nos anos 1970 no estado do Rio Grande do Sul, identificamos que as intenções iniciais, também no âmbito legislativo, iam de encontro aos princípios da *assessoria*: “trabalhar com a população de baixa renda para melhorar a qualidade das moradias” (AMORE, 2016), buscando democratizar a arquitetura e atender às necessidades das populações mais pobres.

Mesmo assim, o que prevalece é uma setorização do uso dos termos: no âmbito legislativo usa-se o termo a *assistência* e entre os arquitetos e urbanistas atuantes da área aparece com maior frequência o termo *assessoria*.

Identificado esse conflito, considerou-se pertinente abordá-lo neste trabalho para elucidar sua compreensão. A partir disso e, embora haja conflitos no entendimento, entende-se que tanto a *assessoria* quanto a *assistência* técnica têm hoje os mesmos princípios de atuação, transcendendo o assistencialismo e o caráter unicamente individual que o termo *assistência* poderia representar em sua origem. Considera-se, portanto, que tanto a *assessoria* quanto a *assistência* técnica em arquitetura e urbanismo abrangem a coletividade, a luta por direitos e pela garantia do direito à moradia e à cidade.

Por fim, neste trabalho adotaremos *assistência técnica* como termo padrão na escrita, devido ao seu destaque no período recente e buscando desmistificar o seu uso com caráter unicamente assistencialista.

2.2 UM PASSEIO HISTÓRICO

No contexto nacional, as experiências em assistência técnica têm sido viabilizadas, historicamente, de diversas maneiras: através de extensão universitária, por meio de Organizações não Governamentais (ONGs), sindicatos e conselhos de classe, pelo serviço público, por iniciativas privadas ou, ainda, por uma combinação dessas diversas possibilidades. Essa multiplicidade de abordagens nas ações sempre esteve presente no histórico da prática.

A assistência técnica traz em sua essência um olhar para aquela cidade que não está inserida na lógica do planejamento assistido por um profissional, onde a autoconstrução aparece como cenário dominante e é considerada como um modo de provisão habitacional informal continuado que se torna uma solução frente à dificuldade do acesso à moradia pela população de baixa renda. Essa prática, tem como consequência a materialização de domicílios impróprios e de baixa qualidade arquitetônica e estrutural devido ao baixo grau de conhecimento técnico envolvido (MORAES, 2012). Nessa conjuntura, de crescimento das cidades e reprodução da autoconstrução, se inicia o debate da Assistência Técnica como um instrumento, enquanto política pública para mitigar o problema (SANTOS, 2014).

A partir do reconhecimento dessa realidade e entendendo que “o Estado, além de garantir o direito constitucional à moradia, deve promover a qualidade do ambiente como suporte de uma vida saudável e segura para toda a população” (IAB, 2010), surge a importância da assistência técnica para o cenário estabelecido das cidades brasileiras.

Para entender a prática da assistência técnica no contexto explicitado, vamos buscar suas origens no Brasil, apresentando a seguir uma construção histórica de iniciativas que teceram importantes contribuições, seja pelos resultados materializados nas cidades ou pelas discussões que produziram. Foram identificados três contextos específicos que serão retratados neste trabalho, consideradas como três matrizes importantes da assistência técnica no país.

A primeira delas é no contexto paulista, quando ainda na década de 1950 tem-se a experiência do Escritório Piloto Casa do Povo⁵, da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo - USP. Nesse eixo, aparece também, na década de 1960, ações no Rio de Janeiro, nas assessorias em urbanização de favelas na experiência em Brás de Pina, com destaque à figura de Carlos Nelson

⁵ Fundado em 1953, o Escritório Piloto da Poli (EP) busca proporcionar aos alunos da universidade uma vivência além da sala de aula.

Ferreira dos Santos⁶. Por fim, no Estado do Rio Grande do Sul (RS), na década de 1970, se iniciam discussões relacionadas à ideia de assistência técnica como serviço público, construída como política pública. Foi no RS que surgiram as primeiras propostas legislativas em nível municipal (na cidade de Porto Alegre) e, posteriormente, levadas à abrangência federal.

2.2.1 São Paulo e as assessorias técnicas

Nesse cenário se desenvolveu o primeiro quadro do histórico da assistência técnica do país, onde “as práticas de assessoria surgiram com um caráter que envolvia uma forte articulação com os movimentos sociais de luta por moradia” (CARDOSO; LOPES, 2019). O contexto é delimitado à cidade de São Paulo com destaque para o recorte temporal entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980, onde a situação precária existente nas periferias desencadeou a formação desses movimentos que se organizavam em busca de melhorias urbanas em favelas, em ações diretas de ocupações de terra e regularização fundiária (CARDOSO; LOPES, 2019). Nesse contexto houve, ao longo da década de 1970, por parte de alguns arquitetos, uma movimentação em direção à periferia com ações pontuais e militantes que foram viabilizadas nos órgãos públicos, em universidades, em entidades de classe e em ações da igreja católica (AMORE, 2004).

Das experiências de caráter pontual, passou-se às ações mais institucionalizadas, tomadas como embrionárias do programa de mutirão de São Paulo e impulsionadas pelo Sindicato dos Arquitetos do Estado de São Paulo, pelo Laboratório de Habitação da Escola de Arquitetura das Belas Artes, pela Equipe de Habitação da Vila Comunitária de São Bernardo do Campo e pela iniciativa do engenheiro Guilherme Coelho na Vila Nova Cachoeirinha (AMORE, 2016).

⁶ Arquiteto, urbanista e antropólogo brasileiro. Desde 1964: trabalhos sobre habitação popular e elaboração de planos de urbanização de favelas. Assessor da FAFEG e elaboração de planos de urbanização de favelas para a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO).

O jovem engenheiro Guilherme Coelho havia visitado as cooperativas de vivenda por ayuda mútua no Uruguai em 1981 e voltou a São Paulo com um filme em Super 8, com gravações de diversas experiências das cooperativas do país vizinho. Coelho optou por não exibir o filme apenas às autoridades e ao Poder Público, mas percorreu as periferias. A iniciativa fez com que a população pressionasse o Poder Público para o desenvolvimento de um projeto nos moldes do programa uruguaio, iniciando assim uma das vertentes da história do assessoramento técnico aos movimentos de moradia por autogestão (CARDOSO; LOPES, 2019).

A partir dessa iniciativa, buscava-se promover o desenvolvimento de projetos e acompanhamento de obras executadas em mutirão, de forma coletiva e diretamente administrada pelos futuros moradores, na busca por soluções de projeto e obras habitacionais que dialogassem com os usuários e suas necessidades (CARDOSO; LOPES, 2019). O movimento encontrou diversos entraves decorrentes da legislação brasileira e da reação do poder público de tentar colocar obstáculos ou negar as propostas autogestionárias (BONDUKI, 1992 apud CARDOSO e LOPES, 2019). Mesmo assim, possibilitou novas formas de participação popular na esfera pública, além da formação e atuação de movimentos sociais (CARDOSO; LOPES, 2019).

Estruturaram-se, assim, práticas de assessoria técnica, numa então improvável união entre o “saber técnico” e o potencial reivindicatório dos movimentos sociais (CARDOSO; LOPES, 2019). Nabil Bonduki (1992) destacou a importância do trabalho técnico nesse momento, ao afirmar que, sem a presença de assessoria técnica teria sido impossível, na época, que os movimentos formassem programas alternativos, estabelecessem formas de controle da ação do poder público e assumissem integralmente a gestão do processo de produção da moradia (Bonduki, 1992: 46 apud CARDOSO; LOPES, 2019).

Desatacamos o fortalecimento da organização popular estruturada no início da década de 1980 que, somada ao intercâmbio com as cooperativas uruguaias, são duas características importantes para a compreensão do contexto paulista das assessorias técnicas.

Já em 1982/83, a organização popular vinha se fortalecendo através de uma série de ocupações de terra organizadas, que aconteciam por toda a cidade, por meio de Movimentos pela posse da terra ou pela construção de moradias (AMORE, 2004).

No final da década de 1980, ganha destaque o programa de construção por mutirão com autogestão que foi implementado em 1989, tendo sido referência para muitos estudos acadêmicos e para políticas públicas habitacionais que se seguiram (AMORE, 2016). Tal programa resultou de um “encontro” entre técnicos e acadêmicos tais como: funcionários públicos, apoiadores de iniciativas de organizações da Igreja Católica (AMORE, 2016).

Nesse contexto, diversos técnicos assumiram cargos na prefeitura e em empresas públicas, dando possibilidade para a criação de um programa habitacional estruturado, o FUNAPS Comunitário⁷, consolidado graças à atuação de profissionais que, em diálogo com movimentos sociais, atuam até hoje na busca por moradia digna para a população pobre (CARDOSO; LOPES, 2019). Formulado como uma política que colocava as organizações populares numa posição de protagonista na gestão das políticas públicas (AMORE, 2016).

Assim, expandiram-se as assessorias técnicas e criaram-se novos grupos, consolidando essa prática (CARDOSO; LOPES, 2019). Configurando-se por uma atuação multidisciplinar onde os quadros técnicos eram geralmente assumidos por arquitetos e estavam ligados às lutas pelo direito à moradia e pelo direito à cidade.

Amore (2004) descreve o perfil das assessorias:

De fato, o trabalho de assessoria está num campo daqueles que são privados de direitos, particularmente do direito de morar “dignamente” na cidade (com toda a ambigüidade do termo “digno”, que dá margem, inclusive, para propostas de caráter higienista). Seria, então, um “mercado” alimentado por recursos públicos e formado por aqueles que estão “fora do mercado” (AMORE, 2004).

Por fim, na década de 1990, destaca-se o direcionamento das universidades para a realidade da periferia com um maior interesse dos estudantes para os trabalhos de caráter social, além da atuação das ONGs que

⁷ O programa institucionalizava a prática do mutirão autogerido, colocando os arquitetos em contato com a população na produção da moradia popular (CARDOSO; LOPES, 2019). O método de trabalho das assessorias junto aos movimentos sociais durante o FUNAPS Comunitário era por um processo contínuo que passava pelo projeto da edificação até a fase de construção, e em alguns casos, discutia-se como se daria a manutenção após a ocupação (RONCONI, 1995).

institucionalizaram as formas de participação popular e passaram a intermediar a prestação de serviços públicos (AMORE, 2004).

Amore (2016) lembra, ainda, que essas movimentações “em direção ao povo” e as conquistas que ocorreram em São Paulo em termos das políticas públicas não podem ser tomadas isoladamente e para isso, aponta as experiências dos arquitetos: Acácio Gil Borsoi, no Cajueiro Seco no Recife; e de Carlos Nelson Ferreira dos Santos, em Brás de Pina no Rio de Janeiro; ambas na década de 1960. Esta última será abordada a seguir.

2.2.2 O Rio de Janeiro e a urbanização de favelas.

A urbanização da favela Brás de Pina, no Rio de Janeiro, 1969, foi realizada pelo grupo QUADRA, integrado pelos arquitetos Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Silvia Wanderley e Rogério Aroeira, em parceria com a Companhia de Desenvolvimento de Comunidade (CODESCO) (SILVA; LISIAK, [s.d.]). Foi um dos primeiros projetos participativos a ser, de fato, executado por gestores estatais, sendo iniciado por uma mobilização popular no contexto da Ditadura Militar (1964-1985) no país (SILVA, 2019).

O contexto é o Estado da Guanabara com Carlos Lacerda como governador (um dos articuladores da imposição do Regime Militar, em 1964) e exercendo uma política de remoção de favelas, onde foram construídas cerca de doze mil unidades habitacionais para receber as populações retiradas de cinco favelas, dentre elas, Brás de Pina (PULHEZ, 2008). A ação foi uma espécie de resposta do Estado ao amadurecimento das organizações populares (PULHEZ, 2008).

Os moradores de Brás de Pina resistiram às remoções e “se organizaram em torno da associação de moradores para desenvolver um plano de urbanização, financiado pelos próprios habitantes” (SILVA; LISIAK, [s.d.]).

Às vésperas do Natal de 1964, os moradores de Brás de Pina razoavelmente organizados, apoiados por alguns membros da Igreja e com respaldo da exposição pública na imprensa, ofereceram enorme resistência à remoção que seria efetuada pelo Estado. Ganharam, então, aliados que muito contribuíram para que se viabilizasse, junto à

administração pública, o projeto de urbanização da favela, assentada sobre terreno pantanoso, conquistado através de aterros graduais realizados pelos próprios moradores que, portanto, não tinham construído somente suas casas, mas também o chão onde implantá-las (PULHEZ, 2008) .

Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Arquiteto formado em 1966 pela Faculdade Nacional de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Brasil, e parte do grupo QUADRA, teve papel fundamental nessa experiência. Ainda antes de graduar-se teve contato com estudantes da Faculdade de Medicina que faziam trabalhos de medicina social e sanitária em algumas favelas do Rio e, através deles, conheceu líderes comunitários ligados à Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg) (PULHEZ, 2008).

O grupo entrou em contato direto com as principais entidades representativas de favelados do Rio de Janeiro, com o intuito de acompanhar e apreender, através da observação das práticas e do registro direto dos discursos, a realidade dos moradores das favelas (ABRAHÃO, 2017). A partir disso teve início sua atuação junto às comunidades, “convencidos de que a sociedade urbana só faria sentido se trabalhassem como agentes conscientes dentro dela e contribuíssem para que algumas das expressões dominadas e reprimidas de nossa sociedade viessem à tona” (ABRAHÃO, 2017).

Foi através desses contatos que Carlos Nelson e seu grupo se tornaram assessores das lideranças da Favela Brás de Pina na elaboração de um plano emergencial de urbanização (ABRAHÃO, 2017). O primeiro projeto urbanístico para a área foi elaborado entre 1964 e 1965, tendo como objetivo impedir a remoção de seus moradores (que havia começado em 1964) construindo um contradiscurso, a partir de argumentos técnicos, visando a permanência no local. Contudo, foi apenas em 1966, com a vitória pelo voto direto de Negrão de Lima⁸ ao governo do então Estado da Guanabara, que o programa de urbanização de Brás de Pina e de outras três favelas seriam aprovados para execução (ABRAHÃO, 2017).

⁸ Francisco Negrão de Lima foi um político brasileiro; governador do estado da Guanabara de 1965 até 1971.

Com isso, o grupo Quadra foi contratado, agora pelo Estado, para prestar assessoria, consultoria e acompanhar a execução de planos urbanísticos e habitacionais para a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (Codesco)⁹ do governo do Estado da Guanabara (PULHEZ, 2008). A Codesco, através de recursos do Banco Nacional de Habitação, financiava aos que desejassem, a compra de materiais de construção, ficando a mão de obra por conta dos moradores (ABRAHÃO, 2017).

Todo o processo contou com a ação de engenheiros, sociólogos, da associação de moradores e de uma equipe de arquitetos e urbanistas (ABRAHÃO, 2017). Segundo Pulhez (2008), os moradores apresentavam aos técnicos seus desenhos, na tentativa de compor um projeto que contivesse um saber da casa ou do morar, que não fosse puramente acadêmico:

Como urbanista nunca tive melhor experiência profissional do que a desse tempo em que trabalhamos tão diretamente com os nossos “clientes”. Ainda que parecesse lógico o contrário, é muito raro que urbanistas tenham contatos face a face com as pessoas para quem fazem planos. Vivíamos com o escritório cheio de favelados que o invadiam para ver o que fazíamos e ficavam para discussões que varavam a noite. Era emocionante ir recebendo aqueles pedaços dos mais diversos papéis e ir vendo um trabalho que surgia aos poucos (SANTOS, 1981).

Assim, Brás de Pina foi um marco na história das políticas habitacionais, sobretudo porque se contrapôs a uma tendência autoritária, de erradicação de favelas (NOVAK, 2016), e representa uma categoria de assistência técnica que presta apoio às disputas urbanas empreendidas pelas comunidades, para além da assistência técnica à habitação. Consideramos como uma experiência singular na área de urbanização de favelas e dos processos participativos de projeto, representando um marco importante na história da assistência técnica.

⁹ A Codesco foi criada em 1968 com o objetivo de promover a integração e intervenção dos aglomerados subnormais em seus aspectos urbanísticos, habitacionais e eventuais outros aspectos que se fizessem necessários (ABRAHÃO, 2017).

2.2.3 O Rio Grande do Sul e a esfera legislativa

Nos anos de 1970, como já visto anteriormente, arquitetos em várias partes do país se propuseram a trabalhar diretamente com a população de baixa renda, com o intuito de melhorar a qualidade das moradias produzidas em regime de autoconstrução (AMORE, 2016). Nesse contexto, têm início também no Estado do Rio Grande do Sul as discussões em torno da assistência técnica, pautadas pelo tema das necessidades das populações mais pobres e da democratização da arquitetura. O contexto gaúcho é o terceiro e último a ser abordado neste trabalho.

No Sul, os primeiros debates sobre assistência técnica aparecem na pauta do Sindicato de Arquitetos do Rio Grande do Sul¹⁰ a partir das discussões em torno da alteração do Ato Normativo nº 1/70, que dizia respeito à isenção de responsabilidade técnica do arquiteto e engenheiro para as edificações de apenas um pavimento e cuja metragem não ultrapassasse 80m² (abrangendo a habitação de interesse social). Sobre o assunto, as entidades de classe de arquitetura, SAERGS e IAB, manifestaram-se contrárias ao Ato, dizendo que o problema da habitação de interesse social precisaria passar por profissionais para ser resolvido e que a assistência técnica para a habitação deveria ser colocada “no mesmo nível da assistência médica, jurídica e social, já incorporadas aos programas de ação social do poder público” (SAERGS, 1977).

O contexto dessa discussão é apresentado pelo Boletim Informativo Arquitetura/RS do SAERGS, de outubro de 1979. Relatando que a participação de profissionais habilitados na elaboração do projeto e na direção da obra de execução da habitação se realiza, de um modo geral no Brasil, em duas circunstâncias: 1) para as camadas de alta renda, através da escolha e contratação diretamente pelos interessados, que têm uma ideia mais ou menos

¹⁰ Além das atividades relacionadas especificamente ao universo da arquitetura e urbanismo, o SAERGS participou, neste momento, do movimento sindical brasileiro mais amplo (MELLO, 2014). Entre meados da década de 1970 e o início da década de 1980, o Brasil passou por uma expressiva ampliação do movimento sindical e por importantes greves, principalmente na região do ABC Paulista, sendo este um momento de reivindicações por abertura política, de organização de movimentos contra hegemônicos, novos partidos políticos e movimentos sociais (MELLO, 2014).

precisa da conveniência desta participação e 2) para uma pequena parcela da classe média, mutuários de empreendimentos de tipo COHAB¹¹ ou INOCOOP¹², cujos conjuntos habitacionais são projetados e construídos por empresas ou profissionais (MELLO, 2014). Deixando grande parcela da população, a parte mais pobre, de fora dessa lógica e excluindo-a da possibilidade de usufruir da consultoria de um profissional habilitado.

O boletim destacava também que, a grande maioria (cerca de 60% das moradias construídas) é constituída de edificações com menos de oitenta metros quadrados e não recebem qualquer atendimento profissional (MELLO, 2014). Segundo Mello (2014), essas discussões realizadas em 1975 e 1976, foram a base para o início de uma proposta de Programa de Assistência Técnica Gratuita à Moradia Econômica (ATME), estruturado em contrapartida à ideia de isenção de responsabilidade técnica. O programa ATME visava oferecer assistência técnica gratuita às famílias que não tinham condições de arcar com a assessoria profissional na construção de suas casas (LEITE, 2017). Uma faixa da população que utilizava os serviços de pessoas não habilitadas para execução de projetos e obras, sem ter a assistência técnica que lhe era devida (MELLO, 2014).

¹¹ Companhia de Habitação Popular, de responsabilidade dos governos, responsável pela implementação das políticas habitacionais.

¹² Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais que presta assessoria técnica, jurídica, social, administrativa e mercadológica para as cooperativas habitacionais.

PROGRAMA ATOME



“o controle social do uso da terra é básico para terminar a segregação dos grupos sociais de baixa renda”
da “Declaração de Vancouver”
“Habitat-76” — Nações Unidas
— Canadá.

O Programa ATME — assistência técnica gratuita ao projeto e construção da moradia para pessoas de baixa renda — representa um esforço dos arquitetos brasileiros na busca de instrumentos que lhes possibilitem trabalhar junto a uma ampla camada da população brasileira, que constrói sua habitação sem nenhuma assistência do profissional preparado para intervir na organização dos espaços habitacional e urbano.

A solução para o problema habitacional brasileiro, porém, é tarefa de resolução e tomada de posição política em problemas estruturais e institucionais muito mais amplos.

A Comissão Coordenadora

Apresentava-se, com o programa, uma proposta de atuação mais próxima e direta dos arquitetos para com a problemática habitacional brasileira. Tendo como base a ideia de que o profissional arquiteto, até aquele momento, pouco teria participado das resoluções para com esta problemática e deveria, a partir de então, se confrontar com a função social inerente à prestação de seus serviços (SAERGS, 1977).

Além disso, outra preocupação do programa era com a necessidade de adequação arquitetônica às especificidades de cada região do país. O arquiteto Newton Burmeister, membro da comissão coordenadora da proposta de ATME, destacou (em entrevista concedida a Bruno Mello no ano de 2013¹³) que um país com as dimensões continentais como o Brasil, com suas variações de clima e temperatura, precisa ter diferenciações na sua arquitetura habitacional, adaptando-se às diferentes realidades.

Embasada nessas reflexões, a proposta do programa ATME (SAERGS, 1977) compreendia:

O presente documento, onde se propõe a instituição do Programa de Assistência Técnica ao Projeto e Construção de Moradia Econômica (Programa ATME), para pessoas carentes de recursos, nasce diretamente da consciência que os arquitetos, enquanto classe profissional, adquiriram do problema habitacional brasileiro. E exatamente a proposição do Programa ATME, nos termos do que se segue, visa contribuir, sob uma renovada perspectiva profissional, para a solução desse problema. Trata-se de uma resposta parcial, dentro daquelas condições objetivas em que ela pode ser dada pelos arquitetos, enquanto arquitetos. Por isso mesmo, de modo algum tem essa proposta a pretensão de resolver o problema habitacional brasileiro, de modo global ou definitivo, mormente quando se está perfeitamente lucido quanto às causas produtoras do déficit habitacional, quantitativa e qualitativamente. Vale dizer, há plena consciência de que o problema habitacional brasileiro é parcela do descontrolado fenômeno da urbanização, tal como hoje o vivemos, e que somente encontrará solução compreensiva no estabelecimento de uma política de instauração de justiça social no setor, por um conjunto de medidas eficazes, ao nível da atuação administrativa pública, do regime dominial do solo urbano, e do incremento relevante do poder aquisitivo da massa assalariada. Cumpre aqui destacar que, entre as necessidades básicas do povo brasileiro, a habitação figura depois de

¹³ Entrevista realizada no ano de 2013 e publicada no livro “Sindicato dos Arquitetos no Rio Grande do Sul: memórias de quatro décadas 1973-2013” de organização de Bruno Mello (2014).

itens como alimentação, saúde, emprego, ensino e outros (SAERGS, 1977).

Os serviços de assistência técnica previstos seriam integrais; podendo ser individual (solicitado por uma família/moradia) ou coletivo (para grupos de interessados); abrangendo o projeto com todos os seus componentes e a construção, até a sua conclusão e prestados por profissionais cadastrados e habilitados para atuar dentro do programa (SAERGS, 1977). Esse cadastramento seria de responsabilidade dos Sindicatos de Arquitetos conjuntamente com as prefeituras, onde atuariam como agentes promotores, orientando e habilitando os beneficiários finais do programa (SAERGS, 1977).

Para além disso, o programa avançou em uma questão fundamental e debatida até hoje na assistência técnica para habitação de interesse social, que é o recurso para a sua viabilização. A proposta, no caso da ATME, era que o programa buscasse recursos do Banco Nacional de Habitação e de outros órgãos e entidades federais como o Ministério do Trabalho (para a prestação de assistência técnica para trabalhadores sindicalizados) ou o Fundo de Participação PIS-PASEP, visando o desenvolvimento social e devendo preferencialmente ser empregados a custo zero para os beneficiários finais (SAERGS, 1977).

Como experiência pioneira do programa, em julho de 1978 o SAERGS coordenou, em convênio com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, um programa de regularização de construções clandestinas para pessoas de baixa renda, com mais de 700 (setecentos) atendimentos e a participação de cerca de 60 (sessenta) arquitetos em apenas 3 (três) meses de duração (MELLO, 2014).

Posteriormente, em 1990 na cidade de Porto Alegre, a Lei Orgânica do Município incorporava a Assistência Técnica enquanto responsabilidade municipal (SANTOS, 2014). Nesse município o arquiteto e urbanista Clóvis Ilgenfritz, foi eleito vereador, tendo exercido o cargo de 1989 a 2000. Durante seu mandato, no ano de 1999, conseguiu aprovar a Lei Complementar nº428; aquela que seria o embrião da Lei 11.888/2008, identificada, naquele momento e naquele contexto, como a primeira lei que garantia o serviço de assistência técnica para apoio à produção de moradia para famílias de baixa renda

(CARDOSO; LOPES, 2019). Também foi a primeira Lei do Brasil a oferecer esse serviço e tratá-lo como dever do Estado (SANTOS, 2014).

Segundo Santos (2014), a instituição do Programa de Assistência Técnica à Moradia Econômica (ATME) na cidade de Porto Alegre representa um marco histórico na construção dessa política, que ficou conhecida em todo o país. Ainda que tenha ficado inicialmente restrita à Porto Alegre, essa ação conseguiu alcançar o Congresso Nacional e, em 2002, foi iniciada a defesa da matéria legislativa referente ao Projeto de Lei nº. 6223/2002, que ampliava a assistência técnica gratuita para todo o país (LEITE, 2017).

Como influência disso, no mesmo ano, foi criado em São Paulo o Serviço de Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social e aprovada em Vitória a lei que estabeleceu normas da Política Municipal de Habitação, sendo criado o Conselho e o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (LEITE, 2017). Além disso, outras propostas legislativas surgiram em diversos municípios, buscando regulamentar e viabilizar a assistência técnica¹⁴.

A sequência legislativa da assistência técnica, em âmbito federal, foi dada posteriormente pelo deputado federal Zézeu Ribeiro¹⁵, que implantou-a como Projeto de Lei nº. 6.981, em 2006, com a participação da sociedade (LEITE, 2017). E por fim, a lei federal 11.888, a Lei de Assistência Técnica, foi sancionada no ano de 2008.

Com isso, fica evidente no contexto gaúcho o protagonismo na questão legislativa, permanecendo a ideia da criação da assistência técnica como Lei, na forma de um programa público que funcionaria nos moldes do é hoje o Sistema Único de Saúde (SUS). Mas destaca-se que, nesse processo de formulação e

¹⁴ Em dezembro de 2002, o município de São Paulo aprovou a Lei nº 13.433 de autoria do então vereador Nabil (GOMES, 2014). Em janeiro de 2004, Belo Horizonte publicou a Lei nº 8.758 que promovia a assistência técnica pública e gratuita em arquitetura e engenharia à população com incapacidade financeira de acessar ao serviço (GOMES, 2014). E após a sanção da Lei nº 11.888, Gomes (2014) destaca ainda outros municípios que aprovaram leis visando à assistência técnica como Bauru (Lei nº 5.815/2009); Ribeirão Preto (Lei nº 12.215/2009); Taboão da Serra (Lei nº 1.846/2009) e Campinas (Lei nº 13.886/2010).

¹⁵ Político brasileiro, formado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Foi presidente do Sindicato dos Arquitetos da Bahia, do Instituto dos Arquitetos do Brasil - Departamento da Bahia (IAB-BA) e membro do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea). Deputado Federal pela Bahia por três mandatos consecutivos, de 2003 à 2014.

luta para a consolidação das legislações, o entendimento da assistência técnica foi amplo, passando pela conscientização da função social do arquiteto e urbanista no contexto da realidade habitacional brasileira.

2.2.4 Considerações sobre o histórico

Por fim, salientamos que a origem e histórico da assistência técnica no Brasil não se encerra nos casos abordados, mas que esses foram retratados por representarem contextos e pontos considerados substanciais para a prática, como a inserção da arquitetura no contexto das periferias e da luta pela habitação, a urbanização de favelas, a participação popular e a consolidação de uma legislação que trata a assistência técnica como serviço público.

A seguir, é apresentada uma linha do tempo como síntese dos principais acontecimentos referentes ao histórico apresentado. A cor verde se refere aos avanços legislativos e a cor marrom aos agentes e acontecimentos relevantes para a consolidação da assistência técnica.

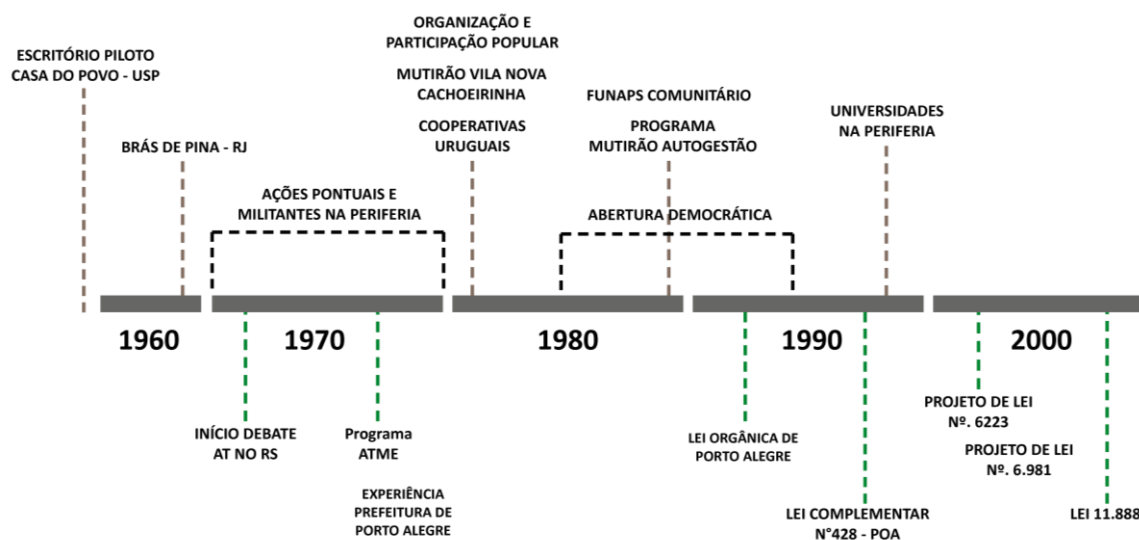


Figura 7: Linha do tempo: histórico da assistência técnica no Brasil.

Por fim, aborda-se, no item a seguir, o contexto atual; onde os debates sobre o tema se intensificaram por todo o país a partir da aprovação da Lei nº 11.888 no ano de 2008.

2.3 ÚLTIMO MARCO LEGAL A LEI DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A assistência técnica como Lei é uma importante conquista por se tratar de um instrumento que garante auxílio legal na luta pela moradia, como um direito constituído. A Lei Federal número 11.888 foi sancionada em 24 de dezembro de 2008 como resultado de discussões originadas na década de 1970, onde as primeiras propostas legislativas relacionadas à assistência técnica haviam surgido no estado do Rio Grande do Sul, como abordado anteriormente. Segundo Santos (2014), a luta pela sua formulação e aprovação representa um fato histórico em torno de toda a discussão habitacional no Brasil, desde a luta dos movimentos por moradia, até mesmo o debate entre os entes federativos e representativos de profissionais da área, considerando que trilhou um longo caminho até sua efetivação.

A Lei traz em seu texto o direito das famílias com renda mensal de até três salários mínimos a assistência técnica gratuita para a construção ou a melhoria da edificação existente, a ser oferecida pelos municípios de forma continuada por meio de equipe técnica própria, convênios com entidades de classe, associações sem fins lucrativos ou programas de extensão universitária (GOMES, 2014).

Seu objetivo é garantir assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia previsto no art. 6º da Constituição Federal, abrangendo todos os trabalhos de projeto, acompanhamento e execução da obra a cargo dos profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia necessários para a edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação (BRASIL, 2008).

Para além dos direitos, Santos (2014) destaca a função social embutida na lei, já que em seu parágrafo único apresenta diretrizes a serem consideradas, tais como: a busca pela inovação tecnológica, a formulação de metodologias de caráter participativo e a democratização do conhecimento, tratando-se não

apenas de um dispositivo legal, mas também de um incentivo à busca pela qualidade nos projetos para a população de 0 a 3 salários mínimos.

Enquanto instrumento legal Federal, a Lei 11.888/2008 aponta as providências para a utilização da Assistência Técnica, mas cabe aos estados e municípios utilizá-la como subsídio para a formulação da legislação municipal e estadual, contemplando os requisitos que o instrumento federal apresenta (SANTOS, 2014). Apesar destes apontamentos trazidos pela Lei, poucos foram os avanços na efetivação desse direito.

Santos (2014) destaca alguns fatores que contribuem para a não efetivação da Lei, tais como: a vontade política para implantação nos municípios; a falta de equipes técnicas capacitadas para ações de assistência técnica; a ausência de legislação municipal para habitação; a falta de cooperação entre Estados e Municípios; a dificuldade de acesso aos recursos federais; a falta de articulação dos Conselhos profissionais de arquitetura e de engenharia, junto aos governos municipal, estadual e federal, contribuindo fortemente para a sua estagnação.

Nesse contexto, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU assumiu, recentemente, um importante papel como catalisador da assistência técnica, criando comissões, grupos de trabalho e promovendo seminários regionais e nacionais para debater a prática no campo de atuação do arquiteto e urbanista; buscando vencer os entraves postos. O maior incentivo, foi a aprovação de uma diretriz que determinou que, a partir do ano de 2017, 2% do orçamento do Conselho em cada regional do país deveria ser destinado ao apoio de programas de assistência técnica (CAU/BR, 2016).

Ainda assim, a maioria das experiências registradas são isoladas. Experiências estas que, segundo Santos (2014), são semelhantes apenas nos desafios encontrados, dentre os quais se destaca a dificuldade de sustentabilidade econômica, já que pouquíssimas delas são promovidas por órgãos públicos. Assim, pode-se afirmar que, frente ao potencial de implementação da Lei Federal nº. 11.888, esse tipo de legislação ainda ocupa

um espaço pequeno e pouco representativo dentro do atual cenário político-habitacional (LEITE, 2017).

Apesar de todas as dificuldades encontradas, este trabalho compactua com a ideia de Santos (2014), de que a Lei vem se fortalecendo por meio dos profissionais de arquitetura e da própria população em busca de moradia, apresentando-se como alternativa no enfrentamento da problemática habitacional (SANTOS, 2014). Sendo um importante instrumento na luta pela efetivação do direito à moradia¹⁶.

Tem muita gente que critica a lei. Lei nenhuma é totalmente especial. Mas, sem ela não teríamos conseguido fazer o trabalho que fizemos em Brasília. E além disso, as pessoas não teriam conseguido fazer muita coisa que está sendo feita no Brasil.¹⁷

Este é, portanto, o contexto atual da assistência técnica, onde diferentes iniciativas tem acontecido; seja com apoio dos conselhos de arquitetura dos estados federativos; seja pela ação das assessorias, que continuam sua atuação independente, de iniciativas privada ou, de iniciativas dos poderes públicos municipais. Olhando para todas essas esferas, o Conselho de Arquitetura do Estado de Santa Catarina lançou, no ano de 2018, uma cartilha intitulada “ATHIS – Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social é um direito e muitas possibilidades” (CAU/SC, 2018), onde estão reunidas diferentes possibilidades e estruturados modelos de atuação a partir de diferentes agentes (públicos, privados, universidades, ONGs, etc); e com diferentes finalidades: promover regularização fundiária, melhoria habitacional, melhoria urbana, entre outras.

Essas diversas esferas de atuação, reunidas na Cartilha ATHIS, estão no item a seguir, sintetizando os diferentes focos que a prática pode englobar.

¹⁶ Assegurado pelo art. 6º (Emenda Constitucional n.26, de 2000) da constituição federal (BRASIL, 1988).

¹⁷ Gilson Paranhos em entrevista concedida à autora em Outubro de 2019, durante o 21º Congresso Brasileiro de Arquitetos realizado na cidade de Porto Alegre – RS; referindo-se ao trabalho público de Assistência Técnica realizado em Brasília por meio da CODHAB).

2.4 AS POSSIBILIDADES DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA HOJE

Os modelos de ações apresentados a seguir foram construídos com base na Cartilha publicada pelo CAU/SC, no ano de 2018. Onde são apresentadas diferentes possibilidades de efetivação da Assistência Técnica: 1) por meio de rede pública; 2) por meio de uma Rede Privada; ou ainda 3) por outras instituições como Universidades, ONGs ou assessorias populares.

No atendimento via rede pública:

“O Poder Público EXECUTIVO deve identificar em sua estrutura onde inserir uma área responsável pela ATHIS. Este “lugar” deve prever profissionais, equipamentos adequados e recursos financeiros. As ações desenvolvidas devem estar articuladas ao Plano, ao Fundo e ao Conselho de Habitação, à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e ao Plano Plurianual – PPA do Estado e dos Municípios”(CAU/SC, 2018).

Com esse entendimento de assistência técnica como um serviço público e, considerando que a moradia é um vetor de inclusão social, o Programa de Assistência Técnica público atenderia às famílias através de critérios econômico-sociais.

A proposta de uma rede pública atenderia uma demanda prioritária; ela coloca o poder público no papel central, responsável pela efetivação desse serviço, abrangendo a criação de legislações municipais específicas para a prática, com critérios de ação e fundo de recursos, sem os quais é impossível viabilizar um programa de assistência técnica pública. Ideia que vai de encontro às discussões iniciadas no Rio Grande do Sul, de assistência técnica como política pública.

Já na lógica da ATHIS como serviço privado, diferentes atores poderiam se articular para operá-la a partir de suas estruturas e metodologias, sendo eles: escritórios privados, profissionais liberais, cooperativas habitacionais, universidades e organizações não governamentais. Esta rede seria destinada a atender uma demanda não prioritária, com recursos provenientes de cada família ou conseguidos através de financiamento, não envolvendo recursos públicos.

Uma proposta de estruturação para o atendimento realizado pelas redes pública e privada foi apresentado no documento; dividindo a ATHIS em 4 categorias, conforme as necessidades identificadas em cada caso específico. As categorias são: *regularização fundiária*, *produção da moradia*, *melhoria da moradia* e *assessoria para cooperativas*. Resumidos nas figuras a seguir:

Rede pública:

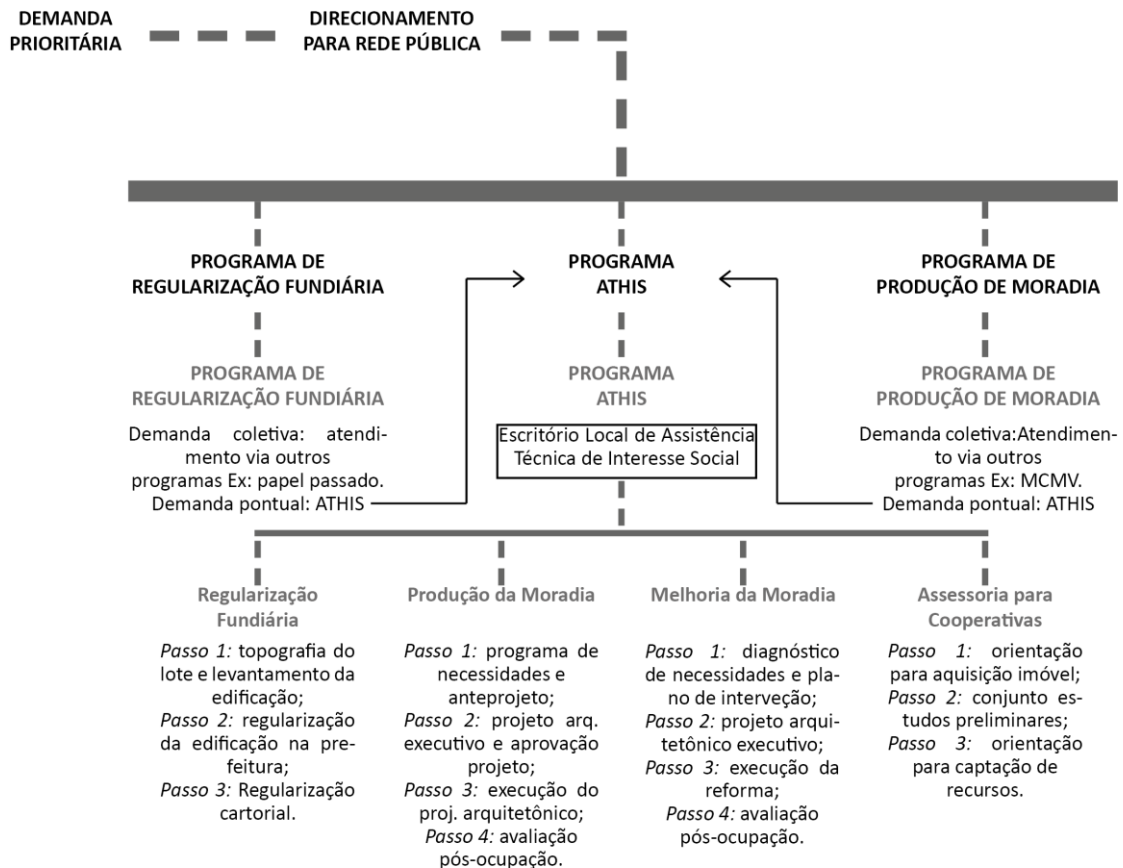


Figura 8: esquema funcionamento rede pública. Desenvolvido pela autora com base em CAU/SC, 2018.

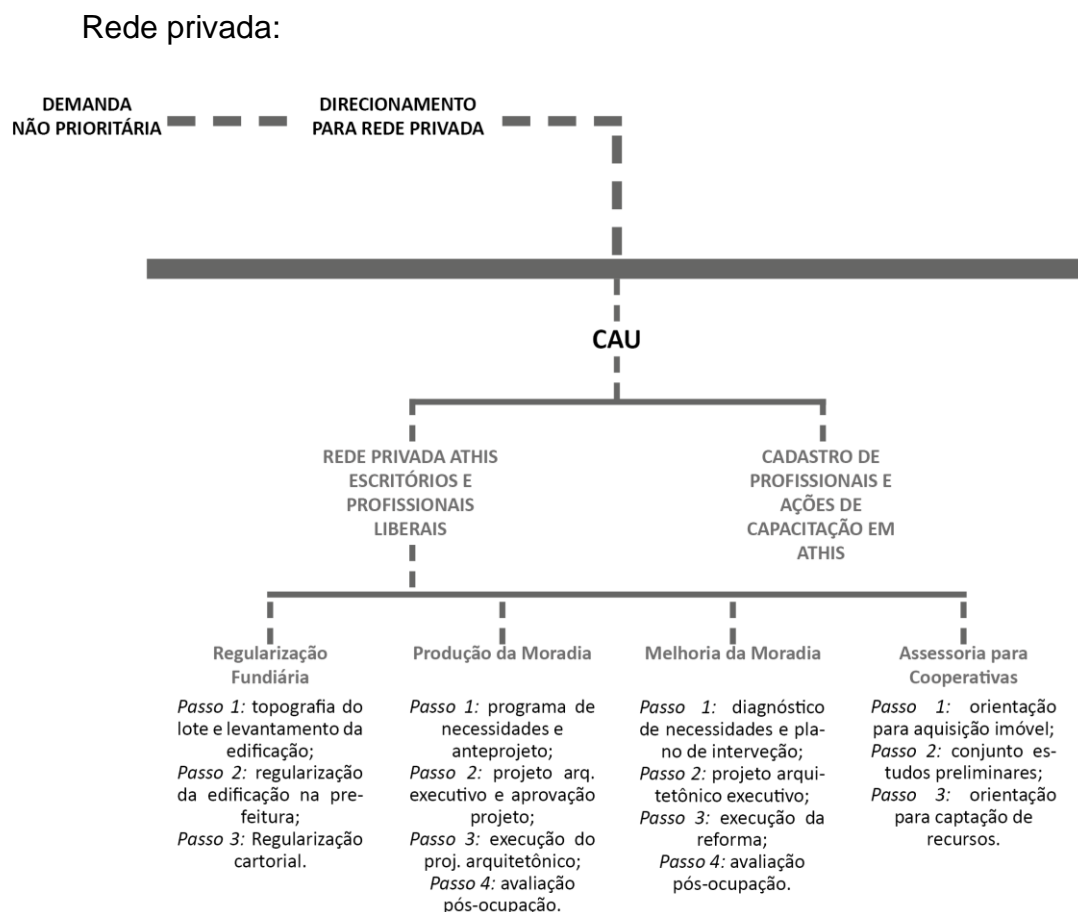


Figura 9: esquema funcionamento rede privada. Desenvolvido pela autora com base em CAU/SC, 2018.

Para além dessas, uma última categoria de assistência técnica é apresentada, classificada como “Ações para Promoção da Justiça e Inclusão Social na Cidade”, que tem como essência a defesa dos direitos das populações mais vulneráveis.

São ações técnicas que visam apoiar as comunidades na defesa dos seus direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, em especial o direito humano à moradia, de modo a garantir a promoção da justiça na cidade (CAU/SC, 2018).

Semelhante ao que as assessorias técnicas sempre fizeram, historicamente, ao se aproximar das periferias, das suas lutas e demandas. Nesta cartilha a categoria é colocada à parte por abranger também um envolvimento político/social, mas entendemos que toda e qualquer ação de assistência técnica – regularização fundiária, construção ou melhoria

habitacional – deve contemplá-la, buscando a justiça social para as populações mais vulneráveis.

2.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

A prática da assistência técnica abrange ampla possibilidade de ações, a partir de diferentes formas de articulação, como foi possível ver nos itens anteriores. Porém, apesar delas, ainda enfrenta dificuldades em sua efetivação. Na esfera pública, as Prefeituras Municipais, com algumas exceções, ainda são pouco articuladas, não conhecem a Lei de Assistência Técnica e suas possibilidades ou não possuem fundos que possam ser destinados à sua aplicação o que dificulta o cumprimento do direito previsto no art. 2º desta Lei, que deve ser efetivada mediante o apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para a execução de serviços permanentes e gratuitos de assistência técnica nas áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia.

Na esfera privada, os principais entraves encontrados referem-se à dificuldades em viabilizar recursos financeiros tanto para a remuneração do profissional que presta assistência técnica, quanto para a viabilização das obras. Mesmo assim, as iniciativas de organizações privadas como ONGs e escritórios de assessoria permanecem ativas garimpando soluções, como já acontece há mais de 30 anos desde as primeiras assessorias no Brasil.

Avanços nas ações de ATHIS podem ser identificados após a aprovação da Lei no ano de 2008, quando a assistência técnica passou a ser tema recorrente em debates, seminários, discussões políticas e sociais, ganhando visibilidade e reconhecimento como importante prática para a realidade das periferias brasileiras, aparecendo bastante associada às pautas de saneamento e salubridade. Além disso, a existência da legislação incentiva e legitima o apoio à prática por parte de instituições públicas e privadas, órgãos e conselhos.

Por fim, analisando o contexto histórico de surgimento e consolidação da assistência técnica, observamos que ela está ligada a alguns princípios ou conceitos fundamentais, que devem ser observados quando analisamos criticamente processos de ATHIS. Como o acesso: à habitação e à cidade, à

moradia digna, às melhorias da qualidade urbana e/ou habitacional, a segurança de posse e, por fim, à adequação às necessidades específicas de cada realidade. Sendo esses os princípios estruturantes, pode-se dizer que a assistência técnica os tem como objetivos finais; é a partir deles que foram realizadas as análises deste trabalho.

O entendimento de cada um desses conceitos para este trabalho é apresentado a seguir:

Quando dizemos que o acesso à habitação e à cidade é um princípio da assistência técnica, entendemos que as ações buscam proporcionar esse acesso de diferentes maneiras. Contribuindo para a efetivação do direito à moradia como direito humano; assegurado pelo art. 6º (Emenda Constitucional n.26, de 2000) da constituição federal (BRASIL, 1988); que apresenta como direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados. Entendendo a moradia como elemento essencial ao ser humano ou um bem extrapatrimonial e a habitação como o exercício efetivo, o uso satisfatório, da moradia (SOUZA, 2004); figurando no rol das necessidades básicas do ser humano (BARBO; SHIMBO, 2006).¹⁸

Reconhecido, primordialmente, como direito pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) em seu artigo XXV, parágrafo primeiro:

“Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle.”

¹⁸ Ainda, “Não se pode confundir a “habitação” com um simples teto, isto porque: 1) há vinculação do direito à moradia com os demais direitos humanos previstos em outros documentos internacionais, como: o direito à segurança, à paz, à dignidade, de modo que a habitação deve preencher tais requisitos, que não são satisfeitos com a mera presença de um teto; e 2) dado o contexto internacional em que se afirma a necessidade de que todos possuam uma habitação – que envolve o compromisso de os Estados promoverem uma vida digna –, aquela deve ser compreendida como sendo uma habitação adequada” (MEDEIROS, 2016).

Portanto, para além de promover o acesso ao bem moradia, compreende-se que o direito à moradia envolve a promoção do seu uso com qualidade. Nesse sentido, entende-se que a assistência técnica busca contribuir para que a população de baixa renda usufrua desse direito, através do acesso à moradia digna.

Sob a premissa de que a moradia digna é aquela adequada – que proporciona um nível de vida adequado – ou seja, que deve atender a sete requisitos essenciais: Segurança da posse; Disponibilidade de serviços, materiais, facilidades e infraestrutura; Custo acessível; Habitabilidade; Acessibilidade; Localização e; Adequação cultural¹⁹, definido pelo Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais (NAÇÕES UNIDAS, 1991).

Há que se considerar que a moradia digna é um conceito teórico difícil de ser espacializado (FRIZZI; PINHO, 2019), medido e avaliado. Assim não se pretende neste trabalho instrumentar quantitativamente uma avaliação, mas olhar para os estudos de casos sob a ótica da assistência técnica, como ela pode contribuir no atendimento de um ou mais desses sete pontos.

A segurança de posse, entendida como princípio estruturante da assistência técnica neste trabalho, é também um dos sete itens que definem o conceito de moradia digna. A Declaração de Vancouver reconheceu que a terra

¹⁹ a) Segurança legal de posse: Independentemente do tipo de posse, todas as pessoas deveriam possuir um grau de sua segurança, o qual garanta proteção legal contra despejos forçados, pressões incômodas e outras ameaças. B) Disponibilidade de serviços, materiais, facilidades e infraestrutura: todos os beneficiários do direito à habitação adequada deveriam ter acesso a água apropriada para beber, energia para cozinhar, aquecimento e iluminação, facilidades sanitárias, meios de armazenagem de comida, depósito dos resíduos e de lixo, drenagem do ambiente e serviços de emergência. c) Custo acessível: os custos financeiros de um domicílio associados à habitação deveriam ser a um nível tal que a obtenção e satisfação de outras necessidades básicas não sejam ameaçadas ou comprometidas. Estados-partes deveriam estabelecer subsídios habitacionais para aqueles incapazes de arcar com os custos da habitação, tais como formas e níveis de financiamento habitacional que adequadamente refletem necessidades de habitação. d) Habitabilidade: a habitação adequada deve ser habitável, em termos de prover os habitantes com espaço adequado e protegê-los do frio, umidade, calor, chuva, vento ou outras ameaças à saúde, riscos estruturais e riscos de doença. e) acessibilidade: habitações adequadas devem ser acessíveis àqueles com titularidade a elas. A grupos desfavorecidos deve ser concedido acesso total e sustentável a recursos de habitação adequada. f) Localização: a habitação adequada deve estar em uma localização que permita acesso a opções de trabalho, serviços de saúde, escolas, creches e outras facilidades sociais. g) Adequação cultural: a maneira como a habitação é construída, os materiais de construção usados e as políticas em que se baseiam devem possibilitar apropriadamente a expressão da identidade e diversidade cultural da habitação.

é um dos elementos fundamentais para se garantir a moradia digna, e assim sendo, é dever do Estado intervir para garantir a todos o acesso à terra urbana, promover o acesso igualitário às redes de infraestruturas relacionadas à economia, segurança e ao meio ambiente (FRIZZI; PINHO, 2019). Sob esta ótica, este trabalho analisa como a ATHIS pôde contribuir na efetivação dessa segurança.

O princípio de melhoria urbana e habitacional será analisado a partir da comparação das condições antes e depois das ações de assistência técnica, observando as transformações na melhoria das condições físicas/espaciais da moradia e do seu entorno urbano. E, por fim, a adequação às necessidades específicas dos moradores, considera como o projeto foi constituído, se considerou as expressões identitárias, as necessidades dos moradores e os materiais adequados àquela realidade. Pois,

Ao se projetar a habitação social é necessário conhecer os modos de vida dos moradores para que a arquitetura reflita suas necessidades e condições de vida. Além das necessidades manifestas, as aspirações dos indivíduos também são determinantes na avaliação ambiental, pois a moradia deve dar suporte para o homem se lançar na busca de seus objetivos (RAPOPORT, 1978).

Necessidades que só podem ser identificadas através do contato com a realidade e a participação dos moradores/beneficiários/clientes envolvidos no processo.

Cada comunidade tem uma maneira diferente de colocar as suas necessidades. A participação deles tem que ser diária. Todo dia. Participação é participação diária. É um processo. Processo difícil, demorado. Mas, de consciência coletiva, que faz com que as coisas mudem. E nós temos que criar essa participação, mas temos que tomar cuidado para não fazermos "espasmos" de participação ... Nós temos que ter mais participação e nós precisamos acabar com essa coisa de "ter um salvador da pátria". O salvador da pátria não existe. O salvador da pátria é cada cidadão²⁰.

Retomamos, por fim, a citação inicial deste capítulo:

Outra dimensão é a especificidade das leituras e das soluções.
Reconhecer as especificidades de cada lugar e dar soluções

²⁰ Gilson Paranhos em entrevista concedida à autora em Outubro de 2019, durante o 21º Congresso Brasileiro de Arquitetos realizado na cidade de Porto Alegre – RS.

específicas, isso faz com que a gente olhe para – favelas, vilas, mocambos e todos os nomes que a gente dá para os assentamentos populares – pelo que eles têm. E que as soluções possam ser específicas para aquele local e com a **participação** dos moradores. Então, não tem solução geral e genérica, não tem a mesma casa que se repete para todas as famílias ou para todas as regiões do país. ²¹

Nesse sentido, considerando a fala dos três autores, salienta-se a importância da participação na assistência técnica em habitação de interesse social, para acessar as especificidades e aproximar-se das diferentes realidades em que se propõem a intervir. De modo que ela possa ser um caminho para o atendimento dessas demandas e necessidades, trilhado através da participação dos moradores, tidos como protagonistas.

A partir desse entendimento, no próximo capítulo abordaremos a participação nos processos de projeto, buscando compreender o que seria a participação e o que ela implica nos processos de projeto.

²¹ Caio Santo Amore em entrevista concedida à autora em Outubro de 2019, durante o 21º Congresso Brasileiro de Arquitetos realizado na cidade de Porto Alegre – RS.



CAPÍTULO 3

A PARTICIPAÇÃO

Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo.

Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.

Paulo Freire

“P.R. – Você entende que algum projeto arquitetônico em particular – seja no passado, seja no presente – possa ser visto como força de liberação ou resistência?”

M.F. – eu não acho que é possível afirmar que uma coisa pertence à ordem de liberação e outra à ordem de opressão. (...) Por outro lado, não acho que haja alguma coisa que seja funcionalmente por sua natureza intrínseca ou própria – absolutamente liberalizante. Liberdade é uma prática. Portanto, poderá sempre existir um determinado número de projetos cujos objetivos sejam a modificação de certa restrição, seu relaxamento ou mesmo sua eliminação, mas nenhum desses projetos pode, simplesmente por sua natureza própria, assegurar que as pessoas terão a liberdade automaticamente. Isso não está estabelecido pelo projeto em si mesmo. A liberdade do homem jamais é assegurada pelas instituições e leis que são feitas para garanti-las. Isso explica por que todas essas leis e instituições são permeáveis a uma transformação. Não porque são ambíguas, mas simplesmente porque a liberdade precisa ser praticada.”²²

²² Trecho de entrevista feita pelo antropólogo Paul Rabinow com o filósofo Michel Foucault publicado na Revista Skyline em março, 1982 e reproduzido por Santos (1988) em “A cidade como um jogo de cartas”, pág 21.

Neste capítulo será apresentado o entendimento de *participação* construída para este trabalho. Dentre as diversas possibilidades e interpretações, estão aqui algumas que ganham sentido quando pensadas a partir da troca, do aprendizado mútuo, da democratização do conhecimento e do empoderamento dos envolvidos. A partir dessa compreensão, será apresentada a participação no campo da arquitetura e urbanismo, mais precisamente nos processos de projeto voltados à habitação de interesse social.

3.1 O QUE É PARTICIPAÇÃO?

A palavra participar (lat. part+cipere) é composta pelas noções de “parte, ser parte de” (lat. part), e “agarrar, tomar” (lat. cipere), indicando uma ação voluntária e decidida (DOBRY, 2019).

Segundo Oliveira (2014) quando há a estruturação de algo participativo, diferentes atores estão envolvidos e o “fazer parte”, “ser parte de” envolve a interação e o diálogo entre eles, pois só assim as diferentes partes podem se tornar um todo em comum.

Participação é, portanto, diálogo entre os diferentes atores que compartilham sua vivência e seu conhecimento para produzirem um novo conhecimento que será utilizado nas suas ações conjuntas em determinado contexto (OLIVEIRA, 2014).

3.2 CONSTRUINDO UMA INTERPRETAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO

A partir dessa definição inicial de “*participar*”, buscou-se alguns autores que trazem interpretações da participação para que, na inquietação de entendê-la, seja possível de alguma forma analisar como se dá a participação nos processos de projeto.

Diversas são as abordagens possíveis da participação. Para este trabalho, olhamos para três: a primeira é a interpretação de Sherry Arnstein (1969;2002) e sua teoria apresentada através da escada da participação,

analisando níveis de envolvimento e autonomia dos participantes; a segunda, é a interpretação de Juan Díaz Bordenave (1994) através dos níveis de controle, podendo ser um instrumento de luta e manifesto daqueles que participam; e por fim, a participação a partir da pedagogia de Paulo Freire (1987;1996), estruturada por meio do diálogo e da formação de uma consciência crítica.

3.2.1 A Participação por Sherry Arnstein

Para Arnstein (2002) o fundamental da participação é a redistribuição de poder que permite aos “cidadãos sem-nada”, atualmente excluídos dos processos políticos e econômicos, a serem ativamente incluídos no futuro. Ela constitui, assim, o meio pelo qual os sem-nada podem promover reformas sociais significativas que lhes permitam compartilhar dos benefícios da sociedade envolvente (ARNSTEIN, 2002).

“Minha resposta à pergunta central o que é participação se resume à constatação de que participação cidadã constitui um sinônimo para poder cidadão (ARNSTEIN, 2002).”

A autora (ARNSTEIN, 2002) chama a atenção para a diferença fundamental que existe entre passar pelo ritual vazio da participação e dispor de poder real para influenciar os resultados do processo, onde o ponto fundamental é que participação sem redistribuição de poder é um processo frustrante para os grupos desprovidos de poder e permite àqueles que têm poder de decisão argumentar que todos os lados foram ouvidos, mas beneficiar apenas a alguns.

A partir disso, a interpretação da participação de Arnstein (2002) é apresentada por meio de um modelo em escada, onde cada nível tem características de envolvimento e autonomia diferentes. Parte-se dos degraus mais baixos onde não há participação até o topo onde se estabelece um diálogo ou se entrega completamente o poder de decisão ao povo (OLIVEIRA, 2014).

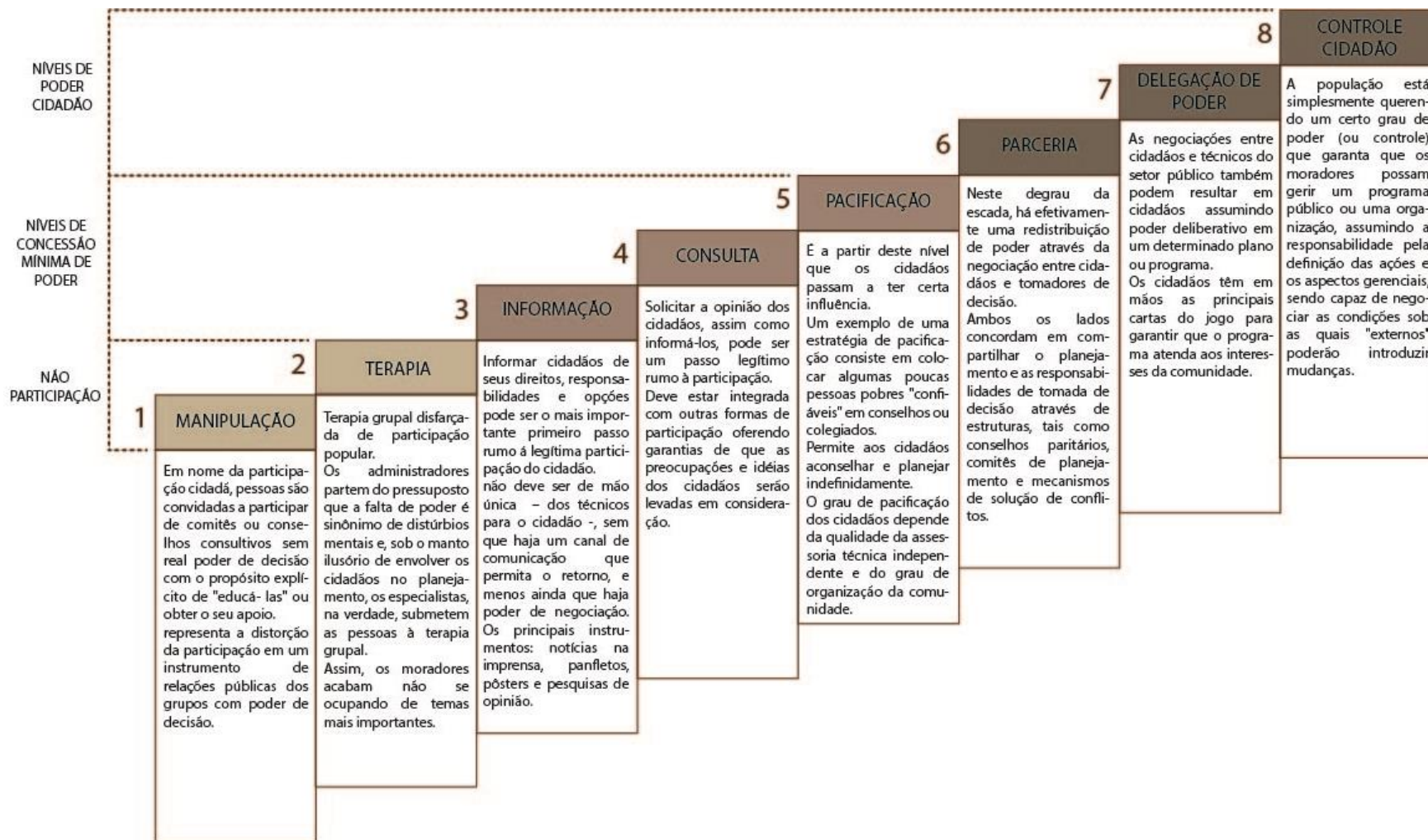


Figura 11: Escada da Participação Cidadã. Fonte: desenvolvido pela autora com base em Arnstein (2002).

Os primeiros degraus, 1 e 2, descrevem níveis de não-participação – que tem por objetivo permitir que os tomadores de decisão possam “educar” os participantes; os degraus seguintes, 3 e 4, avançam para níveis de concessão limitada de poder que permitem ao participante ouvir e ser ouvido, mas sem a garantia de que suas opiniões serão aceitas; o 5º degrau permite aos participantes aconselhar os poderosos, mas permanece com estes o poder de decisão; o nível seguinte, o 6º degrau, permite a negociação de igual para igual com aqueles que detém o poder e, por fim, nos dois últimos, níveis 7 e 8, o cidadão detém a maior parte na tomada de decisão ou o completo poder gerencial.

Essa tipologia é estruturada por Arnstein (2002) com base em três programas do governo federal dos Estados Unidos (EUA)²³, mas a autora aponta que ela poderia também ser facilmente demonstrada na igreja, em faculdades e universidades, nas escolas públicas, entre outras, pois:

Os temas básicos são essencialmente os mesmos em todos os casos: “os ninguém” destas arenas estão tentando tornar “alguém” com poder suficiente para tornar suas organizações mais adequadas às suas opiniões, aspirações e demandas (ARNSTEIN, 1969).

Portanto, apesar de a escada se referir essencialmente a decisões tomadas em escala de sociedade, relacionadas às políticas públicas, ela também nos fornece base de análise para a dimensão do processo de projeto.

Como limitação, a própria autora destaca que a tipologia faz abstrações simplistas dos grupos, os cidadãos e os poderosos, ressaltando que na vida real das pessoas e políticas públicas podem existir 150 degraus cuja distinção entre si não seja tão clara e pura (ARNSTEIN, 2002). Além disso:

A tipologia não inclui uma análise dos principais obstáculos para se alcançar níveis genuínos de participação. Estas barreiras estão dos dois lados desta cerca simplista. Do lado dos poderosos, elas incluem racismo, paternalismo e resistência à distribuição do poder. Do lado dos sem-nada, incluem a inadequação da infraestrutura política e socioeconômica das comunidades pobres, o limitado acesso à educação e informação, além das dificuldades em organizar um grupo

²³ O Programa de Renovação Urbana, o Programa de Combate à Pobreza e o Programa de Cidades- Modelo (ARNSTEIN, 2002).

comunitário representativo e legitimado face às desavenças pessoais, a alienação e a desconfiança mútua (ARNSTEIN, 2002).

A seguir são apresentadas as características de cada um dos oito níveis de participação.

3.2.1.1 Características de cada nível de participação de Arnstein

O primeiro nível é o da **Manipulação**, onde as pessoas são convidadas a participar de comitês ou conselhos consultivos, sem real poder de decisão, com o propósito explícito de educá-las ou de obter seu apoio. Trata-se de uma distorção da participação, utilizada para envolver as pessoas, mas sem discutir efetivamente as propostas com “o povo” (ARNSTEIN, 2002).

O segundo nível, o da **Terapia**, ocorre quando os administradores partem do pressuposto de que a falta de poder é sinônimo de distúrbios mentais e, a partir disso, submetem as pessoas à terapia grupal como forma de “participação”. O foco está em curar as pessoas de suas “patologias” e não as fazer refletir sobre as condições que as originaram. Um exemplo dessa prática é quando grupos de moradores (de um conjunto habitacional) são instrumentalizados para a realização de campanhas de controle de violência ou de limpeza do bairro, por exemplo, enquanto temas mais importantes como a remoção ilegal de invasões e a segregação social no conjunto habitacional, ficavam de lado (ARNSTEIN, 2002).

O terceiro nível trata da **informação**.

Informar cidadãos de seus direitos, responsabilidades e opções pode ser o mais importante primeiro passo rumo à legítima participação do cidadão (ARNSTEIN, 2002).

Porém, muito frequentemente, a ênfase está na mão única da informação; dos técnicos para o cidadão; sem que haja um canal de comunicação que permita o retorno, e menos ainda que haja poder de negociação (ARNSTEIN, 2002). Desse modo, sem a possibilidade do diálogo, as pessoas não influenciam o que está sendo decidido e a informação é apenas um veículo de comunicação

para divulgar informações superficiais, desencorajando perguntas ou dando respostas evasivas (ARNSTEIN, 2002).

O nível seguinte é o da **consulta**, na qual é solicitada a opinião dos cidadãos, podendo esse ser um passo legítimo rumo à participação. Esse degrau precisa estar associado a outros da escada para que seja garantido que as opiniões serão levadas em consideração. Por exemplo, os cidadãos devem ser informados (nível anterior), ter conhecimento sobre o contexto e as possibilidades, somente assim será uma opinião conscientemente válida.

O próximo nível é o da **pacificação**; é a partir dele que os cidadãos passam a ter certa influência nas decisões. Um exemplo de ação nesse nível é colocar pessoas confiáveis e escolhidas pela comunidade nos conselhos onde as decisões são tomadas.

O grau de pacificação dos cidadãos depende basicamente de dois fatores: a qualidade da assessoria técnica independente que eles recebem para definir suas prioridades, e o grau de organização da comunidade (ARNSTEIN, 2002).

Fica evidenciado nesse nível a importância de os participantes se organizarem e também contarem com uma assessoria técnica de qualidade. Só assim é possível a construção de propostas concretas em direção aquilo que se quer conquistar.

O nível seguinte, o sexto, é o de **parceria**, onde há efetivamente uma redistribuição de poder através da negociação entre cidadãos e tomadores de decisão. Neste, ambos os lados compartilham o planejamento e as responsabilidades de tomada de decisão. Essa parceria funciona melhor, segundo a autora (ARNSTEIN, 2002), se houver uma organização popular na comunidade, onde ela possa pagar às lideranças algum tipo de compensação pelo seu trabalho e contratar e demitir seus próprios técnicos. Assim, os cidadãos têm poder de escolha e começam a construir uma real capacidade de influenciar os resultados.

O sétimo degrau se refere à **delegação de poder**, onde as negociações podem resultar em cidadãos assumindo poder deliberativo em um determinado

plano ou programa. Nesse nível, os cidadãos podem garantir o atendimento dos interesses da comunidade e as divergências podem ser negociadas.

Outro modelo de delegação de poder consiste em formar grupos separados de cidadãos e técnicos do setor público, estabelecendo que, no caso de divergências que não possam ser resolvidas pela negociação, o grupo de cidadãos tem o poder de veto sobre o planejamento (ARNSTEIN, 2002).

O último nível, por fim, é o **controle cidadão**, onde os moradores poderiam gerir um programa público ou uma organização, assumindo a responsabilidade pela definição das ações e os aspectos gerenciais e sendo capaz de negociar as condições sob as quais “externos” poderão introduzir mudanças (ARNSTEIN, 2002). Para este nível, o modelo mais defendido é o de uma corporação comunitária que tenha acesso direto à fonte de financiamento sem precisar de intermediários. Segundo a autora, novos modelos de controle irão certamente surgir na medida em que os sem-nada pressionarem por um maior grau de autonomia em suas vidas (ARNSTEIN, 2002).

“Esse tipo de programa pode começar a mostrar como combater as corrosivas forças políticas e econômicas que atormentam os pobres” (ARNSTEIN, 2002).

As definições de Arnstein sobre a participação nos permitem entender níveis de participação e os efeitos de cada um para os grupos envolvidos. Complementar às definições da autora, apresenta-se a seguir a participação pelas ideias de Bordenave (1994).

3.2.2 A Participação por Bordenave

“Talvez o ser humano não seja somente o ser social, como alguns sociólogos nos querem fazer crer, mas seja também estar ativamente trabalhando contra essas forças sociais que querem reduzir nossa vida social a um mínimo. Talvez não fossemos humanos se esta tarefa pudesse ser feita de uma só vez. É, precisamente, a necessidade permanente de lutar que dá a vida humana um significado perene.”

Johan Galtung²⁴

²⁴ Citação do sociólogo norueguês Johan Galtung, pioneiro nos estudos sobre paz e conflito – extraída do livro “O que é Participação” de Juan Díaz Bordenave, pág 6.

Bordenave traz o trecho anterior para contextualizar suas ideias sobre participação, apresentando-as como instrumento de luta e manifesto. Segundo o autor, a participação facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder na sociedade (BORDENAVE, 1994). Destacando que, por meio dela, conseguem-se resolver problemas que ao indivíduo parecem insolúveis se contar só com suas próprias forças.

A maior força da participação é o diálogo, que não significa somente conversa. Significa se colocar no lugar do outro para compreender seu ponto de vista; respeitar opinião alheia; aceitar a vitória da maioria; pôr em comum as experiências vividas, sejam boas ou ruins; partilhar a informação disponível; tolerar longas discussões para chegar a um consenso satisfatório para todos (BORDENAVE, 1994).

Têm o diálogo, a troca e o respeito, portanto, como seus instrumentos de maior força, gerando consequências transformadoras. A primeira delas seria a transformação das pessoas de um estado passivo e conformista para um estado ativo e crítico; a segunda seria a descentralização e distribuição do poder, que normalmente é centrado em uma autoridade e se tornaria compartilhado e dividido (BORDENAVE, 1994).

Bordenave (1994) define alguns princípios fundamentais de sua concepção de participação:

1) a participação é uma necessidade humana e constitui um direito das pessoas; 2) a participação justifica-se por si mesma, não por seus resultados; 3) a participação é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição de poder; 4) a participação leva à apropriação do desenvolvimento pelo povo; 5) a participação é algo que se aprende e se aperfeiçoa; 6) a participação pode ser provocada e organizada, sem que isto signifique necessariamente manipulação; 7) a participação é facilitada com a organização e a criação de fluxos de comunicação; 8) devem ser respeitadas as diferenças individuais na forma de participar; 9) a participação pode resolver conflitos mas também pode gerá-los; 10) não se deve “sacralizar” a participação: ela não é panaceia nem é indispensável em todas as ocasiões (BORDENAVE, 1994).

Partindo desse entendimento, o autor sugere que a participação tem duas bases complementares: uma afetiva, porque sentimos prazer em fazer coisas com outros; e uma instrumental, onde participamos porque fazer coisas com

outros é mais eficaz e eficiente que fazê-las sozinhos (BORDENAVE, 1994). A última, se exemplifica quando pensamos na organização das classes menos favorecidas que se unem em coletivos, cooperativas, associações, organizações, entre outras, juntando forças para a luta pelos seus direitos e necessidades.

Essa participação, pode ser ainda, simbólica ou real. Na primeira, os membros de um grupo têm influência mínima nas decisões e nas operações, mas são mantidos na ilusão de que exercem o poder. Na segunda, os membros influenciam em todos os processos e ela precisa de algumas ferramentas operativas: como o conhecimento da realidade, organização e comunicação (BORDENAVE, 1994). Aparecendo a informação e a comunicação (ou diálogo) como pontos fundamentais da participação, e concordando com as ideias trazidas por Arnstein (2002).

O autor aponta também as diferentes maneiras de participar e as classifica em níveis de participação.

3.2.2.1 Maneiras de participar e níveis de participação

A primeira é a **participação de fato**, que trata da vivência na realidade de cada ser. O segundo tipo seria a **participação espontânea**, aquela que leva os homens a formarem grupos de vizinhos e de amigos, grupos fluídos, sem organização estável ou propósitos claros definidos.

Ainda, a **participação imposta**, onde o indivíduo é obrigado a fazer parte de grupos e realizar certas atividades consideradas indispensáveis (BORDENAVE, 1994). E, ao contrário dela, há a **participação voluntária**, onde o grupo é criado pelos próprios participantes que definem sua organização e estabelecem seus objetivos e métodos de trabalho. Essa nem sempre surge como iniciativa dos membros do grupo, tratando-se, às vezes, de uma participação provocada por agente externos que ajudam outros a realizarem seus objetivos ou os manipulam a fim de atingir seus próprios objetivos previamente estabelecidos – a participação dirigida ou manipulada (BORDENAVE, 1994).

Existe, ainda, aquela que o autor chama de **concedida**, onde a participação é parte de poder ou de influência exercida pelos subordinados e considerada como legítima por eles mesmos e seus superiores (BORDENAVE, 1994). Mas, mesmo se concedida, encerra em si mesma um potencial de crescimento da consciência crítica, da capacidade de tomar decisões e de adquirir poder (BORDENAVE, 1994).

E por fim, para que possamos analisar e mensurar a participação, apresentamos os sete graus de participação definidos pelo autor (Figura 12), que trazem como questões-chave o grau de controle dos membros sobre as decisões e o quão importantes são essas decisões as quais se pode participar.

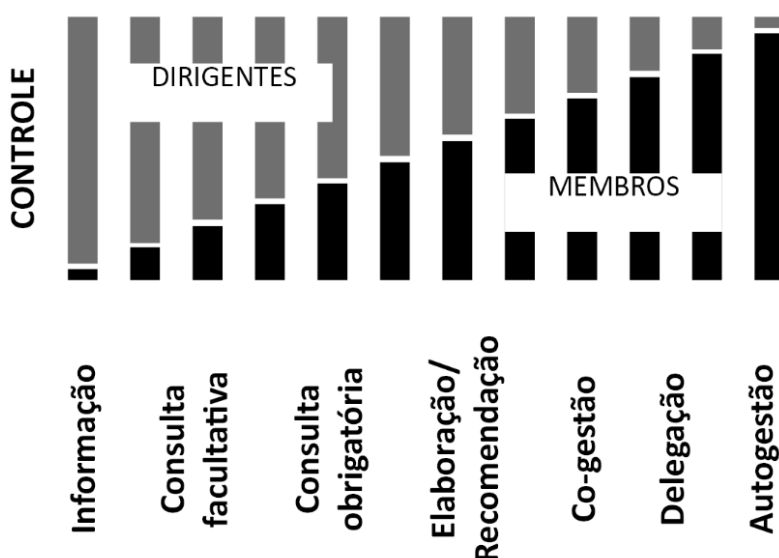


Figura 12: Graus de participação de Bordenave. Desenvolvido pela autora com base em Bordenave (1994).

A classificação parte do menor grau que seria o de **informação**, quando os dirigentes informam os participantes sobre as decisões já tomadas. Seguido pela **consulta facultativa**, onde a administração pode, se quiser ou quando quiser, consultar os participantes. No nível seguinte, o de **consulta obrigatória**, os participantes são consultados em certas ocasiões, mas a decisão final permanece com os diretores.

O grau seguinte é o de **elaboração/recomendação**, onde os participantes elaboram propostas e recomendam medidas que a administração

aceita ou rejeita, devendo sempre justificar a sua posição. Na sequência deste, está a **co-gestão**, na qual a administração e organização é compartilhada mediante mecanismos de co-decisão e colegialidade, onde os administradores exercem uma influência direta na eleição de um plano de ação e na tomada de decisões. Comitês, conselhos ou outras formas colegiadas são usadas para a tomada de decisões (BORDENAVE, 1994).

A **delegação** como próximo grau é onde os participantes tem autonomia em certos campos, antes exclusivo dos administradores. Para que haja delegação real, os delegados devem possuir completa autoridade. E por fim, o grau mais alto de participação é a **autogestão** na qual o grupo determina seus objetivos, escolhe seus meios e estabelece os controles pertinentes, sem uma autoridade externa (BORDENAVE, 1994).

A participação para Bordenave pode ser entendida como um meio para alcançar a consciência crítica, aumentando os níveis de poder da população. Neste sentido, poder e diálogo se apresentam como conceitos importantes e, nestes termos, Bordenave corrobora com Arnstein – participação em níveis de poder; e com Freire pela ideia do diálogo/troca e empoderamento dos envolvidos, como será apresentado no item a seguir.

3.2.3 A Participação a partir de Paulo Freire

Considerando a participação como um instrumento de empoderamento²⁵ através do conhecimento, trazemos as ideias de Freire²⁶ para complementar o entendimento da prática.

²⁵ “Previenen que debe ser tomado en el sentido de dar poder a alguien, en que el sujeto “recibe” de alguien algún recurso (habiéndolo merecido o no), dentro de una perspectiva individualista, pero en el sentido de activar la potencialidad creativa de alguien, así como de desarrollar y potencializar la capacidad de las personas. Dentro del amplio referencial freiriano, es importante realzar que el empoderamiento no es simplemente un acto psicológico, individual, sino un acto social y político, pues para Freire, el ser humano es intrínsecamente social y político, o sea, es persona=relación [...] Además, según una mirada crítica y detallada, se puede decir que empoderamiento está íntimamente vinculado a concientización”. (GUARESCI, 2006 in STRECK, 2015).

²⁶ Educador e filósofo brasileiro, considerado um dos pensadores mais notáveis na história da pedagogia mundial, tendo influenciado o movimento chamado pedagogia crítica (Extraído de paulofreire.org. Acesso em 25/05/20).

Freire (1987) apresenta sua pedagogia à partir do contexto político do país, onde mudanças bruscas tendiam a colocar o povo em um estado de massificação, considerando necessário portanto um novo processo educativo para a decisão e a responsabilidade social e política. Isso, segundo o autor deveria ser feito em diálogo com o outro, com o povo, através da troca, não acreditando em fórmulas prontas. Daí a sua necessidade de uma formação crítica através do diálogo, base da sua pedagogia, que permite uma nova relação do homem com o mundo e torna-o capaz de optar e decidir (LANA, 2007).

Novamente, uma questão que se considera essencial na participação para este trabalho, o diálogo, aparece como protagonista nas práticas de troca e construção de conhecimento, em direção a formação de consciência crítica.

A pedagogia de Paulo Freire já apontava o diálogo como ferramenta primordial na construção de um conhecimento que liberta a população oprimida dos valores impostos pelas classes dominantes. Essa libertação se dá através da descoberta de valores próprios que o sistema forçou a reprimir (OLIVEIRA, 2014).

Ainda,

Observa-se nitidamente sua preocupação com a inclusão do ser humano, de sua inserção num permanente movimento de procura. Sua educação visa um homem-sujeito e não um homem-objeto. Insiste na integração – capacidade de ajustar-se à realidade somada à de transformá-la e à capacidade de optar (criticamente) - e não na acomodação – atividade puramente humana (LANA, 2007).

O permanente movimento de procura referido pela autora (LANA, 2007), é trazido nas ideias de Freire (1996), como curiosidade permanente. Considerando que é dessa curiosidade que resulta um determinado saber – que pode não ter rigor metódico – mas que caracteriza o saber da experiência, do senso comum; é o saber socialmente construído na prática comunitária, sobretudo nas classes populares (FREIRE, 1996).

Os saberes esses, que vem da prática, devem ser respeitados e discutidos, pois é a partir deles que se constrói a consciência crítica sobre a própria realidade. É mais do que um processo de aprendizado, trata-se de “aprender e aprender criticamente” (FREIRE, 1996).

“Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos” (Freire, 1996).

Respeitar esses saberes é respeitar também a sua dignidade, a sua identidade em construção e o seu ser em formação. Só pode ser feito levando em conta as condições em que eles vêm existindo e reconhecendo a importância dos “conhecimentos feitos” com que chegam (FREIRE, 1996). Contudo, não se trata de adaptar-se ou converter-se aos saberes dos grupos populares, nem mesmo de impor-lhes um outro saber como verdadeiro, mas sim de uma *construção conjunta* através da *troca* (FREIRE, 1996).

Nessa relação de troca os educandos (aqui considerados os participantes – do processo de projeto) tem participação em todos os momentos, apontando temas significativos e a partir deles o educador (aqui considerado aquele que está conduzindo o processo, o técnico) amplia a discussão sugerindo novos temas.

Como consequência dessa participação e troca, tem-se o desenvolvimento crítico do pensamento sobre a realidade, onde os indivíduos tomam posse das suas vidas. A partir dessa construção, começamos a falar do empoderamento alcançado através da participação.

Na concepção freiriana o empoderamento acontece através de uma ação social na qual indivíduos tomam posse de suas vidas pela interação com outros indivíduos com os quais constroem um pensamento crítico em relação à realidade. O empoderamento, alcançado através da participação, favorece a capacidade pessoal e social desses indivíduos e possibilita uma transformação nas relações sociais de poder (OLIVEIRA, 2014).

Oliveira (2014) em seu trabalho, que investiga processos projetuais participativos, aponta que, no contexto da produção de Habitação Social, esse procedimento de troca parece indispensável por ser uma maneira de compatibilizar o saber popular com o saber técnico. Ao mesmo tempo, tais processos podem promover uma capacitação política para ambos, técnicos e população, para reconhecerem processos produtivos impostos que não absorvem as especificidades desses grupos.

Essa lógica, Freire (1987) aborda uma educação libertadora como sendo aquela comprometida com a desmistificação; que contrapõem o que o autor

chama de educação bancária, que é aquela que anula o poder criador dos educandos ou o minimiza; e satisfaz aos interesses dos opressores. A educação libertadora, tem no diálogo a sua base e serve à libertação, já a bancária nega o diálogo e serve à dominação.

“O diálogo está a serviço de uma educação para a emancipação”
(BAQUERO, 2012).

O diálogo, que é sempre comunicação, segundo Freire (1987) funda a co-laboração, onde há sujeitos que se encontram para a transformação do mundo. Constituindo assim a teoria dialógica da ação, que tem como característica final a síntese cultural: uma construção a partir das diferenças.

A síntese cultural não nega as diferenças entre uma visão e outra, pelo contrário, se funda nelas. O que ela nega é a invasão de uma pela outra. O que ela afirma é o indiscutível aporte que uma dá à outra (FREIRE, 1987).

Tem-se, a partir dessas ideias, a construção de uma possibilidade de participação fundada na pedagogia de Paulo Freire, que se estrutura com base no diálogo, na troca (sem sobreposição) e no empoderamento, chegando assim à síntese cultural. Que seria, como sugerido por Oliveira (2014), a maneira ideal de participação que pode ser retirada da concepção pedagógica freiriana, estando dividida em três etapas: 1) autoconhecimento; 2) reconhecimento do grupo; e 3) síntese cultural.

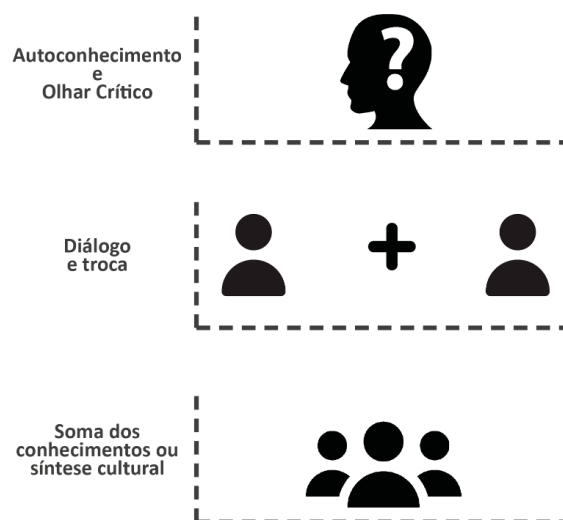


Figura 13: Fases da participação a partir das ideias de Paulo Freire. Elaborado pela autora.

Assim, a pedagogia de Freire – embora não se refira em sua origem aos processos de projeto – se relaciona, portanto, com as ideias Arnstein (2002) e Bordenave (1994), onde os níveis de participação estão baseados também no diálogo como essencial; sendo os níveis em que há a troca e equilíbrio entre os envolvidos considerados como os ideais.

A partir de um entendimento estruturado sob as ideias dos três autores, a temática da participação será direcionada agora para o campo da arquitetura e urbanismo, mais precisamente aos processos participativos de projeto em habitação de interesse social.

3.3 A PARTICIPAÇÃO NO CAMPO DA ARQUITETURA OS PROCESSOS DE PROJETO

O tema da participação de usuários na arquitetura aparece após a Segunda Guerra Mundial, onde um grupo de arquitetos denominado Team X²⁷ passa a questionar uma série de princípios modernos como o papel social do arquiteto e a arquitetura produzida para as elites, que priorizava aspectos formais e reprimia expressões identitárias e uma real apropriação do espaço, principalmente o habitacional (OLIVEIRA, 2014).

Nesse sentido, o grupo de arquitetos Team X, reivindicou novas soluções para o habitat, valorizando a identidade dos usuários, bem como a participação dos habitantes na construção do ideário de vida (SANCHES, 2015). Nessa perspectiva, a participação seria uma alternativa ao autoritarismo das propostas de “cima para baixo” de produção para as massas sem pensar nas necessidades do homem ou em suas relações comunitárias (OLIVEIRA, 2014).

No Brasil, no início dos anos 1950, também houve uma forte crítica aos princípios modernistas, ganhando destaque as publicações do arquiteto Vilanova

²⁷ Grupo de arquitetos formado dentro do CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna no qual se discutiam os princípios da Arquitetura Moderna, elaborando fórmulas e diretrizes que deveriam ser seguidos internacionalmente), que passou a questionar uma série de princípios modernos que contribuíram para a extinção do Congresso, como instituição, em 1956 (OLIVEIRA, 2014).

Artigas, professor da USP e mentor da denominada “Escola Paulista Moderna” (OLIVEIRA, 2014). O debate promovido por Artigas no período pós-guerra tinha como questão central o questionamento do papel do arquiteto no cenário político-econômico.

Para ele, o projeto de arquitetura deveria ser um “instrumento de emancipação política e ideológica” (OLIVEIRA, 2014).

Seguindo essa linha crítica, Sanches (2015) destaca como experiências pioneiras da participação, no contexto mundial, o trabalho de alguns arquitetos tais como: Hassan Fathy do Egito, Christopher Alexander da Áustria e John Turner da Inglaterra, que incorporaram a participação da população no processo de projeto e produção de habitação social.

Hassan Fathy é autor do livro “Construindo com o povo: arquitetura para os pobres” de 1973, traduzido no Brasil em 1980, no qual relata a sua experiência quando foi contratado pelo governo do Egito em 1945 para realizar o projeto de uma nova vila nas proximidades de Luxor, para realojar 7.000 camponeses que viviam na aldeia de Gurna (SANCHES, 2015). Nesse projeto, a preocupação essencial, desde o início, foi desenvolver um projeto para contribuir com a melhoria de vida dos camponeses pobres do mundo, visando o envolvimento dos habitantes locais no treinamento e na construção de suas próprias casas e procurando reabilitar tecnologias como o adobe (SANCHES, 2015).

Outro arquiteto que se destaca na participação é Christopher Alexander, matemático e arquiteto austríaco que formulou teorias e métodos para lidar com a complexidade das necessidades humanas, publicando-os como “Linguagem de Padrões”; o livro tornou-se um marco como método de projeto para intervenções arquitetônicas e urbanísticas (SANCHES, 2015). Esse arquiteto destaca a importância do usuário final na arquitetura e no urbanismo e destaca que a participação justifica-se por envolver no ambiente construído as pessoas, instituindo o domínio sobre o espaço concebido e o sentimento de pertencimento (SANCHES, 2015).

Já John F. C. Turner, arquiteto britânico, trabalhou na reconstrução dos assentamentos precários e programas de urbanização de favelas no Peru entre

1957 e 1965, defendendo a autoconstrução, a ajuda mútua, a autogestão dos futuros moradores e a urbanização de favela (SANCHES, 2015). Turner coloca a população com papel principal para a realização da habitação, cabendo a ela decidir como utilizar os recursos públicos fornecidos pelo poder público (BANDEIRINHA, 2016) e considera esta a forma mais eficaz para atender as necessidades da população carente de moradia (SANCHES, 2015).

Além destes nomes, também ganharam notoriedade as experiências e Operações do Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL) em Portugal, de iniciativa do arquiteto Nuno Portas. Esse programa surgiu em um momento de abertura política do País que se deu a partir da Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974, que depôs o regime ditatorial²⁸, um período em que um grande número de portugueses morava em “barracas” feitas com materiais improvisados: madeira, placas de zinco, etc. (OLIVEIRA, 2014).

O SAAL se caracteriza pela participação ativa da população na luta pelo direito à moradia, destacando-se a relação de trabalho que integrava o processo participativo de técnicos e moradores no projeto, permitindo reflexão consciente sobre a cidade e seus processos de planejamento. (SANCHES, 2015). O SAAL teve um curto período de existência (1974 a 1976), mas a sua metodologia de projeto participativo inspirou as cooperativas habitacionais daquele país, bem como algumas experiências brasileiras (SANCHES, 2015).

Por fim, outra iniciativa que destacamos é a das Cooperativas de Habitação por Ajuda Mútua no Uruguai. Onde, em dezembro de 1968 o parlamento uruguaio votou a lei uruguaia de habitação (Ley Nacional de Vivienda), que é o instrumento legal mais completo em toda América Latina, no que diz respeito ao direito à moradia (NASCIMENTO, 2011).

Segundo o Art. 130 da Lei Uruguaia de Moradia, as cooperativas de habitação são aquelas sociedades que, regidas pelos princípios do cooperativismo, tem como objetivo principal prover alojamento adequado e

²⁸ Regime político autoritário, autocrata e corporativista de Estado que vigorou em Portugal durante 41 anos ininterruptos, de 1933 até 1974.

estável a seus associados (NASCIMENTO, 2011). A Lei diz, ainda, que as cooperativas de habitação uruguaias poderão utilizar o trabalho de seus sócios na construção de moradias, sendo válidos para suas modalidades: a de poupança prévia (os esforços dos cooperados são feitos através de poupança em dinheiro) e a de ajuda mútua (os esforços são feitos através do trabalho dos cooperados em suas obras) (NASCIMENTO, 2011). Tais cooperativas serviram e servem até hoje de referência para várias iniciativas brasileiras que buscam novas soluções para a problemática habitacional dentro de uma perspectiva coletivista (OLIVEIRA, 2014).

Todas essas iniciativas citadas até aqui representam um recorte da concepção de participação em processos de projeto. Entendendo que, projetos desta natureza tem grande potencial e devem trazer consigo a busca pela produção de unidades habitacionais mais adequadas aos desejos e necessidades do futuro morador, principalmente no que diz respeito à compatibilização de tais necessidades às limitações impostas pelos orçamentos apertados, terrenos com carências infraestruturais e às demandas de se atender o maior número possível de famílias por projeto (SOUZA, 2007).

Um dos passos iniciais na busca pelo projeto arquitetônico participativo seria, portanto, o reconhecimento das famílias participantes enquanto colaboradoras efetivas do processo, gerando projetos capazes de atender as demandas dos futuros moradores (SOUZA, 2007). Para isso, é fundamental a aproximação com a realidade dos envolvidos, entendendo hábitos, necessidades e expectativas.

Essa maior adequação dos projetos realizados de forma participativa é apontada por Oliveira (2014) como uma grande contribuição desse modelo para a qualidade e adequação da produção arquitetônica, em especial da Habitação de Interesse Social, onde a classe pobre fragilizada por sua realidade precária não consegue, muitas vezes, atuar na busca de uma vida melhor, nem consegue fazê-lo coletivamente (OLIVEIRA, 2014). Nesse sentido, há um empoderamento individual e social desse grupo através da participação em um processo de projeto que questiona conhecimentos e desenvolve uma visão crítica da realidade (OLIVEIRA, 2014).

Tem-se, a partir do diálogo entre os atores envolvidos na prática participativa, a compatibilização das vontades e necessidades populares com o conhecimento técnico. Oliveira (2014) afirma que isso permite que os envolvidos se apropriem e contribuam no processo, havendo uma desconstrução do conhecimento anterior tanto do saber técnico quanto do saber popular, que se transformam para melhor se adaptarem a cada realidade.

Os projetos participativos de moradia popular resgatam a voz do morador, que sai do papel de beneficiário para o de cliente, assumindo uma postura ativa na definição do projeto e na transformação de sua realidade. Assim como arquitetos e engenheiros, tradicionalmente responsáveis pelo projeto e pela construção, partem dos temas apontados pelos moradores ao invés de tentarem fazer um diagnóstico e proporem soluções para os problemas levantados, a partir de seu conhecimento técnico (OLIVEIRA, 2014).

Fica evidenciada assim, a relevância da participação nos projetos de projeto, principalmente àqueles voltados à habitação popular, considerando o seu potencial em traduzir as necessidades e vontades daqueles que pouco ou nunca são consultados.

3.4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

As iniciativas participativas tiveram início no contexto de crítica ao movimento moderno e seguem até hoje, buscando envolver o usuário final nos processos de projeto. É através delas que se busca uma maneira mais democrática de planejar e construir, aproximando-se das camadas populares, de suas demandas e incluindo-as como protagonistas nos processos de projeto e planejamento.

Neste capítulo, buscou-se construir um entendimento sobre a participação no contexto do projeto de habitação de interesse social, bem como uma forma de mensurá-la, já que, este trabalho se propõe a analisar processos participativos de projeto em habitação de interesse social. Para isso, foram apresentadas as abordagens de três autores que permitem interpretar e medir níveis de participação em processos desta natureza: Arnstein, Bordenave e Freire. Suas abordagens dialogam entre si ao terem princípios em comum e

entenderem a participação através do diálogo e da troca, do aprendizado e do empoderamento.

Foi identificado, a partir dos argumentos desses autores, alguns pontos que classificamos como princípios base da participação e que devem ser observados quando analisamos criticamente processos de projeto participativos. Sendo eles: a **aproximação e envolvimento** dos “participantes”; o **diálogo**, a **troca** e o **aprendizado** adquirido/repassado no processo participativo; o **empoderamento** gerado nos participantes como consequência da sua participação; o **poder de decisão e escolha** e o **protagonismo** dos participantes no processo (que refletem níveis já mais avançados de participação); a **adequação às necessidades específicas** que é possível ser alcançada através da participação; e a **inclusão do conhecimento popular** que contempla os conhecimentos dos participantes, somando-os ao conhecimento técnico e construindo, a partir deles, soluções compartilhadas;

A partir destes pontos, foram realizadas as análises e interpretações deste trabalho, as quais serão apresentadas no capítulo de resultados, Capítulo 6. O modo como foram realizadas está explanado no capítulo de metodologia, apresentado a seguir.





CAPÍTULO 4

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo expõem os procedimentos metodológicos adotados no desenvolvimento deste trabalho. Será apresentada a estratégia de pesquisa, o delineamento pelo qual se estrutura e as técnicas de coleta e análise de dados adotadas em cada uma das três etapas (A, B e C) do trabalho. Além disso, serão apresentados os casos que foram objeto de estudo deste trabalho.

4.1 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

Segundo (GIL, 2010) a classificação da pesquisa possibilita melhor organização dos fatos, o seu entendimento, e torna o pesquisador capaz de conferir maior racionalidade às etapas requeridas para sua execução. Assim, a partir dos seus objetivos e questões, a presente pesquisa é classificada como *estudo de caso de cunho descritivo-exploratório*. O caráter exploratório tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema e geralmente envolve: 1) levantamento bibliográfico; 2) entrevistas com pessoas que tiveram experiência prática com o assunto; e 3) análise de exemplos que estimulem a compreensão (GIL, 2010).

O uso de múltiplas fontes é recomendado para estudos de caso, permitindo o desenvolvimento de linhas convergentes de investigação, através de processo de triangulação e corroboração (YIN, 2010). Em vista disso, nesta pesquisa foram coletadas informações em trabalhos acadêmicos, notícias de jornais, revistas e reportagens; além da percepção dos envolvidos nos dois estudos de caso, que foi captada através de entrevistas semiestruturadas.

4.2 DELINEAMENTO

A pesquisa foi realizada em três etapas, como descrito a seguir.

A primeira, Etapa A, configurou-se como exploratória, com coleta de dados realizada através de pesquisa bibliográfica, documental e observação assistemática não participante. Também nesta etapa foram realizadas entrevistas exploratórias com os responsáveis técnicos (arquitetos e urbanistas) envolvidos nos dois estudos de casos que constituem este trabalho. Aconteceram de maneira informal (como conversas), tendo como objetivo ajustar o foco do estudo e identificar os possíveis caminhos a serem seguidos dentro da temática proposta.

A Etapa B teve como foco a compreensão do processo de Assistência Técnica a partir da percepção dos envolvidos: técnicos e moradores. *O objetivo foi compreender como ocorreu o processo de Assistência Técnica em dois casos no Rio Grande do Sul, como foi empregado o processo participativo e quais as*

possíveis contribuições, nesse contexto, para a realidade das comunidades. Esta etapa foi estruturada a partir de referencial teórico sobre assistência técnica em arquitetura e urbanismo e participação em processos de projeto voltados à habitação de interesse social.

A coleta de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, aplicadas aos técnicos e aos moradores a partir de um roteiro prévio elaborado pela pesquisadora. Considerou-se adequada a entrevista semiestruturada devido a sua flexibilidade na hora da coleta, sendo possível, se desejado, aprofundar-se em determinadas questões ou passar rapidamente por outras. Também nesta etapa foi utilizada a observação assistemática não participante, cujas observações foram registradas em diário de campo pela pesquisadora.

Por fim, a Etapa C teve como objetivo a análise e interpretação dos dados coletados nas etapas anteriores, construindo os resultados da pesquisa. A confrontação dos resultados com a literatura possibilitou a reflexão crítica para com o tema proposto.

A síntese das etapas é apresentada no quadro a seguir:

	ETAPA A	ETAPA B	ETAPA C
OBJETIVO	Contextualização; Delimitação da pesquisa;	Compreensão do processo de Assistência Técnica a partir da percepção dos envolvidos: técnicos e moradores.	Análise e interpretação dos dados;
TÉCNICA DE COLETA E ANÁLISE	Pesquisa bibliográfica e documental; Observação assistemática não-participante; Entrevistas exploratórias (informais);	Entrevistas semiestruturadas; Observação assistemática não-participante;	Análise de Conteúdo
PRODUTO	Definição da estrutura teórica do trabalho; Definição dos estudos de caso;	1) Panorama do processo de ATHIS; 2) Panorama do processo participativo; 3) Possíveis contribuições de ambos;	Consolidação dos resultados; Confrontação dos resultados com a literatura; Discussões;

Figura 15: síntese das etapas da pesquisa.

4.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Nos estudos de caso, segundo Yin (2010), a riqueza do fenômeno e a extensão do contexto da vida real exigem que os investigadores enfrentem uma situação tecnicamente distinta: existirão muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados. Em resposta, uma tática essencial é usar múltiplas fontes de evidência (YIN, 2010). As técnicas de coleta de dados adotadas na presente pesquisa estão descritas a seguir.

4.3.1 Pesquisa bibliográfica e documental

Pesquisas bibliográficas devem ser empregadas com o propósito de fornecer fundamentação teórica ao trabalho, bem como a identificação do estágio atual do conhecimento ao tema (GIL, 2010). É elaborada, portanto, com base em materiais já publicados, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos (GIL, 2010).

A pesquisa documental se assemelha a pesquisa bibliográfica, todavia não levanta material editado (livros, periódicos, etc), mas busca material que não receberam um tratamento analítico, como cartas, reportagens de jornal, diários, gravações, entre outras (GIL, 2012). Na presente pesquisa foram analisadas publicações (reportagens digitais, revistas, entrevistas), estudos que abordam o tema (teses, dissertações e artigos científicos), além de livros e legislações.

4.3.2 Observação assistemática não-participante

As técnicas observacionais são procedimentos empíricos de natureza sensorial que permitem a coleta de dados a partir da percepção sensorial do observador (MARTINS; THEÓPHILO, 2007). Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar (MARCONI; LAKATOS, 2000).

Segundo Marconi e Lakatos (2000), a observação assistemática não-participante é mais empregada em estudos exploratórios e não tem planejamento e controle previamente elaborados. O caráter não participante consiste em o pesquisador entrar em contato com a comunidade, grupo ou

realidade estudada, sem integrar-se a ela, sem participação efetiva ou envolvimento, agindo como espectador (MARCONI; LAKATOS, 2000).

Nesta pesquisa a observação foi realizada em apenas um dos estudos de caso realizados, a “Ocupação Cerâmica Anita” (que será apresentado no capítulo a seguir), onde o processo de assistência técnica esteve em andamento durante o desenvolvimento das Etapas A e B desta pesquisa. A observação se deu para as seguintes atividades: reuniões, oficinas e atendimentos individuais, onde procurou-se atentar para a participação dos moradores e seu envolvimento no processo, bem como sua aproximação com os técnicos durante as atividades. As percepções foram registradas em diário de campo da autora.

4.3.3 Entrevista

Para Yin (2010), as entrevistas são conversas guiadas que representam uma fonte essencial de informação para os estudos de caso. Elas permitem tratar de temas complexos que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente através de questionários (MARCONI; LAKATOS, 2000). A estruturação das entrevistas se dá geralmente a partir de um roteiro que depende da intenção a ser alcançada. No caso desta pesquisa, optou-se pelas entrevistas semiestruturadas com um roteiro geral de questões, para que, a partir delas, pudessem surgir novas perguntas se necessário.

As entrevistas semiestruturadas foram aplicadas para a equipe técnica que esteve envolvida nos processos de assistência técnica (arquitetos e urbanistas) e para os moradores das comunidades que foram tomadas como estudo de caso deste trabalho. Os entrevistados foram convidados a participar da pesquisa a partir da assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido e as entrevistas foram gravadas como áudio. O material resultante foi transcrito e analisado.

4.4 DETALHAMENTO DAS ETAPAS DA PESQUISA

4.4.1 Etapa A

A Etapa A teve como foco a contextualização e delimitação da pesquisa. Foram adotadas a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, entrevistas exploratórias e observação assistemática não participante como técnicas de coleta de dados. O quadro a seguir apresenta a síntese dos procedimentos adotados.

ETAPA A		
TÉCNICA DE COLETA	PROCESSO DE COLETA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Pesquisa Bibliográfica	Levantamento de trabalhos e pesquisas científicas já realizadas sobre o tema.	Levantar estado da arte Estruturação teórica do trabalho
Pesquisa Documental	Seleção de notícias na internet, jornais e revistas (sobre assistência técnica)	Análise de Conteúdo Identificar locais e formas de atuação da assistência técnica.
Entrevistas Exploratórias Observação Assistemática não-participante	Contatos iniciais com dois possíveis estudos de caso Conversas informais Diário de anotações	Definir os estudos de caso e ajustar o foco da pesquisa em função do contexto encontrado.

Figura 16: procedimentos adotados na Etapa A da pesquisa.

A pesquisa bibliográfica foi realizada em livros e estudos acadêmicos: teses, dissertações e artigos científicos. Foi realizada revisão sistemática de literatura a partir dos principais constructos elencados para este trabalho, que são: assessoria/assistência técnica em arquitetura e urbanismo e participação/processos participativos. Na pesquisa foram utilizadas algumas variações dos constructos com o objetivo de ampliar a busca e rastrear um maior número de materiais relacionados à área de estudo. No quadro a seguir estão

exemplificados os constructos para os quais foi realizada a revisão sistemática de literatura bem como a variação de termos utilizados no rastreamento:

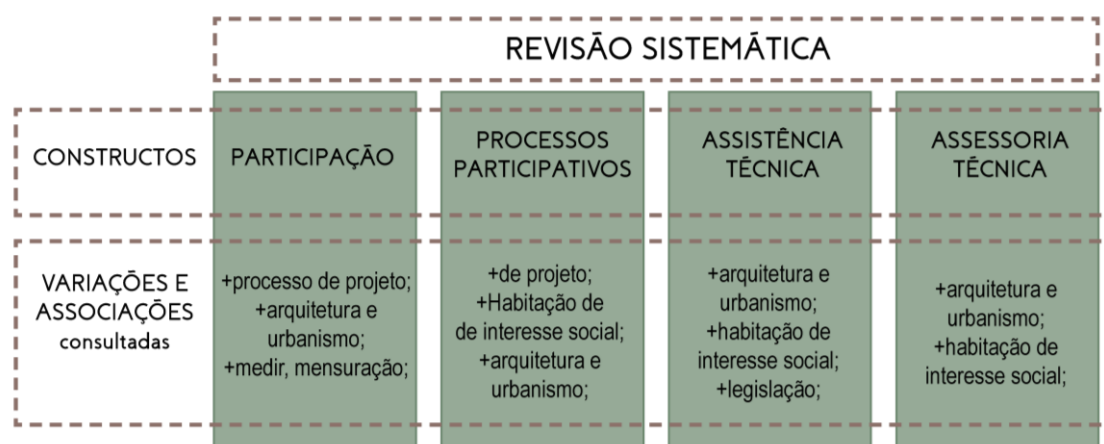


Figura 17: constructos e variações pesquisados na revisão sistemática de literatura. Plataformas de pesquisa consultadas 1: Google Scholar; 2: Web of Science; 3: BDTD; 4: OASISBR; 5: Scielo; 6: Scopus; 7: Plataforma Capes e 8: anais de eventos.

Já a pesquisa documental teve como base reportagens sobre a temática da assistência técnica em diferentes plataformas: jornais, revistas, sites informativos. Além disso, foi feito o acompanhamento de eventos e seminários onde a temática foi abordada²⁹. A partir deles identificou-se a assistência técnica aparecendo associada às discussões de direito à moradia e melhoria da qualidade de vida das populações de baixa renda.

Por fim, nesta etapa da pesquisa, foram realizadas entrevistas exploratórias e observação assistemática não participante, estabelecendo, através delas, contatos iniciais com a equipe técnica (arquitetos e urbanistas) atuantes nos dois casos selecionados como objeto de estudo deste trabalho, que são: 1) Ocupação Cerâmica Anita, na cidade de São Leopoldo, região metropolitana de Porto Alegre e 2) Assentamento 20 de Novembro, na cidade de Porto Alegre (os dois casos serão apresentados no capítulo a seguir, capítulo 5).

No caso do Assentamento 20 de Novembro foram realizadas entrevistas exploratórias com a equipe técnica responsável pela realização da assistência

²⁹ Seminários promovidos pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e eventos como o Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ENANPUR).

técnica, não havendo contato, nesta etapa da pesquisa, com o local de estudo e com seus moradores. Já no caso da Ocupação Cerâmica Anita, onde o processo de assistência técnica esteve em andamento durante a realização desta etapa da pesquisa, foi possível fazer contato com os técnicos e com os moradores, bem como acompanhar a realização das diferentes atividades, como reuniões, oficinas, assembleias, etc.

4.4.2 Etapa B

Esta etapa consiste na realização de dois estudos de caso, que são: 1) Ocupação Cerâmica Anita e 2) Assentamento 20 de Novembro. A Etapa B teve como foco compreender como ocorreu o processo de Assistência Técnica em dois casos no Rio Grande do Sul a partir da percepção dos envolvidos: técnicos e moradores. O objetivo foi compreender como ocorreu o processo de Assistência Técnica, como foi empregado o processo participativo e quais as possíveis contribuições, nesse contexto, para a realidade das comunidades. Para isso, foram empregadas entrevistas semiestruturadas e a observação assistemática não-participante.

Foram entrevistadas 21 pessoas, no total, divididas em dois grupos. O primeiro grupo são os moradores das duas comunidades, onde participaram 11 moradores da Ocupação Cerâmica Anita e 5 moradores do Assentamento 20 de Novembro. O segundo grupo é a equipe técnica, onde participaram 4 técnicos que atuaram na Ocupação Cerâmica Anita e 1 técnico que atuou no Assentamento 20 de Novembro. As questões foram divididas em dois grupos temáticos, constituídos a partir da abordagem desta pesquisa: 1) a assistência técnica em habitação de interesse social e 2) a participação e os processos participativos.

Para o primeiro grupo de entrevistados, os moradores, foram levadas, inicialmente, as seguintes questões:

Bloco 1: Assistência Técnica

- a) No processo de assistência técnica que ocorreu na sua comunidade, você participou das reuniões e das oficinas promovidas?
- b) Você acha que a presença dos arquitetos contribuiu para acessar a moradia?
- c) Você entende a assistência técnica como um direito de todos?

Bloco 2: Participação e o processo participativo

- a) Foi possível, durante o processo, você dar sua opinião para os técnicos?
- b) Suas preferências para a sua moradia foram atendidas?
- c) Você acredita que adquiriu conhecimentos com o processo?
- d) Você acredita que a possibilidade de participar do processo de projeto gerou um resultado melhor para a sua moradia? E para a comunidade?

Para o segundo grupo de entrevistados, os técnicos, foram levadas, inicialmente, as seguintes questões:

Bloco 1: Assistência Técnica

- a) Como foi o processo de assistência técnica que você participou/conduziu?
- b) Como se deu a aproximação e a relação entre técnicos e moradores?
- c) Qual o seu envolvimento com a realidade da comunidade e sua realidade de luta pela moradia?
- d) Como você entende que a assistência técnica pode contribuir na luta pela moradia?

Bloco 2: Participação e o processo participativo

- a) Como foi o envolvimento da comunidade nas atividades propostas?
- b) Ocorreu uma troca de conhecimento?
- c) O que você aprendeu com os moradores neste processo?

d) Como a equipe de projeto lidou com as opiniões e sugestões dos moradores que eram trazidas para a reuniões?

As respostas obtidas para estas questões foram sintetizadas em tabelas e serão apresentadas no capítulo de resultados, capítulo 6 deste trabalho.

As entrevistas com os moradores foram realizadas ou nas suas nas casas, quando convidaram a pesquisadora para um café, ou em áreas públicas das comunidades, como sala de reuniões ou no bar. Já com os técnicos as entrevistas foram realizada em locais públicos, como cafés, parques, andando pela cidade.

O quadro a seguir apresenta uma síntese desta etapa da pesquisa.

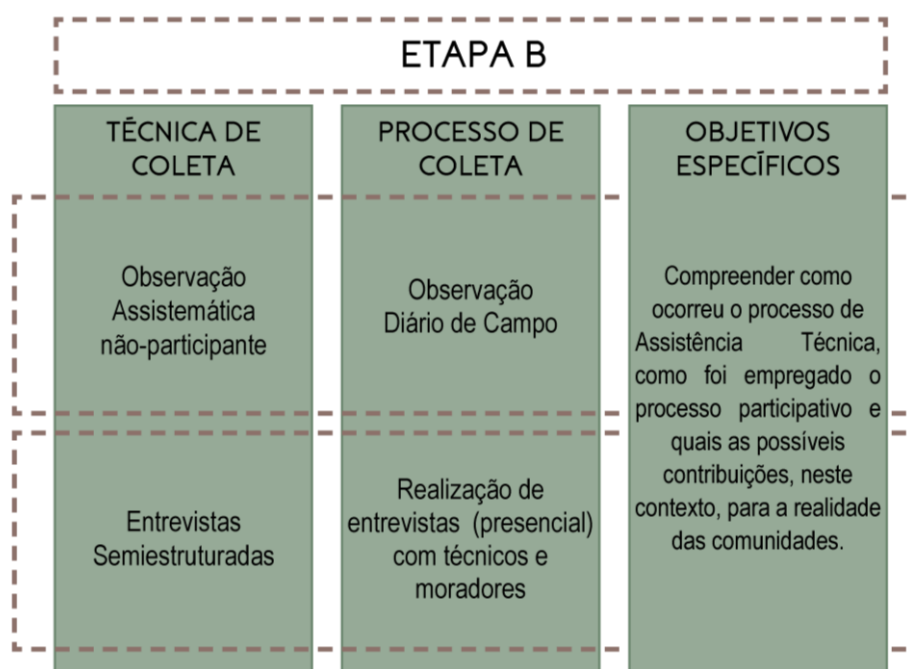


Figura 18: síntese dos procedimentos da etapa B da pesquisa.

4.4.3 Etapa C

A Etapa C teve como objetivo realizar a análise e interpretação dos dados coletados nas etapas anteriores, construindo a consolidação dos resultados deste trabalho. São as reflexões da autora a partir da literatura abordada e da análise do conteúdo das entrevistas.

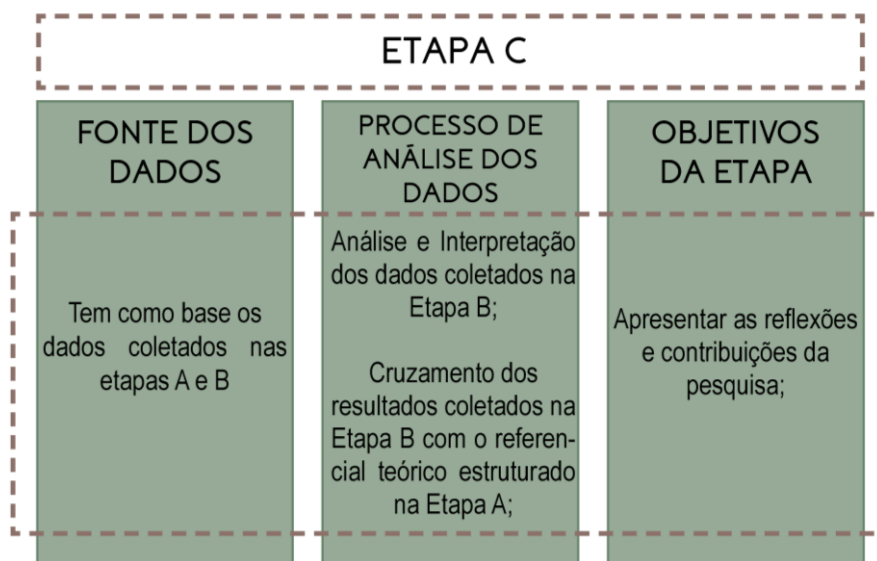


Figura 19: síntese dos procedimentos da etapa C da pesquisa.

4.4.3.1 Análise de conteúdo

A análise do conteúdo resultante das entrevistas teve início com a escuta e leitura transversal das falas dos entrevistados e com a revisita ao referencial teórico. A partir dessas duas ações iniciais, foram criadas categorias de análise que são resultado da convergência entre constructos teóricos deste trabalho e temáticas recorrentes nas falas. Pois, como recomenda Oliveira (2014), é necessário “construir a tipificação do material recolhido no campo e fazer a transição entre a empiria e a elaboração teórica. O estabelecimento de categorias também é sugerido por Silva e Fossá (2015): “na análise do material, busca-se classificá-los em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos”, e ainda:

O texto das entrevistas é recortado em unidades de registro (palavras, frases, parágrafos), agrupadas tematicamente em categorias iniciais, intermediárias e finais, as quais possibilitam as inferências (SILVA; FOSSÁ, 2015).

O resultado, então, foi a estruturação de 13 categorias de análise. Seis delas se referem à assistência técnica (*moradia digna, acesso à habitação e à cidade, adequação às especificidades do morador, melhoria da qualidade da moradia, melhoria da qualidade urbana e segurança de posse*) e as demais – 7 categorias – se referem à participação (*aproximação e envolvimento,*

diálogo/troca/aprendizado, empoderamento, poder de decisão/escolha dos moradores, adequação às necessidades específicas dos moradores, inclusão do conhecimento popular e protagonismo dos moradores).

A classificação em categorias permitiu a organização e a identificação dos pontos relevantes das falas e, a partir disso, estruturou-se tabelas síntese de cada uma delas. Além disso, como síntese das falas também foram utilizadas “nuvens de palavras” que destacam as palavras relevantes e apontam os principais pontos abordados por cada grupo entrevistado para cada uma das temáticas: assistência técnica e participação.

Os resultados construídos dessa forma, bem como as discussões feitas a partir deles estão apresentados no capítulo de resultados.



CAPÍTULO 5

Apresentação dos estudos de caso:

5.1

O primeiro caso: OCUPAÇÃO CERÂMICA ANITA

SÃO LEPOLDO, RIO GRANDE DO SUL

Antigamente era tudo gato, de água e de luz e hoje vai ter o que é nosso por direito. Então, pra mim, isso é uma vitória, ter um poste de luz e água dentro de casa.

Quando nós invadimos aqui nós moramos na lona, no esgoto, era barro até as canelas, nós passamos sufoco e hoje estamos aqui.

Graças a Deus, valeu a pena. Eu só saio daqui no dia que aquele lá de cima me chamar, enquanto ele não me chamar eu estou no que é meu.

Morador 3.

Todo mundo se reuniu, eu achei muito importante que todo mundo se reuniu. Por isso que a gente conseguiu. Nós chegamos até aqui com muita luta e muita lama.

Não foi fácil, mas o resultado é uma benção.

Morador 1.

Agora já dá pra dormir mais aliviado. Antes cada estrondo que dava a gente pensava que já era a polícia chegando.

Morador 7.





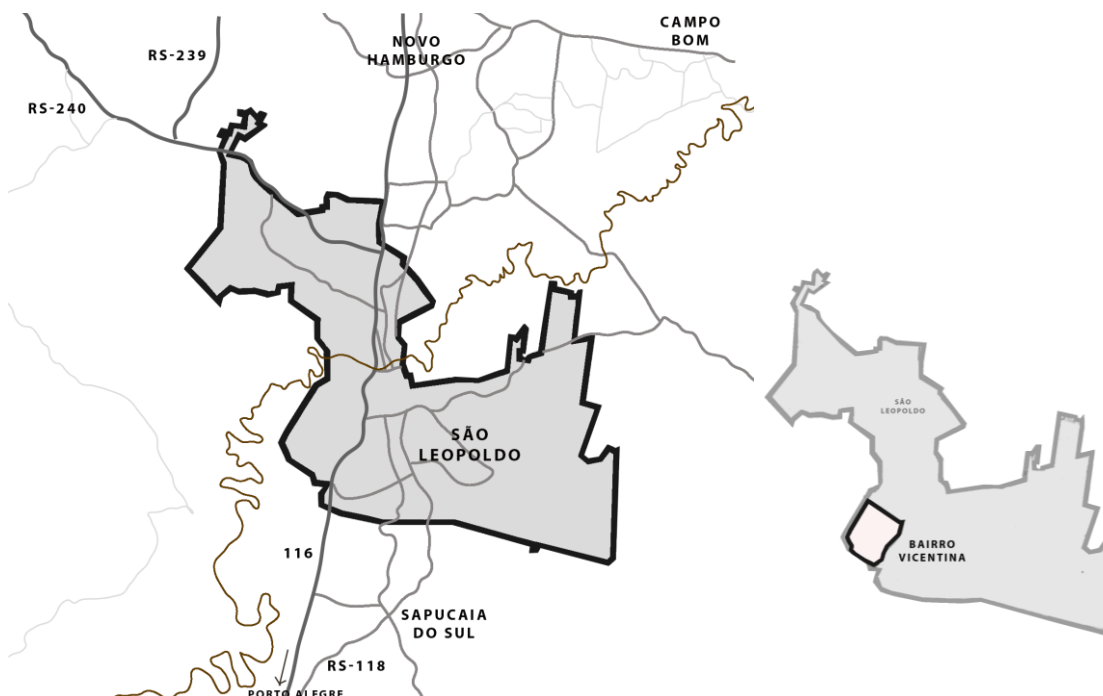
CORTA
SE
CABELLO

A seguir será apresentada a Ocupação Cerâmica Anita, seu histórico, características, e como ocorreu o processo de assistência técnica na comunidade.

O histórico foi construído, a partir de relatos dos moradores e a descrição de todo o processo que aconteceu na comunidade foi construído a partir dos relatos dos técnicos e dos moradores, bem como pela observação da autora.

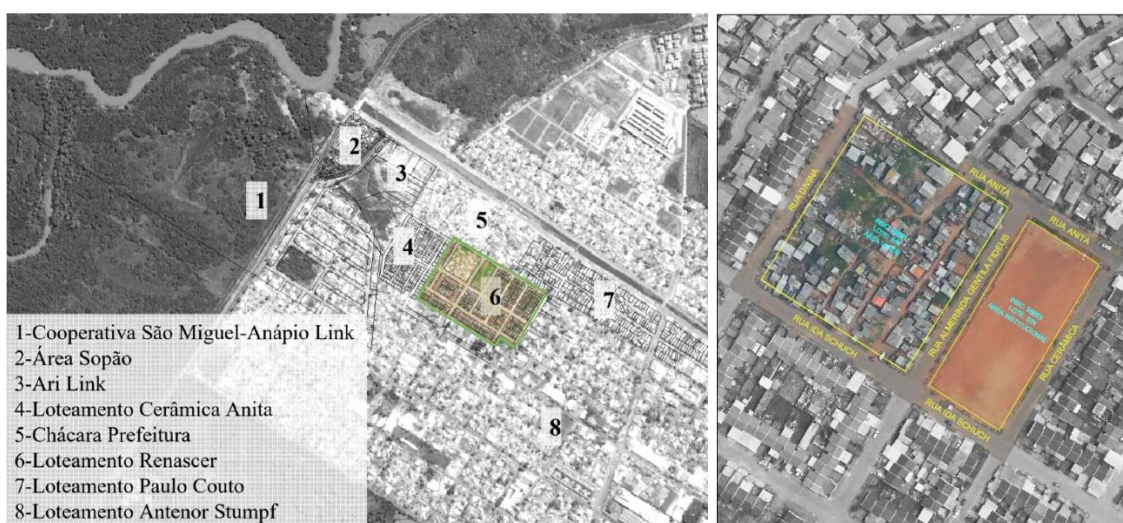
5.1.1 O CONTEXTO

A Ocupação Cerâmica Anita está localizada na cidade de São Leopoldo, região metropolitana de Porto Alegre. A cidade tem população estimada de 236.835 habitantes (2019) e está dividida em 24 bairros (IBGE, 2010). Nesse contexto, a Ocupação Cerâmica Anita está no Bairro Vicentina, área periférica na região Oeste da cidade que conta com uma população de aproximadamente 13.140 habitantes (IBGE, 2010).



Figuras 24 e 25: Contexto: Cidade de São Leopoldo e Bairro Vicentina.

No seu entorno há diversos loteamentos que se consolidaram também a partir da ocupação de áreas residuais, como é o caso do Loteamento Cerâmica Anita; uma área inicialmente privada que foi desapropriada pelo município a fim de regularização e hoje está consolidada e com infraestrutura urbana parcial (rede de luz e água e arruamento executado sem pavimentação). Também nas proximidades, está o Loteamento Paulo Couto, uma área com projeto urbanístico aprovado e matrículas geradas; e o Loteamento Chácara da Prefeitura, que está consolidado, porém não regularizado. Esse entorno pode ser visualizado nos mapas a seguir.



Figuras 26 e 27: loteamentos do Bairro Vicentina – entorno da Ocupação Cerâmica Anita e Ocupação Cerâmica Anita em área pública do Loteamento Renascer. Fonte: SEMHAB – Prefeitura Municipal de São Leopoldo, editado pela autora.

Nesse cenário a Ocupação Cerâmica Anita se consolidou, no ano de 2014, por meio da ocupação de um terreno público, o qual estava destinado a ser Área Verde do Loteamento Renascer (Figura 27). No momento da ocupação ele se apresentava como um terreno baldio sem uso e sem previsão de intervenção.

No início, a ocupação chegou a ter 150 famílias residentes e atualmente são 68 famílias. Sua condição inicial, no ano de 2014 – e que se estendeu até o ano de 2019 –, era de precariedade, com barracos erguidos sobre a lama, construídos com resíduos de madeira e materiais recolhidos pelos moradores na sua condição de catadores. Não havia ruas estruturadas, apenas pequenos becos de passagem onde o acúmulo de lixo era corriqueiro, bem como esgoto a céu aberto, “gatos” de água e energia elétrica. Em meio a isso, apenas algumas

residências apresentavam uma estrutura mais segura, com madeira de melhor qualidade e/ou alvenaria.

Os moradores que estão no local desde o início destacam ter passado por diversos momentos difíceis onde sofreram constantes ameaças de reintegração de posse pelo poder público municipal, além de incêndios devido às péssimas condições dos materiais utilizados nas construções. Durante os 5 anos de ocupação, ocorreram diversas manifestações públicas, protestos e envolvimento político por parte dos moradores, reivindicando o seu direito à moradia e à melhores condições de vida. O que aparece na fala do morador a seguir:

Quando nós invadimos aqui nós moramos na lona, no esgoto, era barro até as canelas, nós passamos sufoco e hoje estamos aqui. Nós lutamos muito, fomos pra porta da prefeitura, fomos na câmara de vereadores, fizemos protestos na rua, fomos pra Porto Alegre.

(Morador 3 em entrevista realizada no dia 09 de dezembro de 2019).

No ano de 2016, ocorre a troca do poder público municipal e se altera também a forma de encarar a situação. O poder público que entra, assume naquele momento a intenção de promover a regularização fundiária de diversas áreas públicas do município para fins habitacionais. Essa intenção surge com o objetivo de garantir e democratizar o acesso à terra urbanizada, à moradia digna e aos serviços e equipamentos públicos, com vistas à permanência da população nos locais de ocupação consolidada.

Assim, a trajetória dos moradores da Ocupação Cerâmica Anita culmina, no ano de 2018, com a desafetação da área ocupada, garantindo a permanência dos moradores (FNA – Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas³⁰) e com a publicação do decreto número 9.173 de 04 de Dezembro de 2018, instituindo o local como uma Área Especial de Interesse Social I – AEIS, com um total de 8.583,42m².

³⁰ Disponível em: <http://www.fna.org.br/2018/08/22/com-apoio-do-cau-rs-iab-rs-seleciona-profissionais-para-assistencia-tecnica-em-ocupacao/>

O decreto definiu o uso urbanístico da área como predominantemente residencial, permitindo comércio e serviço e locando 68 lotes e uma área de reserva técnica – área de uso público para a comunidade. Alguns padrões mínimos de ocupação da área foram definidos, ficando garantidas condições de urbanização adaptadas às condições particulares do caso.

Regime urbanístico definido para a área destinada para regularização fundiária, segundo o Art. 2º:

I – Uso: Predominantemente residencial, sendo permitidos comércio e serviço, desde que atenda o artigo 88 da Lei Municipal nº 6.125/2006/

II – Densidade: 68 lotes e uma área de Reserva Técnica;

III – Área mínima: 103,68m²;

IV – Testada mínima: 5,40m para os lotes de meio de quadra e 6,40m para lotes de esquina;

V – Índice de aproveitamento (IA): 2,00;

VI – Taxa de Ocupação (TO): 75%;

VII – Altura máxima: 12,00m;

VIII – Perfil viário mínimo: A Rua Um terá o perfil viário de 10,20m, sendo 7,20 de leito carroçável e 1,50m de passeio de cada lado da via;

IX – Recuo de ajardinamento: 4,00m. Nas esquinas deverá ser observado, além do recuo de ajardinamento de 4,00m, o recuo lateral de 1,00m

(Decreto número 9.173 de 04 de dezembro de 2018, São Leopoldo – RS).

5.1.2 O PROCESSO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A partir do decreto (Prefeitura Municipal de São Leopoldo, 2018) que instituiu a Área Especial de Interesse Social I (AEIS) para regularizar a área da Ocupação Cerâmica Anita, inicia-se uma parceria entre Prefeitura Municipal de São Leopoldo, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) – através do curso de Arquitetura e Urbanismo e seu Escritório Modelo (EMAU) –, e o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RS).

Forma-se entre as três entidades uma Cooperação técnica, com o objetivo de promover a regularização fundiária da área, fornecer infraestrutura e serviços urbanos e realizar projetos de habitações de interesse social para as 68 famílias residentes na Ocupação Cerâmica Anita. A cooperação técnica foi estruturada em três fases: i) regularização fundiária da área e projeto urbanístico (as entidades envolvidas foram a prefeitura e a Unisinos); ii) assistência técnica para os projetos de 68 habitações (as entidades envolvidas foram a prefeitura e o IAB-

RS); e iii) realização de oficinas prático-constructivas com os moradores da Comunidade (as entidades envolvidas foram o IAB-RS e a ONG Mulher em Construção). Além da equipe técnica dessas instituições, todas as fases contaram com a participação ativa dos moradores da comunidade.

As entidades e seu papel nesse processo estão apresentados no quadro a seguir:

	ENTIDADE	PAPEL
FASE 1	PREFEITURA MUNICIPAL IAB	PROJETO URBANÍSTICO, ABERTURA DE RUAS E SERVIÇOS DE ÁGUA E ENERGIA. REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA - ESCRITURAS.
	UNISINOS - EMAU IAB	ESTUDOS URBANÍSTICOS, DESENHO URBANO E PAISAGISMO PRODUTIVO DAS ÁREAS COMUNS.
FASE 2	IAB PREFEITURA MUNICIPAL	SERVIÇOS DE ATHIS COM EQUIPE DE ARQUITETOS E URBANISTAS, PROCESSO PARTICIPATIVO DE PROJETO ARQUITETÔNICO, OFICINAS.
FASE 3	ONG - MULHER EM CONSTRUÇÃO IAB	OFICINAS TEÓRICO/PRÁTICAS - HIDRÁULICA, ELÉTRICA, MARCAÇÃO DE OBRA, CONSTRUÇÃO.

Figura 28: Fase da cooperação técnica e entidades envolvidas. Desenvolvido pela autora.

A primeira fase da Cooperação Técnica, **Fase 1**, foi de assistência técnica para o projeto do loteamento, realizada por alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unisinos. Foram desenvolvidas diversas propostas de desenho urbano para o terreno ocupado, e, com base nelas, o corpo técnico da prefeitura de São Leopoldo desenvolveu um projeto de loteamento urbano para a área. O projeto englobou 68 lotes e uma área de reserva técnica destinada a ser área pública da comunidade, como aparece na Figura 29, a seguir.

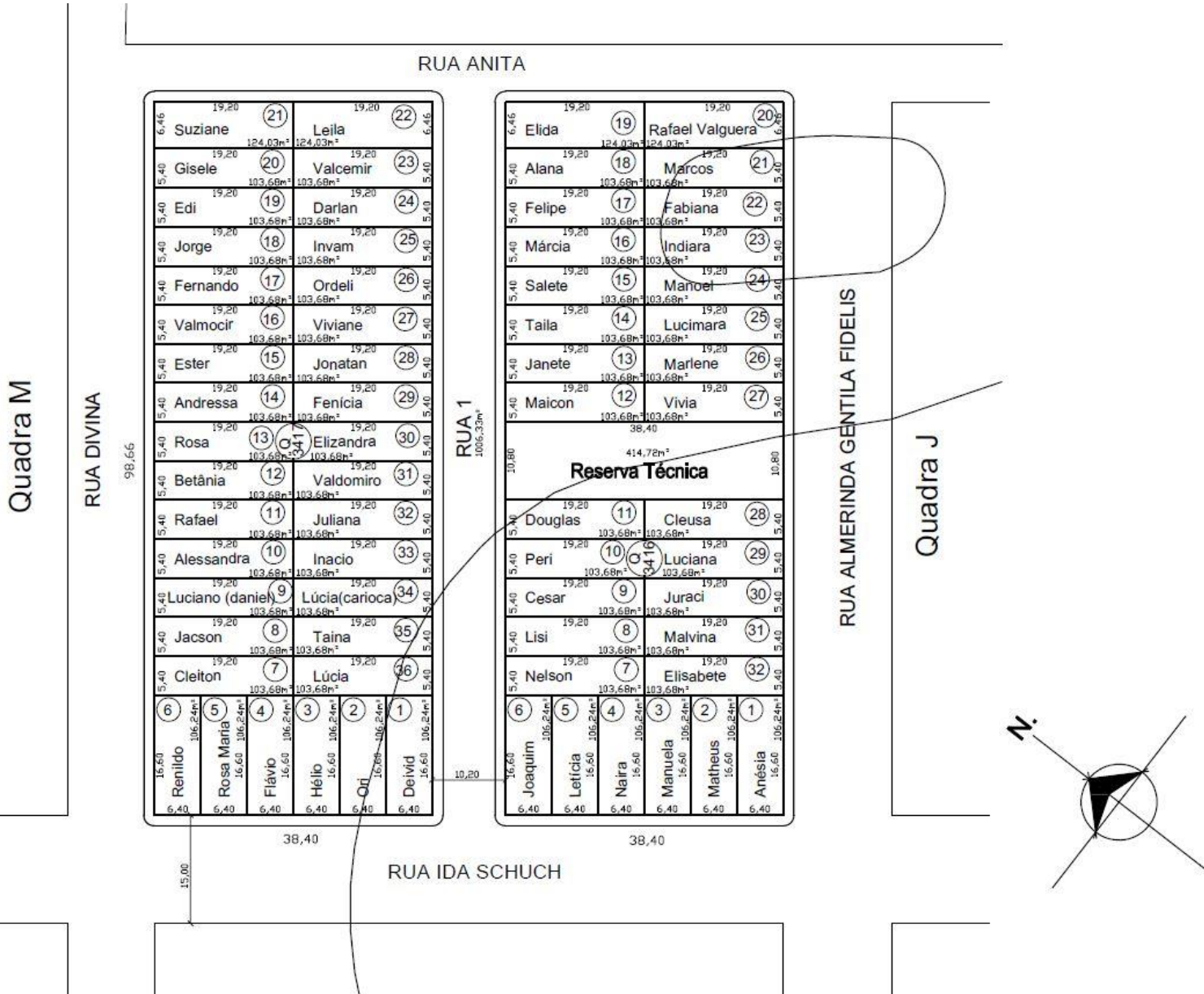


Figura 29: Projeto do Loteamento Cerâmica Anita. Fonte: Prefeitura Municipal de São Leopoldo, concedido por IAB RS.

Outras propostas de traçado urbano, além da apresentada na Figura 29, foram desenvolvidas pelos alunos da Unisinos, priorizando áreas verdes, espaços públicos e a relação do loteamento com seu entorno, mas o que prevaleceu, por decisão dos técnicos da prefeitura municipal, foi o traçado comumente empregado. Com a entrega desse projeto (Figura 29), foi concluída a Fase 1.

A **Fase 2** trata-se da assistência técnica para os projetos habitacionais, financiada pelo CAU-RS por meio de Edital de Fomento à Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS)³¹, em uma aplicação da Lei Federal nº 11.888/2008. A Fase 2 teve como objetivo prestar assistência técnica para o projeto de habitações para 68 famílias na Ocupação Cerâmica Anita, como continuidade ao projeto de regularização fundiária da área. Com isso, o IAB-RS assume o papel de entidade promotora da assistência técnica para o projeto das habitações, fornecendo equipe técnica (arquitetos e urbanistas) para tal. Ainda, a prefeitura municipal assume a responsabilidade pelo acompanhamento técnico-social, fazendo a interface entre moradores e equipe técnica.

5.1.2.1 A assistência técnica para as habitações – Fase 2

O processo de assistência técnica para as habitações tem início com o objetivo de envolver os moradores através de um processo participativo de projeto. Assim as atividades de projeto realizadas nesta etapa incluíram encontros e oficinas envolvendo a comunidade, com o objetivo de integrar as famílias, levando informações e incentivando-as a contribuir na construção do seu espaço de morar. Esta fase da cooperação técnica e sua estruturação estão apresentadas no quadro a seguir:

³¹ Chamada Pública 01/2017 do Conselho de Arquitetura do Estado do Rio Grande do Sul.

FASE 2: ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA OS PROJETOS HABITACIONAIS	
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
OFICINA 1	Reconhecimento e apresentação; familiarização com linguagem e conceitos arquitetônicos; Exercício desenho da casa;
OFICINA 2	Programa de necessidades; Linguagem e representação arquitetônica; Exercício Maquetes;
OFICINA 3	Apresentação dos projetos "modelo"; Reaproveitamento de materiais para a construção, alternativas de baixo custo;
ATENDIMENTOS INDIVIDUAIS	Atendimentos individuais a cada família, buscando ajustar os projetos às distintas preferências e condições familiares; Plantões dos arquitetos na comunidade; Foram em média 3 atendimentos para cada família;

Figura 30: Atividades da Fase 2 (Assistência técnica para os projetos habitacionais) da cooperação técnica.

O primeiro encontro dos técnicos com a comunidade, **oficina 1**, foi de reconhecimento e apresentação. Momento em que a equipe de arquitetos e urbanistas apresentou a metodologia de trabalho, expôs quem eram as entidades envolvidas e quais as atribuições de cada uma. A partir disso, foi firmado com as famílias um acordo de convivência, envolvendo comprometimento e responsabilidades para que o projeto fosse desenvolvido com a participação de todos.

Nesse primeiro encontro também foi iniciada a familiarização dos moradores com a linguagem arquitetônica através de uma apresentação PPT. Foram expostos conceitos como *volumetria* e *regime urbanístico*, além de algumas legislações municipais sobre recuos e afastamentos. Por fim, foi solicitado aos moradores que representassem em forma de desenho como seria a casa que gostariam de morar, e que a trouxessem no próximo encontro. Nesse dia, aproximadamente 60 pessoas da comunidade participaram do encontro, e mais da metade participou ativamente das atividades e desenvolveu o desenho solicitado para o encontro seguinte.

A primeira oficina foi muito legal que a gente fez com desenhos. De 68 famílias, 32 ou 34 entregaram desenho. Tá, é metade né? Mas metade pra mim já é muito porque é muito difícil participar, essas pessoas não estão acostumadas a participar. Elas nunca são solicitadas a dar a palavra, então ser chamado para participar é algo que foge da realidade das pessoas, e foge também o fato de ficar sentado 4 horas ouvindo [...] enfim, essas pessoas não estão habituadas, então pra mim 34 pessoas é bastante.

(Técnico 2, arquiteta do processo, em entrevista realizada no dia 16 de outubro de 2019).

Figura 31: primeira oficina.



EXERCÍCIO 1:

Faça com sua família um ou mais desenhos da casa que vocês gostariam de viver.

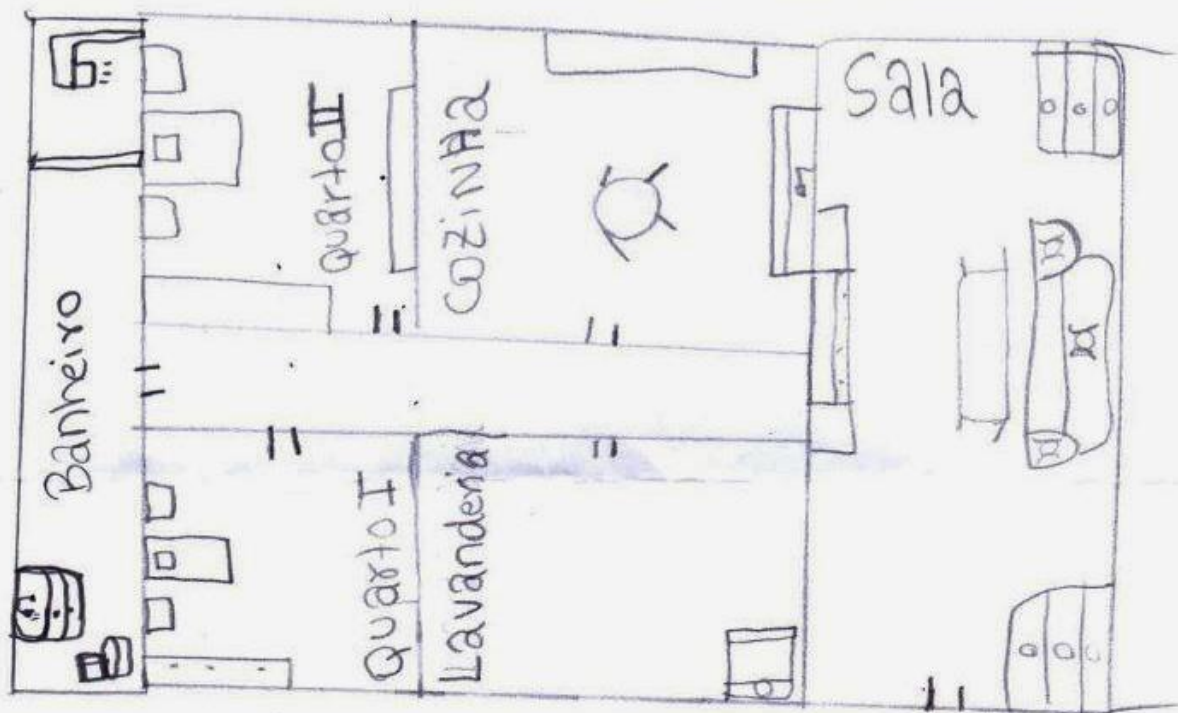
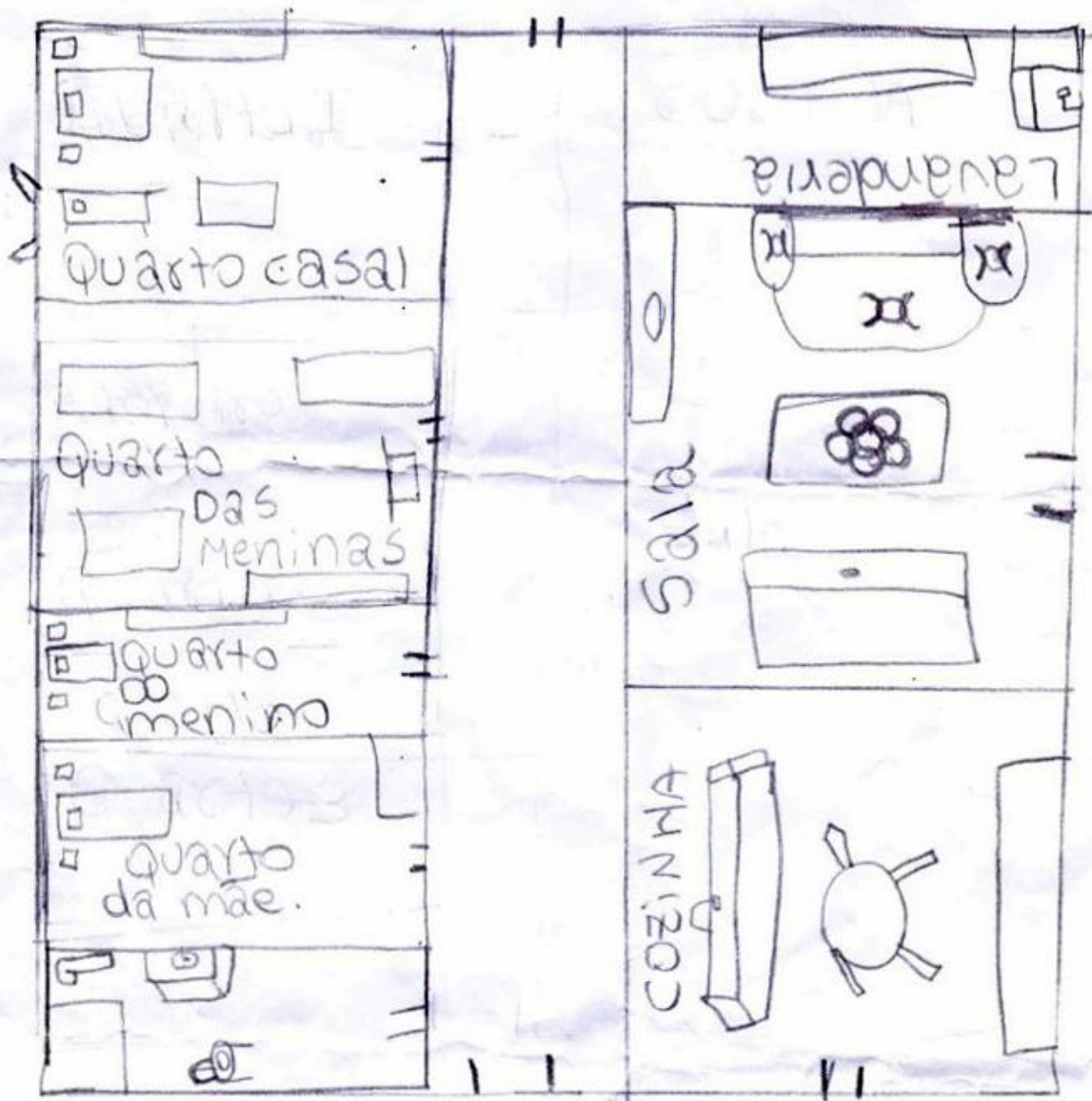
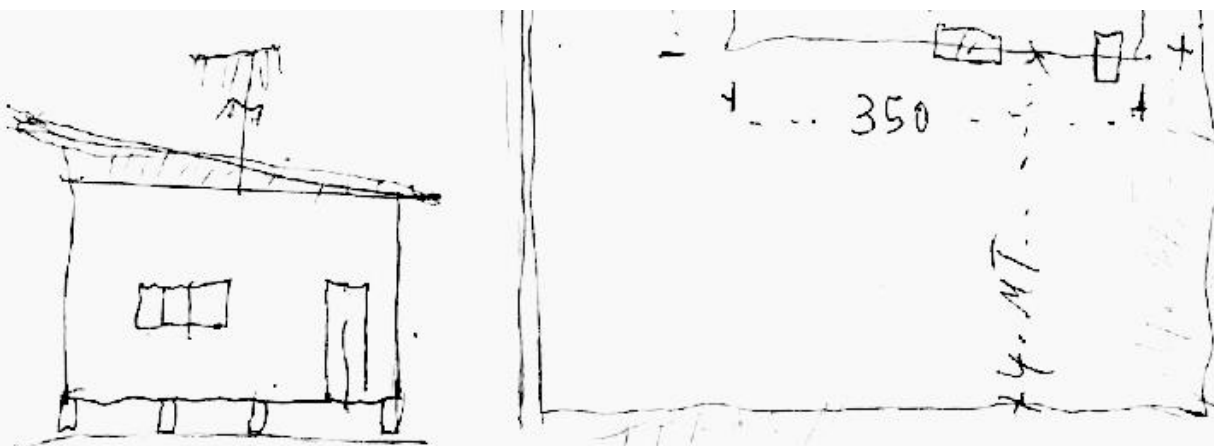


Figura 32: Desenho dos moradores: desejos para sua casa. Disponibilizados por IAB/RS.

Faça com sua família um ou mais desenhos da casa que vocês gostariam de viver.



Figuras 33 e 34: MATERIALIZAÇÃO DE DESEJOS: desenhos dos moradores para suas casas. Disponibilizados por IAB/RS



OBSERVAÇÕES DA AUTORA

diário de campo oficina 1

Os encontros entre técnicos e moradores aconteceram na sede da associação de moradores do Bairro Vicentina.

Neste primeiro encontro, ficou clara a importância de utilizar uma linguagem fácil e acessível para que a comunidade compreendesse e se sentisse capaz de contribuir. A importância desta ação ficou clara nos encontros seguintes onde os moradores começaram a opinar com base nos conhecimentos adquiridos nas oficinas anteriores.

Houve um número grande de participantes e eles foram realmente ativos nas atividades, diálogos e trocas. Mostrando bastante interesse, tanto em aprender com as novas informações trazidas pelos arquitetos, quanto em compartilhar seus conhecimentos e experiências de vida.

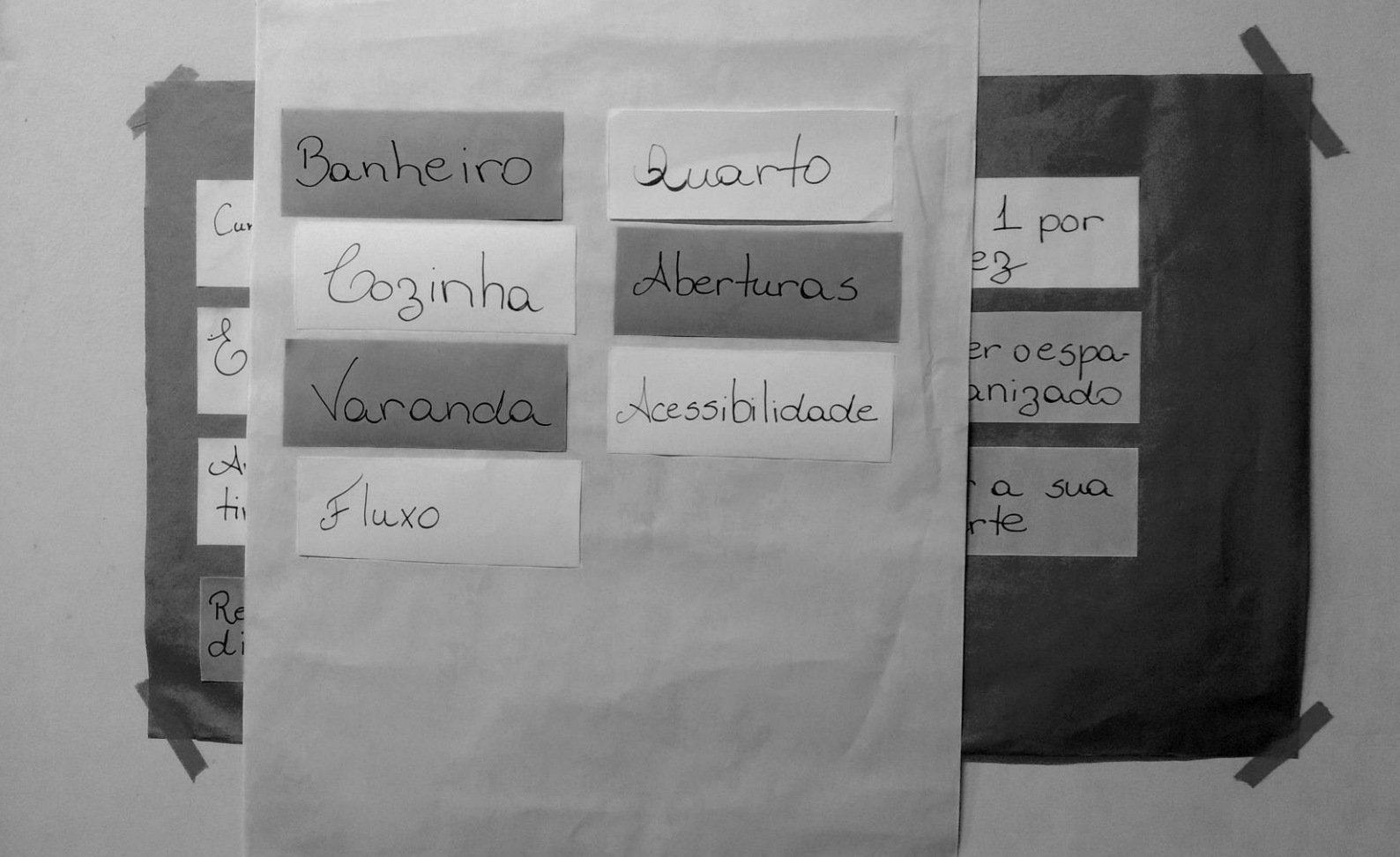
Ao final da primeira oficina, foi realizada uma visita à ocupação Cerâmica Anita, andando pelas vielas e corredores estreitos entre as casas e conversando com moradores, foi possível sentir o local e identificar a situação existente, bem como a dinâmica de vida da comunidade;

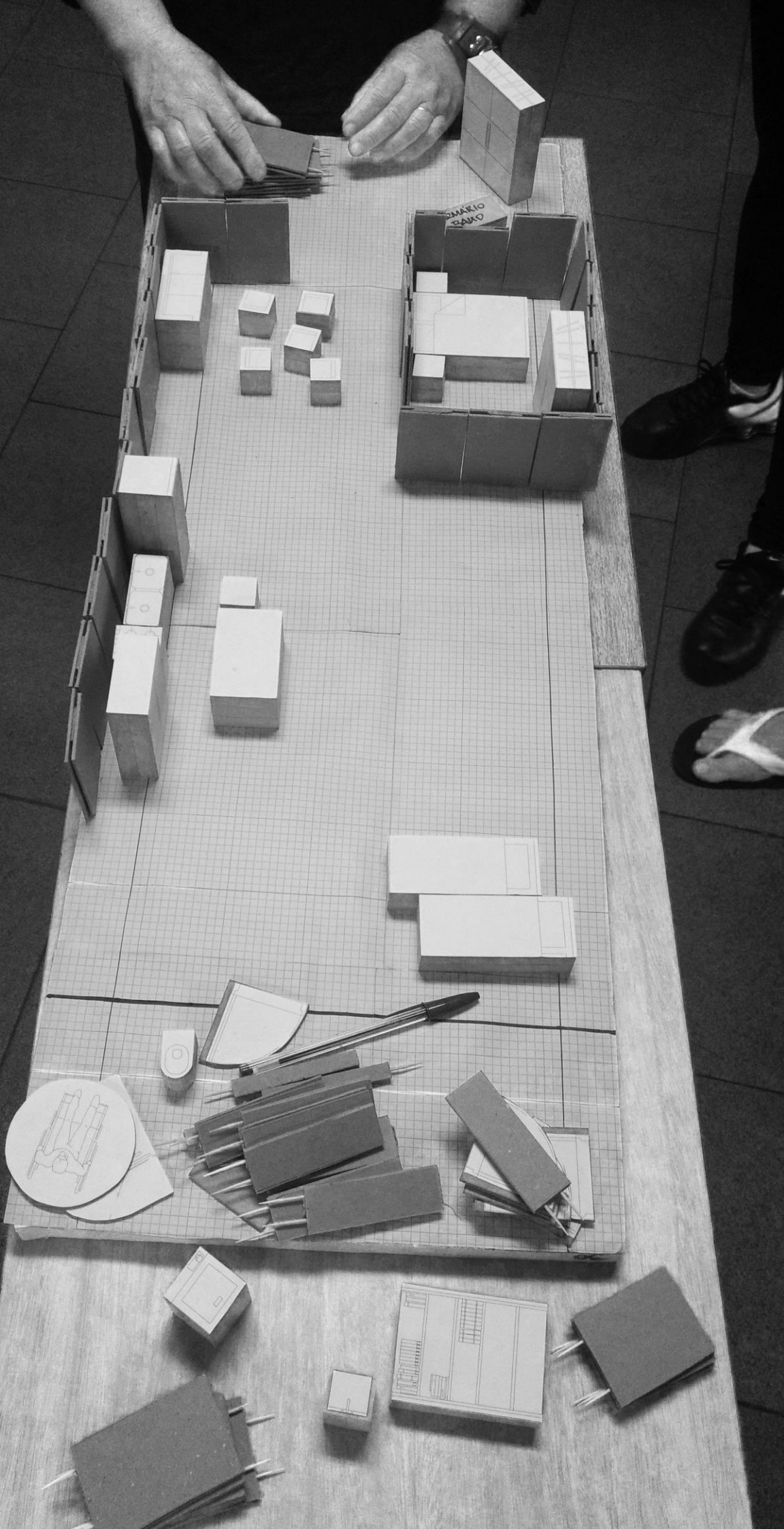
Obs: no entorno da ocupação existem casas padrão MCMV faixa 1 bastante alteradas pelos moradores – personalizadas conforme a necessidade de cada um – as quais os moradores da ocupação tem como objetivo de conquista.

Diário de Observação
20.10.2018

No encontro seguinte – oficina 2 – o número de participantes reduziu, sendo pouco mais de 20 pessoas. Os moradores levaram para a oficina seus desenhos, representando a casa que gostariam de ter. A partir disso, ocorreu o diálogo sobre as diferentes possibilidades de moradia e as necessidades de cada um para a sua casa, além de diversos momentos de troca entre técnicos-moradores e moradores-moradores. Ainda nesse dia, os técnicos expuseram um PPT com questões sobre linguagem e representação arquitetônica, buscando com isso, familiarizar os moradores para que pudessem, posteriormente, auxiliar criticamente na construção do projeto da sua residência, entendendo os desenhos, representações e demais questões técnicas.

Com base nos diálogos deste dia, sobre os desenhos das casas e representação arquitetônica, foi construído coletivamente um programa de necessidades básico para as residências (Figura 35). A partir dele, os moradores foram convidados a refletir sobre suas necessidades de morar e cada um pôde incluir suas necessidades específicas. Por fim, os moradores presentes foram divididos em grupos para a atividade seguinte: construir coletivamente, a partir de maquete, propostas espaciais para suas moradias.







ASSOCIAÇÃO
MORADOURAS DO BAIRRO VICENTINA

GUARDA
P-OUBA

116-610

116-610



Por meio do exercício da maquete, surgiram questões específicas do perfil de cada família: pessoas que vivem sozinhas, morador com filho, casais com filhos, diversas famílias na mesma residência, pessoa com deficiência física, pessoas que trabalham em casa, entre outras. Para as diversas necessidades foram desenvolvidas diferentes propostas através do uso das maquetes (Imagens 10, 11 e 12). Cada proposta foi registrada com fotos e utilizada posteriormente, pelos arquitetos, para a construção das propostas projetuais para cada família.

A partir disso, os arquitetos desenvolveram os projetos modelo, nos quais foram ajustados dimensões, recuos, posicionamento solar e demais questões técnicas e projetuais necessárias. Posteriormente, nos atendimentos individuais, essas questões foram discutidas com os moradores de acordo com suas preferências.

OBSERVAÇÕES DA AUTORA

diário de campo oficina 2

Os moradores vivem em casas de madeira atualmente, autoconstruídas com auxílio da família e de vizinhos, etc. Assim, a maioria deles pretende executar a futura casa, projetada pelos arquitetos, também em madeira por ter um custo mais baixo e por já saberem trabalhar com o material.

É importante destacar que ao longo dessa oficina alguns moradores comentaram sobre o investimento a ser feito posteriormente para a construção do que está sendo projetado. Demonstraram preocupação pois acreditam que as pessoas não estão conscientes do valor que é preciso investir para a construção de uma moradia de melhor qualidade.

Também se mostraram preocupados com o novo governo e a continuação dos benefícios sociais - que poderiam viabilizar a construção de suas casas - como o programa Minha Casa Minha Vida.

Sobre as atividades da oficina: os moradores ficaram bastante tímidos no início, mas ao perceber que poderiam realmente colocar ali suas ideias e preferências e que estavam sendo ouvidos, foram se empolgando e viram se materializar – em forma de maquete – aquilo que desejavam para seu lar.

Ocorreu um constante diálogo entre aquilo que os moradores desejavam para a sua casa e limitações técnicas e financeiras (apontadas pelos arquitetos).

Nota: é preciso estar atento às necessidades dos moradores e incentivar sua participação, valorizando aquilo que eles sabem e demonstrando a importância desse conhecimento para o processo.

Durante a apresentação inicial dos slides algumas pessoas opinaram sobre diversas temáticas: um morador que já trabalhou com construção, por exemplo, apresentou observações com base em sua experiência prática e, a partir disso, ocorreu um debate sobre a

realidade do local, materiais construtivos adequados, investimento financeiro e diferentes possibilidades. Essa troca faz com que arquitetos e moradores ampliem sua percepção e conhecimento.

Diário de Observação
03.11.2018

Na oficina seguinte, **oficina 3**, a última realizada de forma coletiva, foram apresentados aos moradores os projetos “modelo” desenvolvidos pelos arquitetos, a partir das propostas que surgiram no exercício com maquetes. Também foi discutido com a comunidade a temática do reaproveitamento de materiais e diferentes alternativas de baixo custo que poderiam melhorar o espaço da moradia. A temática foi levada para a oficina devido ao fato de muitos moradores da ocupação trabalharem com a coleta de recicláveis e acumularem diversos materiais com potencial de reutilização. Nesse último encontro coletivo, apesar de o número de participantes ter diminuído pela metade (foram aproximadamente 15 pessoas) em relação ao início das atividades, todos os presentes se mostraram bastante interessados e participativos.

OBSERVAÇÕES DA AUTORA

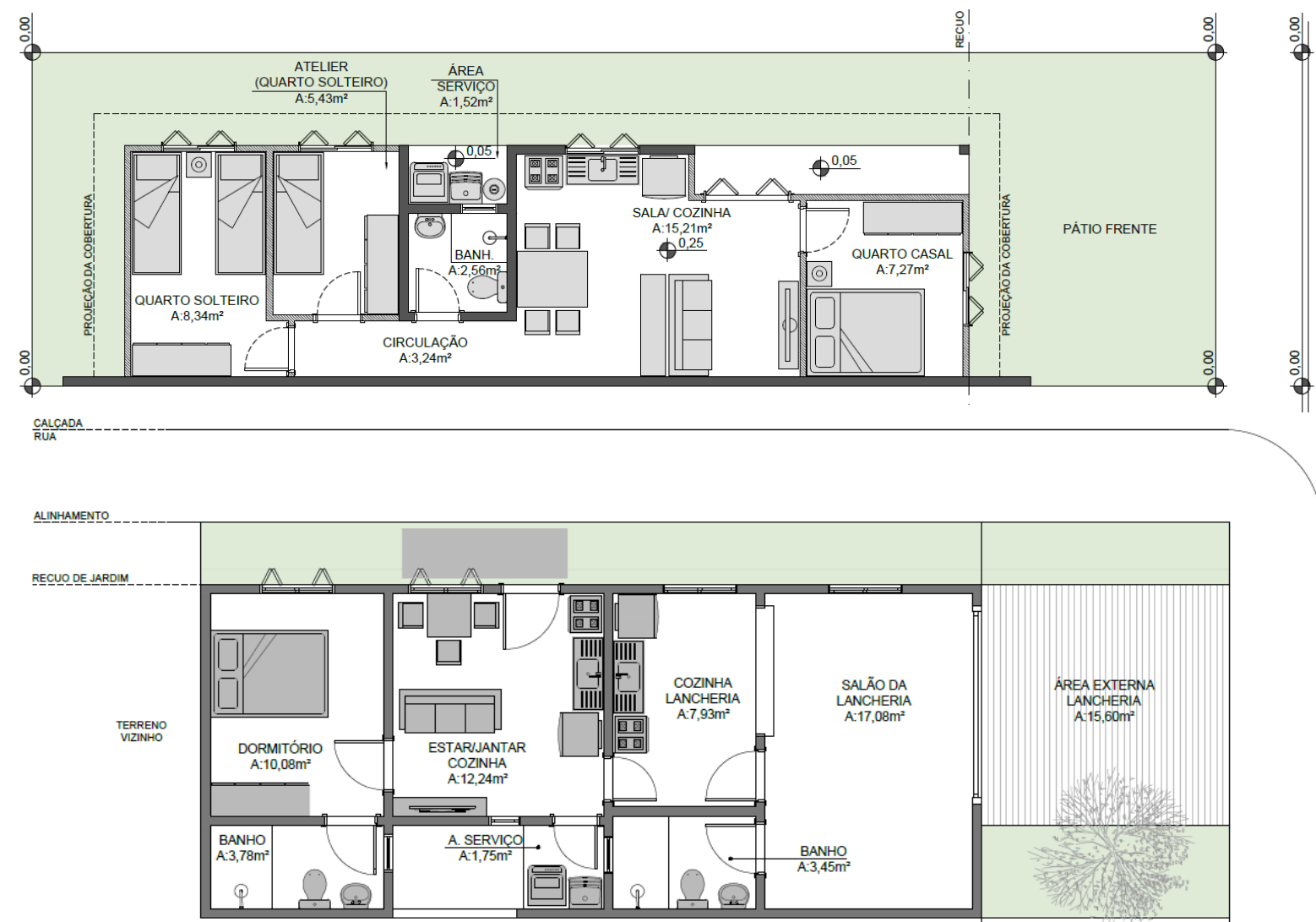
diário de campo oficina 3

O fato de a comunidade não ter uma garantia de que os projetos serão executados parece ter causado um “desânimo” para a participação. Visto que não existe nenhuma perspectiva de financiamento para essa faixa da população nos próximos anos de governo (reflexões apresentadas pelos moradores), eles não veem outras alternativas ou possibilidades de viabilizar a sua nova moradia projetada. A participação quando não é constante – com presença em todos os encontros do processo – contribui para que as pessoas percam o foco e fiquem confusas em relação ao que está acontecendo. Ocorreram desentendimentos na comunidade nos dias anteriores à oficina que fizeram algumas pessoas recuar na participação, alegando não querer mais continuar fazendo seu projeto. Alguns moradores sentiram sua privacidade invadida com as questões trazidas pelos arquitetos e recuaram – mal entendidos. A situação foi esclarecida posteriormente e todos seguiram participando.

Diário de Observação
27.11.2018

Na sequência, foram iniciados os atendimentos individuais com cada família, buscando ajustar os projetos “modelo” às distintas preferências e condições familiares. Os encontros foram realizados no galpão da comunidade (Figuras 42 a 45) ou na casa de cada morador. Os arquitetos realizaram plantões permanecendo na comunidade por turnos inteiros, disponíveis para conversar e buscando atender a todos. Após um ciclo de vários atendimentos, os técnicos encerraram as alterações de projeto com os moradores e seguiram trabalhando em escritório até a finalização dos projetos, entregando-os à Prefeitura Municipal. A Fase 2, de projeto para as habitações durou aproximadamente quatro meses.

Para que a entrega dos 68 projetos junto ao setor de aprovação na prefeitura fosse possível dentro desse prazo estabelecido na cooperação técnica (4 meses de trabalho), uma série de exigências comumente adotadas foram flexibilizada, como a simplificação dos projetos arquitetônicos e a dispensa de projeto elétrico e hidráulico.









Por fim, a última etapa da cooperação técnica, **Fase 3**, foi a realização de oficinas prático-constructivas, que tiveram como objetivo ampliar o conhecimento dos moradores acerca de questões constructivas e arquitetônicas, contribuindo para uma autoconstrução de maior qualidade. Foi desenvolvida também com financiamento do CAU-RS por meio de Edital de Fomento a ações de ATHIS e viabilizada pelo IAB/RS e em parceria com a ONG Mulher em Construção.

No quadro a seguir estão representadas as atividades que fizeram parte da Fase 3 da cooperação técnica.

FASE 3: OFICINAS PRÁTICO-CONSTRUTIVAS_Formação	
ATIVIDADE	DESCRIÇÃO
OFICINA PRÁTICO-CONSTRUTIVA 1	TEMA: Instalações Elétricas; Conteúdos teóricos sobre instalações elétricas; Aula prática;
OFICINA PRÁTICO-CONSTRUTIVA 2	TEMA: Instalações Hidráulicas; Conteúdos teóricos sobre instalações hidráulicas; Aula prática;
OFICINA PRÁTICO-CONSTRUTIVA 3	TEMA: Locação de Obra; Conteúdos teóricos sobre locação de obra, técnicas e estratégias; Aula prática no terreno;
OFICINAS PRÁTICO-CONSTRUTIVAS 4 e 5	TEMA: Fases de uma obra; Conteúdos abordados: técnicas constructivas, otimização do uso de materiais de construção;

Figura 46: Atividades da Fase 3 da cooperação técnica.

As duas primeiras oficinas desta fase abordaram conteúdos de instalações hidráulicas e elétricas (Figura 47). Elas foram pensadas a partir das necessidades imediatas dos moradores, visando a melhoria das suas condições de segurança, principalmente aquelas relacionadas às instalações elétricas, as quais em outros momentos já foram a causa de incêndios na Ocupação. Estes dois primeiros encontros aconteceram na sede da Associação de Moradores do Bairro Vicentina - AMBAVI. Nesta Fase ocorreu uma diminuição considerável do número de participantes, em média 10 pessoas estiveram presentes em cada uma das

oficinas. O que representa um reflexo da desmobilização da comunidade que foi ocorrendo durante o processo.



Figura 47: CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO - oficina de instalações elétricas. Fonte: divulgação IAB RS.

A oficina prático-constructiva seguinte, oficina 3, abordou a locação de obra e foi realizada durante um final de semana. O primeiro dia teve início, então, com o evento de entrega dos termos de posse para cada um dos 68 moradores, realizado pela prefeitura municipal (Figura 48), e foi um marco para a comunidade, contando com a presença de diversas figuras públicas e representantes de entidades, bem como líderes comunitários e moradores da Ocupação Cerâmica Anita. Ocorreram falas de diversas autoridades e membros da comunidade que salientaram a importância das conquistas alcançadas: moradia, a posse da terra. Também salientaram a importância de dar sequência a luta, buscando possibilidades de financiamento para viabilizar a execução das

habitações. A fala da representante da comunidade deixou clara a satisfação dos moradores com a conquista. Ela ressaltou que,

*“A importância de estar em um “lugar seu”, sabendo que pode sair de casa e voltar sem ter medo de ser despejado, de ter suas coisas violadas na sua ausência”.*³²

Finalizado o evento (Figura 48), os moradores permaneceram no local durante o dia para a realização da oficina de locação de obras que foi conduzida pela ONG Mulher em Construção. A oficina contou com a participação de aproximadamente 16 pessoas e teve como campo de trabalho o terreno de um dos moradores.

Além da oficina, outras movimentações ocorreram no loteamento durante o dia: aqueles moradores que não estavam participando da oficina iniciaram as marcações de seus terrenos e alguns iniciaram, até mesmo, a construção das suas novas casas. Assim, no dia seguinte, quando foi finalizada a oficina, o loteamento já começava a ganhar outra cara. Em pouco mais de 24 horas após a entrega dos termos de posse e a liberação para a ocupação dos lotes, a imagem do terreno vazio já não existia e podiam ser vistas diversas casas em construção (em geral de madeira e com material reaproveitado, como na antiga ocupação), reconstituindo a paisagem do local e expondo a urgente necessidade do morar.

³² Nota da autora em diário de campo, observações do dia 24 de agosto de 2019, com base nos relatos dos moradores ouvidos durante o trabalho de campo.

OBSERVAÇÕES DA AUTORA

diário de campo oficina prático-constructiva 3

Ao longo do dia, enquanto a oficina era realizada em um dos terrenos, outras famílias apareceram para demarcar seus lotes, capinar, trazer madeiras e materiais para construção de cercamento. Famílias inteiras se juntaram para o “evento” que foi reiniciar a vida em um local próprio e com garantia de segurança. Foi possível identificar as pessoas se ajudando, conversando com vizinhos e amigos, trocando conhecimentos e trabalhando junto.

Toda essa movimentação, ao final de dois dias, transformou a paisagem do local. Ao final do segundo dia haviam terrenos cercados e diversas casas sendo iniciadas. As diferentes atividades acontecendo em paralelo à oficina e a urgência em reconstruir as casas expõem a urgência de morar.

Na oficina: algumas pessoas bastante humildes da comunidade (principalmente mulheres mais velhas) ficaram tímidas em participar e “fazer errado”, mas foram incentivadas pelo instrutor que estava conduzindo a oficina a tentar. Ao longo do dia, todas as pessoas presentes se envolveram. Foi possível ao final observar a satisfação dos participantes com os aprendizados adquiridos no pequeno período de oficina. Os comentários partiram, principalmente, das mulheres, ficando claro o sentimento de empoderamento devido ao conhecimento adquirido.

Diário de Observação
24 e 25.10.2018













Ao final dos dois dias de oficina foi possível identificar, nos relatos dos moradores participantes, a satisfação pelo aprendizado adquirido. O que apareceu também, posteriormente, nas entrevistas realizadas.

Por fim, encerrando a Fase 3, foram realizadas duas oficinas (4 e 5) teóricas, abordando ainda conteúdos construtivos: fase da obra, técnicas construtivas, e otimização/economia de materiais de construção. Contaram com um número reduzido de participantes pois, após conquistar a posse da terra e voltar pro seu terreno, a comunidade perdeu a mobilização em relação a participação nas atividades propostas.

A seguir está representado, em forma de linha do tempo, o histórico da Ocupação Cerâmica Anita e as ações realizadas na comunidade, desde a ocupação do terreno até a conquista da posse e reconstrução do local. Bem como algumas imagens que retratam esse processo e os resultados que foram sendo materializados a partir dele.

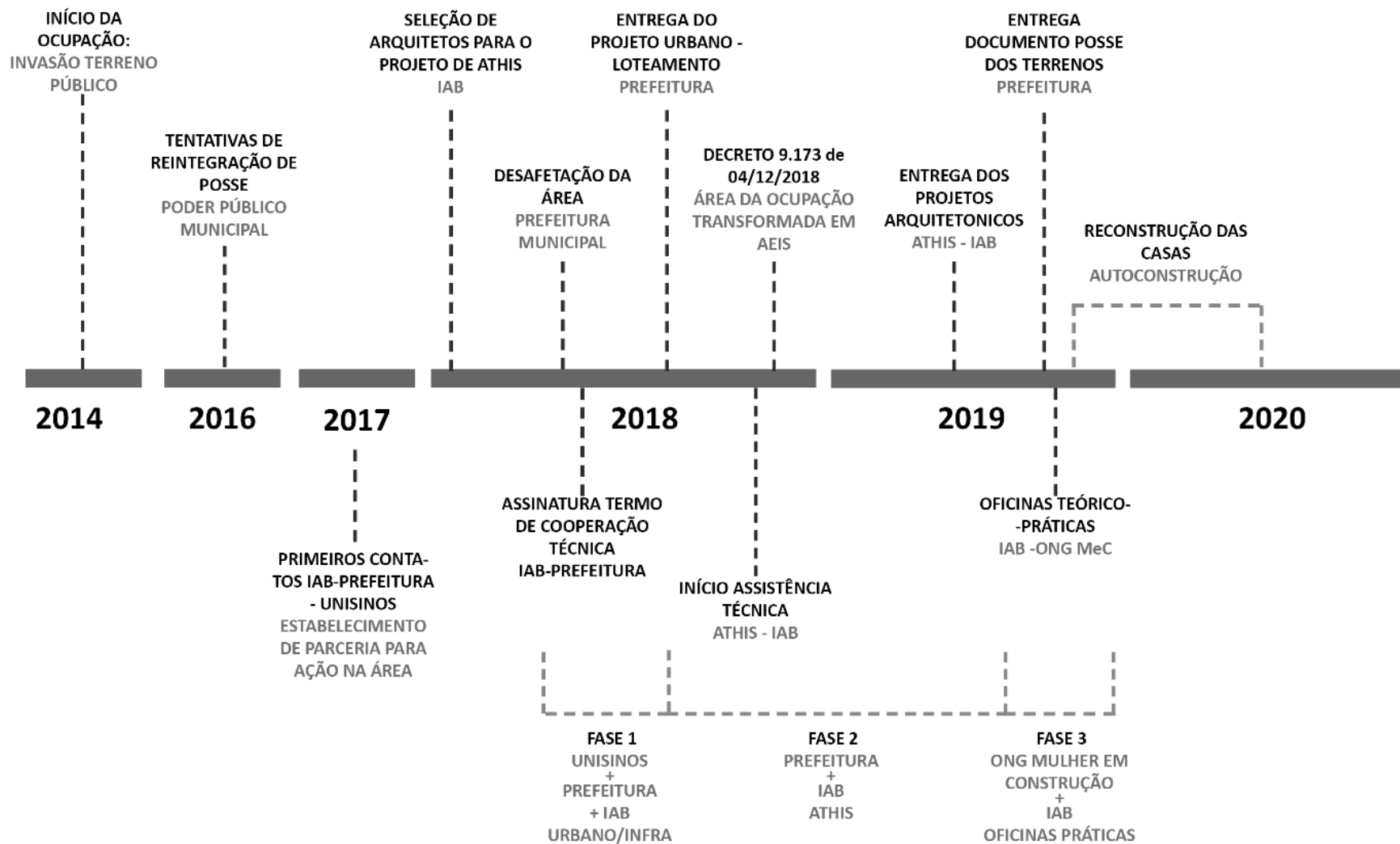


Figura 59: Linha do tempo de acontecimentos na Ocupação Cerâmica Anita. Elaborado pela autora.













ASSENTAMENTO
20 DE
NOVEMBRO

tom



5.2 O segundo caso: ASSENTAMENTO 20 DE NOVENBRO PORTO ALEGRE, RIO GRANDE DO SUL

Nós somos um disco voador que pousou aqui.

As pessoas que entram aqui são abduzidas. E para quem está lá fora é assustador.

Mas quem entra é abduzido por esse **outro mundo!**

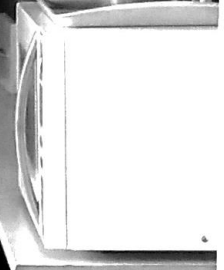
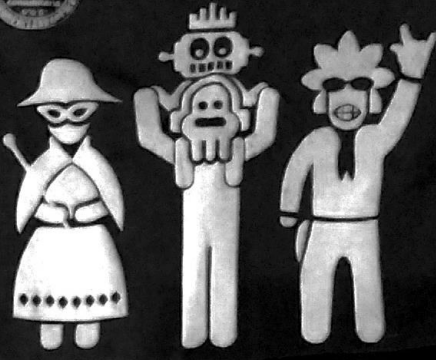
Morador 13.

Na verdade, o que a gente quer desse lugar? Que seja um exemplo de que é possível, de que o Minha Casa Minha Vida - Entidades não pode morrer, de que **o pobre não tem que ser jogado pra periferia** como ele é jogado, de que existe uma outra forma de vida. Então esse é um projeto que é pra ser um projeto piloto, pra que a gente consiga provar pro governo que é possível.

Morador 13.



SER COMUNITARIOS



A seguir será apresentado um histórico da 20 de Novembro: ocupação, assentamento e cooperativa. Localizado hoje na Rua Dr. Barros Cassal, região central da cidade de Porto Alegre, o edifício ocupado pertenceu à união e atualmente está destinado para fins de moradia sob administração da Cooperativa 20 de Novembro.

Este histórico foi construído a partir de relatos dos moradores do Assentamento 20 de Novembro, coletados em entrevistas e conversas informais, em especial dos atuais presidente e tesoureiro da Cooperativa, que fizeram parte da sua fundação e desde então estão envolvidos com as atividades da mesma.

5.2.1 OCUPAÇÃO, COOPERATIVA, ASSENTAMENTO 20 DE NOVEMBRO

A história da 20 de Novembro é

*uma história longa e de muita luta*³³,

tem início com a ocupação temporária de um edifício no centro da cidade de Porto Alegre no início do ano de 2006. A ocupação desse edifício, localizado na esquina entre as ruas Caldas Júnior e Avenida Mauá, dá Origem ao que foi nomeada Ocupação Mauá, que é consolidada com o objetivo de discutir questões políticas pertinentes àquele momento e relacionadas à luta pela moradia no Estado do Rio Grande do Sul.

Posteriormente, no dia 20 de novembro do mesmo ano é realizada a ocupação definitiva do mesmo edifício. Segundo Pinto (2010), esta ocupação compreendeu a instalação de aproximadamente 100 pessoas e foi organizada em várias frentes. A ideia central era ocupar um prédio no centro, um imóvel vazio, onde fosse possível construir um local para ser utilizado como moradia mas, para além disso, que comportasse espaços de trabalho, de formação, ciranda para crianças e onde fosse possível proporcionar geração de renda.

³³ Presidente da Cooperativa 20 de novembro em entrevista realizada no dia 24 de novembro de 2019.

Esse é o debate que a gente faz de ocupação do centro, tu tens uma região com vários imóveis ociosos que poderiam ser reaproveitados, onde tem os equipamentos, tem serviços, tem tudo. E se faz uma opção de largar o povo onde não tem nada e que a longo prazo o custo é maior (Presidente da Cooperativa 20 de Novembro, em entrevista realizada no dia 24 de novembro de 2019).

Ocupado definitivamente o edifício, inicia-se um processo de organização do espaço sendo parte dele destinado à moradia e parte à produção de renda para as famílias que ali estariam residindo. Nesta lógica, surge o embrião da Cooperativa 20 de Novembro, dentro de uma ocupação, onde os moradores iniciam a produção de pães, cucas, artesanatos, serigrafias e marcenarias, entre outras e diversas atividades.

Após alguns meses nessa organização, no início de 2007 acontece o primeiro despejo das famílias residentes no local, que reagem à ação acampando em frente à prefeitura como forma de reivindicar diálogo com o poder público sobre a situação. A atual presidente da Cooperativa lembra que naquela época quando acontecia o despejo não existia nenhum apoio para as famílias, como o aluguel social ou as casas de passagem³⁴. Assim, as famílias ficavam sem ter para onde ir.

Nessa busca de diálogo e negociação com o poder público, o movimento se reorganiza e aponta outro edifício em desuso na área central da cidade de Porto Alegre: localizado na Avenida Padre Cacique, nas proximidades do estádio Beira Rio, que poderia ser utilizado como moradia. Um imóvel público municipal. A resposta do poder público ao apontamento foi de que as famílias poderiam ocupar o local temporariamente, durante 40 dias, até que conseguissem, por conta própria, se reestruturar em outro local.

Eles queriam 40 dias, nós ficamos quase seis anos lá.

Morador 16, presidente da Cooperativa.

Este edifício foi construído para ser uma casa de abrigo da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) e encontrava-se abandonado e completamente destruído, contando apenas com algumas paredes, sem portas,

³⁴ Em entrevista realizada no dia 24 de novembro de 2019.

janelas ou telhado, sem banheiro, sem luz elétrica ou água. Apesar das condições precárias, não havia outra opção possível no momento para as famílias da Cooperativa 20 de Novembro.

Era perto do centro, não tinha para onde ir, então tínhamos que recomeçar.

Morador 16, presidente da Cooperativa.

Nesse período, eram aproximadamente 20 famílias convivendo no local, onde foram retomados os trabalhos da Cooperativa, que passou a prestar serviços de alimentação para eventos, serigrafia, padaria, além de uma nova atividade, a reciclagem. A partir dessas diversas frentes de trabalho, a Cooperativa 20 de Novembro foi se fortalecendo.

Era próximo de vários eventos então tinha muito material para reciclagem. Vendia cerveja no estádio, então tinha muita latinha, muita coisa.

Morador 16, presidente da Cooperativa.

Ainda no ano de 2007, outro impasse surgiu no caminho da 20 de Novembro, a Copa do Mundo que aconteceria no Brasil no ano de 2014, com Porto Alegre sendo anunciada como cidade sede para os jogos. Esse fato os colocou novamente em situação de tensão, pois a área ocupada naquele momento seria privatizada e destinada ao Sport Club Internacional para que fossem realizadas obras de adequação para os jogos. A partir dessa notícia, as famílias começam a pensar, novamente, em alternativas possíveis de moradia.

Nesse momento e contexto, os movimentos sociais envolvidos na pauta da moraria foram fundamentais. Foi constituída uma parceria entre o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN)³⁵, a Confederação Nacional de Associação de Moradores (CONAM)³⁶ e a Cooperativa 20 de Novembro, com o

³⁵ Movimento social brasileiro, criado em julho de 1990 no primeiro Encontro Nacional dos Movimentos de Moradia, com representação de 14 estados. Materializou-se depois das grandes ocupações de áreas e conjuntos habitacionais nos centros urbanos, deflagradas principalmente na década de 1980 (Blog da Ocupação 20 de Novembro - MNLN/RS. Acesso em 01/06/2020).

³⁶ A Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) foi fundada no dia 17 de janeiro de 1982, presente desde então no movimento nacional popular e comunitário, tendo como seu papel organizar as federações estaduais, uniões municipais e associações comunitárias, entidades de bairro e similares (Site da Confederação: conam.org.br. Acesso em 01/06/2020).

objetivo de construir alternativas para aquelas famílias que seriam novamente desalojadas. Nesse momento, o governo federal determinou que os imóveis pertencentes à União em estado de abandono ou ociosos poderiam ser destinados para fim de moradia popular. A partir disso a Cooperativa 20 de Novembro, junto com os dois movimentos apoiadores (MNLM e CONAM), apresentou a proposta de ocupação de um imóvel da União que estava abandonado, localizado na Rua Dr. Barros Cassal, no Bairro Floresta, área central da cidade. O imóvel em questão havia sido projetado para ser um hospital, mas tinha perdido sua função depois de ser privatizado e estava abandonado por mais de 50 anos (Jornal Sul 21).



Figura 72: Edifício na Rua Dr. Barros Cassal, Bairro Floresta. Imagem: divulgação Arquitetura Humana (AH!)

A proposta de ocupação do espaço foi apresentada ao poder público e teve parecer positivo, permitindo seu uso para fins de moradia. A partir disso, foi iniciado o primeiro projeto para o espaço (**Fase 1** de assistência técnica³⁷) com o objetivo de comprovar que o edifício poderia ser utilizado com segurança para fins de moradia. Esse primeiro projeto compreendeu estudos arquitetônicos preliminares e laudos estruturais que foram apresentados ao poder público, mas permaneceram sem avanços até o ano de 2011.

Após quatro anos sem resposta à sua proposta projetual para o edifício, as famílias cooperadas decidiram agir, realizando uma ocupação simbólica no local como forma de denunciar a situação. Solicitavam com isso o avanço das negociações. Além dessa ação, várias marchas pela cidade foram realizadas e, a partir dessas movimentações, a Cooperativa 20 de Novembro conseguiu viabilizar a aprovação do projeto junto ao poder público.

No ano seguinte, em 2012, ocorreu a remoção das famílias do local onde estavam (próximo ao estádio Beira Rio) devido ao início das obras para a Copa do Mundo. Nesse momento, algumas famílias foram beneficiadas com o aluguel social³⁸ e outras com o Bônus Moradia³⁹.

³⁷ Esta fase de assistência técnica se refere as consultorias projetuais, primeiros estudos e propostas de ocupação para o prédio. Neste momento a cooperativa ainda não estava habilitada no Ministério das Cidades, portanto esta fase é anterior ao programa MCMV-E. Os projetos realizados nesta fase foram utilizados como instrumento de argumentação juntos ao poder público e pago pelas famílias através de cotização.

³⁸ Recurso assistencial mensal destinado a atender, em caráter de urgência, famílias que se encontram sem moradia. É um subsídio concedido por período de tempo determinado. A família beneficiada recebe uma quantia equivalente ao custo de um aluguel popular. O aluguel social constitui manifestação da dimensão positiva do direito à moradia, íntima e indissociável do princípio da dignidade da pessoa humana. Tem base na Lei nº 8.742/93: Lei Orgânica da Assistência Social, que prevê a possibilidade de criação de benefícios eventuais para atender necessidades advindas de vulnerabilidade temporária e calamidade pública (MPPR - Ministério Público do Estado do Paraná).

³⁹ O Bônus-moradia foi uma das opções de atendimento (Bônus Moradia ou Reassentamento ou Indenização) que a Prefeitura de Porto Alegre oferece às famílias cadastradas pelo Departamento Municipal de Habitação (Demhab) na aquisição da casa própria com mais rapidez e eficiência para as comunidades que seriam reassentadas em função das obras de mobilidade urbana da Copa de 2014. O valor do Bônus é de R\$ 52.340,00 (cinquenta e dois mil, trezentos e quarenta reais), que representa o custo final para a construção de uma unidade habitacional popular, considerada no Programa Minha Casa/Minha Vida, do governo federal. Cada família cadastrada tem direito a um Bônus-Moradia, se essa modalidade lhe convier. A utilização do Bônus-Moradia é regida pela Lei Municipal 11.229 de 6 de março de 2012 (PROCEMPA - Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre).

[...] foi a própria cooperativa que fez a negociação das 18 famílias pra pegar o bônus moradia e ser encaminhado pro aluguel social das famílias que estavam lá do lado do Inter. Então ela já fez um processo de assentamento de famílias já, a partir da sua inicial construção assim. Então, se for olhar a 20 de novembro não vai assentar só essas 40 famílias (do projeto atual), ela já assentou lá atrás no caminho, outras. De uma outra forma com outros métodos. Usando bônus. (Tesoureiro da cooperativa, em entrevista realizada no dia 21 de novembro de 2019).

As famílias remanescentes decidem ocupar definitivamente o edifício localizado na Rua Dr. Barros Cassal e a intenção de permanecer definitivamente no local foi manifestada, ficando estabelecido, através de um acordo provisório entre Cooperativa e Poder Público, que a as famílias poderiam ocupar o prédio enquanto o processo de concessão de uso avançava legalmente.

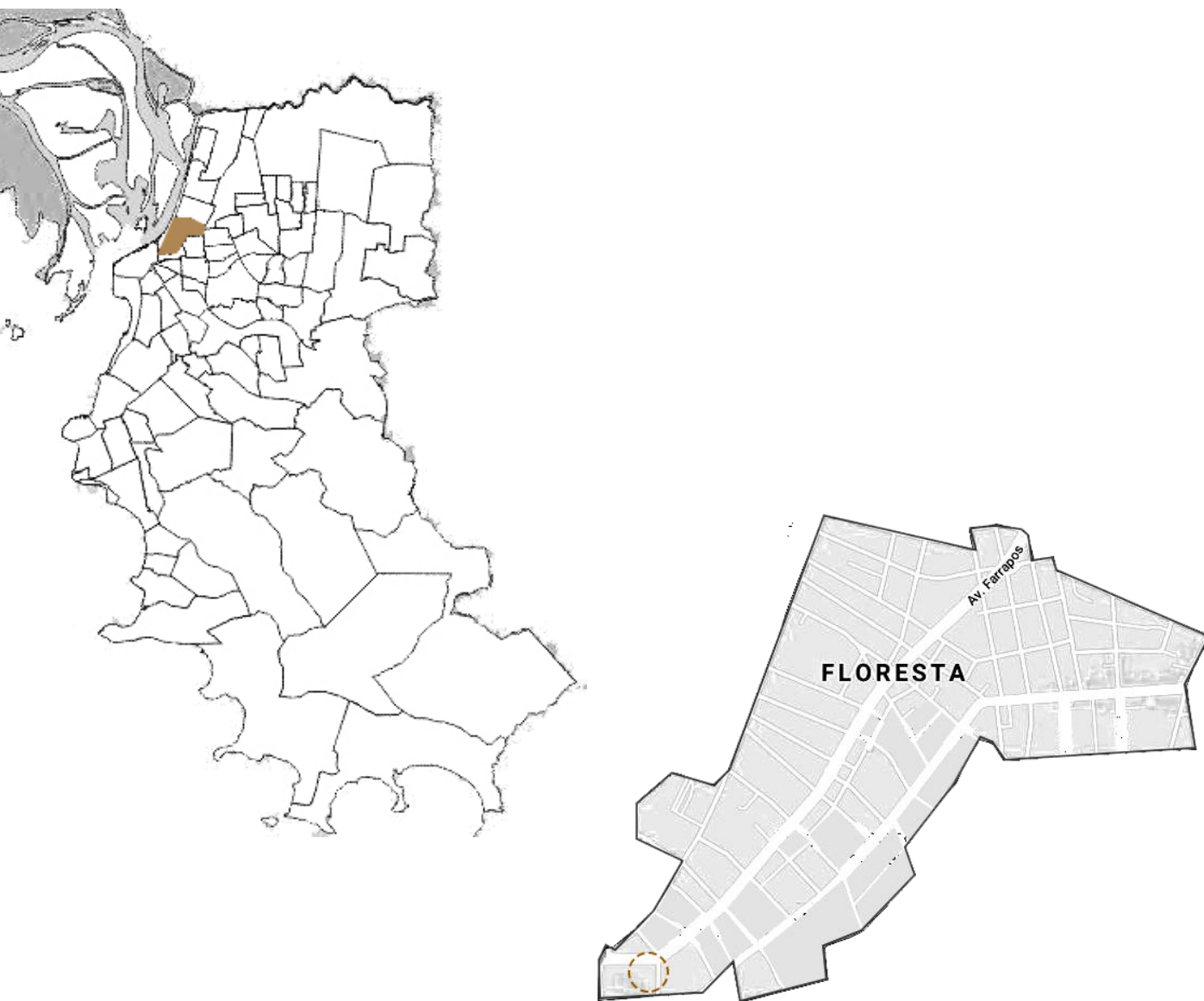
No mapa a seguir (Figura 73) pode ser identificado o caminho que a 20 de Novembro percorreu na cidade de Porto Alegre, desde a primeira ocupação – ponto 1 do mapa, no centro histórico da cidade, até o local atual e definitivo – ponto 3 do mapa, no Bairro Floresta.



Legenda:

- Ponto 1 – Local do primeiro Edifício ocupado pela 20 de Novembro (Centro de Porto Alegre);
- Ponto 2 – Local do Segundo Edifício ocupado pela 20 de Novembro;
- Ponto 3 – Local do terceiro Edifício ocupado pela 20 de Novembro e que permanecem até hoje.

Figura 73: Deslocamento da Ocupação 20 de novembro pela cidade de Porto Alegre.



Figuras 74 e 75: Localização do Bairro Floresta no contexto da cidade de Porto Alegre e Localização do Edifício na Rua Dr. Barros Cassal, no contexto do Bairro Floresta.

No ano de 2013, o agora Assentamento 20 de Novembro, através da sua Cooperativa de Trabalho e Habitação, habilitou-se junto ao Ministério das Cidades, possibilitando a entrada da cooperativa no Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades como forma de viabilizar a reforma do prédio pertencente à União (CAU/SC).

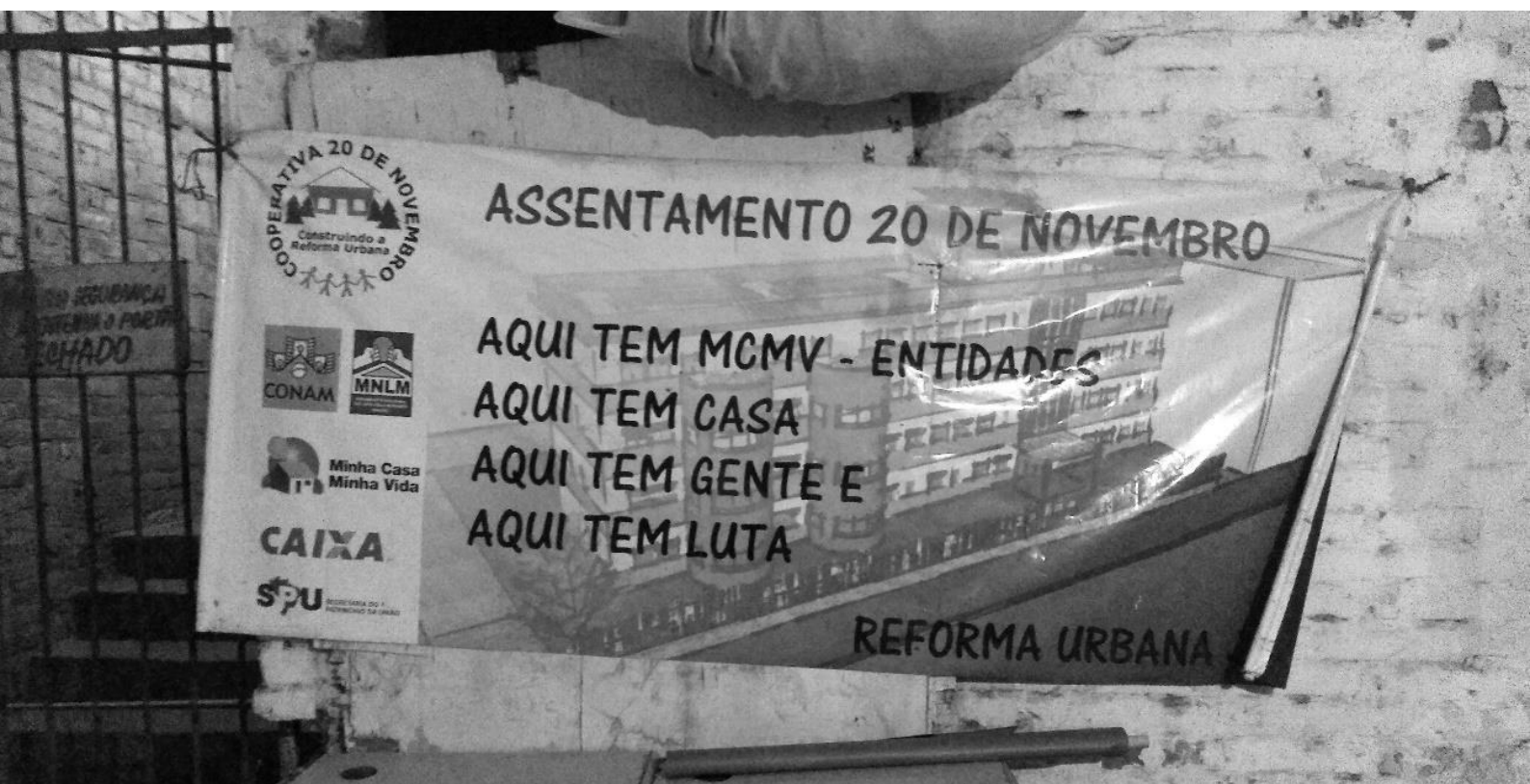


Figura 76: Banner exposto no assentamento 20 de novembro.

O contrato da Concessão do Direito Real de Uso⁴⁰ para fins de moradia⁴¹ do edifício foi assinado no mês de março de 2016 e em abril do mesmo ano foi assinado o contrato com a Caixa Econômica Federal para o programa Minha Casa Minha Vida – Entidades, possibilitando o início dos projetos para o local. Iniciou-se assim a assistência técnica para o edifício via MCMV-E que permitiu o desenvolvimento de projetos arquitetônicos e complementares de adequação do edifício para fins de moradia (**Fase 2** de assistência técnica).

⁴⁰ A concessão de direito real de uso é um instituto criado pelo Decreto-lei nº 271, de 28.02.67, no seu art. 7º, podendo ser utilizado na transmissão da posse direta de bens públicos ou privados, de forma gratuita ou remunerada, visando dar cumprimento à função social do bem na cidade onde se localiza (LIMA e SILVA, 2002).

⁴¹ A Medida Provisória nº.2.220/2001 disciplina o instrumento da Concessão de Uso Especial para fins de Moradia. Dispõem sobre a concessão de uso especial conforme seu Art. 1º: Aquele que, até 22 de dezembro de 2016, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área com características e finalidade urbanas, e que o utilize para sua moradia ou de sua família, tem o direito à concessão de uso especial para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural. Sendo concedido ao ocupante de imóvel público urbano de até 250 metros quadrados, pertencente à Administração direta ou indireta, o direito ao uso e não ao domínio. Existe também a Concessão coletiva, quando se tratar de imóveis com mais de 250 metros quadrados ocupados por população de baixa renda (PESSOA e VIEIRA, 2009).

Essa Fase comportou o projeto de 40 unidades habitacionais (apartamentos) e de todos os espaços comuns e coletivos, sendo realizado pelo escritório Arquitetura Humana (AH!). Para além disso, o Assentamento 20 de Novembro também contou com uma fase de assistência técnica apoiada por edital do Conselho de Arquitetura e Urbanismo⁴² do estado do Rio Grande do Sul – CAU/RS por meio da aplicação da Lei de Assistência Técnica (Lei 11.888/2008), o que constituiu a **Fase 3** de assistência técnica. Esta, constituiu o intitulado projeto *Morar Sustentável* e foi realizada também pelo escritório Arquitetura Humana via Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul (SAERGS). A assistência técnica no âmbito da lei, e com financiamento do CAU/RS, possibilitou a complementação do projeto das áreas habitacionais e também incluiu projetos de sustentabilidade para as áreas comuns do edifício e atividades complementares da cooperativa. Com foco na sustentabilidade ambiental e econômica, foram efetivados projetos de captação de energia solar, reuso de água da chuva (cisterna) e horta comunitária. Foi possível assim, materializar as soluções sustentáveis no projeto do edifício, que sempre foram uma intenção da Cooperativa mas que haviam perdido espaço devido à limitação dos recursos do programa MCMV-E.

Ele (o projeto do edifício) é um projeto que é o que a gente defende enquanto política pública de habitação. É um modelo do que a gente defende: é moradia, região central, bem localizado, próximo de tudo, que tenha geração de renda, que tenha a questão ambiental, que tenha a ciranda, espaço cultura, pracinha, biblioteca, horta.

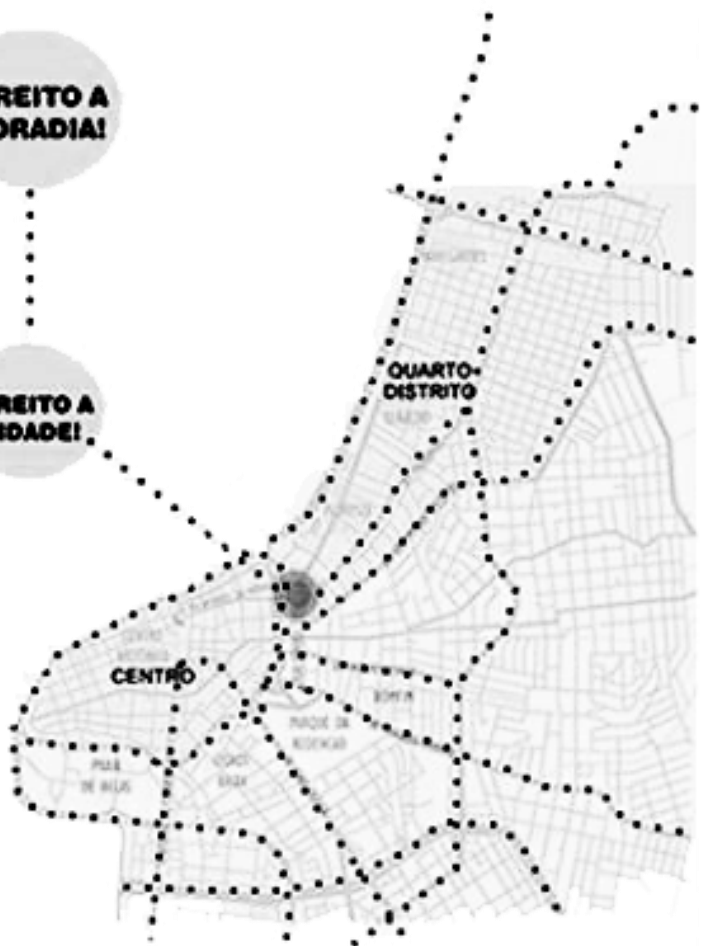
(Presidente da cooperativa, em entrevista realizada no dia 24 de novembro de 2019).

As imagens a seguir apresentam o resultado projetual das fases 2 e 3 de assistência técnica.

⁴² Chamada Pública 01/2017 do Conselho de Arquitetura do Estado do Rio Grande do Sul.

DIREITO A MORADIA!

DIREITO A CIDADE!



TRANSIÇÃO ENTRE OS ESPAÇOS!



ESCADARIA!



RUA INTERNA!



MATERIALIDADE :
TIJOLO
COBOGÓ
ARQ. BRASILEIRA

PRESERVAÇÃO
DA
EDIFICAÇÃO

LOCAL PARA
PROJEÇÃO

BLOCO B

BLOCO A

CIDADE
PARA
QUEM?

EXTENSÃO DO
ESPAÇO PÚBLICO

PÁTIO CULTURAL

Transcendendo um espaço, quebrando barreiras e muros impostos por uma sociedade desigual. Local onde já hoje ocorrem festas e eventos organizados pelos próprios moradores, transformando-se assim em um "largo cultural", oferecido à cidade numa região tão carente de locais para o convívio, o lazer e a cultura.





As fases 2 e 3 de assistência técnica contaram com a participação ativa das 40 famílias e todo o processo foi gerenciado pela Cooperativa de Trabalho e Habitação 20 de Novembro. A construção de toda a proposta teve a intenção de ser coletiva, feita à muitas mãos, compartilhada e participativa, envolvendo técnico e moradores. A partir desse princípio estabelecido, o escritório de arquitetura AH! Arquitetura Humana, responsável pelos projetos para o edifício, fez diversas oficinas com a participação dos moradores. Assim, todas as decisões e escolhas ocorreram de forma horizontal. Os futuros moradores sempre puderam expor suas ideias e necessidades e participar da construção do projeto, o que aparece nas falas dos moradores:

Nós fomos pro Vila Flores, os arquitetos perguntaram o que nós queríamos e o que não queríamos. Nós queríamos lavanderia, cozinha, sala de pintura, de costura, a ciranda das crianças, a pracinha, geração de renda (Morador 12).

Além disso, outra característica do processo que aparece nas falas dos moradores é o caráter coletivo. A preocupação de todos nunca foi discutir os espaços internos de cada apartamento, mas sim, os princípios da proposta como um todo, a dinâmica de vida coletiva e compartilhada e sua sustentabilidade a longo prazo.

As arquitetas foi uma parte muito legal, começamos a sonhar. Passamos o dia sonhando como queríamos que fosse a nossa casa. Mas a gente não sonhada com o apartamento, mas como queríamos a vida coletiva, isso ficou muito forte (Morador 13).

A dinâmica adotada pela cooperativa para viabilizar a participação dos moradores no processo foi através de uma comissão de obras formada por 6 membros da Cooperativa e 12 gestores, responsáveis por discutir as propostas iniciais com os arquitetos e levá-las, posteriormente, para um plenário para ser discutido com todos os membros da cooperativa, os futuros moradores.

[...] a gente tem uma dinâmica que é: a gente monta uma proposta em um grupo menor, que é o grupo administrativo e a comissão de obras e os técnicos, depois a gente leva para a assembleia pra ver se há consenso ou se são necessárias mudanças. Apresentamos as divergências que surgem e os avanços que se teve nos debates dos pequenos grupos e então assim, mesmo não trazendo tudo, a gente prepara, apresenta e já apresenta o que é que precisamos idealmente fazer. Mas a gente traz o que a galera também

discutiu pra ver se as famílias, daqui a pouco, tem uma outra ideia e re-convence a gente que na realidade deveria seguir outro caminho. Então existem essas duas mãos pra tentar dar agilidade nos espaços de decisão também, porque senão fica divagando, é muita gente.

A participação nas atividades também é um dos critérios para a escolha depois dos apartamentos. Existe uma tabelinha que vai dizer quem mais participou e esses têm prioridade (Tesoureiro da cooperativa, em entrevista realizada no dia 21 de novembro de 2019).

O projeto do Assentamento 20 de novembro é um dos poucos projetos do país contratados no ano de 2019 no formato Minha Casa Minha Vida – Entidades e permanece aguardando a assinatura do contrato que permitirá dar início a execução da obra (que deveria ocorrer a partir de abril de 2020). Para a execução, a cooperativa que é quem faz o gerenciamento do projeto e obra, tem o objetivo de contratar a mão de obra dos seus cooperados, fomentando o desenvolvimento pessoal, a qualificação e a geração de renda através de um trabalho técnico social.

[...] a nossa ideia para mão de obra é poder contratar os próprios associados da cooperativa. Durante a obra vai ser executado um projeto de trabalho técnico-social, onde tem vários eixos: ação comunitária, geração de renda, educação ambiental. E dentro desse eixo da geração de renda tem a qualificação na área da construção civil. A ideia é a gente ir qualificando as pessoas. (Presidente da cooperativa, em entrevista realizada no dia 24 de novembro de 2019).

Assim, com o projeto arquitetônico e o projeto de sustentabilidade, consolida-se o projeto do Assentamento 20 de Novembro, feito à muitas mãos.

A seguir apresentamos uma linha do tempo sintetizando os acontecimentos do histórico da 20 de Novembro. Com destaque para as contribuições da assistência técnica nas várias fases do processo, que pode oferecer apoio na luta pela moradia de formas diversas.

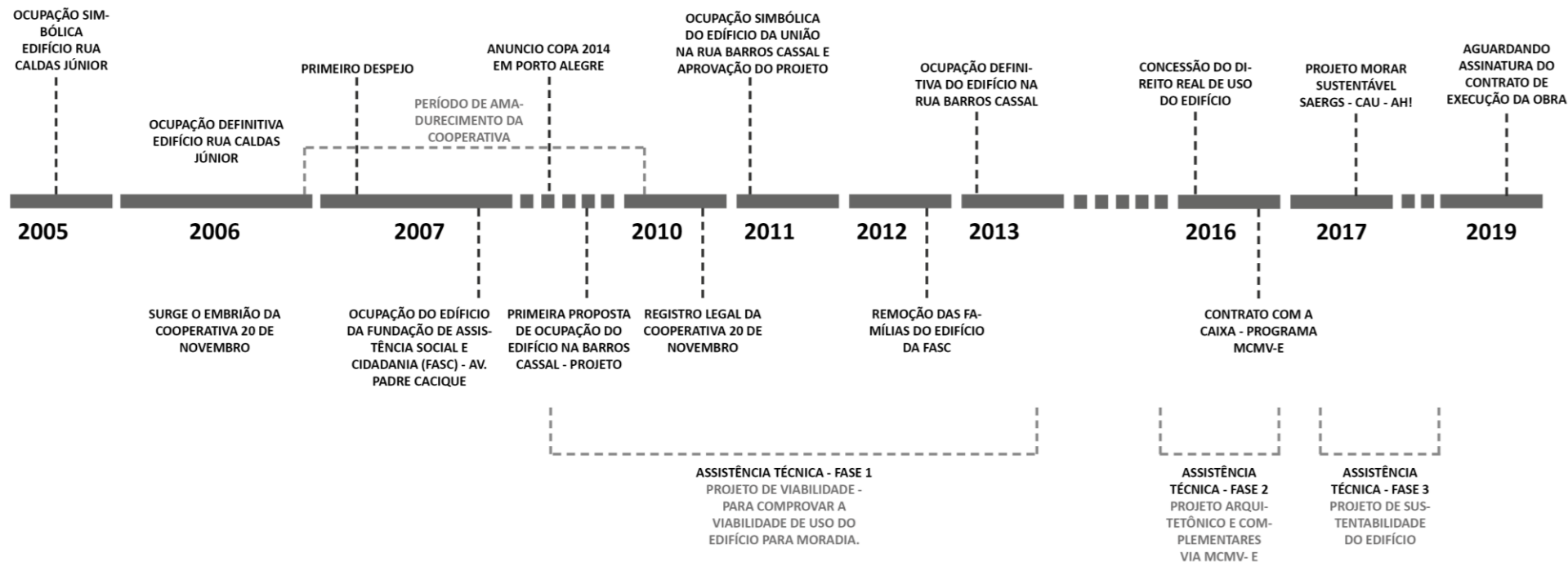
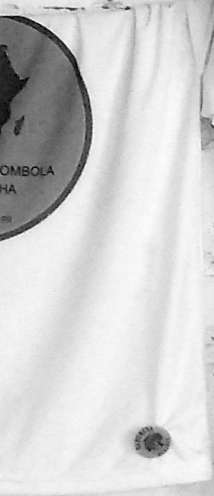
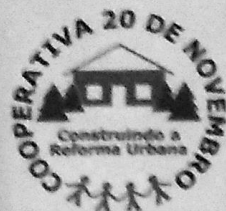


Figura 83: Linha do tempo - histórico do Assentamento 20 de novembro.



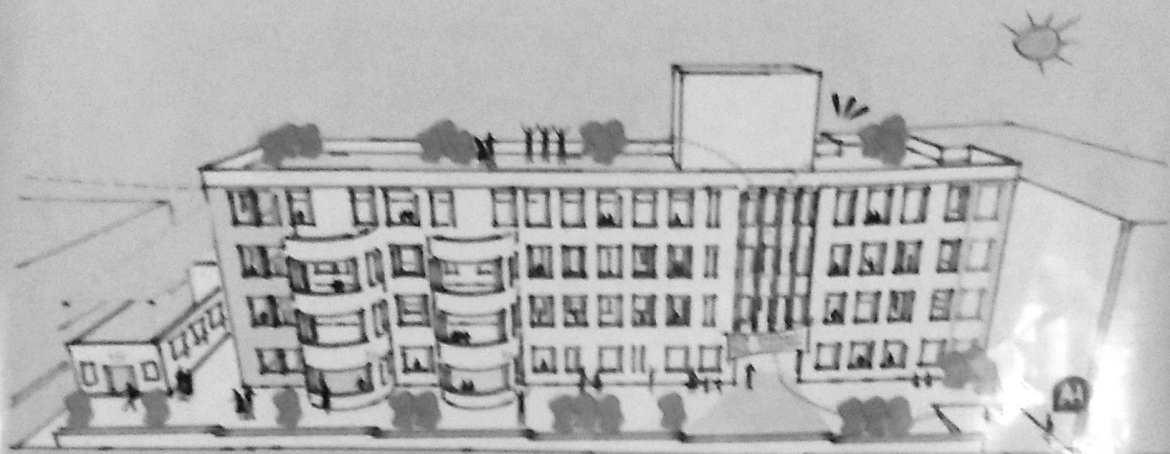


EMPREENDIMENTO HABITACIONAL ASSENTAMENTO 20 DE NOVEMBRO



Reciclagem de Uso para Condomínio
com 40 Unidade de Habitação Popular.
Programa Minha Casa Minha Vida -
Entidades

● MORADIA → ● ACESSO À CIDADE



HABITAÇÃO POPULAR SUSTENTÁVEL NO CENTRO DA CIDADE





5.3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O CAPÍTULO

Assim, ficam apresentados os casos que são objeto de estudo deste trabalho. Para entender melhor o processo de assistência técnica em cada um deles, foram aplicadas as técnicas de coleta descritas anteriormente, sendo a entrevista semiestruturada aquela que permitiu captar as percepções dos envolvidos. Buscou-se, através delas, compreender como foi o processo de assistência técnica, qual o nível de participação foi atingido e quais as suas contribuições em cada um dos casos.

Os resultados assim obtidos foram analisados e estão apresentados no capítulo a seguir.



CAPÍTULO 6

RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados obtidos neste trabalho, a partir das entrevistas realizadas com moradores e técnicos participantes dos processos de assistência técnica aqui estudados. Serão expostas as análises feitas a partir do estudo empírico e do referencial teórico adotado para esta pesquisa. As respostas dos entrevistados estão separadas por grupo: moradores ou técnicos; e por temática: assistência técnica ou participação - para cada um dos estudos de caso realizados.

6.1 O PRIMEIRO CASO: CERÂMICA ANITA

6.1.1 MORADORES

6.1.1.1 Sobre a assistência Técnica

As falas dos moradores da Ocupação Cerâmica Anita, para a temática da assistência técnica – bloco 1, apresentaram como principais tópicos: i) a segurança da posse do terreno; ii) a melhoria das condições da moradia e da infraestrutura urbana do local, conquistados através do processo de projeto. Partindo da condição precária de ocupação (barro e lona) para a casa com serviço de água e energia elétrica (que, ao final do processo, é uma realidade no local); e iii) a condição financeira, que limita os avanços e as vontades dos moradores quanto à melhoria das suas condições de moradia.

As respostas dos moradores para este primeiro bloco de entrevista, estão sintetizadas nos quadros a seguir.

Morador 1

SÍNTESE DA FALA

- o processo de athis propiciou a união dos moradores em direção a um objetivo comum ;
- envolvimento e orientação dos técnicos foi fundamental para motivar a luta;
- necessidades específicas puderam ser atendidas devido a participação dos técnicos;
- melhoria da qualidade da moradia proporcionada pelo processo;
- técnicos proporcionaram "força para conseguir conquistar a casa";

Morador 2

SÍNTESE DA FALA

- questão econômica aparece com força- impossibilidade de executar os projetos por ser um projeto de custo muito elevado, incompatível com a realidade;
- o apoio na luta foi importante para o aprendizado, para a conquista da posse da terra e para a melhoria do local;
- após o processo de athis as condições da moradia melhoraram;

Morador 3

SÍNTESE DA FALA

- participação dos técnicos foi importante para a luta, para além da realização dos projetos;
- melhoria da qualidade urbana e da moradia após o processo;
- o projeto foi feito do jeito que a moradora queria, adequado as suas necessidades porém ele não está adequado à sua condição financeira do momento ;
- importancia de conquistar a posse do terreno e serviços básicos como água e luz;

Morador 4

SÍNTESE DA FALA

- ponto principal ressaltado na fala: a dificuldade financeira enfrentada pela maioria dos moradores que não tiveram condições de construir a casa que foi projetada;
- apesar disso, as condições gerais melhoraram (luz, água, banheiros em todas as casas);
- melhoria da qualidade urbana: ruas definidas e calçadas;
- importância da posse do terreno como segurança;

Morador 5

SÍNTESE DA FALA

- distancia entre o que foi pensado junto no projeto durante o processo de ATHIS e a realidade da família ;
- o que foi aprendido nas reuniões e oficinas possibilitou uma melhoria da qualidade da moradia- mesmo que mínima- iluminação, uso de materiais adequados;
- sem condições financeiras de fazer o mínimo: uma peça e um quarto;
- o espaço urbano da comunidade foi reconfigurado de maneira mais justa com o processo;

Morador 6

SÍNTESE DA FALA

- as condições urbanas e habitacionais do local melhoraram após o processo;
- espaço urbano melhor organizado- pessoas respeitando os limites e regras arquitetônicas e urbanísticas- propiciando melhor qualidade urbana e arquitetônica;
- ter os técnicos foi um incentivo para a luta- possibilitaram ver outros caminhos e possibilidades;
- melhoria da qualidade da moradia- adotando soluções simples;
- conhecimentos sobre possibilidades construtivas adquiridos no processo;
- questão financeira;

Morador 7

SÍNTESE DA FALA

- ATHIS contribuiu para a conquista da posse- através dos conhecimentos dos técnicos- é importante que continue para que mais pessoas possam conseguir;
- evolução da qualidade da moradia por adquirir conhecimento de outras possibilidades antes desconhecidas;
- projeto adequado as necessidades e desejos da moradora, feito junto- arquiteta e morador;
- Athis auxiliando na garantia da posse, que é muito importante na tranquilidade- sem medo do despejo;

Morador 8

SÍNTESE DA FALA

- as condições do local melhoraram bastante após o processo- no que se refere ao espaço urbano;
- projetos adequados às necessidades de cada morador- necessidades de moradia e espaço pra trabalho inseridos nos projetos;
- a condição das casas também melhorou, mesmo daquelas que não seguiram os projetos;
- segurança da posse importante, fim do medo de ser retirado;

Morador 9

SÍNTESE DA FALA

- melhoria da qualidade das moradias e do entorno (loteamento, infraestrutura);
- conquistar a posse gerou um sentimento de felicidade, liberdade e pertencimento- querer cuidar do local;
- projeto não atendeu as necessidades reais- financeira- do morador. Construiu mais simples do que o projeto;
- possibilidade de ter energia elétrica sem cortes e sem riscos;

Morador 10

SÍNTESE DA FALA

- a melhoria do ambiente urbano e acesso à serviços melhorou após o processo;
- dificuldade financeira para a execução do projeto, financiamento difícil - o morador conseguiu dinheiro parando de trabalhar (com o acerto) para executar o projeto- mas ressalta que outros moradores não conseguiram;
- acesso à luz e água proporcionados pela regularização;
- a qualidade da maioria das moradias melhorou- da madeira para a alvenaria;
- preferencias e escolhas para a moradia foram atendidas;

Morador 11

SÍNTESE DA FALA	
- a conquista da posse possibilitou uma melhor qualidade das condições urbanas e serviços: água e luz- diminuindo perigos;	- a qualidade do ambiente urbano melhorou mas a a residência permaneceu precária - por questões financeiras, sem condições de comprar materiais melhores;
- morador não participou das reuniões e executou a casa “do seu jeito” - com materiais reaproveitados e em condições ruins;	- maior benefício foram os serviços de água e luz regular, o arrumamento e organização dos lotes;

Figura 91: Quadro síntese: entrevistas com os moradores da Cerâmica Anita para a temática da Assistência Técnica⁴³

Análise das entrevistas

Nas falas dos moradores foram identificadas palavras e temas relevantes. A nuvem a seguir representa uma síntese das palavras mais repetidas nas respostas para o tema da assistência técnica. A proximidade entre as palavras indica a sua relação no texto, ou seja, quando foram citadas associadas umas às outras. Destaca-se, na nuvem, a conquista do seu espaço próprio, a “casa”, bem como a “posse” dos “terrenos” e os serviços de “água” e “luz” conquistados. Também aparece com destaque a palavra “melhor”, associada à melhoria das condições da “rua” e da “casa” (a questão de ter um “banheiro” principalmente).



Figura 92: Nuvem de palavras criada a partir das respostas dos moradores para a temática da ATHIS. Elaborado pela autora.

⁴³ As tabelas completas, com a fala de cada um dos entrevistados separadas por conceitos, podem ser encontradas nos apêndices deste trabalho.

A seguir, essas palavras aparecem distribuídas em cada um dos conceitos de análise adotados.

Para a categoria da **moradia digna** o que se destaca com primordial importância para os moradores é a conquista dos serviços de água, luz e saneamento básico – *“o que é nosso por direito”*. O relato dos moradores destaca a situação precária que existia anteriormente, relacionada às instalações clandestinas de energia elétrica, que já chegaram a causar incêndios na comunidade, destruindo várias casas; e agora acontece de forma segura a partir da rede pública. Na questão do saneamento, descrevem a precariedade que existia antes do projeto, com esgoto a céu aberto e número reduzido de banheiros. Agora, ao contrário, as casas estão sendo construídas com banheiro em alvenaria.

“Melhorou em tudo, primeiro o cara passava no meio de um corredorzinho cheio de vazamentos, agora tem a rua ali – antes era muito lixo, esgoto a céu aberto, agora eliminou muito rato e barata, melhorou 100% – antes tinha muito barro e muito lodo.”

Para a categoria de **acesso à habitação e à cidade** destaca-se nas falas a “força” que os arquitetos deram aos moradores, ou seja, o apoio e a conscientização proporcionado por eles para o entendimento dos seus direitos como cidadãos – *“na luta é essencial para a conquista ter os técnicos, foi um incentivo, precisa de alguém para nortear”*. Além disso, o acesso à infraestrutura que a “legalidade” permite aparece nas falas como essencial. Ter um lote definido, infraestrutura de arruamento e calçadas, instalações de serviços de água e luz, etc.

“Antes era beco estreito, agora tem uma rua certinho.”

Para a moradia especificamente, destaca-se que, apesar da conquista da posse, de estar agora em uma situação legal, a questão financeira ainda impossibilita a execução de uma moradia com melhor qualidade. Isso evidencia que, para essa faixa da população – de baixa renda –, o subsídio financeiro e apoio do Estado é essencial para garantir a melhoria da qualidade da moradia.

Mas, apesar disso, o que se pôde perceber após as ações na comunidade, é um esforço dos moradores em melhorar a sua moradia a partir das orientações técnicas e dos conhecimentos adquiridos durante o processo. Pode-se inferir, portanto, que o aprendizado durante o processo e a conquista da posse motivaram os moradores a melhorar suas condições de moradia e de vida, dentro do possível pelas suas condições financeiras e através da autoconstrução.

Na **adequação às especificidades** os moradores expressam que o processo acolheu suas preferências sempre que possível, o que resultou em projetos que atenderam as demandas específicas, tais como: espaços comerciais, adequações para acessibilidade ou maior número de quartos. Mas, novamente, aparece como barreira a impossibilidade financeira de executar aquilo que foi desejado e representado em projeto. Existindo assim, certa inadequação dos projetos com a realidade financeira das famílias.

Embora os projetos tenham considerado a autoconstrução e a possibilidade de execução em madeira (técnica já conhecida e comum entre os moradores da comunidade), a maioria deles está fora da realidade possível das famílias para o momento atual, onde grande parte não tem renda fixa e nenhuma possibilidade de financiamento ou subsídio para a execução. Assim, os projetos acabaram sendo readequados na hora da construção, fazendo aquilo que era possível com o que se tinha em mãos.

“Eu fiz o projeto, mas eu não fiz aqui a casa do projeto ainda, eu desenhei tudo o que eu queria ter na minha casa, mas no momento ainda não dá.”

Ainda assim, na categoria **melhoria da qualidade da moradia** as respostas mencionam a melhoria da condição das casas, mesmo sem os recursos financeiros necessários. O que podemos associar à segurança proporcionada pela conquista da posse, pois mesmo aqueles moradores com menos recursos, construíram a sua casa após o processo de ATHIS com maior empenho, dedicação e investimento.

“A qualidade tá melhorzinha, a gente que é pobre se vira do jeito que dá – antigamente era com pedaço de compensado [as casas], agora tem umas meio velhinhas, mas bem melhor que antes.”

A categoria de **melhoria da qualidade urbana** foi a que apresentou maior número de comentários positivos nas respostas, sempre comparando a antiga situação do espaço: de aglomeração, lixo, entulho, corredores estreitos, esgoto a céu aberto, muitos animais (ratos) e insetos (baratas), lotes de tamanhos diferentes e injustos (alguns moradores com lotes enormes e outros com lotes minúsculos); com a nova situação após o processo: de lotes definidos e de tamanhos iguais, ruas traçadas, serviços básicos instalados, limpeza e organização do local.

Por fim, a categoria que aborda a **segurança de posse** aparece como a mais importante para os moradores, pois é a partir dela que surge a motivação para as demais melhorias e conquistas, como a reconstrução de uma moradia com maior qualidade.

Considerações sobre as falas dos moradores Cerâmica Anita temática ATHIS

A figura do técnico aparece com grande importância ao ser o detentor de conhecimento, aquele que pode indicar caminhos para as conquistas. Essa imagem do técnico, percebeu-se, fica ressaltada na comunidade pelo seu tempo de luta e organização coletiva serem mais recentes.

“Ter os técnicos foi um incentivo para a luta, eles possibilitaram ver outros caminhos e possibilidades”.

A posse da terra fica pontuada como a conquista mais importante, juntamente com os serviços de água e luz. A segurança que isso passa aparece em todas as falas como motivador, inclusive para a melhoria da qualidade da moradia, onde mesmo sem recursos de financiamento para executar os projetos,

os moradores, a partir da posse se motivaram para construir com maior qualidade. Devido à certeza da permanência.

“Conquistar a posse gerou um sentimento de felicidade, liberdade e pertencimento – querer cuidar do local”.

Assim, pode-se inferir que a posse da terra teve como consequência a maior qualidade construtiva das moradias. Os moradores não têm mais o medo constante de serem retirados do local a qualquer momento e perder tudo o que construíram.

Desse modo, foi possível observar que mesmo as casas que não seguiram o projeto, utilizaram-no como inspiração e fonte de aprendizado para a construção de uma moradia de melhor qualidade. Esse construir com maior qualidade, também foi possível devido ao conhecimento adquirido no processo.

“O que foi aprendido nas reuniões e oficinas possibilitou uma melhoria da qualidade da moradia – mesmo que mínima – iluminação, uso de materiais adequados”.

É claro que esse cenário aponta a descontinuidade do processo e a necessidade de investimentos, essencialmente públicos, para a fase de execução dos projetos de habitação de caráter social. A legislação vigente (Lei 11.888) aponta caminhos que ainda são pouco explorados para a execução; ficando grande parte das experiências restritas às fases projetuais, que são executadas à partir de recursos que pouco, ou nunca são investimentos públicos.

Ainda assim, mesmo aquela ATHIS que é realizada apenas nas fases de projeto e planejamento já traz grandes benefícios para as populações envolvidas. Como é possível identificar no caso da Ocupação Cerâmica Anita, onde os moradores que participaram do processo adquiriram diversos aprendizados e foram empoderados a construir suas casas com maior qualidade construtiva. Diferente do que aconteceu com os moradores que não participaram do processo, que reproduziram o padrão antigo da sua moradia, com menor qualidade construtiva.

Pode-se dizer, portanto, que o conhecimento adquirido pelos moradores no processo de ATHIS gerou resultados construtivos melhores das suas novas casas, mesmo sendo em autoconstrução e com materiais reaproveitados.

6.1.1.2 Sobre a participação

As falas dos moradores da Ocupação Cerâmica Anita, para a temática da participação – bloco 2, apresentaram como principais tópicos: i) o aprendizado e conhecimento adquirido no processo; ii) a importância da conquista da posse do terreno; e iii) a importância de poder apresentar sua opinião nas oficinas e reuniões e de pensar a sua casa (com suas características) junto com os arquitetos, realizando um sonho.

As respostas dos moradores para o segundo bloco, que apontam estas e outras questões, estão reunidas a seguir. Novamente, para cada um dos entrevistados há um quadro síntese feito pela autora.

Morador 1

SÍNTESE DA FALA

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - arquitetos incentivando e orientando a luta - união, procedimentos, não desistência (considerado importante para a conquista); - proximidades entre técnicos e moradores - tratados como amigos - e importante para a conquista da moradia; - aprendizado durante os encontros e as oficinas; | <ul style="list-style-type: none"> - adequação às necessidades específicas, o que foi possível devido ao diálogo e a aproximação entre moradores e técnicos; - o processo feito dessa maneira gerou um resultado melhor para todo mundo; |
|---|--|

Morador 2

SÍNTESE DA FALA

- | | |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - a questão econômica ficou muito forte na fala - ressaltando a falta de condições para fazer qualquer coisa - qualquer construção, investimento melhor; - essa necessidade financeira não foi considerada nos projetos; - a qualidade do ambiente urbano e das residências melhorou depois do projeto - mesmo não havendo verba para a execução das casas e não construindo as casas conforme o projeto arquitetônico realizado durante a assistência técnica; | <ul style="list-style-type: none"> - as oficinas e troca com os técnicos possibilitou o aprendizado de questões arquitetônicas e práticas; - técnicos atenciosos e disponíveis para auxiliar os moradores e construir junto o projeto; - no caso desta moradora em específico, o quesito financeiro não foi atendido, o que pode ter ocorrido pela baixa participação da mesma (como ela mesma pontuou na fala) nas reuniões e encontros com os técnicos; |
|---|--|

Morador 3

SÍNTESE DA FALA

- | | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - os desejos e necessidades apresentados nas reuniões foram atendidos, porém eles não foram executados devido às condições financeiras da família; - proximidade e envolvimento entre morador e técnicos - envolvimento nas diferentes etapas da luta - valorização do envolvimento pela moradora; | <ul style="list-style-type: none"> - as escolhas que a moradora fez para sua casa não foram compatíveis com a sua condição financeira - sem previsão de execução; - aprendizados durante o processo - através do diálogo e da troca com os técnicos - reaproveitamento de materiais, economia de materiais de construção; - aprendizados utilizados na nova residência - mesmo que ela não seja aquela do projeto; |
|---|---|

Morador 4

SÍNTESE DA FALA

- apesar da participação intensa da moradora, o resultado não refletiu a condição financeira da mesma;
- aprendizado adquirido nas oficinas e reuniões possibilitou que algumas famílias construíssem suas casas conforme o projeto- aprenderam construção, como fazer e não precisaram contratar mão-de-obra;
- aprendizado como empoderamento - conhecer e saber como fazer na hora de cobrar um serviço bem feito que alguém está executando na sua casa;

Morador 5

SÍNTESE DA FALA

- as decisões e o protagonismo parecem ter sido somente dos líderes comunitárias e não dos moradores como um todo;
- apesar da participação durante todo o processo, o resultado final não refletiu as necessidades da família, principalmente no que toca o perfil econômico e possibilidade de viabilização da obra;
- projetos pensados para a execução futura em condições financeiras melhores, o ideal para a família caso tivesse a possibilidade de algum apoio financeiro;
- aprendizado adquirido nas reuniões e oficinas possibilitou a melhoria das condições da habitação, mesmo que mínima;

Morador 6

SÍNTESE DA FALA

- muito diálogo e troca entre morador e técnicos, o que possibilitou a materialização de um projeto que atendesse aos desejos e necessidades da moradora;
- contudo, algumas limitações foram identificadas devido ao custo, tamanho do terreno, etc. Questões resolvidas através do diálogo
- com o poder de escolha do morador à partir das possibilidades viáveis;
- aprendizado de questões construtivas e políticas/de organização
- geraram um empoderamento e ampliaram as possibilidades de diálogo do morador;
- aprendizado que proporcionou fazer coisas nunca antes imaginadas;
- maior qualidade arquitetônica devido ao diálogo/troca entre morador e técnicos- maior satisfação com o projeto também;
- morador como protagonista nas decisões e escolhas para o seu projeto. Conhecer as possibilidades para poder opinar e escolher;
- morador considera que fez o projeto junto porque ele reflete suas preferências e anseios;

Morador 7

SÍNTESE DA FALA

- a participação do morador em todas as etapas do processo gerou um projeto que refletiu os desejos e necessidades do morador - resultado: satisfação do morador com o projeto;
- as experiências de todos se somam na luta - os moradores e suas vivências e os técnicos e seus conhecimentos;
- a troca e o entre envolvidos (técnicos e moradores) gera aprendizados e proporciona a construção conjunta do projeto;
- a participação proporciona um projeto adaptado ao morador - as pessoas deveriam participar mais;
- os técnicos detêm um conhecimento que pode nortear e contribuir na luta para a conquista da moradia e da posse do terreno;
- moradora foi protagonista nas escolhas sobre sua casa - diálogo e troca constante com o arquiteto;

Morador 8

SÍNTESE DA FALA

- Houve diálogo e construção conjunta entre técnicos e morador
- opinião e conhecimento do morador foi considerada e o projeto melhorado com o conhecimento dos técnicos;
- houve um aprendizado sobre questões arquitetônicas e urbanas- que antes não eram percebidas;
- resultado adequado às necessidades e desejos- sonhos- do morador para a sua residência somado à seu local de trabalho;
- dificuldades em conseguir dinheiro para comprar o terreno e financiar o material para construir;
- protagonismo do morador ao fazer escolhas e tomar decisões - consciência e conhecimento do que queria;

Morador 9	
SÍNTESE DA FALA	
- pouca participação do morador nas oficinas e atividades por problemas de saúde e por não considerar que poderia opinar sobre algo;	- ter o "seu canto" com segurança desperta a vontade de cuidar do espaço, de melhorar o ambiente;
- participou da concepção do seu projeto, porém mudou de ideia depois e resolver construir diferente- questão financeira principal motivo;	- quem "não tem condições" está reconstruindo as casas de madeira e só alguns estão construindo de alvenaria- alto preço para a realidade;
	- experiência prévia em construção permitiu opinar com propriedade no processo e tomar decisões sobre as opções oferecidas;

Morador 10	
SÍNTESE DA FALA	
- morador e esposa participaram das reuniões e oficinas o que possibilitou escolher como seria sua residência;	- as mulheres da comunidade participaram, aprenderam e colocaram os conhecimentos em prática nas suas casas e terrenos;
- o morador adquiriu vários conhecimentos sobre construção, o que possibilitou ele mesmo iniciar a construção da sua casa- largando o emprego porque valia a pena financeiramente;	- morador e esposa- em diálogo com os técnicos- foram protagonistas nas decisões e escolhas para sua casa;
	- quem teve possibilidade de financiar conseguiu fazer as casas do projeto (emprego formal, renda);

Figura 93: Quadro síntese: entrevistas com moradores da Cerâmica Anita para a temática da participação.

Análise das entrevistas

Como síntese das falas sobre participação, a nuvem de palavras a seguir apresenta em destaque as palavras: “fazer” – relacionada ao fazer junto, “aprendi” referente ao aprendizado adquirido nas “reuniões” e a possibilidade de fazer “escolhas” sobre o seu “projeto”; “queria”, “escolhi” e “opinião” aparecem bastante, relacionadas à importância dada pelos moradores para a possibilidade de expor seus desejos e fazer o projeto do seu jeito. E, novamente, a “posse” do “terreno” aparece com relevância nas falas.



Figura 94: Nuvem de palavras criada a partir das respostas dos moradores para a temática da Participação. Elaborado pela autora.

A seguir, essas palavras aparecem distribuídas em cada um dos conceitos de análise adotados.

Nas respostas dos moradores relacionadas às categorias específicas da participação destaca-se, para a categoria **aproximação/envolvimento** a importância da comunidade ter se unido e participado das reuniões e oficinas. As respostas trouxeram como essencial para as conquistas obtidas ao longo do processo: a posse do terreno, a infraestrutura e os serviços básicos, além do aprendizado adquirido que possibilitou a construção da nova moradia com maior qualidade.

Na categoria de **diálogo/troca/aprendizado** as considerações vão no mesmo sentido e manifestam a importância dada pelos moradores ao fato de serem ouvidos pelos técnicos, de poderem expor suas experiências e conhecimentos e, especialmente, por suas opiniões serem considerados nas discussões, nos projetos e nas tomadas de decisão. Novamente, destaca-se o aprendizado e os conhecimentos adquiridos nessa relação de troca, que possibilitaram a melhoria das condições de moradia e o empoderamento, principalmente das mulheres, que as permitiu entender e fazer coisas “antes nunca imaginadas”. E, nesse sentido, os moradores destacam também a importância de ter a orientação dos arquitetos para as questões financeiras, de economia e otimização no uso dos materiais de construção

“Eu não sabia nem colocar uma tomada e eu aprendi nas reuniões.

O que eu consegui fazer da casa foi o que eu aprendi nas oficinas – ter o projeto ajudou bastante, eu não tinha noção – as mulheres aprenderam a bater estaca – o rapaz ali de trás antes não sabia pregar uma tábu – qualquer coisa que consiga aprender ajuda né.”

O **empoderamento** surge a partir dos conhecimentos adquiridos e da independência que isso possibilita pois, o que antes era impossível de ser feito porque não havia possibilidade financeira de contratar alguém para fazer, agora pode ser realizado pelos próprios moradores. Além disso, o diálogo proporcionado pelas reuniões possibilitou “*ver outros caminhos*” para alcançar os objetivos como comunidade, bem como conhecer seus direitos legais.

“Tudo o que aparece pra gente aprender é bom porque a gente não consegue pagar as coisas, então a gente tem que fazer e se a gente aprende é melhor né.”

O **poder de decisão/escolha** dos moradores no processo aparece nas falas como possível, mas limitado, pois muito do que eles desejavam ou gostariam para o seu lar não estava de acordo com as suas condições financeiras, ou não condiziam com o tamanho do terreno, ou ainda, não estavam adequadas às legislações. Assim, as barreiras que surgiram foram sendo resolvidas através do diálogo e da conscientização para com a realidade existente. O mesmo aconteceu com a **adequação às necessidades**, onde as especificidades de cada morador foram ouvidas, porém nem todas puderam ser materializadas em projeto. Ainda assim, é muito representativo nas respostas dos moradores a satisfação em conseguir fazer a sua casa “do seu jeito” e não “como as do Minha Casa Minha Vida” (alusão às casas do entorno construídas pelo Programa MCMV que são sua referência em moradia). Nesse sentido, destaca-se o esforço dos arquitetos para a adequação e equilíbrio entre anseios dos moradores para o seu lar e as questões técnicas e financeiras possíveis em cada caso; gerando por fim, um projeto adaptado às necessidades manifestadas por cada morador.

“Se fosse de outro jeito eu não poderia ter a lancheria porque eles iam fazer do jeito deles – A gente conseguiu entrar em um consenso, cada pedacinho da planta foi escolhido por mim, o meu jeito.”

Ainda assim, para muitos moradores, os projetos são incompatíveis com a sua realidade, por não possuírem uma renda fixa, ou possuírem uma renda muito baixa e instável, advinda do trabalho com a coleta de recicláveis ou ainda de subsídios de programas governamentais. Fica explícita, portanto, a necessidade de investimento de recursos públicos para que as condições mínimas de moradia digna fiquem garantidas para esta faixa da população.

“É do jeito que eu queria [o projeto], mas a gente não tem condições né? Pra gente que ganha pouco hoje em dia não é fácil conseguir juntar dinheiro pra construir uma casinha.”

A **inclusão conhecimento popular** aparece, por exemplo, na definição dos materiais de construção, onde os conhecimentos dos moradores em construção com madeira foram considerados e alguns projetos foram pensados a partir desse material para que eles mesmos pudessem executá-los através da autoconstrução. E por fim, o **protagonismo dos moradores** no processo ficou delimitado às escolhas dentro daquilo que lhes era ofertado e já estava estruturado e planejado. Não avançando para um protagonismo de proposição, onde os próprios moradores apontariam caminhos e fariam sugestões a partir das suas concepções.

Considerações sobre as falas dos moradores Cerâmica Anita temática ATHIS

A participação no processo da Cerâmica Anita foi um meio de levar informação e conhecimento, tanto de questões práticas construtivas quanto de discussões políticas e de direitos legais, além de engajar a comunidade em um objetivo comum.

Houve diálogo e aproximação entre os técnicos e os moradores, sendo considerados os conhecimentos prévios dos moradores, suas opiniões e preferências, construindo “junto”. Trazendo resultados positivos no atendimento às necessidades específicas dos moradores e gerando satisfação com o processo, considerado positivo mesmo quando se falava sobre a impossibilidade de execução devido às dificuldades financeiras.

“Técnicos atenciosos e disponíveis para auxiliar os moradores e construir junto o processo”.

“O processo feito dessa maneira gerou um resultado melhor para todo mundo”.

A questão financeira aparece em evidência na maioria das falas, mesmo quando o tema principal da entrevista não era esse. O que representa a relevância e o peso da questão para os moradores, que até participaram do processo, adquiriram aprendizados, se empoderaram com isso, tiveram

resultados de projetos que correspondem às suas necessidades; mas não tiveram perspectivas positivas para materializar aquilo que aprenderam por não terem condições financeiras para tal. Explicitando, novamente, a necessidade de uma estratégia para ATHIS que consiga viabilizar a execução para famílias de baixa renda, sem depender da renda da família, que muitas vezes é quase inexistente.

Apesar disso, o que se destaca nas falas dos moradores referentes à participação, é a satisfação de *“poder falar e ser ouvido”*, *“poder dar opinião”*.

6.1.2 TÉCNICOS

6.1.2.1 Sobre a assistência técnica

Nas respostas dos técnicos que desenvolveram a assistência técnica para a Ocupação Cerâmica Anita, sobre a temática de assistência técnica – bloco 1, alguns tópicos se destacaram: i) a assistência técnica como um catalisador para a regularização fundiária; ii) a conquista da posse do terreno; iii) a falta de recursos para a execução das casas (na forma de algum financiamento); e iv) o curto tempo do processo, limitando à relação entre técnicos e moradores.

A síntese das respostas dos técnicos para o primeiro bloco estão reunidas nos quadros a seguir.

Técnico 1

SÍNTESE DA FALA

- | | |
|---|---|
| - a única contribuição clara que a assist. técnica teve foi para a conquista da posse da terra; | - os projetos não refletem as necessidades dos moradores; |
| - foi desconsiderada a realidade econômica da comunidade; | - através da athis articulou-se a parceria com a prefeitura o que viabilizou e/ou acelerou o processo da posse; |

Técnico 2

SÍNTESE DA FALA

- | | |
|--|--|
| - assistência técnica como um ato político ajudando no processo de conquista da moradia que vai além do projeto e da construção; | - adaptação às necessidades de cada família; |
| - melhoria das condições urbanas e habitacionais; | - a ATHIS levou a prefeitura a olhar para uma determinada comunidade; |
| | - conquistar a posse da terra, regularizada certinho e com um projeto. |

Técnico 3	
SÍNTESE DA FALA	
- preocupação com fazer projetos que não serão executados (falta de recursos), pra que eles servem?	- curto tempo para conhecer a comunidade e conseguir entender e atender necessidades;
- no contexto precário a habitação não é o mais importante;	- ATHIS serviu para articular parcerias para as pessoas terem a possibilidade de conseguir recursos para a construção;

Técnico 4	
SÍNTESE DA FALA	
- athis articulada com atores- prefeitura- contribuindo para a viabilização da regularização fundiária;	- melhoria do ambiente urbano: configuração de loteamento e demarcação de área pública;
- contribui na conquista da posse da terra-segurança;	- melhoria das condições habitacionais, mesmo que minimamente (já que não houve recursos para as construções);

Figura 95: Quadro síntese: entrevistas com os técnicos da Cerâmica Anita para a temática da ATHIS.

Análise das entrevistas

Como síntese das respostas dos técnicos sobre a assistência técnica, a nuvem de palavras apresentada a seguir destaca: a “importância” da “assistência técnica” e do “projeto” arquitetônico para a mudança das condições de ocupação e a conquista da “posse” do terreno, da “terra”, bem como a sua importância na “luta” pela moradia. Outras palavras como barraco, banheiro e água destacam também a importância nos avanços em relação aos serviços e condições básicas conquistados.



Figura 96: Nuvem de palavras criada a partir das respostas dos técnicos para a temática da ATHIS. Elaborado pela autora.

A seguir, essas palavras aparecem distribuídas em cada um dos conceitos de análise adotados. As respostas dos técnicos apontam diferentes, e por vezes opostas, percepções sobre o processo de assistência técnica.

Em relação à **moradia digna** as respostas mencionam a evolução das condições de moradia do local; onde parte-se de uma condição precária, com esgoto a céu aberto, para uma organização urbana com estruturação de ruas, lotes e infraestrutura básica de saneamento. Também aparece como importante progresso a presença de banheiro nas novas residências, o que não acontecia na situação de ocupação.

Essas conquistas também estão relacionadas ao **acesso à habitação e à cidade**, sendo retratadas como vitórias em direção à efetivação desse direito. No mesmo sentido, na dimensão urbana, os projetos para a área proporcionaram ruas, calçadas e uma área pública para a comunidade, ampliando o acesso à infraestrutura da cidade.

“A ATHIS levou a prefeitura a olhar para uma determinada comunidade e suas necessidades – o projeto acelerou o processo de assinatura da posse, se não fosse o nosso projeto sabe lá se eles iam ganhar a terra.”

As respostas relacionadas à **adequação às especificidades** dos moradores são controversas. Trazem, por um lado, a percepção de que os projetos não atenderam as necessidades dos moradores e não tiveram a qualidade arquitetônica esperada; sendo que essa consideração aparece associada ao grande número de projetos que precisaram ser feitos em um curto espaço de tempo. E por outro lado, aparece uma visão mais positiva de que o projeto foi adequado às necessidades identificadas na realidade de cada família. Contudo, mesmo nessa visão mais positiva, ainda aparece como ressalva o fato de os projetos não se adequarem à realidade financeira das famílias, impossibilitando sua execução.

“O que eu entendo é que foi um projeto para cada família – o que eu senti foi que eles conseguiram dizer o que estavam querendo – pensamos em

algo que tivesse a ver com a lógica das famílias, o perfil delas a gente foi descobrindo depois conversando.”

No que tange à **melhoria da qualidade da moradia**, os técnicos, de modo geral, não veem uma melhoria significativa. Isso devido às questões financeiras, onde muitos moradores não têm possibilidade de construir algo melhor do que aquilo que já possuíam antes. Mesmo assim, afirmaram que alguns moradores, possivelmente, poderiam construir as casas do projeto e que outros, mesmo utilizando madeira, poderão construir com maior qualidade pelo fato de agora estarem em uma condição permanente no local, sem riscos de reintegração de posse e pelos conhecimentos construtivos adquiridos no processo.

Já a **melhoria da qualidade urbana** parece como positiva, considerando que a ATHIS levou a prefeitura a olhar para aquele local e investir ali, em infraestrutura e serviços públicos. Portanto, melhorou a qualidade urbana de modo geral.

Por fim, a **segurança de posse** proporcionada pelo processo de assistência técnica foi citada pelos técnicos como o principal benefício para a comunidade. Por vezes, a contribuição para a regularização é apontada como o único ponto positivo, o que demonstra a valorização para aquilo que foi, de fato, executado de forma completa na comunidade. Ao contrário dos projetos arquitetônicos para as habitações, que poderiam garantir a qualidade mínima de moradia para todas as famílias, mas não foram executados devido à falta de recursos⁴⁴.

Considerações sobre as falas dos técnicos da Cerâmica Anita temática ATHIS

A visão dos técnicos, em muitos momentos das falas, parece limitar a contribuição da ATHIS na Cerâmica Anita à regularização fundiária e à conquista

⁴⁴ Não houve recursos para a execução dos projetos, ficando por conta de cada morador a execução ou não, como um investimento particular, sem financiamento ou recurso público envolvido.

da posse. Não aparece com tanta clareza aquela visão que estava presente na fala dos moradores, do aprendizado e do empoderamento gerados. Na visão dos técnicos há o reconhecimento do aprendizado que o processo proporcionou aos moradores referente a conhecimentos arquitetônicos, materiais, estratégias construtivas e economia de recursos, mas não ressalta o aprendizado como um gerador de empoderamento que teve como resultado a inspiração para construir uma moradia de melhor qualidade mesmo sem recursos.

Outro ponto que apresenta divergências é o atendimento às necessidades específicas. Nas falas dos moradores e de alguns técnicos aparece que as necessidades foram atendidas de maneira satisfatória. Já na fala de outros técnicos aparece que os projetos não refletiram as necessidades dos moradores. Possivelmente, essa visão está associada ao fato dos projetos não terem a garantia de execução, pois, se não há condições financeiras de execução significa que eles não correspondem à condição financeira daqueles moradores.

Um ponto que converge com a opinião dos moradores é a melhoria das condições urbanas. Para os técnicos, assim como para os moradores, a ATHIS proporcionou a melhoria da qualidade do entorno, com a organização dos lotes, bem como dos serviços de água e energia elétrica. Mas, ainda assim, o principal ponto que aparece nas falas dos técnicos é a contribuição da ATHIS como processo político, como catalisador para a conquista da posse.

“Nisso realmente conseguimos contribuir”.

“Através da ATHIS articulou-se a parceria com a prefeitura, o que viabilizou ou acelerou o processo da posse”.

Por fim, em alguns momentos mais otimistas das falas, há o entendimento de que o processo de ATHIS realizado na Cerâmica Anita pode ser utilizado como instrumento para conseguir recursos para a construção. A partir do momento que se tem um projeto na mão, com orçamento, pode-se ir atrás de novas parcerias para essa execução. Valorizando o processo que foi possível fazer dentro das condições e do apoio existentes, e considerando que ele pode ser o início de algo maior.

6.1.2.2 Sobre a participação

Nas respostas dos técnicos que atuaram na Ocupação Cerâmica Anita, para a temática da participação – bloco 2, destacam-se os seguintes tópicos: i) a importância do contato e da relação entre moradores e técnicos; que foi, de certa forma, limitado pelo curto tempo do processo de projeto; mas que, ainda assim, possibilitou a troca de conhecimento mútua durante as reuniões e oficinas; ii) o aprendizado que os técnicos adquiriram a partir do conhecimento popular dos moradores, o que permitiu a adequação dos projetos pelo entendimento da realidade da comunidade. Um exemplo disso são as casas em madeira, que no início não eram cogitadas, mas que no decorrer do processo foram inseridas como possibilidade pois tratava-se de uma técnica construtiva que os moradores tinham domínio.

As sínteses das respostas dos técnicos, que apresentam esses e outros pontos, estão reunidas nos quadros a seguir.

Técnico 1

SÍNTESE DA FALA

- | | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - Questionamento da real participação dos moradores no processo e do atendimento das suas necessidades; - aproximação foi pouca devido ao processo muito rápido; - ponto positivo: aprendizado que ocorreu nas oficinas- orientação solar, reaproveitamento de materiais, legislações urbanísticas, princípios arquitetônicos, etc; | <ul style="list-style-type: none"> -Projeto desenhado literalmente pelos moradores (reprodução das maquetes)- o conhecimento técnico dos arquitetos envolvidos não foi utilizado; - arquitetos aprenderam com os moradores técnicas de construção e estratégias adequadas à realidade da comunidade; - tempo curto como condicionante; |
|---|---|

Técnico 2

SÍNTESE DA FALA

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - apesar de o contato não ser tão próximo entre técnicos e moradores, houve um atendimento das necessidades de cada família; - houve aprendizado por parte dos moradores sobre projeto arquitetônico e soluções diversas; - poder de decisão limitado às opções já postas; | <ul style="list-style-type: none"> - houve troca de conhecimento e incorporação do saber popular- na tentativa de atender as necessidades específicas das famílias; - relação entre moradores melhorou, houve identificação e aproximação; |
|--|--|

Técnico 3

SÍNTESE DA FALA

- | | |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - o tempo curto do projeto limitou a aproximação com a comunidade; - mesmo com o tempo curto a participação dos moradores foi acima da média; - as oficinas levaram conhecimentos importantes aos moradores; - os moradores conseguiram expressar aquilo que desejavam e necessitavam para suas casas nas reuniões e oficinas; | <ul style="list-style-type: none"> - arquitetos precisaram sair da zona de conforto para dialogar a fazer os moradores entenderem o projeto- repensar a representação arquitetônica- desenvolver outras formas de representar e projetar; - equilíbrio entre aquilo que os moradores querem e necessitam e as melhores soluções técnicas possíveis; |
|---|---|

Técnico 4	
SÍNTESE DA FALA	
- Falta de acompanhamento social dificultou o processo- contato, clareza do que estava acontecendo, tempo gasto para fazer contato com moradores;	- O conhecimento popular e as características e necessidades específicas foram considerados;
- A troca foi positiva à medida que os moradores aprenderam e também conseguiram passar seus conhecimentos;	- Houve um empoderamento da comunidade à medida que usaram o conhecimento adquirido para discutir e avançar nas conquistas;
	- Mescla do conhecimento técnico com o conhecimento popular para chegar a uma solução adequada;

Figura 97: Quadro síntese: entrevistas com os técnicos da Cerâmica Anita para a temática da participação.

Análise das entrevistas

Como síntese das respostas dos técnicos sobre a participação, a nuvem a seguir dá destaque para as palavras “conhecimento” adquirido e transmitido e para a importância do “falar” nas “oficinas” ao longo desse contato entre técnicos e moradores. Outras palavras como “relação” e “tempo” aparecem ressaltando o curto tempo de projeto para que se criasse uma relação com a comunidade que permitisse entender melhor a sua realidade.



Figura 98: Nuvem de palavras criada a partir das respostas dos técnicos para a temática da Participação. Elaborado pela autora.

A seguir, essas palavras aparecem distribuídas em cada um dos conceitos de análise adotados.

A categoria **aproximação/envolvimento**, aparece com divergência de percepção nas falas. De um lado, aparece como relato um contato insuficiente, sem muita proximidade, devido ao curto tempo e aos encontros pontuais. Por outro lado, aparece um comparativo com outros processos participativos vivenciados anteriormente pelos técnicos em suas experiências, que aponta para um envolvimento satisfatório com os moradores da Cerâmica Anita. As respostas reforçam que os atendimentos individuais e a dinâmica realizada com maquetes foram bastante importantes nessa aproximação, sendo estes os momentos em que os moradores mais se envolveram e ficaram à vontade para trocar, estando abertos a perguntar e expor seus pensamentos.

Para a categoria **diálogo/troca/aprendizado**, há um consenso de que os moradores conseguiram se envolver ao ponto de expressar aquilo que queriam e que estavam compreendendo o processo. Destaca-se nas falas uma satisfação com o conhecimento que foi transmitido para os moradores durante o processo, relacionado à representação e à linguagem arquitetônica, bem como aos conhecimentos construtivos como ventilação, insolação e economia de materiais. Além disso, os técnicos também consideram que aprenderam com os moradores à medida que eles ficaram confortáveis para expor seus conhecimentos e aprendizados, vindos principalmente das experiências vividas na área da construção.

“A gente viu que eles estavam entendendo várias coisas – as oficinas foram boas e melhoraram muito a compreensão deles, aprenderam diversas questões.”

“Uma das casas quem ajudou a resolver foi um dos moradores, ele foi passando seu conhecimento e me explicando como resolver – tem um conhecimento de vida pra gente entender outra realidade, importante olhar assim para o outro.”

No que se refere ao **empoderamento**, os técnicos destacam a sua efetividade em transmitir conhecimentos e levar informação para os moradores o que, segundo as respostas, pode *“abrir um caminho diferente de raciocínio e uma reflexão crítica mínima para as famílias”*. Apontam ainda, a troca e o apoio

mútuo entre moradores como importantes para o empoderamento, à medida que avançam juntos com maior consciência e poder de negociação.

Nas respostas dos técnicos, o **poder de decisão/escolha** durante o processo aparece como sendo primordialmente dos moradores, mas limitado por alguns condicionantes como os aspectos financeiros de cada família e as legislações e diretrizes urbanísticas para a área. Foi buscado assim, um ponto de equilíbrio entre desejos e necessidades dos moradores para o seu espaço de morar e decisões técnicas pertinentes. Mesmo assim, os técnicos destacam que todas as decisões e escolhas de projeto sempre foram tomadas junto com os moradores.

Na mesma linha, as respostas para **adequação às necessidades**, apontam que as especificidades de cada morador foram ouvidas, porém nem todas foram materializadas em projeto. Nesse ponto os técnicos questionam também a consciência dos moradores para com suas reais necessidades pois, tudo o que foi oferecido ao longo do processo foi “aceito” por eles na “posição de ganhar algo”. Mas, apesar disso, o que predomina nas respostas é a conclusão de que os projetos resultantes respondem às necessidades dos moradores.

“Sempre tentamos ouvir o que eles queriam, mas adaptando as questões técnicas necessárias – teve uma moradora que precisava se preocupar com a acessibilidade pois o irmão era cego – o que eu entendo é que foi um projeto para cada família.”

Por fim, o diálogo e a troca com a comunidade possibilitou a **inclusão do conhecimento popular**, construindo os projetos a partir dos conhecimentos dos moradores. Por exemplo, casas de madeira não eram uma possibilidade inicialmente e passaram a ser após o constante diálogo com os moradores, onde entendeu-se que a autoconstrução que eles sabiam fazer era essa e, a partir disso, projetos em madeira foram pensados para aqueles que assim desejaram.

“Eles detém a técnica da madeira, conhecem, então partimos do que elas já sabiam.. o melhor é partir do conhecimento das pessoas. Eu nunca tinha trabalhado com madeira, pra mim foi um aprendizado.”

Por fim, o **protagonismo dos moradores** aparece como a possibilidade de fazer escolhas de projeto limitadas dentro de uma estrutura já definida de processo como um todo. Apesar disso, não houve imposições ou restrições para a manifestação da opinião dos moradores, elas sempre foram ouvidas dentro daquilo que era possível para o momento, considerando questões legais e técnicas.

Considerações sobre as falas dos técnicos da Cerâmica Anita temática Participação

Os técnicos que participaram do processo de ATHIS na Cerâmica Anita tem uma visão do processo a qual, muitas vezes, difere daquela apresentada pelos moradores. Por exemplo, os moradores consideram que houve uma grande aproximação e envolvimento entre moradores e técnicos, já nas falas dos técnicos aparece a percepção de ter ocorrido “pouco envolvimento” devido ao curto tempo do processo. Mas que, apesar disso, foi possível uma aproximação que proporcionou conhecer a realidade dos moradores e atender suas necessidades.

A questão da participação aparece nas falas; ora questionando a real participação dos moradores no processo; ora entendendo como uma participação plena e independente, à medida que os próprios moradores desenharam os projetos e construíram as maquetes. Sendo questionado, nesse caso, até mesmo o papel dos técnicos no processo visto que os próprios moradores materializaram as suas casas com desenhos e projetos. Contudo, o que prevalece para os técnicos é o esforço que foi feito para conciliar os desejos dos moradores e as condições técnicas e financeiras possíveis. Além da troca positiva que ocorreu, de aprendizado mútuo e o desenvolvimento conjunto do projeto para chegar a uma solução adequada para cada família.

Fica como percepção geral da fala dos técnicos: a incerteza perante a efetividade do processo e sua real contribuição para a realidade da comunidade.

6.2 O SEGUNDO CASO: ASSENTAMENTO 20 DE NOVEMBRO

6.2.1 MORADORES

6.2.1.1 Sobre a assistência técnica

As respostas dos moradores do Assentamento 20 de Novembro, para a temática da assistência técnica – bloco 1, apresentaram como principais tópicos: i) o caráter coletivo do projeto, priorizando os espaços de uso comum aos individuais; ii) a construção conjunta do projeto entre moradores e técnicos, unindo os princípios da Cooperativa e os conhecimentos populares com o conhecimento técnico ou acadêmico; iii) o protagonismo dos moradores nas tomadas de decisão e iv) a ATHIS para além do processo de projeto, como um apoio maior à busca pelo bem fundamental que é a moradia.

As respostas dos moradores para este primeiro bloco da entrevista, estão reunidas nos quadros a seguir.

Morador 12

SÍNTESE DA FALA

- criou um vínculo, com a cooperativa, com os moradores, com as arquitetas. “O que seria de nós sem eles?”
- aprendizado e troca construindo junto os objetivos para o local, com um resultado melhor;
- importância de conquistar o lugar para morar, independente das condições- destaque para a importância da segurança da posse;
- destaque para os espaços coletivos;

Morador 13

SÍNTESE DA FALA

- visão do apoio técnico como um papel fundamental de sonhar junto, inventar junto- atender as necessidades;
- o caráter coletivo priorizado, espaços de uso coletivo, área pública;
- luta constante e diferentes objetivos onde a athis pode auxiliar;
- unidade habitacional individual não é prioridade;
- proximidades das técnicas com os moradores;
- etapas: conquista da terra, MCMV-E e reforma do prério- melhoria da qualidade do ambiente;

Morador 14

SÍNTESE DA FALA

- destaque para a importância da segurança da posse, de não correr o risco de ser “tirado do seu lugar”;
- aprendizados à partir do contato com os arquitetos, evolução da luta feita junto;
- muito diálogo e conversa durante todo o processo- possibilidade de expor a opinião, desejos e sonhos;
- a coletividade no processo- os espaços e ações coletivas ganham prioridade e destaque- crescimento coletivo;

Morador 15	
SÍNTESE DA FALA	
- destaque para o processo como um todo, a luta do movimento social pela moradia de modo geral	- possibilitou pensar o espaço com maior qualidade a partir dos princípios coletivos;
- diversas etapas onde a athis pode auxiliar de diferentes maneiras: construindo possibilidades a partir de legislações, contrapropostas;	- através da athis os objetivos, princípios e intenções do coletivo foram materializados em espaços e projeto;

Morador 16	
SÍNTESE DA FALA	
- assistência técnica prestando apoio em diferentes fases - auxiliando na luta para a conquista da moradia;	- projeto adequado aos princípios do coletivo, pensando de maneira ampla moradia, sustentabilidade econômica e social;
- athis importante na materialização dos desejos do coletivo- materialização dos princípios e intenções;	- adequação do projeto para a realidade econômica (famílias de baixa renda morando no centro)- estratégias alternativas de economia e sustentabilidade;
- melhoria da qualidade de vida- moradia e localização;	- o projeto proporciona uma melhoria do entorno urbano;
- considera a realidade das pessoas na proposta- adequação à realidade;	

Figura 99: Quadro síntese: entrevistas moradores 20 de Novembro para a temática da ATHIS.

Análise das entrevistas

Como síntese das respostas dos moradores sobre assistência técnica, a nuvem de palavras dá destaque à importância da ATHIS como instrumento de “luta” para a conquista da “posse” do “prédio” e da “moradia” de “qualidade”. Aparece também a essência dos objetivos da Cooperativa 20 de Novembro com o projeto que é o “sonho” da criação de um “lugar coletivo”.



Figura 100: Nuvem de palavras criada a partir das respostas dos moradores para a temática da ATHIS. Elaborado pela autora.

A seguir, essas palavras aparecem distribuídas em cada um dos conceitos de análise adotados.

Para as categorias específicas relacionadas à assistência técnica ganham destaque, de modo geral, no processo de luta da 20 de Novembro, a ATHIS em sua diversidade de atuações possíveis, não se limitando à assistência ao projeto arquitetônico. Nesse contexto, para a categoria da **moradia digna**, o que se destaca é a evolução da melhoria das condições de moradia desde as ocupações até a fixação definitiva no edifício atual. O que também aparece nas respostas relacionadas à **melhoria da qualidade da moradia**. Nesse processo, com o apoio da ATHIS, foi possível vencer batalhas travadas para conquistar o direito de habitar o edifício definitivamente e repensá-lo para atender as necessidades das 40 famílias e da Cooperativa.

Da mesma forma, na categoria **acesso à habitação e à cidade**, destaca-se o papel da assistência técnica como apoio no processo de luta, dando suporte técnico para a consolidação de propostas contundentes para o debate com órgãos públicos e contribuindo para a conquista de direitos.

“Uma assistência técnica que não é burocrática, mas de luta, de estratégias pra segurar a reintegração de posse – a ATHIS consegue contribuir nesse processo de luta, no nosso caso.”

Na **adequação às especificidades** destaca-se a priorização do atendimento das necessidades coletivas, da comunidade ou da cooperativa. Ainda que as necessidades individuais dos moradores tenham sido ouvidas e apareçam no projeto, são as coletivas que ganham protagonismo nas respostas e que são trazidas com satisfação pelos moradores como “a realização de um sonho”. O projeto partiu das necessidades coletivas pois este era um princípio da comunidade organizada.

“O resultado é muito lindo, um sonho, sempre perguntaram o que nós queríamos – nós queríamos lavanderia, cozinha, sala de pintura, ciranda, geração de renda [...] a gente não sonhava com o apartamento mas com

como queríamos a vida coletiva, isso ficou muito forte – as gurias [arquitetas] tiveram um papel fundamental nisso.”

Sobre o contexto urbano, os moradores consideram que o projeto proporciona uma **melhoria da qualidade da urbana** à medida que propõem a retirada das grades existentes no edifício e se conecta com a rua, criando espaços públicos nessa interface e se relacionando com o entorno. Além disso, a iluminação pensada para o local proporcionaria maior segurança e possibilidades de uso noturno.

Por fim, a **segurança de posse** aparece como objetivo primordial e essencial na luta pela moradia pois, a partir da segurança proporcionada pela legalidade, é possível pensar em uma melhor qualidade de vida e todos os demais anseios e objetivos. Nesse ponto, a assistência técnica auxiliou construindo propostas que contribuíram para evitar reintegrações de posse e consolidar o direito à moradia.

Considerações sobre as falas dos moradores 20 de Novembro temática ATHIS

A ATHIS na 20 de Novembro envolve uma discussão mais ampla: o debate sobre moradia de interesse social no centro, o direito à moradia e o direito à cidade. Além de discussões políticas realizadas entre técnicos e moradores, resultado da experiência dos moradores na vivência comunitária e coletiva, bem como pelo seu envolvimento em movimentos sociais.

O projeto da 20 de novembro priorizou os aspectos coletivos, o que é um princípio da cooperativa. Nessa escala do projeto arquitetônico, a ATHIS aparece como capaz de proporcionar qualidade àqueles espaços já desejados pelo coletivo e de adaptar esses desejos à realidade econômica possível, construindo estratégias e alternativas de sustentabilidade.

“Através da ATHIS os objetivos, princípios e intenções do coletivo foram materializados em projeto”.

Por fim, aparece em diversas falas, a segurança de posse como conquista fundamental da ATHIS para a comunidade. Reafirmando o vínculo da Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social com a questão da posse, do direito à terra.

6.2.1.2 Sobre a participação

As respostas dos moradores do Assentamento 20 de Novembro, para a temática da participação – bloco 2, apresentaram como principais tópicos: i) o protagonismo dos moradores nas escolhas pertinentes não só ao projeto, mas ao processo todo; ii) o diálogo entre técnicos e moradores de forma horizontal; iii) a troca de conhecimento ao construir junto; iv) a possibilidade de expressar opiniões; e v) o protagonismo das mulheres como participantes no processo de projeto, materializando suas necessidades para os espaços e para a geração de renda.

A síntese das respostas dos moradores, para o segundo bloco, estão reunidas nos quadros a seguir.

Morador 12	
SÍNTESE DA FALA	
- construção conjunta à partir de objetivos do coletivo e conhecimento técnico das arquitetas: materialização coletiva;	- valorização da opinião e dos desejos dos moradores para o local;
- novos conhecimentos, aprendizados a partir das reuniões coletivas;	- "a luta fica mais fácil com essas pessoas nos auxiliando";
- identifica-se um empoderamento no sentido de aumento da autoestima ao aprenderem coisas no processo e vislumbrarem novas possibilidades de atividades, trabalho no local;	- proximidade identificada entre técnicos e moradores- troca durante o processo;
	- empolgação e encorajamento com o processo;

Morador 13	
SÍNTESE DA FALA	
- os desejos e especificidades foram ouvidos e considerados no planejamento e projetos;	- houve sempre o esforço de envolver as pessoas e construir coletivamente;
- houve grande aproximação entre técnicos e moradores;	- arquitetas consideradas parte do processo como iguais, não meramente profissionais contratados- construção conjunta: moradores + técnicos. Importância da proximidade e envolvimento;
- a participação no processo - nas reuniões, discussões e demais atividades- empoderou os moradores, principalmente as mulheres que ganharam espaço para manifestar seus desejos e começaram a pensar no futuro de maneira mais otimista;	- destaque para a dimensão coletiva sobre a individual nos objetivos do projeto;

Morador 14	
SÍNTESE DA FALA	
<ul style="list-style-type: none"> - opinião dos moradores sempre foi consultadas em todas as situações; - a partir do diálogo é possível materializar os desejos dos moradores em forma de projeto; - destaque para o aspecto coletivo: "a gente todo mundo junto se reuniu e assim foi indo aos poucos o projetos"; - para conseguir o envolvimento das pessoas é necessário criar confiança; 	<ul style="list-style-type: none"> - a partir da participação ocorreu o reconhecimento de qualidades e possibilidades individuais- reconhecimento de que a experiência de vida é importante e pode ajudar a construir; - a partir de conversas com moradores que surgiu o projeto; - moradores são "consultados", mas a decisão final é tomada pela direção da cooperativa juntamente com os técnicos;
Morador 15	
SÍNTESE DA FALA	
<ul style="list-style-type: none"> - protagonismo da comunidade em sua organização: diretoria, famílias beneficiadas- as famílias sempre tem o poder de decisão e escolha dentro das limitações e possibilidades; - caráter coletivo, de construção da proposta, envolvendo famílias beneficiadas, diretoria da cooperativa e técnicos- discussões de igual pra igual agregando todos os conhecimentos; - conhecimento da comunidade, da luta e vivência, somado ao conhecimento técnico dos arquitetos; 	<ul style="list-style-type: none"> - técnicos com liberdade de proposição mas limitados pelas decisões da comunidade- poder de decisão das famílias; - importância da troca de conhecimentos entre técnicos e comunidade para avançar nos objetivos; - adequação dos projetos às necessidades da comunidade- priorização do caráter coletivo, espaços de trabalho, etc; - trabalhar junto e não "para". Necessidade dos técnicos se envolvem, "estarem junto";
Morador 16	
SÍNTESE DA FALA	
<ul style="list-style-type: none"> - necessária a sintonia de ideias e orientação entre moradores e técnicos- o que ocorreu durante todo o processo; - aprendizados e trocas relacionados a questões projetuais e arquitetônicas- essenciais para a participação- as pessoas participam quando há compreensão; - técnicos acessíveis, abertos à troca; - aprender e se qualificar gera um empoderamento e possibilidade de contribuir; - iniciativas sempre foram dos moradores, em participar, objetivos e princípios do projeto; 	<ul style="list-style-type: none"> - todas as decisões foram tomadas por moradores- os técnicos no papel de apresentar as possibilidades- grande protagonismo e poder de decisão dos moradores; - os princípios do movimento, das famílias e do coletivo foram considerados nas propostas; - inclusão do conhecimento dos moradores; - moradores- representados pela diretoria da cooperativa- com poder de decisão e administração em todo o processo;

Figura 101: Quadro síntese: entrevistas com os moradores da 20 de Novembro para a temática da participação.

Análise das entrevistas

Como síntese das falas sobre a participação, a nuvem dá destaque ao “projeto” feito “junto” e à importância de aliar o saber “técnico” aos conhecimentos e demandas da “comunidade”. A “troca” e a possibilidade de dar “opinião” no processo também se destacam. Além do “protagonismo” dos “moradores”. O “aprendizado” adquirido durante o processo de “projeto” relacionado ao saber “técnico” também se destaca.

moradores falarem sobre suas preferências e serem sempre envolvidos e convidados a contribuir nas definições e decisões.

Quanto ao **empoderamento**, esse surge, principalmente pela fala das mulheres que, a partir da participação, tiveram a ampliação de suas perspectivas e sonhos para o futuro. A partir da valorização das falas dessas mulheres foram inseridos no projeto espaços que contribuem para a sua geração de renda e autonomia financeira; espaços como salas de costura e cozinha comunitária. Além disso, para os moradores de modo geral, houve um empoderamento vindo do aprendizado sobre questões construtivas.

“Aprendemos a ler uma planta, usar trena a laser – a gente ir se qualificando pra quando começar a obra, os próprios moradores poderem trabalhar”.

O **poder de decisão/escolha** dos moradores está condicionado à organização da Cooperativa 20 de Novembro. Há uma hierarquia organizacional com presidente, vice, tesoureiro, etc.; estes, fazem o papel de organizar o processo e repassar para os moradores, que tomam as decisões sempre em assembleia, com espaço para o diálogo e proposição de novas possibilidades. É o que também aparece nas falas que tratam do **protagonismo dos moradores** no processo.

“O benefício é para as famílias, então elas contratam e elas definem como vão fazer – nas assembleias tem o processo de interação e troca.”

Para a categoria **adequação às necessidades**, novamente aparece nas respostas o caráter coletivo e os objetivos dos moradores como grupo, como Cooperativa, representando um princípio e uma lógica de vida. Ficando como secundários os desejos individuais específicos de cada morador para a sua casa.

Muito próximo ao que foi dito sobre diálogo e troca, está a **inclusão do conhecimento popular** dos moradores, que foram ouvidos em seus conhecimentos e experiências, conhecimentos políticos, sociais e relacionados à construção; vindos das suas vivências e do trabalho de alguns com obras. A partir disso, o objetivo foi o de utilizar esses conhecimentos também na prática,

inserindo-os como trabalhadores nas etapas de execução da obra futuramente. Contratando os próprios moradores para a execução dos projetos.

Considerações sobre as falas dos moradores da 20 de Novembro temática Participação

Aparece nas falas a presença de um forte vínculo criado entre moradores e técnicos devido ao envolvimento e ao alinhamento de pensamentos e a consequente construção conjunta de todo o processo, ficando “mais fácil lutar com a presença dos técnicos”. Nesse sentido, os técnicos aparecem como detentores de certo conhecimento que possibilita a materialização dos objetivos e sonhos dos moradores, bem como “encorajam” e “dão segurança” às “lutas” empreendidas.

A fala dos moradores considera, portanto, essencial o envolvimento dos técnicos com a realidade e as discussões da comunidade, estando junto no processo de luta como um “igual”, não um prestador de serviço apenas. O que possibilita esse envolvimento, adequação às especificidades e “sintonização de ideias”.

Aparece nas falas também, o empoderamento que a participação gerou nas mulheres da comunidade, à medida que elas puderam manifestar seus desejos para o projeto e participar das decisões.

6.2.2 TÉCNICOS

6.2.2.1 Sobre assistência técnica e participação

As respostas da técnica entrevistada para a temática de assistência técnica – bloco 1 e para a temática da participação – bloco 2, estão reunidas nos quadros a seguir. Aparecem como destaque a assistência técnica como um instrumento de luta para a promoção da justiça na cidade, auxiliando na construção de alternativas contra as ações de despejo e contribuindo na conquista da moradia. Além disso, destaca-se o caráter coletivo e participativo

como positivo, à medida que ocorre uma troca entre os envolvidos e um crescimento mútuo.

As respostas da técnica estão reunidas nos dois quadros a seguir.

Técnico 5	
SÍNTESE DA FALA	
- caráter coletivo, priorizando o contexto coletivo do projeto: objetivos do grupo. Unidades habitacionais individuais em segundo plano;	- atis como possibilidade de olhar para a cidade real e despertar para o papel do arquiteto na sociedade;
- ganha evidência a assistência técnica como instrumento de luta, com seu argumento técnico para evitar os despejos, reintegrações de posse, para comprovar possibilidades de uso, etc;	- atis como instrumento de “promoção de justiça nas cidades”- todo o trabalho que a 20 de novembro usou antes de chegar na Barros Cassal- de várias ocupações e despejos;

Técnico 5	
SÍNTESE DA FALA	
-aproximação e envolvimento com a realidade é fundamental, estabelecer uma relação além da técnica;	-os moradores (na figura de seus representantes) tem total poder de decisão sobre todas as etapas do processo;
-movimento organizado tem domínio político da causa, a assistência técnica entra como complementar na luta já estabelecida;	- a troca e o aprendizado são constantes para conseguir alinhar técnica aos objetivos da comunidade;
-as decisões tomadas pelos técnicos são àquelas que tem justificativa técnica;	-a construção técnica é feita a partir dos princípios do movimento/comunidade;

Figura 103: Quadro síntese: entrevista com técnico 20 de Novembro. Temática da ATHIS e participação.

Análise das entrevistas

Como síntese da fala, a nuvem de palavras destaca o caráter “coletivo” e a “troca” presente nos “projetos”. Aparece também a centralidade da “assistência técnica” no processo de “luta”, apontando que ela pode ser um importante instrumento contra o “despejo” e na “construção” de alternativas para o “acesso à cidade”.



Figura 104: Nuvem de palavras criada a partir da fala da técnica para os blocos 1 e 2 da entrevista (ATHIS e participação). Elaborado pela autora.

As respostas da técnica no bloco 1 trazem uma visão ampla das contribuições da assistência técnica no processo de luta pela moradia, iniciando pelo **acesso à habitação e à cidade**. Para isso, a assistência técnica pôde contribuir, no processo da 20 de Novembro, construindo propostas com argumento técnico (projetos arquitetônicos e laudos) contra as reintegrações de posse, em direção à conquista da moradia e a conseqüente **segurança de posse**. O que também faz parte do processo de luta pela **moradia digna**, buscando acessar os direitos básicos presentes na cidade. O conhecimento dos técnicos sobre as legislações vigentes e direitos constituídos permite essa consolidação de propostas sólidas.

Para a categoria de **adequação às especificidades** dos moradores, a técnica ressalta que os moradores sempre foram ouvidos quanto as suas necessidades e desejos e a dinâmica adotada foi a de todos os participantes discutirem, de modo geral, as unidades habitacionais. O que, segundo a técnica, fortalece o caráter coletivo. Não houve, portanto, uma dinâmica de discussão da unidade habitacional de cada uma das famílias, mas sim, a discussão sobre preferências gerais, chegando a um conjunto de princípios que foram aplicados a todos os apartamentos projetados. As discussões maiores foram em torno dos espaços coletivos, atendendo a demanda da própria comunidade, de priorizá-los.

Sobre a **melhoria da qualidade da moradia** e a **melhoria da qualidade urbana**, não houve comentários específicos sobre a temática na fala da técnica. Embora, tenha sido possível identificar alguns pontos na fala, referências quanto ao uso de estratégias de iluminação e de ventilação pensadas para o edifício, o que, comparativamente à situação atual ou anterior dos moradores, melhora significativamente a qualidade da moradia. Quando à qualidade urbana, diretrizes do projeto como: abrir o edifício para a rua, tirar as grades, não locar estacionamentos na frente do prédio para criar espaços de convivência e iluminar a interface pública; são apontadas como uma melhoria da qualidade do espaço e da relação com entorno.

A fala da técnica no bloco 2, sobre a participação, trouxe a **aproximação e o envolvimento** como essencial para estabelecer uma relação necessária para acessar os moradores. *“É necessário se envolver para além da assistência técnica para conseguir avançar”*.

Nesse sentido, o processo da 20 de Novembro foi conduzido com **diálogo, a troca e o aprendizado**, reconhecendo o domínio da causa política e habitacional que os moradores possuem e incluindo-os no processo para a construção conjunta da proposta, o que também aponta a **Inclusão do conhecimento popular**. A fala ressalta ainda que a vivência com os moradores é uma troca importante, visto que são eles que coordenam o processo e não os técnicos. As propostas de atividades e a organização do processo partem tanto dos técnicos quanto da cooperativa e dos moradores, e são construídas a partir da união desses conhecimentos.

“Quando a questão é do projeto arquitetônico eles falam e a gente contrapõe tecnicamente e aí é decidido – fazemos construções técnicas a partir de uma orientação política, de princípios – é uma troca e tem que ter muito alinhamento.”

Sobre o **poder de decisão/escolha**, a técnica lembra que a gestão do processo é feita pela cooperativa e todas as decisões passam pelo coletivo, mesmo quando se trata de decisões relacionadas ao projeto; os arquitetos argumentam tecnicamente e dialogam com os moradores, para aí sim tomar uma decisão. Essa posição retrata também o **protagonismo dos moradores** no processo. *“Eles que decidem, a cooperativa que decide.”*

Questões relacionadas ao **empoderamento**, especificamente, não foram mencionadas na fala, mas foi ressaltado o protagonismo das mulheres e a sua motivação e expectativa positiva com o futuro; o que também apareceu nas falas dos moradores.

Por fim, em relação à **adequação às necessidades** dos moradores, novamente foi ressaltado que a prioridade foi a de atender as necessidades do coletivo, abrigando as 40 famílias. Dessa forma, considerando que esse sempre

foi o princípio e a intenção da Cooperativa, o objetivo foi alcançado com o projeto através da assistência técnica.

Considerações sobre as falas dos técnicos 20 de Novembro temática ATHIS e Participação

A partir do processo da 20 de Novembro aparece a discussão da ATHIS como possibilidade de despertar o papel social do arquiteto e urbanista, contribuindo para as lutas e disputas presentes na cidade, um instrumento de “promoção de justiça nas cidades”. Indo ao encontro do que os moradores trouxeram.

Em relação à participação, especificamente, foi destacado como fundamental o envolvimento dos técnicos com a realidade da comunidade e o estabelecimento de uma relação para além da técnica. A partir disso, aparece o potencial da união dos conhecimentos técnicos e dos moradores (popular).

“Um movimento organizado tem domínio político da causa, a assistência técnica entra como complementar”.

Assim, ficam evidentes os principais pontos do processo na 20 de Novembro: o protagonismo e a autonomia dos moradores, o alinhamento de pensamentos e objetivos entre técnicos e moradores e a construção conjunta, unindo saberes técnicos e populares, que proporciona aprendizado mútuo e um resultado final satisfatório.

6.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

É importante salientar, ainda, as diferenças e semelhanças dos dois casos empíricos desta pesquisa.

6.3.1 Vínculos e diferenças

Os dois casos têm características importantes em comum, a primeira delas é que tiveram pelo menos uma das etapas de assistência técnica realizadas com financiamento do Conselho de Arquitetura do Estado do Rio Grande do Sul, e com base na Lei Federal 11.888 de 2008 – a Lei de Assistência Técnica. Essa ação do CAU, não só do RS, mas de todo o Brasil, e tem sido um importante incentivador para o desenvolvimento de ATHIS, pois diversos caminhos têm sido encontrados, a partir desse incentivo, para atuação na área. Os dois casos aqui estudados são um exemplo disso.

No caso da Ocupação Cerâmica Anita, a partir do incentivo do CAU, desenvolveu-se uma parceria entre diversas entidades (prefeitura municipal, IAB, Universidade, ONG), o que viabilizou não só a assistência técnica para os projetos arquitetônicos, mas a regularização fundiária, assistência técnica para o desenho urbano do local e oficinas de formação para a comunidade. Com isso, salientamos o potencial da Lei e do incentivo do CAU como catalisadores de ações maiores.

Já no caso da 20 de novembro, a partir da ATHIS desenvolvida com financiamento do CAU-RS foi possível desenvolver projetos “de sustentabilidade” para o edifício, que complementaram os projetos arquitetônicos, hidráulicos e elétricos (estes foram desenvolvidos com recursos do Programa MCMV-E). Denominado “Projeto morar sustentável”, os projetos financiados pelo CAU para a 20 de novembro envolveram o projeto de estratégias de iluminação natural, uso de energia solar e reaproveitamento de águas através do uso de cisterna. Alternativas pensadas para promover a sustentabilidade econômica do edifício a longo prazo, pensando na sua finalidade de habitação de interesse social no centro da cidade.

Outra semelhança entre os casos é que em ambos não há resultados consolidados que permitam fazer uma avaliação pós-processo. No caso da Cerâmica Anita, uma parte da comunidade já foi reconstruída, em sua maioria através da autoconstrução, e a partir disso foi possível identificar algumas características que são reflexos do processo de ATHIS, como a melhoria da

qualidade das moradias, que podemos inferir que, em parte, se dá devido aos aprendizados adquiridos no processo. Neste caso não houve nenhum tipo de subsídio financeiro para a execução dos projetos realizados via ATHIS.

Já no caso da 20 de Novembro há um meio de financiamento, via MCMV-E, que – teoricamente – garante a execução dos projetos realizados. Contudo, até o momento de finalização desta pesquisa, o prédio permanece nas mesmas condições em que se encontrava anteriormente ao processo. Sendo que os moradores seguem aguardando a liberação de recursos para iniciar as obras. Não havendo também, resultados construídos consolidados para uma avaliação posterior.

De qualquer forma, ambos os casos conquistaram a posse do local para a moradia, sendo um ponto em comum que aparece como de fundamental importância, a *regularização* e a *segurança da posse*. Além disso, aparece a importância dos serviços públicos de água e energia elétrica conquistados.

Outras diferenças identificadas nos dois processos são referentes ao envolvimento no processo por parte dos moradores onde, na 20 de Novembro, percebe-se uma maior participação e autonomia, bem como o avanço para discussões mais aprofundadas que envolveram consciência política, de classe e do processo de luta pela moradia. O que pode estar relacionado ao maior tempo de envolvimento comunitário e maior experiência com Movimentos Sociais, onde essas discussões são mais presentes.

Já no caso da Cerâmica Anita, os moradores participaram, mas o seu envolvimento sempre dependeu de um constante incentivo por parte dos técnicos, um necessário convencimento de que aquilo era realmente necessário e importante. Atitude que, pode-se inferir, vem de uma falta de consciência com a lógica da participação e do que o processo poderia proporcionar no contexto da luta pela moradia. Os moradores só continuaram participando enquanto esse incentivo constante por parte dos técnicos aconteceu, após e, à medida que a primeira conquista aconteceu (a posse da terra), ocorreu uma certa desmobilização da comunidade.

Quanto ao resultado projetual, nos dois casos os projetos se destacaram pela qualidade arquitetônica e inovações formais propostas, quando comparados àqueles comumente realizados para habitação de interesse social. Destacam-se questões de iluminação e ventilação, que estão diretamente relacionadas à salubridade do espaço do morar e à melhor qualidade de vida na habitação.

6.3.2 Observações quanto ao processo

Por fim, após olhar para as falas e percepções de todos os envolvidos, é possível inferir que a ATHIS, aliada ao processo participativo, contribui de diferentes formas para a conquista do bem fundamental que é a moradia.

A assistência técnica se apresentou como um importante instrumento com potencial de contribuir, primeiramente, para a efetivação de projetos com maior qualidade arquitetônica, adequado à vida e às necessidades específicas daquelas populações. Efetivando a intenção da Lei 11.888 de assegurar o direito à moradia previsto no art. 6º da Constituição Federal e qualificar o uso do espaço edificado e de seu entorno (BRASIL, 2008). Além disso, contribuiu também na efetivação do direito de uso dos serviços públicos de água e energia, através da conquista da posse e da regularidade do espaço de morar. Pode-se dizer, portanto, que a conquista da posse em si só é um ganho na qualidade de vida, visto que está relacionada a tranquilidade e segurança em investir no seu espaço sem medo e ao acesso a esses serviços.

No que tange os recursos para a execução das obras, os dois casos empíricos desta pesquisa demonstraram que há diversas dificuldades para a efetivação. E eles só existem quando a assistência técnica está aliada a outros programas como, no caso da 20 de Novembro, o Programa MCMV-E.

Quanto a estruturação da prática, é possível inferir que a cooperação entre entidades amplia as possibilidades da ATHIS, e que é fundamental a união de diversos atores: poder público, profissionais e entidades da área da arquitetura, universidades, movimentos sociais e população, para sua execução.

A Lei de Assistência técnica, que garante a prestação do serviço, não aponta essas possibilidades de maneira clara, deixando a cargo dos municípios o desenvolvimento de suas próprias estratégias. Nesse sentido, salienta-se a importância do papel dos municípios para que ela se viabilize.

Por fim, a ATHIS possibilitou avanços no uso das metodologias participativas, contribuindo para a democratização do conhecimento e para o empoderamento dos envolvidos no processo. Com os estudos empíricos foram evidenciadas as diferentes realidades e necessidades, que só podem ser visualizadas com a aproximação com cada realidade específica. É aí que reside a contribuição fundamental da assistência técnica, dar voz à essas necessidades que geralmente são suprimidas ou generalizadas, ouvindo as populações menos favorecidas que conformam grande parte das cidades brasileiras.

E, através da participação, facilitar o crescimento da consciência crítica da população, fortalecer seu poder de reivindicação e a preparar para adquirir mais poder na sociedade (BORDENAVE, 1994). Possibilitando, por meio dela, que se resolvam problemas que ao indivíduo parecem insolúveis se contar só com suas próprias forças.

Nos casos específicos deste estudo a participação ocorreu de maneiras distintas em cada caso.

No caso da ocupação **Cerâmica Anita** o processo participativo parece ter empoderado os moradores de alguma maneira, principalmente a partir do conhecimento e novos saberes transmitidos àquelas pessoas. O que permitiu que eles se lançassem em novos desafios como construir a sua própria casa com maior qualidade construtiva, utilizando materiais adequados e otimizando recursos financeiros. Portanto, concedendo algum poder a esses cidadãos e, como sugere Arnstein (2002), permitindo que esses cidadãos atualmente excluídos sejam incluídos de alguma forma no processo.

Ainda segundo a interpretação da autora para a participação, no caso da Cerâmica Anita, níveis distintos parecem ter sido atingidos. Primeiro aconteceu o nível de **informação** (nível de concessão mínima de poder), pois durante o

processo a população recebeu orientações acerca dos seus direitos e opções. Sendo este considerado pela autora, como o primeiro passo rumo à legítima participação. A partir disso, o processo também atingiu o nível de **consulta**, onde a população pode influenciar nas decisões a partir da manifestação de suas ideias e preferências. Por fim, conseguido um maior envolvimento dos moradores, chegou-se ao nível de **parceria**, onde as decisões foram tomadas através de negociação entre os moradores e os técnicos, compartilhando a responsabilidade pelas decisões tomadas. E, assim, aproximando-se do topo da escada de poder cidadão de Arnstein (2002); sendo que a parceria está no nível 6 dos 8 apresentados pela autora.

Entende-se que o nível 8 (de maior poder cidadão) não foi alcançado pois se refere a um grau de controle onde os moradores assumiriam a coordenação do processo, definindo ações e negociando condições. Dessas, apenas a negociação de condições foi exercida pelos moradores e as demais condições: coordenação do processo e definição das ações não tiveram sua participação efetiva. Mas, apesar disso, julga-se que houve um envolvimento satisfatório dos moradores no processo, que poderia culminar, se houvesse um tempo maior para o seu desenvolvimento, no nível mais alto de participação, o nível 8.

A participação ocorrida na Cerâmica Anita, é aquela definida por Bordenave (1994) como a participação real, onde se adquire o conhecimento da realidade, organiza-se e comunica-se para manifestar aquilo que se é desejado, a **participação de fato** (BORDENAVE, 1994); voluntária por parte dos moradores. Contudo, Bordenave alerta que a participação voluntária pode ser provocada por membros externos que tem por objetivo manipular os participantes a fim de atingir seus próprios objetivos. O que não reflete a realidade do processo na Cerâmica Anita pois, apesar de os moradores não terem estabelecidos seus próprios objetivos e métodos, eles tiveram liberdade para opinar sobre esses e redirecioná-los para suas necessidades específicas, não sendo identificada a manipulação em nenhum momento. Com isso, proporcionou-se o crescimento da consciência crítica e da capacidade de tomar decisões, concedendo poder aos envolvidos (BORDENAVE, 1994).

Nos graus de participação indicados por Bordenave (1994), a participação na Cerâmica Anita atingiu o nível de **elaboração/recomendação** na maior parte do processo, onde os participantes puderam elaborar propostas e recomendar medidas que os técnicos aceitaram ou rejeitaram, sempre justificando sua posição. Em outros momentos do processo, atingiu-se um nível mais avançado de participação que foi o de **delegação**, onde os participantes tiveram autonomia para decidir sobre determinadas questões – como ocorreu na Fase 1 da assistência técnica quando foi definido o desenho do loteamento ou na Fase 2 quando foram definidos os materiais construtivos e modelos de cada residência.

Acima desse nível de participação, para Bordenave (1994), está apenas o nível de autogestão, que se iguala ao último nível da escala de Arnstein (2002), no qual os participantes escolhem seus meios e estabelecem o controle, que não aconteceu neste caso.

De qualquer maneira, considera-se que a participação na Cerâmica Anita conferiu poder aos moradores envolvidos, principalmente através do conhecimento transmitido e também construído durante o processo pela união dos saberes dos moradores e dos técnicos, através do diálogo e da troca constante. Essas práticas – diálogo e troca – são apontados por Freire como ferramentas primordiais na construção de um conhecimento que liberta, que é crítico e que proporciona aos indivíduos tomar posse de suas vidas a partir do seu empoderamento. Portanto, a participação que seria ideal.

Acredita-se que, no processo da Cerâmica Anita, os moradores adquiriram esse empoderamento, principalmente através do conhecimento adquirido, que possibilitou fazer coisas antes consideradas impossíveis pelos próprios moradores; como melhorar a qualidade da moradia utilizando materiais simples, realizar instalações elétricas e hidráulicas. Além disso, ficou evidente a partir da análise das falas, a tomada de consciência por parte dos moradores sobre o poder do coletivo, que se pode conquistar muito mais a partir da união de todos em prol de algo em comum.

Por fim, considera-se que o processo, visto a partir de Freire, proporcionou o autoconhecimento e o reconhecimento do grupo para sua realidade, o que

possibilita a síntese cultural. Apontados por Oliveira (2014) como a maneira ideal de participação e como uma grande contribuição para a adequação da produção da habitação de interesse social, compatibilizando vontades e necessidades populares com o conhecimento técnico (OLIVEIRA 2014).

Já no caso da **20 de Novembro**, a participação atingiu alguns níveis mais elevados nas escalas, quando analisada pela concepção desses autores. Considerando a escada de Arnstein (2002), por exemplo, a participação chega ao maior nível de participação que delega poder, o nível de **controle cidadão**; onde os moradores assumem a responsabilidade pela definição das ações e os aspectos gerenciais do programa. Neste caso, os moradores, na figura da Cooperativa 20 de Novembro, assumem o gerenciamento de todo o processo de luta pela moradia, desde o programa habitacional envolvido, o MCMV-E, o processo de assistência técnica, até a futura execução da obra. Estando ativamente envolvidos em todas as decisões.

A participação na 20 de Novembro perpassa, antes desse, outros níveis da escada de Arnstein, como o de **parceria** com redistribuição de poder e de negociação entre os envolvidos, compartilhando o planejamento e as responsabilidades de tomada de decisão (ARNSTEIN, 2002). Nesse sentido, a participação na 20 de Novembro contribuiu para o crescimento da consciência crítica dos envolvidos e para o empoderamento, principalmente das mulheres, que se sentiram convidadas a falar sobre seus desejos e necessidades, adquiriram conhecimentos e passaram a vislumbrar, a partir disso, possibilidades melhores para o futuro.

Pela classificação de Bordenave (1994), a participação na 20 de Novembro está também no nível mais alto possível de ser alcançado, o de **autogestão**, onde o grupo determina seus objetivos, escolhe seus meios e estabelece os controles pertinentes, sem uma autoridade externa (BORDENAVE, 1994). Foi o que aconteceu em todas as fases do processo na 20 de Novembro onde, independentemente dos programas e atores envolvidos, os moradores, na figura da sua cooperativa habitacional, assumiram o controle constante; o que demonstra os avanços possíveis a partir da organização

comunitária mais consolidada, que se mantém em constante discussão e reflexão.

Assim, a participação na 20 de Novembro se consolidou com o diálogo e a troca como princípios fundamentais, unindo os saberes que vem da prática e da experiência dos moradores em suas trajetórias de luta (conhecimentos políticos, sociais, práticos), aos conhecimentos técnicos dos arquitetos envolvidos. Dessa forma, não se nega as diferenças dos saberes, mas constrói-se a partir delas um saber terceiro que Freire chama de síntese cultural (FREIRE, 1987).

Como ressalva sobre o processo participativo na 20 de Novembro, foi possível observar que a participação foi utilizada como condicionante pela Cooperativa. Os cooperados (os moradores) tem na participação um condicionante para o recebimento dos benefícios, o que pode fazer com que alguns deles participem apenas por obrigação. Contudo, esse não foi o caso dos moradores entrevistados para este trabalho, que foram justamente aqueles que se envolveram mais no processo e participaram de maneira espontânea.

Por fim, considerando o processo de ambos os casos abordados nesta pesquisa, uma contribuição que este trabalho pode oferecer é mostrar a importância do resgate da reflexão acerca das práticas participativas, que proporcionam a integração dos saberes técnicos com os populares, como uma síntese cultural e permite uma mudança na posição das populações de espectador para ator na reivindicação de seus direitos.

6.4 DESFECHO DO TRABALHO

Neste trabalho buscou-se investigar o potencial da assistência técnica em habitação de interesse social, empregando a prática participativa em seus processos de projeto. Buscou-se compreender como elas podem contribuir na conquista do direito fundamental que é a moradia. Para isso, foram analisados dois casos de assistência técnica que ocorreram no formato participativo, eles foram os objetos empíricos deste trabalho.

Foi possível observar nesses dois casos a importância da aproximação com a realidade específica de cada local, o que proporciona projetos mais adequados às necessidades dos moradores. Essa satisfação também está relacionada com a participação dos moradores durante o processo de projeto, a qual também proporciona o seu empoderamento através dos conhecimentos adquiridos, possibilitando a construção de uma visão crítica da realidade. Além disso, o projeto realizado dessa maneira pareceu oportunizar uma diferenciação em termos de qualidade projetual da habitação resultante.

Desde o início dos debates sobre a assistência técnica no campo da arquitetura, eles sempre estiveram relacionados às práticas participativas de projeto, à aproximação com a realidade da população mais vulnerável e ao entendimento das suas necessidades reais. Atualmente, muitas são as formas que a assistência técnica assume, principalmente após o ano de 2008, quando foi aprovada a Lei de Assistência Técnica.

A lei traz uma série de possibilidades de atuação e busca abarcar a diversidade de necessidades e situações existentes no contexto habitacional brasileiro da população de baixa renda. Contudo, ainda falta uma construção de estratégias para que ela se materialize enquanto política universal (que atenda a todos os cidadãos) e seja efetivada como política pública. Para a qual, um dos caminhos possíveis pode ser um refinamento da legislação federal por meio de regulações municipais, que se aproximem das necessidades específicas de cada local;

A Lei também apresenta outras limitações; ela não abarca, por exemplo, as ações que visam a defesa da terra e da moradia quando estas estão em situação irregular, justamente por não permitir sua aplicação em territórios não regularizáveis. Todavia, essas ações são parte fundamental do processo de luta pela moradia e consideradas como de extrema importância pelas comunidades e técnicos entrevistados, além de conformarem uma imensa parcela das cidades brasileiras. Evidenciando a necessidade da ampliação de possibilidades legislativas nesse sentido. Mas, apesar disso, se salienta a importância da Lei como catalisador de ações que adquirem, depois, dimensões maiores daquelas possíveis dentro das atuais limitações legislativas.

Cabe considerar ainda, a fundamental importância do papel do Estado como promotor de políticas públicas que garantam os direitos básicos para as populações mais vulneráveis. Dentre os princípios ou objetivos finais da assistência técnica estão a promoção da moradia digna, melhoria da qualidade da moradia e promoção do direito à moradia, que só podem ser efetivados com a participação ativa do poder público, investindo recursos e reconhecendo e agindo sobre as demandas da cidade real. Nesse sentido, algumas das ações de assistência técnica que têm sido realizadas com base na Lei 11.888 de 2008, apesar de trazerem diversas contribuições através pelas metodologias adotadas e contato, não efetivam de maneira plena o seu objetivo primeiro que é a provisão da moradia com qualidade. Como é o caso da experiência da Ocupação Cerâmica Anita, apresentado neste trabalho; onde apesar de terem sido produzidos projetos de qualidade, não há a garantia de sua execução. Ou seja, o que foi efetivado foi o direito à arquitetura, que difere do direito à moradia.

Durante a pesquisa foi observado, ainda, que a assistência técnica aliada aos processos participativos tem um grande potencial de se consolidar como uma prática habitacional mais adequada e satisfatória à realidade das populações de baixa renda; ao mesmo tempo, durante o processo, tem o poder de contribuir para o empoderamento dos envolvidos à medida que, através do diálogo e da troca, proporciona a construção de conhecimento e de uma visão crítica da realidade.

Assim, retomando as questões e objetivos deste trabalho, algumas contribuições que esta pesquisa apresentar a partir de suas reflexões, são:

- i) a ATHIS pode contribuir de diferentes maneiras para a conquista do bem fundamental que é a moradia (na formação de um pensamento crítico, no empoderamento dos envolvidos, na construção de argumentos e propostas em defesa da terra e da moradia, na consolidação de projetos mais adequados à realidade das populações de baixa renda);
- ii) a assistência técnica, mesmo que efetivada apenas no processo de projeto – envolvendo a população através processo participativo – já apresenta contribuições para a melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas (pois a partir do envolvimento no processo, os moradores adquirem certos conhecimentos que os permite construir com maior qualidade);
- iii) a proximidade com a realidade, através do processo participativo, contribui para uma maior satisfação dos envolvidos;
- iv) o papel do profissional que presta assistência técnica está além da provisão da moradia, ele pode ser um articulador e instrumentalizar todo o processo que envolve a luta até chegar a materialização da moradia; contribuindo na defesa da terra, na construção de argumentação e possibilidades a partir de legislações, na construção de conhecimento, bem como no empoderamento e autonomia da população envolvida;

Ressalta-se ainda, algo que apareceu na fala dos moradores de ambos os casos e que pode ser tratado em trabalhos futuros: o empoderamento adquirido pelas mulheres dessas comunidades a partir do conhecimento adquirido durante o processo. O processo participativo deu voz a elas, suas necessidades e desejos, valorizando seus conhecimentos e vivências. Além disso, acredita-se ser pertinente dar maior atenção às discussões que abordam o direito à moradia x direito à arquitetura pois, como viu-se durante esse trabalho, diferem entre si e existe uma grande lacuna entre elas.

Por fim, se enfatiza a relevância da assistência técnica para a promoção de melhores condições de moradia bem como a efetivação de cidades mais justas através da legitimação dos direitos à moradia e à cidade.

QUESTÕES

"Analisar o processo de desenvolvimento de Assistência Técnica para habitação de interesse social como contribuição para o atendimento da necessidade básica que é a moradia."

Identificar as contribuições da assistência técnica para a melhoria das condições de moradia das populações envolvidas;

Identificar as contribuições dos processos participativos para as populações envolvidas, ao longo da assistência técnica para habitação de interesse social.



OBJETIVOS

"Como a assistência técnica aliada aos processos participativos pode contribuir para o atendimento da necessidade básica que é a moradia?"

Quais as contribuições da assistência técnica para a melhoria das condições de moradia das populações envolvidas?

Quais as contribuições dos processos participativos ao longo do desenvolvimento da assistência técnica para as populações envolvidas?

RESULTADOS E CONCLUSÕES

A ATHIS possibilita o reconhecimento das necessidades específicas de cada lugar, materializando projetos mais adequados às diferentes realidades;

A ATHIS desenvolvida através do processo participativo proporciona o empoderamento dos envolvidos através do conhecimento;

A assistência técnica, mesmo que efetivada apenas na fase de processo de projeto – envolvendo a população através processo participativo – já apresenta contribuições para a melhoria da qualidade de moradia das populações envolvidas (pois a partir do envolvimento no processo, os moradores adquirem certos conhecimentos que os permite construir com maior qualidade);

A participação dos moradores durante todo o processo de ATHIS proporciona maior satisfação com o resultado final;

O empoderamento com a participação no processo foi percebido, sobretudo, nas mulheres. Que aprenderam e executaram coisas antes não consideradas possíveis por elas;

A posse da terra é a conquista básica e essencial quando se trata de moradia; a ATHIS pode contribuir nessa conquista de diferentes formas: projetos, laudos, conhecimento técnico de legislações e direitos;

A athis contribuiu para a conquista da posse e a segurança gerada com isso fez com que os moradores, por si só, e mesmo sem recursos, melhorassem a qualidade da sua moradia;

Os conhecimentos que os moradores adquiriram durante o processo, no diálogo com os técnicos, proporcionou a melhor qualidade construtiva das suas casas construídas posteriormente (autoconstrução);

Figura 105: Síntese da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, S. L. **O espaço público urbano na perspectiva de Carlos Nelson Ferreira dos Santos**. Vitruvius, 2017. Disponível em <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/17.204/6560>>. Acesso em 02 de Dezembro de 2019.

AMORE, C. S. **Lupa e telescópio: o mutirão em foco - São Paulo, anos 90 e atualidade**. 2004. 245 p. Dissertação (Pós-graduação em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2004.

AMORE, C. S. **ASSESSORIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA: arquitetura e comunidade na política pública de habitação de interesse social**. In: II Seminário Nacional sobre urbanização de favelas - URBFAVELAS, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <<http://www.peabirutca.org.br/wp-content/uploads/athis-2.pdf>>. Acesso em 20 de outubro de 2019.

ARNSTEIN, S. P. **Uma Escada da Participação Cidadã**. Revista da Associação Brasileira para a Promoção da Participação, v. v2, 2002. Reimpresso sob permissão do Journal of the American Planning Association, no qual foi publicado sob o título "A ladder of citizen participation" Vol. 35, Nº 4, p. 216- 224, Julho de 1969. Traduzido por Markus Brose. Por exigência dos editores do "Journal", n. 1, 1969.

BANDEIRINHA, J. A. **O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974**. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. Disponível em <<https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/handle/10316.2/39675>>. Acesso em 26 de maio de 2020.

BAQUERO, R. V. A. **Empoderamento: Instrumento De Emancipação Social? – Uma Discussão Conceitual**. Revista Debates, v. 6, n. 1, p. 173, 2012.

BARBO, A. R. D. C.; SHIMBO, I. **Uma reflexão sobre o padrão mínimo de moradia digna no meio urbano brasileiro: estudo dos métodos de cálculo da Fundação João Pinheiro e da Fundação Seade**. Publicado na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 2006. p. 75–94. Disponível em <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/163>>. Acesso em: 18 de maio de 2020.

BORDENAVE, J. D. **O que é Participação** / Juan E. Diaz Bordenave - 8ª ed - São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. - (Coleção Primeiros Passos, 95).

BRASIL, **Constituição (1988)**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 4 de novembro de 2019.

BRASIL, **Lei 10.257 de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade (2001)**. Disponível

em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em 27 de julho de 2020.

BRASIL. **Lei 11.888 de 24 de dezembro de 2008 - Lei de Assistência Técnica** (2008). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm>. Acesso em 24 de julho de 2020.

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Por uma Cultura de Direitos Humanos: Direito à Moradia Adequada**, 2013. 76. pg. Disponível em <http://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/DH_moradia_final_internet.pdf>. Acesso em 12 de maio de 2020.

BROSE, M. **Metodologia Participativa: uma introdução a 29 Instrumentos**. Tomo Editorial, 2001

CAMACHO, N. O. **A utilização da Lei nº 11.888/2008 - Lei de Assistência Técnica Pública e Gratuita no Programa Minha Casa Minha Vida: limites e possibilidades na pós-ocupação das unidades habitacionais**. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído) Universidade Federal de Juiz de Fora, 2016.

CARDOSO, F. S.; LOPES, J. M. DE A. **Assistência e assessoria técnica: Entre o discurso e a prática**. XVIII ENANPUR - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, p. 527–554, 2019. Natal, 2019. Disponível em <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=588>>. Acesso em 5 de novembro de 2019.

CAU/SC. **ATHIS Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social: é um direito e muitas possibilidades**. Realização: Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Santa Catarina e Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. 2018. Disponível em <<https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/nova-cartilha.pdf>>. Acesso em 20 de agosto de 2019.

CAU/BR. **Chamada Pública número 01/2017**. Disponível em <https://transparencia.caurs.gov.br/?page_id=259>. Acesso em 23 de outubro de 2019.

CUNHA, E. M. P. Arruda, A. M. V. Medeiros, Y. **Experiências em Habitação de Interesse Social no Brasil** / organizadores, Egláisa Micheline Pontes Cunha, Angelo Marcos Vieira de Arruda, Yara Medeiros. - Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2007. 219 p.

DEMARTINE, J. **Assessoria Técnica Continuada: Desafios e Possibilidades para a Implementação de um Programa Público para as Expressões do Morar**. 2016. 310 p. Dissertação (Pós-graduação em Urbanismo - PROURB) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

DOBRY, S. A. Arquitetura e urbanismo participativos: uma gênese. *VIRUS*, São Carlos, n. 18, 2019. [dicioe] Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus18/?sec=4&item=4&lang=pt>>. Acesso em: 08 Jul. 2019.

FERREIRA, L. OLIVEIRA, P. IACOVINI, V. **Dimensões do Intervir em Favelas: desafios e perspectivas** / organização Lara Ferreira, Paula Oliveira e Victor Iacovini - 1ª ed. - São Paulo: Peabiru TCA / Coletivo LabLaje, 2019.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. Editora Paz e Terra LTDA - Rio de Janeiro, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**. Editora Paz e Terra LTDA - Rio de Janeiro, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIZZI, G.; PINHO, C. M. D. DE. **ÍNDICE DE ACESSO À MORADIA DIGNA: Construção metodológica e resultados para o município de Santo André, SP**. XVIII ENANPUR - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Natal, 2019. Disponível em <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=775>>. Acesso em 5 de setembro de 2019.

Fundação João Pinheiro. **Estatística e Informações: demografia e indicadores sociais: déficit habitacional no Brasil: 2015**. Fundação João Pinheiro. Diretoria de Estatística e Informações (DIREI). Coordenação das Estatísticas Urbano Ambientais, 2018.

FURLAN, D. L. S; DUDA, M. E. **ESTADO DA ARTE DA PESQUISA CIENTÍFICA SOBRE ATHIS**. XVIII ENANPUR - Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Natal, 2019. Disponível em <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1576>>. Acesso em 29 de agosto de 2019.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª Edição. Editora Atlas: São Paulo, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil - 6 ed. - 5. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2012.

GOMES, J. G. **Os Programas de Melhorias Habitacionais : Elementos a serem considerados para uma proposta de assistência técnica continuada a partir das experiências do Brasil e de Cuba**. Dissertação (Faculdade de Arquitetura e

urbanismo da Universidade de São Paulo). 113 p. São Paulo, 2014.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

IAB. **Manual para a Implantação da Assistência Técnica Pública e Gratuita a Famílias de Baixa Renda para Projeto e Construção de Habitação de Interesse Social**. Produzido por Instituto de Arquitetos do Brasil, 2010. Disponível em <<https://www.caupr.gov.br/wp-content/uploads/2019/01/manual-para-implantacao-da-assistencia-tecnica-publica-e-gratuiata.pdf>>. Acesso em: 12 de novembro de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

LANA, S. M. **O ARQUITETO E O PROCESSO DE PROJETO PARTICIPATIVO: O Caso Do RSV**. Dissertação (Escola de Arquitetura). Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. 153 p.

LEITE, R. V. **Paisagens Autoconstruídas: O Papel Da Assistência Técnica Habitacional Na Produção Do Espaço No Bairro Nova Viçosa, Viçosa (Mg)**. Dissertação (Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Viçosa, 2017. 137 pg.

LIMA, M. R. L.; SILVA, J. S. S. **Concessão do Direito Real de Uso, Concessão Especial para fins de Moradia e a Concessão de Direito Real de Uso de Porto Alegre**. Trabalho apresentado no II Congresso de Direito Urbanístico, Avaliando o Estatuto da Cidade, Porto Alegre, 14 a 16 de julho de 2002. Disponível no site do Ministério do Desenvolvimento regional <https://www.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/RegularizacaoFundriaria/Concessao_Direito_Porto_Alegre_Marcia_Rosa.pdf>. Acesso em 10 de junho de 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 6ª. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARICATO, E. **Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTINS, G. DE A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

MEDEIROS, J. G. C. **Direito à moradia, direito à habitação e habitação adequada**. Jus Brasil, 2016. Disponível em < <https://jus.com.br/artigos/50698/direito-a->

moradia-direito-a-habitacao-e-habitacao-adequada>. Acesso em: 30 de junho de 2020.

MELLO, B. C. E. DE. **Sindicato dos Arquitetos no Rio Grande do Sul: memórias de quatro décadas (1973-2013)**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2014.

MORAES, A. P. **Limites e potencialidades da assistência técnica pública e gratuita para projeto, construção e melhoria da habitação popular na cidade de Viçosa, MG**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil, Departamento de Engenharia Civil) Universidade Federal de Viçosa, 2012.

NAÇÕES UNIDAS. **Comentário geral nº4 do Comitê sobre Direitos Econômicos Sociais e Culturais: o direito à habitação adequada**, 1991. In: Por uma cultura de Direitos Humanos: Direito à moradia Adequada. Secretarua de direitos humanos, Brasília, 2013.

NASCIMENTO, E. DO. **COOPERATIVAS DE HABITAÇÃO POR AJUDA MÚTUA NO URUGUAI: UM ESTUDO DE CASO SOBRE A FUCVAM**. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. 54. p.

NOVAK, H. **Os outros nomes do urbanismo: planejamento, projeto e desenho urbano**. Cadernos de Arquitetura e Urbanismo. v 13, n 14 (2006) Belo Horiz, p. 127–146, 2006. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/836>>. Acesso em 20 de julho de 2020.

OLIVEIRA, L. A. DE. **Processos Projetuais Participativos: Investigando as Contribuições em Usina e Habitat**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano). Universidade Federal de Pernambuco, 2014.

PEREIRA DILIGENTI, M.; MEDEIROS DIAS, M. A; TEODORO, I. **A produção Social do Espaço Tempo e os Vazios Urbanos: o caso do Assentamento 20 de Novembro em Porto Alegre**. Textos & Contextos (Porto Alegre), vol. 15, núm. 2, agosto-diciembre, 2016. pp. 340-355. Pontífic Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. Disponível em <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321549303009>>. Acesso em 19 de novembro de 2019.

PESSOA, F. R; VIEIRA, M. N. **Concessão de uso especial para fins de moradia: uma nova ordem urbanística**. Artigo. Disponível em <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-civil/concessao-de-uso-especial-para-fins-de-moradia-uma-nova-ordem-urbanistica/>>. Acesso em 10 de junho de 2020.

PINTO, R. P. **ESTRATÉGIA E LUTA : A OCUPAÇÃO 20 DE NOVEMBRO**. Monografia (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. 45. pg.

PNAD, 2015. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2015** / IBGE. Rio de Janeiro, 2016.

PULHEZ, M. M. **Fronteiras da desordem: saber e ofício nas experiências de Hélio Oiticica no Morro da Mangueira e de Carlos Nelson Ferreira dos Santos em Brás de Pina**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (47), 93-114. 2008. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34617>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2019.

RAPOPORT, Amos. **Aspectos humanos de la forma urbana**. Hacia una confrontación de las Ciencias Sociales com el diseño de la forma urbana. Coleção Arquitectura/Perspectivas. Barcelona: Editora Gustavo Gili, 1978.

RONCONI, R. L. N. **Habitações construídas com gerenciamento pelos usuários, com organização da força de trabalho em regime de mutirão : o programa FUNAPS comunitário**. Universidade de São Paulo, 1995.

SAERGS. **Programa ATME – Assistência Técnica Gratuita à Moradia Econômica**. Editora Pr ed. Porto Alegre, 1977.

SANCHES, D. **Processo Participativo como Instrumento de Moradia Digna: uma avaliação dos projetos da área central de São Paulo (1990 – 2012)**. Tese (Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2015. 465 pg.

SANTOS, C. N. F. DOS. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1981.

SANTOS, C. N. F. DOS. **A cidade como um jogo de cartas**. Ver Curiosidades - São Paulo: 1988.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1993 18

SANTOS, J. S. DOS. **Lei da assistência técnica pública e gratuita: um estudo de aplicação para municípios paraibanos**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Paraíba, 2014. 118 pg.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. **ANÁLISE DE CONTEÚDO: EXEMPLO DE APLICAÇÃO DA TÉCNICA PARA ANÁLISE DE DADOS QUALITATIVOS**. Research Journal of Pharmaceutical, Biological and Chemical Sciences, v. 17, n 1, 2015.

SÃO LEOPOLDO. **DECRETO Nº 9173, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2018. Institui como Área Especial de Interesse Social I - AEIS I, área abrangida pelo Programa de Regularização Fundiária, e dá outras providências**. Disponível em <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/sao-leopoldo/decreto/2018/917/9173/>>. Acesso em 20 de setembro de 2019.

SILVA, S. S. DA. **Brás De Pina: Memória Da Experiência Participativa Na Urbanização De Uma Favela**. In: III Seminário Nacional sobre urbanização de favelas

- URBFAVELAS, Salvador - BA, 2019. Disponível em
<<http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais2018a/ARQUIVOS/GT1-393-201-20180820201535.pdf>>. Acesso em 2 de dezembro de 2019.

SILVA, T.; LISIAK, J. **QUADRA / CODESCO realiza urbanização participativa na favela Brás de Pina in: Cronologia do Pensamento Urbanístico**. Disponível em:
<<http://www.cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?langVerbete=pt&idVerbete=1565>>. Acesso em: 05 de dezembro de 2019.

SOUZA, S. I. N. de. **Direito à Moradia e de Habitação: Análise Comparativa e suas Implicações Teóricas e Práticas com os Direitos da Personalidade**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

SOUZA, L. DE A. E. **A PARTICIPAÇÃO DO FUTURO MORADOR EM PROJETOS HABITACIONAIS DE BAIXA RENDA : Estudos de Caso**. Dissertação (Escola de Arquitetura). Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. 168 pg.

TAVARES, P. T. S. **Os modelos de participação popular no estado do Rio Grande do Sul: As experiências do orçamento participativo (OP) e do processo de participação popular (PPP)**. Relatório Técnico (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. 2010.

Sites

Blog da Ocupação 20 de novembro.
<<http://ocupacao20denovembro.blogspot.com/>>. Acesso em 01 de junho de 2020.

CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores.
<<https://conam.org.br/>>. Último acesso: 02 de julho de 2020.

FNA - Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas. <<http://www.fna.org.br/>>. Acesso em 10 de maio de 2020.

Jornal SUL21.<<https://www.sul21.com.br/>>. Acesso em 18 de janeiro de 2020.

MPPR – Ministério Público do Estado do Paraná. <<http://mppr.mp.br/>>. Acesso em 20 de maio de 2020.

PROCEMPA - Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre.
<<https://www.procempa.com.br/>>. Acesso em: 30 de maio de 2020.

Literatura

BARRETO, L. **Clara dos Anjos**. Companhia das Letras, 1956.

APÊNDICES

APÊNDICE A: síntese das entrevistas com os moradores da Ocupação Cerâmica Anita

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Morador 1

MORADIA DIGNA	ACESSO À HAB. ACESSO À CIDADE	ADEQ. ÀS ESPECIFICIDADES	MELHORA QUALI. MORADIA	MELHORIA QUALI URBANA	SEGURANÇA POSSE	SÍNTESE DA FALA
<p>- Todo mundo se reuniu, todo mundo reunido e nós chegamos até aqui com muita luta e muita lama;</p> <p>- comecei debaixo de uma lona, depois aos pouquinhos comprei um "chiqueirinho", depois aumentei, fiz uma cerquinha e fui morando;</p>	<p>- comecei debaixo de uma lona, depois aos pouquinhos comprei um "chiqueirinho", depois aumentei, fiz uma cerquinha e fui morando;</p> <p>- As conversas deles a gente se animava mais ainda na certeza de que a gente ia ganhar, eu sempre tive a esperança que a gente ia ganhar e ganhamos;</p> <p>- sempre com muito carinho com a gente. Foi muito importante pra nós - aderam mais força pra gente conseguir nossa casinha;</p>	<p>- E agora eu to fazendo a minha casinha aqui e vai ser minha própria lancharia. Teve espaço pra isso;</p> <p>- a casa vai ser do meu jeito. Eu sempre falava e elas confiaram em mim;</p> <p>- E aí eles viram que era verdade e eles fizeram, meu sonho era ter meu próprio negócio;</p> <p>- Se fosse de outro jeito eu não teria a lancharia porque eles iam fazendo jeito deles. E do meu jeito eu consegui fazer um espaço pra morar e pra ter a lancharia;</p>	<p>- comecei debaixo de uma lona, depois aos pouquinhos comprei um "chiqueirinho", depois aumentei, fiz uma cerquinha e fui morando;</p> <p>- eu achei que fica bem melhor porque todo mundo vai fazer a sua casa do seu jeito, não como o Minha Casa Minha Vida. Porque lá é tudo de um jeitoinho;</p> <p>- antes eu pagava muito caro o meu aluguel.. Agora só os gastos, água e luz;</p>		<p>- As conversas deles a gente se animava mais ainda na certeza de que a gente ia ganhar, eu sempre tive a esperança que a gente ia ganhar e ganhamos;</p> <p>- ter essas pessoas foi muito importante.. eu acho que ajudou bastante nós, deram mais força pra nós, pra gente conseguir nossa casinha;</p> <p>- foi uma luta pra conseguir, evitar reintegração de posse, teve várias mas conseguimos derrubar;</p>	<p>- o processo de ather propiciou a união dos moradores em direção a um objetivo comum ;</p> <p>- envolvimento e orientação dos técnicos foi fundamental para motivar a luta;</p> <p>- necessidades específicas puderam ser atendidas devido a participação dos técnicos;</p> <p>- melhoria da qualidade da moradia proporcionada pelo processo;</p> <p>- técnicos proporcionaram "força para conseguir conquistar a casa";</p>

Morador 2

MORADIA DIGNA	ACESSO À HAB. ACESSO À CIDADE	ADEQ. ÀS ESPECIFICIDADES	MELHORA QUALI. MORADIA	MELHORIA QUALI URBANA	SEGURANÇA POSSE	SÍNTESE DA FALA
<p>- e agora aqui vai ficar melhor ainda, estão colocando até nossa luz. água já tem;</p>	<p>- se me dissessem ó Dona Beti, eu vou mandar fazer a sua casa e a senhora vai me pagar tanto por mês. Tudo bem.. mas e daí eu ia querer fazer a casa do projeto.. aquela que eu</p>	<p>- aquela não teve condições. Aquela foi pra lá e pra cá pra ver.. e daria mais de 30 mil reais - o meu atrasado do INSS deu 7 mil. Eu entreguei tudo pra mão do homem que fez pra mim e</p>	<p>- era uma caixinha, Não tinha luz, nada, e as paredes eram daquele forro de madeira, macho-fêmea;</p> <p>- o chão era de uns compensado que eu tinha que cuidar essa</p>	<p>- era barro era horrível, não tinha condições;</p> <p>- e agora aqui vai ficar melhor ainda, estão colocando até nossa luz.. água já tem;</p>	<p>- Passamos trabalho, lutamos mas foi bom. Temos o papel de posse, somos donos.. mas a gente fica muito sentido de ver as pessoas vendendo;</p>	<p>- questão econômica aparece com força- impossibilidade de executar os projetos por ser um projeto de custo muito elevado, incompatível com a realidade;</p>

-	sonho que é o sonho de consumo;	ele não me cobrou nada. Eu não podia ficar rolando com minha filha até conseguir fazer aquela do projeto; - Só por estar na presença de pessoas que sabem te incentivar, te dar um apoio "se tu fizer assim tu vai gastar menos" - a economia é tudo, muito bom;	- aqui pra não afundar. Pra fazer a comida tinha que me segurar um guarda-chuva em cima porque chovia;	-	- o apoio na luta foi importante para o aprendizado, para a conquista da posse da terra e para a melhoria do local; -após o processo as condições da moradia melhoraram;
---	---------------------------------	---	--	---	---

Morador 3

MORADIA DIGNA	ACESSO À HAB. ACESSO À CIDADE	ADEQ. ÀS ESPECIFICIDADES	MELHORA QUALI. MORADIA	MELHORIA QUALI URBANA	SEGURANÇA POSSE	SÍNTESE DA FALA
- moramos na lona, no esgoto, barro até as canelas.. e hoje estamos aí; - Porque nós passamos sufoco aqui, isso aqui era tudo água, era tudo banhado. Tinha que ver quando era chuva.. a água era aqui assim (apontando pra canela); -- nós fazíamos gato né, ai agora olha ali, já tem a luz, já tem a água. Porque antigamente era tudo gato, de água, de luz e hoje vai ter o que é nosso por direito - Não ter medo de ter um gato dentro de casa.. dá um curto, pegar fogo;	- foi bom eles participarem junto com a gente porque participaram até da passeata que nós ia na prefeitura, câmara de vereadores, a BR. Então sempre participaram com nós; -- nós fazíamos gato né, ai agora olha ali, já tem a luz, já tem a água. Porque antigamente era tudo gato, de água, de luz e hoje vai ter o que é nosso por direito;	- eu fui nas reuniões.. elas me deram um papel pra nós desenhar a casa. A minha casa foi feita com dois pés de coqueiro na frente, tinha duas mesas dessas de praça com guarda-chuvinha.. e as casinhas dos cachorros- eu desenhei os meus três cachorrinhos; - são três quartos, sala, cozinha, banheiro. É porque tem eu e tem os meus netos, vai ficar tudo aqui comigo; - Desenhei tudo o que eu desejava ter na minha casa.. mas no momento ainda não dá.. ainda né. Mas mais pra frente a gente vai;	- moramos na lona, no esgoto, barro até as canelas.. e hoje estamos aí; - Ela falou também o negócio de pneus, pra nos aproveitar os pneus. Garrafa de vidro de pet. Ela explicou tanta coisa que dá pra aproveitar. Tem muita coisa que a gente acha na reciclagem que dá pra investir na casa.. no pátio.. essas coisas; - pra minha casa o resultado pra mim ficou melhor. Não sei os outros né mas eu achei melhor;	- moramos na lona, no esgoto, barro até as canelas.. e hoje estamos aí; - Porque nós passamos sufoco aqui, isso aqui era tudo água, era tudo banhado. Tinha que ver quando era chuva.. a água era aqui assim (apontando pra canela); - nós fazíamos gato né, ai agora olha ali, já tem a luz, já tem a água. Porque antigamente era tudo gato, de água, de luz e hoje vai ter o que é nosso por direito;	- Nós lutamos muito, fomos pra porta da prefeitura, fomos na câmara de vereadores. Fizemos protestos na rua, fomos pra Porto Alegre. E agora valeu a pena. Enquanto aquele lá de cima não me chamar eu estou no que é meu. Porque a gente dormia com um olho aberto e um olho fechado; - no dia de entregar o papel eu chorei muito. Lutamos cinco anos pra ficar em cima da terra. Eu gostei muito, do meu terreninho.. meus filhos do meu lado.. meus netos;	- participação dos técnicos importante para a luta, além da realização dos projetos; - o projeto foi feito do jeito que a moradora queria, adequado as suas necessidades porém ele não está adequado às questões financeiras do momento; - melhoria da qualidade urbana e da moradia melhoraram apesar disso; - importancia de conquistar a posse do terreno e serviços básicos como água e luz;

Morador 4

MORADIA DIGNA	ACESSO À HAB. ACESSO À CIDADE	ADEQ. ÀS ESPECIFICIDADES	MELHORA QUALI. MORADIA	MELHORIA QUALI URBANA	SEGURANÇA POSSE	SÍNTESE DA FALA
<p>- Só na luz 500 e pouco.. naquele banheiro ali eu gastei 700 pila;</p>	<p>- eu pagava aluguel.. eu tava trabalhando aquele tempo, aí depois eu fiquei desempregada.. e o aluguel em Porto Alegre é caro né. Aí o outro filho meu que morava comigo casou, eu fiquei sozinha pagando aluguel;</p>	<p>- eu fiz um projeto.. mas eu não fiz aqui a casa do projeto. Porque não deu ainda.. mas eu pretendo fazer, tá tudo guardadinho.. porque o dinheiro é muito difícil né. Aí depois a gente vai fazendo aos poucos;</p> <p>- as pessoas que começaram as casas do projeto não terminaram.. e muitos estão vivendo de aluguel porque não tem condições de terminar a casa;</p> <p>- Eu consegui “7 mil real” .. mal deu pra pagar alguém e nem fez as coisas direito.. não é fácil não;</p>	<p>- Assim que liberaram aqui eu corri né.. porque não tem condições mais. Aí consegui as madeiras, comprei o que faltou, comprei as telhas pra fazer duas pecinhas e entrar pra dentro. Melhor que tá pagando aluguel né;</p> <p>-alguns aqui fizeram umas casinhas bonitinhas, mas alguns fizeram umas assim de remendo.. mas cada um faz como pode né;</p> <p>- Só que tem muitos que participaram que estão fazendo umas casas bem bonitas. . o seu Ordeli;</p>	<p>- Mas depois que terminar, colocar tudo em dia.. eu acho que vai ficar bonitinho- se calçarem a rua;</p>	<p>- foi difícil no início, mas valeu a pena o que a gente passou tudo aqui pra conseguir. Agora a gente está faceiro realizado com o terreninho;</p> <p>- Tem que ser uma coisa de cada vez né. Só o terreno já é uma grande conquista. Pra gente é tão difícil, ter um terreninho pra viver.. tendo o terreno a gente vai aos poucos;</p>	<p>- ponto principal ressaltado na fala: a dificuldade financeira enfrentada pela maioria dos moradores que não tiveram condições de construir a casa que foi projetada;</p> <p>- apesar disso, as condições gerais melhoraram (luz, água, banheiros em todas as casas);</p> <p>- melhoria da qualidade urbana: ruas definidas e calçadas;</p> <p>- importância da posse do terreno como segurança;</p>

Morador 5

MORADIA DIGNA	ACESSO À HAB. ACESSO À CIDADE	ADEQ. ÀS ESPECIFICIDADES	MELHORA QUALI. MORADIA	MELHORIA QUALI URBANA	SEGURANÇA POSSE	SÍNTESE DA FALA
- Realidade é construir uma peça que tenha sala, dois quartos, cozinha e banheiro. Já está ótimo (falando do objetivo para agora);	- E bom foi que teve mais união, o pessoal.. quando foi pra ir a luta todo mundo tava unido, ninguém pensava só em si- hoje já não é mais assim;	- meu objetivo é construir a casa como está no meu projeto.. Mas, realidade, vamos passar pra realidade.. Sonho todo mundo tem. Realidade é construir uma peça que tenha sala, dois quartos, cozinha e banheiro. Já está ótimo;	- agora final do ano a gente pretende só construir só uma peça e depois ir arrumando e ajeitando; - o que eu tirei pra mim que eu pretendo usar na minha outra casa é o negócio da luz. Quando a luz bater de um lado ter sombra do outro.. e assim ao mesmo tempo ter luz dos dois lados, eu pretendo levar isso pra mim. Reutilizar o material também;	- Alguns tinham uns baita de uns terrenos e outros tinham uns terreninhos. Tinha gente que tinha dois carros e casa boa e tinha gente que morava em uma peça caindo aos pedaços;	- porque a prefeitura estava embargando muito de dar o terreno pra nós por causa de como nós estávamos distribuídos aqui dentro. Alguns tinham uns baita de uns terrenos e outros tinham uns terreninhos. Tinha gente que tinha dois carros e casa boa e tinha gente que morava em uma peça caindo aos pedaços. Então isso eles ajudaram bastante (os arquitetos);	- distancia entre o que foi pensado junto no projeto durante o processo de ATHIS e a realidade da família ; - sem condições financeiras de fazer o mínimo: uma peça e um quarto; - o que foi aprendido nas reuniões e oficinas possibilitou uma melhoria da qualidade da moradia - mesmo que mínima - iluminação, uso de materiais adequados; - espaço urbano reconfigurado de maneira mais justa com o processo;

Morador 6

MORADIA DIGNA	ACESSO À HAB. ACESSO À CIDADE	ADEQ. ÀS ESPECIFICIDADES	MELHORA QUALI. MORADIA	MELHORIA QUALI URBANA	SEGURANÇA POSSE	SÍNTESE DA FALA
- Tinha barro, muita água, muito lodo. Tivemos que aterrar um pouco. Começamos em uma cabaninha, em um pecinha muito pequena; - foi muita luta, teve algumas reintegrações de posse;	- Tinha barro, muita água, muito lodo. Tivemos que aterrar um pouco. Começamos em uma cabaninha, em um pecinha muito pequena; - foi um incentivo a mais (ter os técnicos).. eles estão desde o	- faltou uma coisa aqui outra ali mas nem tudo é como a gente quer.. mas foi porque não cabia, eu tive que abrir mão entre uma coisa ou outra. Então eu escolhi do jeito que dá.. porque pra quem não tinha nada antes né;	- eu escolhi do jeito que dá.. porque pra quem não tinha nada antes né; - Eu optei muito por circulação de ar, era o meu foco- a minha casa é a que mais vai ter luz e circulação de ar por conta daquilo que a	- tem um resultado melhor pra comunidade até na questão de organização né. Saber o seu limite, o que pode e o que não pode, respeitar o limite do outro. Até então tudo foi respeitado, mesmo quem não está fazendo a	- foi um incentivo a mais (ter os técnicos).. eles estão desde o começo correndo, lutando, os alunos da Unisinos estavam também ali de alguma forma para ajudar se organizando em forma de protesto e fazendo com que a gente	- as condições urbanas e habitacionais do local melhoraram após o processo; - ter os técnicos foi um incentivo para a luta - possibilitaram ver outros caminhos e possibilidades; - conhecimentos sobre

- eu já tinha mais ou menos uma noção de como eu ia fazer.. só não tinha noção de como colocar no papel.. até mesmo explicar para a pessoa que ia construir.. medidas de cozinha e de quarto sabe? Eu não saberia a metragem do que ia sair, se caberia as coisas ou não. Então eu acho super importante;	começo correndo, lutando;	- se fosse fazer por minha conta ou contratando alguma pessoa que não tivesse experiência em construção.. eu não saberia fazer ou não sairia do jeito no qual eu tinha planejado;	gente planejou junto e colocou em prática; - eu quero começar de trás pra frente, conforme está o projeto- aí eu posso ir morando enquanto vou construindo. Se eu não conseguir fazer tudo de uma vez só, conforme o tempo eu vou ampliando;	casa do projeto. Não houve nenhum problema em relação a isso até então.	visse as coisas de outra forma, dando opinião de fora .. sabe aquela coisa de quem tá dentro vê de uma forma, quem tá fora vê de outra. De repente consegue ver até outros caminhos pra chegar até a nossa conquista;	possibilidades construtivas adquiridos no processo; - melhoria da qualidade da moradia - adotando soluções simples ; - espaço urbano melhor organizado - pessoas respeitando os limites e regras arquitetônicas e urbanísticas- propiciando melhor qualidade urbana e arquitetônica; - questão financeira;
---	---------------------------	---	---	---	---	---

Morador 7

MORADIA DIGNA	ACESSO À HAB. ACESSO À CIDADE	ADEQ. ÀS ESPECIFICIDADES	MELHORA QUALI. MORADIA	MELHORIA QUALI. URBANA	SEGURANÇA POSSE	SÍNTESE DA FALA
- comecei com uma pechinha eu e ela, só com uma cama e um fogãozinho, usava o banheiro da mãe. E depois fomos construindo, aí construí o quarto dela, sala, cozinha, banheiro, tudo direitinho. E fomos construindo mas a luta foi grande; - foram muitas lutas de mobilização, ir para a prefeitura, pra câmara de vereadores.. porque logo tinha as reintegrações de posse;	- Olha quantas pessoas tem que ainda não conquistaram o espaço, é importante vocês buscarem cada vez mais as pessoas com situação assim.. inferior.. que não podem lutar e conseguir seus objetivos sozinhos.. precisa de alguém pra nortear.. foi muito importante, foi gratificante; - os moradores do entorno olhavam pra nós de outra forma por a gente ter se abrigado naquele terreno reivindicando a moradia - agora começaram a nos ver com outro olhar também;	-eu e a minha arquiteta a gente conseguiu entrar bem em um conceito assim.. de onde ficava melhor cada item, cada cômodo, espaço.. pra aproveitar bem o espaço do terreno. Até pro meu cãozinho sobrou espaço; - eu consegui ter um melhor resultado porque eu participei de cada etapa, cada pedacinho da planta tem o meu jeito. A nossa casa, tem cada um a sua característica de moradia como tu quer. A gente conseguiu colocar isso na planta também como tu queria;	- comecei com uma pechinha eu e ela, só com uma cama e um fogãozinho, usava o banheiro da mãe. E depois fomos construindo, aí construí o quarto dela, sala, cozinha, banheiro, tudo direitinho; - eu e a minha arquiteta a gente conseguiu entrar bem em um conceito assim.. de onde ficava melhor cada item, cada cômodo, espaço.. pra aproveitar bem o espaço do terreno. Até pro meu cãozinho sobrou espaço;	-	- pelo menos o terreno que já é um grande início pra gente. Poder construir nosso espaço sem ter que ficar se preocupando com as reintegrações. O município querendo tirar a gente de cima do terreno.. porque é difícil né - já dá pra dormir mais aliviado;	- ATHIS contribuiu para a conquista da posse - através dos conhecimentos dos técnicos- é importante que continue para que mais pessoas possam conseguir; - projeto adequado as necessidades e desejos da moradora, feito junto - arquiteta e morador; - evolução da qualidade da moradia por adquirir conhecimento de outras possibilidades antes desconhecidas; - Athis auxiliando na garantia da posse, que é muito importante na tranquilidade - sem medo do despejo;

Morador 8

MORADIA DIGNA	ACESSO À HAB. ACESSO À CIDADE	ADEQ. ÀS ESPECIFICIDADES	MELHORA QUALI. MORADIA	MELHORIA QUALI URBANA	SEGURANÇA POSSE	SÍNTESE DA FALA
<p>- o processo não foi fácil né, porque varias pessoas morando nas casas sem um banheiro, sem um chuveiro;</p> <p>- na invasão era muito lixo, muita madeirama velha jogada.. agora ainda tem, mas eliminou muito rato e barata. Até esse negócio de mosquito da dengue, tinham poças d'água e lixo com agua podre. Os esgotos também, era a céu aberto, isso melhorou 100%;</p>	<p>- o pessoal quem tem condições está fazendo, tem umas casas boas por aí. E uns estão esperando um pouco até juntar o dinheiro pra comprar o material.. daqui um ano vai estar bem mudado isso aí, vai estar bem diferente;</p>	<p>- eu trabalho com móveis. Aí eu pretendo trazer pra ali. Nesse espaço da garagem.. um quadrado de 10 por 6 e as moradias em cima;</p> <p>- esse projeto cada um fez conforme queria.. eu fiz assim porque eu trabalho por conta e eu precisava de um espaço para eu trabalhar, eu fiz esse desenho. Outras pessoas fizeram para um piso só, sem segundo piso. Outras pessoas já fizeram com planos de fazer lancheria, outros pra trabalhar com minimercado, cabeleireiro;</p>	<p>- eu já tinha feito o desenho em casa e eles acharam muito bom né. Teve uma reunião aqui ainda que a guria que olhou o projeto me deu algumas ideias da escada, do banheiro e foi só o que foi mudado;</p> <p>- a qualidade tá melhorzinha né, a gente que é pobre se vira do jeito que dá.. mas não tem nenhuma como era antigamente. Antigamente era com pedaço de compensado.. agora tem umas meio velhinha mas bem melhor do que era antes;</p>	<p>- Ficou um tempo aqui cheio de madeira, o pessoal achou que não iam vir limpar o terreno. Mas quando vieram foi uma semana limpavam tudo;</p> <p>- na invasão era muito lixo, muita madeirama velha jogada.. agora ainda tem, mas eliminou muito rato e barata. Até esse negócio de mosquito da dengue, tinham poças d'água e lixo com agua podre. Os esgotos também, muita gente era fossa e outros nem fossa não tinha, era esgoto a céu aberto, isso melhorou 100%.</p>	<p>- Muitas vezes ah.. dentro de 24h vai vir a tropa de choque.. e a gente ficava sem saber o que fazer porque se sair perde, se ficar eles tiram.. foi indo, foi indo, mas no fim deu tudo certo;</p>	<p>- as condições do local melhoraram bastante após o processo - no que se refere ao espaço urbano;</p> <p>- a condição das casas também melhorou, mesmo daquelas que não seguiram os projetos;</p> <p>- projetos adequados às necessidades de cada morador - dimensões da residência e espaço pra trabalho inseridos nos projetos;</p> <p>- segurança da posse importante, fim do medo de ser retirado;</p>

Morador 9

MORADIA DIGNA	ACESSO À HAB. ACESSO À CIDADE	ADEQ. ÀS ESPECIFICIDADES	MELHORA QUALI. MORADIA	MELHORIA QUALI URBANA	SEGURANÇA POSSE	SÍNTESE DA FALA
<p>- melhorou em tudo. Hoje já vieram colocar a luz. Os postes. Luz já tinha né.. mas ela só no gatinho.. agora tem iluminação;</p> <p>- primeiro o cara passava no meio de um corredorzinho, vazamento</p>	<p>- melhorou em tudo. Hoje já vieram colocar a luz. Os postes. Luz já tinha né.. mas ela só no gatinho.. agora tem iluminação;</p> <p>- primeiro o cara passava no meio de um corredorzinho, vazamento</p>	<p>- eu tinha falado que eu ia fazer na lateral.. eu ia fazer nas laterais aqui mas eu mudei .. ai teria que ajustar. Aí resolvi fazer diferente pra não precisar gastar em muro da divisa;</p>	<p>- eu voltei aqui depois de um tempo e achei que está ficando bem bonito, todo mundo voltando pra suas casas, construindo;</p> <p>- As vezes dava temporal destruí tudo, tinha que pagar, ninguém</p>	<p>- agora normalizou a coisa né.. melhorou em tudo.. primeiro o cara passava no meio de um corredorzinho, vazamento aqui, vazamento ali.. agora tem a rua ali. Se precisar ir no mercado e se caso precisar de</p>	<p>- agora normalizou a coisa né.. melhorou em tudo. Hoje já vieram colocar a luz. Os postes. Luz já tinha né.. mas ela só no gatinho.. agora tem iluminação;</p> <p>- E o cara agora tá livre de pagar o aluguel né,</p>	<p>- melhoria da qualidade das moradias e do entorno (loteamento, infraestrutura);</p> <p>- possibilidade de ter Luz sem cortes e sem riscos;</p> <p>- projeto não atendeu as necessidades reais-</p>

aqui, vazamento ali.. agora tem a rua ali;	aqui, vazamento ali.. agora tem a rua ali;	- tem umas pessoas que estão fazendo de madeira.. as casas. Uma parte.. do alcance que dá; - falta dinheiro... se tivesse dinheiro já estava tudo mais lindo. Eu já queria estar com a casa toda pronta;	tinha dinheiro (quando era gato na ocupação) .. assim vem o papelzinho, o cara paga e tá ali né;	um socorro.. um carro pode encostar na frente pra sair;	tem o seu cantinho pra ficar. Se eu quero ajeitar o meu quintal eu faço.... planto um pé de árvore, pego o meu corredor e vou lá no portão... oi vizinho;	financeira- do morador. Construiu mais simples do que o projeto; - conquistar a posse gerou um sentimento de felicidade, liberdade e pertencimento- querer cuidar do local;
--	--	---	--	---	---	--

Morador 10

MORADIA DIGNA	ACESSO À HAB. ACESSO À CIDADE	ADEQ. ÀS ESPECIFICIDADES	MELHORA QUALI. MORADIA	MELHORIA QUALI URBANA	SEGURANÇA POSSE	SÍNTESE DA FALA
- Tinha uma casinha mais ou menos como essa daí – pequena, em madeira.. morava 4 pessoas. Foi terrível, as vezes a gente acordava e tinha rato em cima; - Eu achei que a água ia demorar mais que a luz mas já chegou. Ficou melhor né;	- ontem eles colocaram a luz aí. Agora estamos aguardando eles prometerem os postes; - como eu que trabalhei 4 anos e pouco que pude fazer o acordo e começar (a construir). Mas um só trabalhando é ruim né.. aí tu não tem crédito né.. se não está trabalhando não tem crédito-- Se tu está com carteira assinada tu consegue tirar um empréstimo, senão não consegue;	- ela (esposa) queria três quartos mas eu disse não da o terreno não é muito grande. Mas está ótimo aqui pra quem não tinha nada né; - Vai ficar do jeito que ela queria porque ela queria um quarto grande; - só faltou o terceiro quarto que ela queria.. mas nós conversando não valia a pena fazer agora, mais pra frente a gente faz. Porque a prioridade agora é sair do aluguel. Temos que apurar aqui a obra.. eu optei por não pagar mão de obra e fazer;	- Tinha uma casinha mais ou menos como essa daí – pequena, em madeira.. morava 4 pessoas. Foi terrível, as vezes a gente acordava e tinha rato em cima; - Eu fiz o acordo na empresa pra comprar o material essencial pra chegar até aqui, pro telhado e as madeiras eu consegui também com o dinheiro da empresa -- o que eu consegui fazer aqui foi o que eu aprendi na oficina; - Eu achei que a água ia demorar mais que a luz mas já chegou. Ficou melhor né;	- Tinha uma casinha mais ou menos como essa daí – pequena, em madeira.. morava 4 pessoas. Foi terrível, as vezes a gente acordava e tinha rato em cima; - No início não tinha muita organização era mais acumulado; - está valendo a pena, ontem eles colocaram a luz aí. Agora estamos aguardando eles prometerem os postes;	-	- a melhoria do ambiente urbano e acesso à serviços melhorou após o processo; - acesso à luz e água proporcionados pela regularização; - preferências e escolhas para a moradia foram atendidas; - a qualidade da moradia melhorou - da madeira para a alvenaria; - dificuldade financeira para a execução do projeto, financiamento difícil - o morador conseguiu dinheiro parando de trabalhar (com o acerto) - outros moradores não conseguiram;

Morador 11

MORADIA DIGNA	ACESSO À HAB. ACESSO À CIDADE	ADEQ. ÀS ESPECIFICIDADES	MELHORA QUALI. MORADIA	MELHORIA QUALI URBANA	SEGURANÇA POSSE	SÍNTESE DA FALA
<p>- agora tem água e luz tudo certinho;</p> <p>- Eu fiz essa casinha aqui.. e a mulher pegou e brigou comigo ainda.. disse assim: Tua casinha ficou melhor do que a minha, a tua não chove e a minha chove;</p> <p>-tive que montar essa casa aqui na corrida. Dai quando chove, a casa está sem caimento, daí chove dentro - , tem que ver que essas telhas já são bem usadas né, já foi quatro vezes desmontada, tá toda furada;</p>	<p>- agora que organizaram tudo certinho ficou bem melhor- a rua melhorou muito, antes era tudo beco estreito e agora ficou uma rua certinho. E tem água e luz tudo certinho também;</p>	<p>- se eu tivesse ganhado um dinheiro, se eu tivesse uma renda fixa, nós poderia fazer uma de material. Mas não tem, ninguém tá ganhando nada;</p> <p>- o projeto é bom, só que daí.. como eu disse pra mulher: no desenho do projeto tá uma coisa e no caso se for fazer como eu queria fazer aqui já é outra diferente;</p> <p>- se eu tivesse ido nas reuniões ia conversar com eles pra fazer do jeito que eu queria;</p> <p>- o projeto lá é mais ou menos a base como aquela obra que o cara tá fazendo e só naquilo ali o cara falou que gastou 4 mil, fica muito caro, não dá;</p>	<p>- a casa está sem caimento, daí chove dentro. Aí peguei e falei pra minha esposa que eu vou ter que tirar todo o telhado pra poder fazer o caimento pra cá. Ela se queixou muito por causa do telhado. Mas eu disse pra ela, tem que ver que essas telhas já são bem usadas né, já foi quatro vezes desmontada, tá toda furada.. eu disse pra ela: não tem o que fazer, vou ter que usar essa aí;</p>	<p>- nós estávamos na ocupação aqui e.. bah! Era muita bagunça.. Aí agora que organizaram tudo certinho ficou bem melhor. A vista do que era, ficou bem melhor;</p> <p>- a rua melhorou muito, antes era tudo beco estreito e agora ficou uma rua certinho. E tem água e luz tudo certinho também. Porque antes quando era invasão era tudo gato, é perigo de pegar fogo nas casas;</p>	<p>- foi meio pedalado, meio ruim né. Porque teve que desmanchar a casa e aí depois que nós ganhamos os terrenos tive que montar essa casa aqui ainda.. montei essa aqui na corrida;</p> <p>- nós estávamos na ocupação aqui e.. bah! Era muita bagunça.. Aí agora que organizaram tudo certinho ficou bem melhor. A vista do que era, ficou bem melhor.</p>	<p>- a conquista da posse possibilitou uma melhor qualidade das condições urbanas e serviços: água e luz- diminuindo perigos;</p> <p>- morador não participou das reuniões e executou a casa "do seu jeito" - com materiais reaproveitados e em condições ruins;</p> <p>- a qualidade do ambiente urbano melhorou mas a a residência permaneceu precária</p> <p>- por questões financeiras, sem condições de comprar materiais melhores;</p> <p>- maior benefício foram os serviços de água e luz regular, o arruamento e organização dos lotes;</p>

PARTICIPAÇÃO

Morador 1

APROXIMAÇÃO / ENVOLVIMENTO	DIÁLOGO. TROCA. APRENDIZADO	EMPODERAMENTO	PODER DE DECISÃO/ESCOLHA	ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES	INCLUSÃO CONHECIMENTO POPULAR	PROTAGONISMO MORADORES
<p>- Todo mundo se reuniu, todo mundo reuniu e nós chegamos até aqui com muita luta e muita lama - foi uma luta pra conseguir né;</p> <p>- foi muito importante pra nós conversar com eles.. eles conversar com nós;</p> <p>- eu achei muito importante que todo mundo se reuniu, por isso que a gente conseguiu;</p> <p>- eles eram amigos de todo mundo aqui (fazendo dos arquitetos);</p> <p>- sempre com muito carinho com a gente. Foi muito importante pra nós - aderam mais força pra gente conseguir nossa casinha.;</p>	<p>- foi muito importante pra nós, a gente ter contato com eles e eles ter contato com nós;</p> <p>- eu aprendi muita coisa.. muita coisa boa. As conversas deles a gente se animava mais ainda na certeza de que a gente ia ganhar;</p> <p>- eles ensinaram pra nós e hoje nós podemos melhorar mais ainda - Eu não sabia nem colocar uma tomada e eu aprendi né.. as reuniões.. muito bom;</p>	<p>- eu aprendi muita coisa.. muita coisa boa. As conversas deles a gente se animava mais ainda na certeza de que a gente ia ganhar, eu sempre tive a esperança que a gente ia ganhar e ganhamos;</p> <p>- Eu não sabia nem colocar uma tomada e eu aprendi né.. as reuniões.. muito bom;</p>	<p>- eu sempre dizia pra ela que o meu sonho é ter uma lancheria, ter a minha própria lancheria, que eu tenho uma lancheria alugada. Que eu queria um dia ter a minha própria.. e agora eu to fazendo a minha casinha aqui e vai ser minha própria lancheria. Teve espaço pra isso;</p> <p>- sempre pediram a opinião da gente durante o processo;</p>	<p>- eu era dona de uma lancheria e que eu precisava de um terreno de esquina pra ter meu próprio negócio.. era meu sonho;</p> <p>- todo mundo vai fazer a sua casa do seu jeito, não como o Minha Casa Minha Vida. Porque lá é tudo de um jeitinho. Se fosse de outro jeito eu não teria a lancheria .. porque eles iam fazer do jeito deles. E aí do meu jeito eu consegui fazer um espaçozinho pra eu morar e pra mim ter minha própria lancheria.</p>	<p>- gerou um resultado melhor pra todo mundo porque eles davam muita confiança pra nós;</p>	<p>- gerou um resultado melhor pra todo mundo porque eles davam muita confiança pra nós;</p>

Síntese da Fala

- arquitetos incentivando e orientando a luta - união, procedimentos, não desistência (considerado importante para a conquista);
- proximidades entre técnicos e moradores- tratados como amigos- conquista da moradia;
- aprendizado durante os encontros e as oficinas;
- adequação às necessidades específicas, o que foi possível devido ao diálogo e a aproximação entre moradores e técnicos;
- importante para a - o processo feito dessa maneira gerou um resultado melhor para todo mundo;

Morador 2

APROXIMAÇÃO / ENVOLVIMENTO	DIÁLOGO. TROCA. APRENDIZADO	EMPODERAMENTO	PODER DE DECISÃO/ESCOLHA	ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES	INCLUSÃO CONHECIMENTO POPULAR	PROTAGONISMO MORADORES
<p>- foi muito legal participar porque as gurias muito atenciosas, muito queridas;</p> <p>- Participei de algumas reuniões só porque eu fiquei muito doente, não tinha condições e até por causa do problema da menina.</p> <p>. Só que eu queria ter participado mais, porque é muito bom tu saber;</p> <p>- a gente conversava com as gurias.. daí eu disse pra elas tudo o que eu queria;</p>	<p>- . Só por estar na presença de pessoas que sabem te incentivar, te dar um apoio assim.. “se tu vai fazer assim, faz assim que tu vai gastar menos..”. a economia é tudo, muito bom;</p> <p>- eu acho que continuar ensinando o que a gente pode poupar, o que não é necessário.. Hoje em dia tu sabe o preço que está as coisas e se tu paga um pedreiro ele vem ali e pede dez sacos de cimento sendo que tu pode gastar só 6.. um exagero. E os técnicos tem essa base de como fazer..</p>	<p>- trocar lâmpada, trocar torneira. Isso tudo as gurias ensinavam ali no projeto;</p>	<p>-</p>	<p>- aquela não tive condições. Aquela foi pra lá e pra cá pra ver.. e daria mais de 30 mil reais</p> <p>- Porque eu não tinha condições e eu tinha que fazer uma casa pra morar. Eu não podia ficar rolando com minha filha até conseguir fazer aquela do projeto. A mais barata que eu consegui pra fazer aquela do projeto foi 34 mil.. da onde?;</p>	<p>-</p>	<p>-</p>

Síntese da Fala

- a questão econômica ficou muito forte na fala - ressaltando a falta de condições para fazer qualquer coisa- qualquer construção, investimento melhor;
- essa necessidade financeira não foi considerada nos projetos;
- as oficinas e troca com os técnicos possibilitou o aprendizado de questões arquitetônicas e práticas;
- técnicos atenciosos e disponíveis para auxiliar os moradores e construir junto o projeto;
- no caso desta moradora em específico, o quesito financeiro não foi atendido, o que pode ter ocorrido pela baixa participação da mesma (como ela mesma pontuou na fala) nas reuniões e encontros com os técnicos;
- a qualidade do ambiente urbano e das residências melhorou depois do projeto- mesmo não havendo verba para a execução das casas e não construindo as casas conforme o projeto arquitetônico realizado durante a assistência técnica;

Morador 3

APROXIMAÇÃO / ENVOLVIMENTO	DIÁLOGO. TROCA. APRENDIZADO	EMPODERAMENTO	PODER DE DECISÃO/ESCOLHA	ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES	INCLUSÃO CONHECIMENTO POPULAR	PROTAGONISMO MORADORES
<p>- eu fiz (participei) das reuniões com os arquitetos.. elas me deram um papel pra nós desenhar a casa;</p> <p>- quando eu vim pra cá eu não tinha família, minha família não estava aqui.. então eu fui recolhida por eles. Então eu tenho o maior carinho por eles;</p>	<p>- eu aprendi mais ou menos, mais é pra homem né.. que homem tem mais prática. Nos mulheres.. eu te</p> <p>- ela me incluiu, gostou do projeto.. do que eu queria pra casa. E ela quando fosse construir de tijolo elas iam participar da obra. Porque eu não sei medir nada, então é bom ter uma pessoa que entende, que sabe fazer tudo direitinho.. pra não gastar e não jogar tijolo e cimento fora;</p> <p>- também o negócio de pneus, pra nos aproveitar os pneus. Garrafa de vidro, de pet sabe? Ela explicou tanta coisa;</p>	<p>- eu aprendi mais ou menos, mais é pra homem né.. que homem tem mais prática. Nos mulheres.. eu tenho mais prática de fazer comida, bolo. Isso aí eu sei, mas isso de luz e agua, cerâmica.. não sei;</p>	<p>- ai ela falou tá e o que você quer mais.. e eu falei.. os meus três filhos né.. o orelhudo, a sacha e o bidu e eu desenhei os meus três cachorrinhos;</p> <p>- Desenhei tudo o que eu desejava ter na minha casa.. mas no momento ainda não dá.. ainda né. Mas mais pra frente a gente vai;</p>	<p>- Desenhei tudo o que eu desejava ter na minha casa.. mas no momento ainda não dá.. ainda né. Mas mais pra frente a gente vai;</p> <p>- são três quartos, sala, cozinha, banheiro.. ai vai ficar uma área aqui na frente e mais uma área lá atrás. É.. porque tem eu e tem os meus netos né, são três netos que eu tenho. Ai vai ficar tudo aqui comigo. com o tempo eu quero fazer de tijolo, que ai eu faço embaixo sala e cozinha e em cima eu faço os quartos;</p>	<p>-</p>	<p>- ela me incluiu, gostou do projeto.. do que eu queria pra casa;</p> <p>- Desenhei tudo o que eu desejava ter na minha casa;</p>

Síntese da Fala

- os desejos e necessidades apresentados nas reuniões foram atendidos, porém eles não foram executados devido às condições financeiras da família;
- as escolhas que a moradora fez para sua casa não foram compatíveis com a sua condição financeira- sem previsão de execução;
- proximidade e envolvimento entre morador e técnicos- envolvimento nas diferentes etapas da luta- valorização do envolvimento pela moradora;
- aprendizados durante o processo- através do diálogo e da troca com os técnicos- reaproveitamento de materiais, economia de materiais de construção;
- aprendizados utilizados na nova residência- mesmo que ela não seja aquela do projeto;

Morador 4

APROXIMAÇÃO / ENVOLVIMENTO	DIÁLOGO. TROCA. APRENDIZADO	EMPODERAMENTO	PODER DE DECISÃO/ESCOLHA	ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES	INCLUSÃO CONHECIMENTO POPULAR	PROTAGONISMO MORADORES
<p>- eu participei de tudo, Eu não perdia nem uma reunião.. tudo a gente ia;</p>	<p>- alguma coisa eu aprendi, eu gostei.. tudo o que aparece pra gente aprender é bom né. Tudo a gente aproveita. A gente tem que fazer né, porque a gente não pode pagar as coisas então a gente tem que fazer. Se a gente aprender é melhor né;</p> <p>- muitas pessoas que fizeram o projeto das casas, nas oficinas.. muitos estão construindo.. aprenderam e fica mais fácil pra fazer, não precisa pagar alguém pra fazer.. pra ver como foi bom né porque o que sai caro é a mão de obra;</p>	<p>- tudo o que aparece pra gente aprender é bom, porque a gente não pode pagar as coisas então a gente tem que fazer. Se a gente aprender é melhor né;</p> <p>- muitas pessoas que fizeram o projeto das casas, nas oficinas.. muitos estão construindo.. aprenderam e fica mais fácil pra fazer, não precisa pagar alguém pra fazer.. pra ver como foi bom né porque o que sai caro é a mão de obra.. o material consegue.;</p>	<p>-</p>	<p>- foi difícil no início, mas valeu a pena o que a gente passou tudo aqui pra conseguir. Agora a gente está faceiro realizado com o terreninho;</p> <p>- eu fiz um projeto.. mas eu não fiz aqui a casa do projeto. Porque não deu ainda.. mas eu pretendo fazer ainda.. tá tudo guardadinho.. porque o dinheiro é muito difícil né. Aí depois a gente vai fazendo aos poucos;</p> <p>- É do jeito que eu queria, ficou do jeito que eu queria. Mas a gente não tem condições de começar, um dia eu vou fazer tudo direitinho sabe?</p>	<p>-</p>	<p>-</p>

Síntese da Fala

- apesar da participação intensa da moradora, o resultado não refletiu a condição financeira da mesma;
- aprendizado adquirido nas oficinas e reuniões possibilitou que algumas famílias construíssem suas casas conforme o projeto- aprenderam construção, como fazer e não precisaram contratar mão-de-obra;
- aprendizado como empoderamento- conhecer e saber como fazer na hora de cobrar um serviço bem feito que alguém está executando na sua casa;

Morador 5

APROXIMAÇÃO / ENVOLVIMENTO	DIÁLOGO. TROCA. APRENDIZADO	EMPODERAMENTO	PODER DE DECISÃO/ESCOLHA	ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES	INCLUSÃO CONHECIMENTO POPULAR	PROTAGONISMO MORADORES
<p>- eu participei de tudo. Quando meu neném estava em casa eu ia, porque ele fica mais no hospital do que em casa. Então eu não participei de todas;</p> <p>- E bom foi que teve mais união, o pessoal.. quando foi pra ir a luta, todo mundo tava unido, ninguém pensava só em si;</p>	<p>- Foi bom participar.. são coisas que hoje eu estou colocando no meu dia-a-dia. Consegui aprender;</p> <p>- eu pretendo usar na minha outra casa o negócio da luz. Quando a luz bater de um lado ter sombra do outro.. e assim ao mesmo tempo ter luz dos dois lados, eu pretendo levar isso pra mim. Reutilizar o material também, eu aprendi fazer, calçada com garrafa de vidro, bastante coisa;</p>	<p>- Muita gente compra, a gente pode fazer em casa. Foi aprendido bastante coisa;</p> <p>- eu cortei, serrei e desfiei a madeira. O resto de marcar lá.. não muito. Mas aprendi a prática, já deu pra fazer a minha cerca;</p>	<p>-</p>	<p>- ficou mais ou menos como eu queria, eu pedi no projeto uma sacada com os dois quartos.. e eles fizeram um na frente e um nos fundos, entendeu? Então.. mas foi só isso também. Mas é coisa que é mais lá.. que agora final do ano a gente pretende só construir só uma peça e depois ir arrumando e ajeitando. Quem tem constrói logo, quem não tem espera ter;</p>	<p>-</p>	<p>- ficou mais ou menos como eu queria, eu pedi no projeto uma sacada com os dois quartos.. e eles fizeram um na frente e um nos fundos, entendeu?</p> <p>- eu não gostei desse terreno, é fora da minha área de conforto. Eu acho que foi sorteio.. único que escolhi foi eles (Líderes comunitários);</p>

Síntese da Fala

- as decisões e o protagonismo parecem ter sido somente dos líderes comunitárias e não dos moradores como um todo;
- apesar da participação durante todo o processo, o resultado final não refletiu as necessidades da família, principalmente no que toca o perfil econômico e possibilidade de viabilização da obra;
- projetos pensados para a execução futura em condições financeiras melhores, o ideal para a família caso tivesse a possibilidade de algum apoio financeiro;
- aprendizado adquirido nas reuniões e oficinas possibilitou a melhoria das condições da habitação, mesmo que mínima;

Morador 6

APROXIMAÇÃO / ENVOLVIMENTO	DIÁLOGO. TROCA. APRENDIZADO	EMPODERAMENTO	PODER DE DECISÃO/ESCOLHA	ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES	INCLUSÃO CONHECIMENTO POPULAR	PROTAGONISMO MORADORES
<p>- Da parte dos projetos sim, eu ia sempre participava, foi bom ;</p> <p>- Eu fiz coisas ali dentro que eu nunca imaginei que eu iria fazer.. cavar buraco, pregar, martelar, serrar, aprendi muitas coisas;</p> <p>- a minha casa é a que mais vai ter luz e circulação de ar por conta daquilo que a gente planejou junto e colocou em prática;</p>	<p>- faltou uma coisa aqui outra ali mas nem tudo é como a gente quer.. mas foi porque não cabia, eu tive que abrir mão entre uma coisa ou outra. Então eu escolhi do jeito que dá;</p> <p>- eu aprendi muita coisa.. entendi um pouco de política. Aprendi antes e nas oficinas também, foi mais também colocar em prática e aprender e tirar dúvidas de outras coisas, esquadro e tal;</p> <p>- até na questão de organização né. Saber o seu limite, o que pode e o que não pode, respeitar o limite do outro;</p> <p>- Eu fiz coisas ali dentro que eu nunca imaginei que eu iria fazer.. cavar buraco, pregar, martelar, serrar;</p>	<p>- eu aprendi muita coisa.. entendi um pouco de política.. quando a sociedade se une assim eu acho que a gente é mais escutado;</p> <p>- Eu fiz coisas ali dentro que eu nunca imaginei que eu iria fazer.. cavar buraco, pregar, martelar, serrar;</p> <p>- De repente conseguir até outros caminhos pra chegar até a nossa conquista. Foi o que ocorreu né;</p> <p>- os próprios moradores já estavam tendo mais conhecimento.. e a gente acabou se unindo e vendo que ia dar certo. E no momento que a gente bateu o pé junto e disse eu não tenho outra opção, a gente conseguiu né;</p>	<p>- a minha casa é a que mais vai ter luz e circulação de ar por conta daquilo que a gente planejou junto e colocou em prática;</p> <p>- a gente teve a opção entre escolher fazer projeto ou não fazer. Eu acho que seria muito bom se todas as pessoas tivessem essa ajuda, de ter um arquiteto ali acompanhando pra tirar qualquer tipo de dúvida;</p> <p>- , faltou uma coisa aqui outra ali mas nem tudo é como a gente quer.. mas foi porque não cabia, eu tive que abrir mão entre uma coisa ou outra. Então eu escolhi do jeito que dá;</p>	<p>- faltou uma coisa aqui outra ali mas nem tudo é como a gente quer.. mas foi porque não cabia, eu tive que abrir mão entre uma coisa ou outra. Então eu escolhi do jeito que dá.. porque pra quem não tinha nada antes né;</p> <p>- se fosse fazer por minha conta ou contratando alguma pessoa que não tivesse experiência em construção.. eu não saberia fazer ou não sairia do jeito no qual eu tinha planejado;</p>	<p>- eu já tinha mais ou menos uma noção de como eu ia fazer.. só não tinha noção de como colocar no papel.. até mesmo explicar para a pessoa que ia construir.. medidas de cozinha e de quarto sabe? Eu não saberia a metragem do que ia sair, se caberia as coisas ou não. Então eu acho super importante. Isso eu consegui tirar minhas duvidas com a ajuda deles;</p>	<p>- Foi possível dar minha opinião em todas as vezes que eu tinha dúvida sabe.. de repente fizesse assim seria melhor;</p> <p>- Eu optei muito por circulação de ar, era o meu foco. A minha preocupação era essa. E a minha casa é a que mais vai ter luz e circulação de ar por conta daquilo que a gente planejou junto e colocou em prática;</p>

Síntese da Fala

<p>- muito diálogo e troca entre morador e técnicos, o que possibilitou a materialização de um projeto que atendesse aos desejos e necessidades da moradora;</p> <p>- contudo, algumas limitações foram identificadas devido ao custo, tamanho do terreno, etc. Questões resolvidas através do diálogo - com o poder de escolha do morador à partir das possibilidades viáveis;</p> <p>- aprendizado de questões construtivas e políticas/de organização- geraram um empoderamento e ampliaram as possibilidades de diálogo do morador;</p>	<p>-aprendizado que proporcionou fazer coisas nunca antes imaginadas;</p> <p>- maior qualidade arquitetônica devido ao diálogo/troca entre morador e técnicos- maior satisfação com o projeto também;</p> <p>- morador como protagonista nas decisões e escolhas para o seu projeto. Conhecer as possibilidades para poder opinar e escolher;</p> <p>- morador considera que fez o projeto junto porque ele reflete suas preferências e anseios;</p>
---	--

Morador 7

APROXIMAÇÃO / ENVOLVIMENTO	DIÁLOGO. TROCA. APRENDIZADO	EMPODERAMENTO	PODER DE DECISÃO/ESCOLHA	ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES	INCLUSÃO CONHECIMENTO POPULAR	PROTAGONISMO MORADORES
<p>- as reuniões das plantas pra dizer como queria cada detalhe de cada cômodo eu participei. Foi bem participativo assim;</p> <p>- Experiencias de vivencias.. a gente para e pensa que a gente tem um problema tão grande, mas a gente vê outras pessoas em volta.. lutando;</p> <p>- a equipe toda que ficou integrada junto com a ocupação, conseguimos absorver bastante coisas boas, positivas do aprendizado.. dos acontecimentos, das experiencias;</p>	<p>- a gente conseguiu..eu e arquiteta, entrar bem em um conceito assim;</p> <p>- eu aprendi que nada se faz sozinho, tudo com participação um do outro. A integração um do outro, pra mim foi muito bom trocar ideias, experiencias, aprender.. sempre estamos aprendendo coisas novas no dia a dia. Essa troca de experiencias foi muito boa;</p> <p>- as pessoas deveriam participar mais do desenvolvimento arquitetônico porque é uma identificação do morador, eu acho que é importante;</p>	<p>- tem pessoas que não tem formação nenhuma, não sabe nem por onde vai começar a reivindicar os seus direitos então, tendo alguém que tenha conhecimento maior, que saiba nortear essas pessoas que tem pouco conhecimento, é muito importante ter eles de auxílio, de apoio junto com a comunidade em si;</p>	<p>- eu acho que eu consegui ter um melhor resultado porque eu participei de cada etapa né, cada pedacinho da planta foi escolhido por mim, tem o meu jeito, a minha característica;</p> <p>- as reuniões das plantas pra dizer como queria cada detalhe de cada cômodo eu participei. Foi bem participativo assim;</p> <p>- cada pedacinho da planta foi escolhido por mim, tem o meu jeito, a minha característica;</p>	<p>- a gente conseguiu entrar bem em um conceito assim.. de onde ficava melhor cada item, cada cômodo, espaço.. pra aproveitar bem o espaço do terreno. Até pro meu cãozinho sobrou espaço;</p> <p>- cada etapa né, cada pedacinho da planta foi escolhido por mim, tem o meu jeito, a minha característica;</p>	<p>-</p>	<p>- cada etapa né, cada pedacinho da planta foi escolhido por mim, tem o meu jeito, a minha característica;</p> <p>- a gente conseguiu..eu e arquiteta, entrar bem em um conceito assim;</p>

Síntese da Fala

- a participação do morador em todas as etapas do processo gerou um projeto que refletiu os desejos e necessidades do morador - resultado: satisfação do morador com o projeto;
- as experiências de todos se somam na luta - os moradores e suas vivências e os técnicos e seus conhecimentos;
- a troca e o entre envolvidos (técnicos e moradores) gera aprendizados e proporciona a construção conjunta do projeto;
- a participação proporciona um projeto adaptado ao morador- as pessoas deveriam participar mais;
- os técnicos detêm um conhecimento que pode nortear e contribuir na luta para a conquista da moradia e da posse do terreno;
- moradora foi protagonista nas escolhas sobre sua casa- diálogo e troca constante com o arquiteto;

Morador 8

APROXIMAÇÃO / ENVOLVIMENTO	DIÁLOGO. TROCA. APRENDIZADO	EMPODERAMENTO	PODER DE DECISÃO/ESCOLHA	ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES	INCLUSÃO CONHECIMENTO POPULAR	PROTAGONISMO MORADORES
<p>- participar ajudou muito né. Desde uma opinião, as vezes a pessoa não tem muita noção de fazer. Aí eles já dão uma ideia.. se colocar o quarto ali e a sala lá;</p>	<p>- .. a prefeitura exige né.. Por causa do calor né. Se tivesse uma areazinha com quintal que filtra mais a agua quando chove (isso aprendeu nas reuniões e oficinas);</p> <p>- Uma coisa que eu nunca tinha percebido aqui na casa da mãe mesmo o quarto pega sol. Tudo isso eles explicam pra gente como fica melhor a janela, o ar condicionado onde fica melhor. Tudo isso é bom pra gente, a gente não tem noção</p> <p>- eu fiz a planta e eles acharam muito bom né. Depois me deram algumas ideias;</p>	-	<p>- esse projeto cada um fez conforme queria.. conforme sonhava que era a sua casa.. eu fiz assim porque eu trabalho por conta e eu precisava de um espaço para eu trabalhar, eu fiz esse desenho;</p>	<p>- eu trabalho com móveis, só que eu to pagando aluguel. Aí eu pretendo trazer pra ali. Nesse espaço da garagem;</p> <p>- pra gente que ganha pouco hoje em dia não é fácil pra conseguir juntar aí 20 ou 30 mil de um terreninho. Vai construir uma casinha.. o próprio pessoal dos arquitetos deram um orçamento. Essa ai vai ficar 81 e alguma coisa. Só que facilita porque o material a gente consegue comprar em prestação né;</p> <p>- Eu mesmo foi uma briga pra conseguir comprar material, eles queriam conta no nome;</p>	<p>- eu já tinha feito o desenho em casa e eles acharam muito bom né;</p>	<p>- eu já tinha feito o desenho em casa e eles acharam muito bom né. Teve uma reunião aqui ainda que a guria que olhou o projeto me deu algumas ideias da escada, do banheiro e foi só o que foi mudado;</p> <p>- esse projeto cada um fez conforme queria.. conforme sonhava que era a sua casa.. eu fiz assim porque eu trabalho por conta e eu precisava de um espaço para eu trabalhar, eu fiz esse desenho. Outras pessoas fizeram para um piso só, sem segundo piso;</p>

Síntese da Fala

- Houve diálogo e construção conjunta entre técnicos e morador- opinião e conhecimento do morador foi considerada e o projeto melhorado com o conhecimento dos técnicos;
- houve um aprendizado sobre questões arquitetônicas e urbanas- que antes não eram percebidas;
- resultado adequado às necessidades e desejos- sonhos- do morador para a sua residência somado à seu local de trabalho;
- dificuldades em conseguir dinheiro para comprar o terreno e financiar o material para construir;
- protagonismo do morador ao fazer escolhas e tomar decisões- consciência e conhecimento do que queria;

Morador 9

APROXIMAÇÃO / ENVOLVIMENTO	DIÁLOGO. TROCA. APRENDIZADO	EMPODERAMENTO	PODER DE DECISÃO/ESCOLHA	ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES	INCLUSÃO CONHECIMENTO POPULAR	PROTAGONISMO MORADORES
<p>- Nas oficinas eu não falei muito falar porque eu não posso fazer.. então falar e não fazer né;</p> <p>- eu ia em todas, só nesses negocio de material eu não podia né, porque eu não posso nem assinar. Aquelas coisas de fazer e desenhar eu não podia. Mas eu tava lá;</p>	<p>- muita coisa eu já sabia né, eu já trabalhei muito em obra né... porque aqui se eu não digo como faz aqui e ali;</p>	<p>- o cara agora tá livre de pagar o aluguel né, tem o seu cantinho pra ficar. Se eu quero ajeitar o meu quintal eu faço.... planto um pé de arvore, pego o meu corredor e vou lá no portão... oi vizinho;</p>	<p>- eu tinha falado que eu ia fazer na lateral.. eu ia fazer nas laterais aqui mas eu mudei .. ai teria que ajustar. Ai resolvi fazer diferente pra não precisar gastar em muro da divisa;</p>	<p>- falta dinheiro... se tivesse dinheiro já estava tudo mais lindo. Eu já queria estar com a casa toda pronta;</p> <p>- [...] tem umas pessoas que estão fazendo de madeira.. as casas. Uma parte.. do alcance que dá;</p>	<p>- muita coisa eu já sabia né, eu já trabalhei muito em obra né... porque aqui se eu não digo como faz aqui e ali;</p>	<p>- eu tinha falado que eu ia fazer na lateral.. eu ia fazer nas laterais aqui mas eu mudei .. ai teria que ajustar. Ai resolvi fazer diferente pra não precisar gastar em muro da divisa. Eu até comentei com a que era a chefe.. ela me disse pra eu ligar pra ela. Eu tenho os papeis todos ali só que fiz assim pra economizar;</p>

Síntese da Fala

<p>- pouca participação do morador nas oficinas e atividades por problemas de saúde e por não considerar que poderia opinar sobre algo;</p> <p>- participou da concepção do seu projeto, porém mudou de ideia depois e resolver construir diferente- questão financeira principal motivo;</p>	<p>- ter o "seu canto" com segurança desperta a vontade de cuidar do espaço, de melhorar o ambiente;</p> <p>- quem "não tem condições" está reconstruindo as casas de madeira e só alguns estão construindo de alvenaria- alto preço para a realidade;</p> <p>- experiência prévia em construção permitiu opinar com propriedade no processo e tomar decisões sobre as opções oferecidas;</p>
---	---

Morador 10

APROXIMAÇÃO / ENVOLVIMENTO	DIÁLOGO. TROCA. APRENDIZADO	EMPODERAMENTO	PODER DE DECISÃO/ESCOLHA	ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES	INCLUSÃO CONHECIMENTO POPULAR	PROTAGONISMO MORADORES
<p>- eu participei (das reuniões pra fazer os projetos) - ficou como ela queria (esposa);</p>	<p>- o que eu consegui fazer aqui (da casa) foi o que eu aprendi nas oficinas, muita coisa eu aprendi ali;</p> <p>- ter o projeto ajudou bastante- eu não tinha noção né. Ai em cima</p>	<p>- O pessoal não tem noção .. por exemplo o rapaz ali fez a casinha, não sabia pregar uma tábuá né.. então qualquer coisinha que consiga aprender já ajuda né;</p>	<p>-- ficou (como a esposa queria) - só faltou o terceiro quarto que ela queria.. mas aí nós conversando não valia a pena fazer agora outro quarto.. mais pra frente a gente faz;</p>	<p>- ficou (como a esposa queria), ela vai querer o quarto dos fundos e o guri o quarto da frente porque ele sai de noite. Vai ficar do jeito que ela queria porque ela queria um quarto grande;</p>	<p>- Eu saí da empresa e estou fazendo.. nunca assentei um tijolo.. o pessoal estava apavado;</p>	<p>- aí nós conversando não valia a pena fazer agora outro quarto.. mais pra frente a gente faz. Porque a prioridade agora a gente tá pagando aluguel ainda, 560 de aluguel.. temos</p>

-	do projeto comecei a fazer, pergunta pro pessoal que sabe. Vieram aqui e conferiram e me disseram que podia continuar que estava certo; - As mulheres ali não sabiam bater estaqueta.. aprenderam. - O pessoal não tem noção .. por exemplo o rapaz ali fez a casinha, não sabia pregar uma táboa.. então qualquer coisinha que consiga aprender já ajuda né;	- As mulheres ali não sabiam bater estaqueta.. aprenderam. Tanto é que eu vi aquela aqui de traz ela mesma fazer a cerca. E coisa que ela não sabia; - o que eu consegui fazer aqui foi o que eu aprendi ali, muita coisa eu aprendi ali (nas oficinas); - eu não tinha noção e em cima do projeto comecei a fazer pergunta pro pessoal que sabe. Vieram aqui e disseram que podia continuar que tava certo;	-	- se tivesse um apoio pro pessoal aí que não tem condições aí ficava bom. Tem bastante gente que não tem condições e não tem noção também de como fazer.. ai que está o problema;	-	que apurar aqui a obra.. eu optei por não pagar mão de obra e fazer; - Eu saí da empresa e estou fazendo.. nunca assentei um tijolo.. o pessoal estava apavorado
---	---	--	---	---	---	---

Síntese da Fala

- morador e esposa participaram das reuniões e oficinas o que possibilitou escolher como seria sua residência;
- o morador adquiriu vários conhecimentos sobre construção, o que possibilitou ele mesmo iniciar a construção da sua casa- largando o emprego porque valia a pena financeiramente;
- quem teve possibilidade de financiar conseguiu fazer as casas do projeto (emprego formal, renda);
- as mulheres da comunidade participaram, aprenderam e colocaram os conhecimentos em prática nas suas casas e terrenos;
- morador e esposa - em diálogo com os técnicos - foram protagonistas nas decisões e escolhas para sua casa;

APÊNDICE B: síntese das entrevistas com os técnicos da Ocupação Cerâmica Anita

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Técnico 1

MORADIA DIGNA	ACESSO À HAB. ACESSO À CIDADE	ADEQUAÇÃO ÀS ESPECIFICIDADES	MELHORA QUALI MORADIA	MELHORIA QUALI URBANA	SEGURANÇA POSSE	SÍNTESE DA FALA
-eles que moram em um barraco, que não tem nada. Olham aqui-tem agua, tem esgoto- e é maravilhoso; -foi muito bom pra muitas questões. Conseguir organizar a prefeitura. A gente conseguiu projeto simplificado, tudo isso foi foda assim;	-o projeto acelerou o processo de assinatura da posse da terra, então eu acho que a gente participou sim de alguma forma. E talvez se não fosse o nosso projeto sabe-se lá se eles realmente iriam ganhar o lote;	-reproduzimos algumas coisas, não pensando na comunidade em si; -a gente só entrega uma planta pros moradores, não pensou em ventilação, em insolação; - a planta – construída por eles – não refletiu o desejo e a necessidade dos moradores;	- nesse caso específico a gente não considerou as questões fundamentais (bom orçamento, insolação, habitabilidade, estética) que pra mim seriam as contribuições importantes como arquitetos;	-	-o projeto acelerou esse processo de assinatura da posse da terra. E talvez se não fosse o nosso projeto sabe-se lá se eles realmente iriam ganhar o lote. Nesse sentido participamos do processo de luta;	-a unica contribuição clara que a assist. técnica teve foi para a conquista da posse da terra; -foi desconsiderada a realidade economica da comunidade; -os projetos não refletem as necessidades dos moradores;

Técnico 2

-eles estavam improvisados no local em situação de luta. Queriam a posse da terra e reorganizar o lugar; -estavam em uma situação paliativa; -devido aos materiais com que é feito.. sofreram incêndios.. era uma demanda da comunidade ter a casa;	-projetos para as famílias terem acesso a terra; -a athis levou a prefeitura a olhar para uma determinada comunidade; - conquistar a posse da terra, regularizada certinho e com um projeto. ATHIS foi importante como um ato político;	-o projeto da Gilsele, da Fenícia e da Elisabete não estiveram nos protótipos, eu entendi que a realidade delas era outra, não era daqueles projetos que estavam lá; -o que eu entendo é que foi um projeto para cada família;	-quando a gente visitou aquele local a gente viu que realmente eles estavam improvisados ali, eles estavam em uma condição de luta; -eles estavam lá daquele jeito porque queriam a posse da terra e a gente quer reorganizar esse lugar;	-a ATHIS levou a prefeitura a olhar para uma determinada comunidade.. isso eu achei extremamente importante. -Além de conquistar a posse da terra, regularizada certinho e com um projeto;	-foi essa a assistência técnica: produzir projetos para as famílias terem acesso à terra, isso é muito importante também. -Além da moradia, ter a terra e não necessariamente a construção; -conquistar a posse da terra, regularizada certinho, com um projeto;	-assistência técnica como um ato político ajudando no processo de conquista da moradia que vai além do projeto e da construção; -melhoria das condições urbanas e habitacionais; -adaptação às necessidades de cada família;
---	---	---	--	---	--	--

Técnico 3

MORADIA DIGNA	ACESSO À HAB. ACESSO À CIDADE	ADEQUAÇÃO ÀS ESPECIFICIDADES	MELHORA QUALI MORADIA	MELHORIA QUALI URBANA	SEGURANÇA POSSE	SÍNTESE DA FALA
-é importante a habitação, mas nesse caso que não ia ter recurso, o projeto de uma casa é o menos importante;	-nesse caso que não ia ter recurso, o projeto de uma casa nesse contexto é o menos importante; -articular parcerias para as pessoas terem a possibilidade de conseguir recursos para a construção;	-a gente não conseguiu evoluir, pensar cortes e 3d, vai ser mais do arquiteto do que o que as pessoas estão esperando ou precisando; -o que eu senti foi que eles conseguiram dizer o que estavam querendo, conseguiram participar mais e falar;	-o que vai acontecer é que quem tem um pouco mais de condições vai construir aquilo e quem não tem vai continuar morando como morava antes em um barraco, como der;	--o que vai acontecer é que quem tem um pouco mais de condições vai construir aquilo e quem não tem vai continuar morando como morava antes em um barraco, como der;	-Eu acho que é importante a habitação, mas nesse caso que não ia ter recurso, o projeto de uma casa é o menos importante;	-preocupação com fazer projetos que não serão executados (falta de recursos), pra que eles servem? -no contexto precário a habitação não é o mais importante; -curto tempo para conhecer a comunidade e conseguir entender e atender necessidades;

Técnico 4

-a questão da coabitação tinha que ser resolvida. Com um estudo urbanístico, loteando tudo resolveria; -antes tinha uns 2 ou 3 banheiros só, em construção de alvenaria, todo o resto era madeira;	-discutimos com o poder público AEIS, ZEIS, código de obras, o nível de exigência. Essas coisas fomos discutindo com eles e afrouxaram em algumas coisas, foram se abrindo; -eles corriam o risco de ser removidos e por conta do projeto já garantiu uma segurança; -tem um lote que foi liberado pra fazer uma área comum pra eles, uma área pública;	-pensamos em algo que tivesse a ver com a lógica das famílias. O perfil delas a gente foi descobrir depois falando com as famílias; -a questão da coabitação tinha que ser resolvida. Com um estudo urbanístico, loteando tudo resolveria;	-antes tinha uns 2 ou 3 banheiros só, em construção de alvenaria, todo o resto era madeira.. não era algo que fosse tão dispendioso, são mais ganhos do que perdas; --A maioria ali vai fazer outro barraco "temporário" um quarto e banheiro. Até menos interessante do que a casa que estava morando antes;	-Tem um lote que foi liberado pra fazer uma área comum pra eles, uma área pública; -antes não tinha uma definição clara de lotes. A gente tinha terrenos que a casa da pessoa era um quarto e banheiro e o terreno dela era aquilo. Enquanto outros já tinham 200m ² - injustiça dentro da comunidade;	-a gente queria se possível atrelar a regularização fundiária, tem muito mais a ver com a lei (11.888); -projeto contribuindo para a regularização - a prefeitura ia precisar fazer e não tem corpo técnico para fazer projeto;	-athis articulada com atores- prefeitura- contribuindo para a viabilização da regularização fundiária -contribui na conquista da posse da terra-segurança; -melhoria do ambiente urbano: configuração de loteamento e demarcação de área pública; -melhoria das condições habitacionais, mesmo que mínimamente (já que não houve recursos para as construções);
---	---	---	--	--	--	---

PARTICIPAÇÃO

Técnico 1

APROXIMAÇÃO / ENVOLVIMENTO	DIÁLOGO, TROCA, APRENDIZADO	EMPODERAMENTO	PODER DE DECISÃO/ESCOLHA	ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES	INCLUSÃO CONHECIMENTO POPULAR	PROTAGONISMO MORADORES
<p>- inicialmente a gente fez as oficinas, começa a se envolver com os moradores naquele momento, não foi uma relação profunda- esse processo ele foi rápido demais então não me deu tempo disso;</p> <p>- não teve uma relação muito intensa, a gente se encontrou em três ocasiões que foram as três oficinas e depois em mais dois atendimentos;</p> <p>- a medida que a gente ia tendo esse contato, por mais que ele não fosse profundo com os moradores e fosse conhecendo as limitações, a gente ia bolando as oficinas;</p>	<p>- as nossas oficinas foram boas e melhoraram muito a compreensão deles - eles aprenderam sim varias questões;</p> <p>- Eu acho que as pessoas precisam ter conhecimento e aí eu acho que a gente foi efetivo;</p> <p>- Uma das casas quem me ajudou a resolver foi o Seu Inácio, ele foi me passando o conhecimento técnico, me explicando como resolver estruturalmente aquilo;</p> <p>- Então tem um conhecimento de vida pra gente entender outra realidade, importante olhar pro outro assim;</p>	<p>- Eu acho que as pessoas precisam ter conhecimento e aí eu acho que a gente foi efetivo;</p> <p>- Uma das casas quem me ajudou a resolver foi o Seu Inácio;</p>	<p>- Eu acho que a gente atendeu até demais, não que a gente não tenha que ouvir mas eu acho que a gente tinha que ter utilizado o nosso conhecimento e colocado na planta, que aí eu acho que a gente teria mais qualidade talvez;</p> <p>- no programa de necessidades elencamos uma serie de coisas que teria na casa, construímos com os moradores (na verdade a gente já tinha a lista pronta). Eles participaram me contando uma coisa mas que se oferecesse qualquer coisa eles iam dizer que sim;</p>	<p>- eu acho que não chegou a ser participativo porque eles.. a planta no final das contas - por mais que tenha sido construída por eles - não refletiu o desejo e a necessidade de cada um dos moradores;</p> <p>- Eles participaram me contando uma coisa mas que se eu falasse, oferecesse qualquer coisa eles iam dizer que sim. A gente estava em uma posição de dar e eles de receberem.</p>	<p>- Uma das casas quem me ajudou a resolver foi o Seu Inácio e a gente utilizou pra outro morador. Seu Inacio já sabia da casa que ele queria então ele foi me passando o conhecimento técnico também de como resolver estruturalmente aquilo;</p> <p>- então tem conhecimento.. um conhecimento de vida também pra gente entender outra realidade, importante a gente olhar pro outro assim;</p> <p>- Eu acho que a gente atendeu até demais, tinha que ter utilizado o nosso conhecimento pra ter mais qualidade;</p>	<p>- A gente fez um programa de necessidades, nesse programa a gente elencou uma serie de coisas que teria na casa, construiu com os moradores (construiu entre aspas porque a gente já tinha a lista pronta.. a lista quem levou fomos nós e não teve nenhum item extra) .. Eles participaram me contando uma coisa mas que se eu falasse, oferecesse qualquer coisa eles iam dizer que sim. A gente estava em uma posição de dar e eles de receberem.</p>

Síntese da Fala

<p>- Questionamento da real participação dos moradores no processo e do atendimento das suas necessidades;</p> <p>- aproximação foi pouca devido ao processo muito rápido;</p> <p>- ponto positivo: aprendizado que ocorreu nas oficinas- orientação solar, reaproveitamento de materiais, legislações urbanísticas, princípios arquitetônicos, etc;</p>	<p>-Projeto desenhado literalmente pelos moradores (reprodução das maquetes)- o conhecimento técnico dos arquitetos envolvidos não foi utilizado;</p> <p>- arquitetos aprenderam com os moradores técnicas de construção e estratégias adequadas à realidade da comunidade;</p> <p>- tempo curto como condicionante;</p>
--	--

Técnico 2

APROXIMAÇÃO / ENVOLVIMENTO	DIÁLOGO. TROCA. APRENDIZADO	EMPODERAMENTO	PODER DE DECISÃO/ESCOLHA	ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES	INCLUSÃO CONHECIMENTO POPULAR	PROTAGONISMO MORADORES
<p>- A gente não teve um contato tão próximo assim, porque tinha essa intermediação da coordenadora- 4 meses de trabalho e 4 horas por dia é pouquíssimo tempo pra poder se envolver;</p> <p>-na segunda oficina a gente teve que dizer qual ia ser o nosso trabalho. E aí acho que as coisas começaram a melhorar um pouco, os moradores se aproximaram mais da gente;</p> <p>- Mas de todo modo, dois atendimentos.. esse contato com a comunidade foi bem limitado;</p>	<p>- o momento mais forte de acolhimento ou de contato foi durante as maquetes, onde estivemos com um grupo menor, as pessoas podiam te tocar, poderiam chegar pra ti em um cantinho e dizer o que estavam pensando;</p> <p>- No atendimento individual aquelas famílias estavam falando ventilação, insolação, adquiriram um vocabulário porque entenderam a importância. Porque entenderam o funcionamento;</p> <p>- a gente explicou por que afastamentos, que prefeitura poderia abrir a rua, teve entendimento;</p>	<p>- Essas pessoas elas não estão habituadas a falar, a compartilhar.. meu e são pessoas que vão morar juntas no mesmo espaço. Então, por que não. . solidariedade, ajudar o próximo, compreender juntos. “Eu não entendi, pode me explicar?” .. olha o poder disso, sabe?</p> <p>- alguns moradores conseguiram compartilhar muitos momentos juntas nesse processo- criaram uma amizade, uma parceria;</p> <p>- “rompimento dos silêncios” essas pessoas não estão habituadas a falar, a compartilhar.</p>	<p>- “rompimento dos silêncios” essas pessoas não estão habituadas a falar, a compartilhar.</p>	<p>- Teve uma moradora que eu achei sensacional, de fato eu preciso me preocupar com a acessibilidade porque meu irmão é cego;</p> <p>- duas moradoras não estiveram nos protótipos. Eu entendi que a realidade delas era outra, não era daqueles projetos que estavam lá. E eu não me apeguei a metodologia nenhuma;</p> <p>- Então, o que eu entendo é que foi um projeto para cada família de fato;</p>	<p>- o que eu aprendi desse processo foi [...] de fato.. por exemplo .. essas famílias elas constroem sempre seus barracos com madeira, mas eles querem tijolo</p> <p>- a gente entendeu isso, usamos madeira ou tijolo;</p> <p>- haviam moradores que trabalhavam com construção então diziam o que a gente poderia alterar ali;</p> <p>- uma moradora criou uma tecnologia que era uma madeira sobreposta da outra deitada, eu nunca trabalhei com madeira mas atendi porque ela me ensinou;</p>	<p>- uma moradora não queria fazer a casa dela com madeiras em pé porque ela entendeu que envergava muito e entrava muita fresta, então ela criou uma tecnologia que era uma madeira sobreposta da outra deitada, na horizontal. E eu nunca trabalhei com madeira, mas fiz;</p>

Síntese da Fala

- apesar de o contato não ser tão próximo entre técnicos e moradores, houve um atendimento das necessidades de cada família;
- houve aprendizado por parte dos moradores sobre projeto arquitetônico e soluções diversas;
- houve troca de conhecimento e incorporação do saber popular- na tentativa de atender as necessidades específicas das famílias;
- relação entre moradores melhorou, houve identificação e aproximação;
- poder de decisão limitado às opções já postas;

Técnico 3

APROXIMAÇÃO / ENVOLVIMENTO	DIÁLOGO. TROCA. APRENDIZADO	EMPODERAMENTO	PODER DE DECISÃO/ESCOLHA	ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES	INCLUSÃO CONHECIMENTO POPULAR	PROTAGONISMO MORADORES
<ul style="list-style-type: none"> - teve pouca relação, porque é isso, teve essa relação nos sábados quando fazíamos as oficinas mas que também foi durante um mês e meio ou dois. E depois a gente foi lá, claro a gente tava no lugar, conhecia o lugar; - Estar presente ali - ca comunidade nos plantões- acho que foi uma das coisas mais importantes; - eu já trabalhei em outras comunidades e achei que eles foram bem a frente pelo tempo que teve, acho que eles conseguiram se envolver; 	<ul style="list-style-type: none"> - o que eu senti foi que eles conseguiram dizer o que eu to querendo é isso, conseguiram participar mais e falar um pouco mais; - a gente viu que eles estavam entendendo varias coisas; -o que a gente aprendeu assim foi lidar com as dificuldades que as pessoas tinham pra entender o projeto - pensar em outras formas de projetar e mostrar; - Acho que foram bem importantes as oficinas porque a gente conseguiu passar uma ideia inicial do que é arquitetura e quais são as questões importantes; 	<ul style="list-style-type: none"> - 	<ul style="list-style-type: none"> - a gente sempre tentou ouvir o que eles tinham pra falar e ver o que dava pra fazer. Mas como profissional a gente tem que dizer: "isso não tem como; - ninguém sabe direito o que quer e acho que muitas dessas questões passam por um sonho que muitas vezes não é possível realizar. Por exemplo querer uma casa de 5 pavimentos; 	<ul style="list-style-type: none"> - o que eu senti foi que eles conseguiram dizer o que eu to querendo é isso, conseguiram participar mais e falar um pouco mais; - Enfim, ninguém sabe direito o que quer e acho que muitas dessas questões passam por um sonho que muitas vezes não é possível realizar. Mas é a realidade; - Eu acho que a gente sempre tentou ouvir o que eles tinham pra falar e ver o que dava pra fazer Mas ao mesmo tempo, como profissional a gente tem que se posicionar; 	<ul style="list-style-type: none"> - a gente sempre tentou ouvir o que eles tinham pra falar e ver o que dava pra fazer. - 	<ul style="list-style-type: none"> - Eu acho que a gente sempre tentou ouvir o que eles tinham pra falar e ver o que dava pra fazer e o que não dava. Mas ao mesmo tempo acho que como profissional a gente tem que dizer: "isso não dá pra fazer, isso vai ficar ruim, a gente pode pensar outra forma".

Síntese da Fala

- o tempo curto do projeto limitou a aproximação com a comunidade;
- mesmo com o tempo curto a participação dos moradores foi acima da média;
- as oficinas levaram conhecimentos importantes aos moradores;
- os moradores conseguiram expressar aquilo que desejavam e necessitavam para suas casas nas reuniões e oficinas;
- arquitetos precisaram sair da zona de conforto para dialogar a fazer os moradores entenderem o projeto- repensar a representação arquitetônica- desenvolver outras formas de representar e projetar;
- equilíbrio entre aquilo que os moradores querem e necessitam e as melhores soluções técnicas possíveis;

Técnico 4

APROXIMAÇÃO / ENVOLVIMENTO	DIÁLOGO. TROCA. APRENDIZADO	EMPODERAMENTO	PODER DE DECISÃO/ESCOLHA	ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES	INCLUSÃO CONHECIMENTO POPULAR	PROTAGONISMO MORADORES
<p>- a aproximação foi sempre via liderança (comunitária) via prefeitura. Não era direto com famílias. O momento direto com famílias foi a partir das oficinas;</p> <p>- quem tava entendendo o processo, já estava lá dentro, começou a participar. Principalmente com a metodologia que a gente foi montando. [...] de eles já sentirem parte.. “ah eles estão interessados em saber o que eu penso”.. então já começa bem;</p> <p>- a gente ficou meio que fazendo um trabalho social, só que nós não somos assistentes sociais;</p>	<p>- sentiram que “ah eles estão interessados em saber o que eu penso”. eu acho que tu já começa certo. Eles verem o que o outro pensa, começaram a se sentir de alguma forma ouvidos;</p> <p>- só o fato de alguém ter entendido que precisa ter uma ventilação na casa por questão de segurança, saúde, conforto, já é um ganho;</p> <p>- eu nunca tinha trabalhado com madeira. Então pra mim foi um aprendizado isso, que as próprias famílias traziam;</p>	<p>- se a gente leva informação pras pessoas, minimamente munida desse tipo de informação a pessoa pode abrir um raciocínio diferente, uma reflexão mínima nas famílias. E isso eu acho que a gente atendeu;</p> <p>- o fato de existirem tantos parceiros envolvidos em um projeto que já estava tendo uma certa visibilidade fez com que a comunidade tivesse um pouco mais de poder de barganha;</p> <p>- o poder veio como resultado do processo, já tinham projeto das casas, sabiam que tinham outras possibilidades e aí eles pressionaram;</p>	<p>- Porque eu vou impor uma coisa que ela não sabe fazer? Se ela quiser mudar pra alvenaria porque ela acha que é melhor, aí é outra coisa.</p>	<p>- Porque eu vou impor uma coisa que ela não sabe fazer. Se ela quiser mudar pra alvenaria porque ela acha que é melhor, aí é outra coisa. Aí a gente tem que ver como faz, vamos dar um pouco de noção;</p> <p>- quando a gente viu que não ia ter recurso, seria autoconstrução, a gente não poderia impor tecnologia construtiva. As pessoas daquela comunidade detém a técnica, elas conhecem. Elas construíram suas casas de madeira, então partimos do que elas já sabiam. O melhor é partir do conhecimento da pessoa;</p>	<p>- eu nunca tinha trabalhado com madeira. Então pra mim foi um aprendizado isso, que as próprias famílias traziam;</p> <p>- As pessoas daquela comunidade detém a técnica, elas conhecem. Elas construíram as casas delas de madeira, então você parte do que elas já sabem;</p>	<p>- A gente precisava que eles trouxessem essas coisas, parece que reforça quando eles falam. Quando é um colega teu que diz, alguém que ta contigo na luta há cinco anos, alguém que você confia;</p> <p>- Porque eu vou impor uma coisa que ela não sabe fazer? Se ela quiser mudar pra alvenaria porque ela acha que é melhor, aí é outra coisa. Aí a gente tem que ver como faz, vamos dar um pouco de noção.</p>

Síntese da Fala

- Falta de acompanhamento social dificultou o processo- contato, clareza do que estava acontecendo, tempo gasto para fazer contato com moradores;
- A troca foi positiva à medida que os moradores aprenderam e também conseguiram passar seus conhecimentos;
- O conhecimento popular e as características e necessidades específicas foram considerados;
- Houve um empoderamento da comunidade à medida que usaram o conhecimento adquirido para discutir e avançar nas conquistas;
- Mescla do conhecimento técnico com o conhecimento popular para chegar a uma solução adequada;

APÊNDICE C: síntese das entrevistas com os moradores do Assentamento 20 de Novembro

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Morador 12

MORADIA DIGNA	ACESSO À HAB. ACESSO À CIDADE	ADEQ. ÀS ESPECIFICIDADES	MELHORA QUALI. MORADIA	MELHORIA QUALI URBANA	SEGURANÇA POSSE	SÍNTESE DA FALA
<p>- o resultado muito melhor, tem o morar sustentável;</p> <p>- Todos deveriam ter o mesmo direito que eu tenho, o mesmo direito que tu tem. Todos deveriam ter. Se todo mundo tivesse né, seria o básico;</p>	<p>- se não tivesse essa reforma eu já seria a mulher mais feliz desse mundo por ter esse teto;</p> <p>- Por mais que as pessoas me desmoreçam.. “que vão ganhar reforma” .. mas eu, mesmo que não viesse a reforma, é meu teto. Morar no centro é um privilégio né.. é para poucas pessoas;</p> <p>-Pode ninguém dar valor pro nosso prédio lá fora, mas ninguém sabe o que está aqui dentro. O que está aqui dentro é tão lindo;</p>	<p>- o resultado é muito lindo, é um sonho. Que vai se concretizar.. os apartamentos, as plantas, nos ficamos amigos das gurias.. nós fomos pro Vila Flores também.. perguntaram o que nos queríamos e o que não queríamos;</p> <p>- Nós queríamos lavanderia, cozinha, uma sala de pintura, costureira, a ciranda das crianças, a pracinha.. geração de renda;</p> <p>- tem uma parte lá tras que vamos conseguir a nossa cozinha, pra eu e a Dona Lúcia cozinhar;</p>	<p>- o prédio todo estava se preparando pra vir os moradores pra cá. As pessoas estavam se arrumando, construindo, limpando né.. só que eu tinha pressa porque eu ia ficar na rua;</p> <p>- eu fiquei em uma peça com montanhas de calça. Não tinha banheiro, não tinha água, não tinha luz;</p> <p>- o resultado é muito lindo, os apartamentos, as plantas. O resultado muito melhor, tem o morar sustentável;</p>		<p>- se não tivesse essa reforma eu já seria a mulher mais feliz desse mundo por ter esse teto;</p> <p>- mesmo que não viesse a reforma, esse é meu teto;</p>	<p>- criou um vínculo, com a cooperativa, com os moradores, com as arquitetas. “O que seria de nós sem eles?”</p> <p>- importância de conquistar o lugar para morar, independente das condições - destaque para a importância da segurança da posse;</p> <p>- aprendizado e troca construindo junto os objetivos para o local, com um resultado melhor;</p> <p>- destaque para os espaços coletivos;</p>

Morador 13

MORADIA DIGNA	ACESSO À HAB. ACESSO À CIDADE	ADEQ. ÀS ESPECIFICIDADES	MELHORA QUALI. MORADIA	MELHORIA QUALI URBANA	SEGURANÇA POSSE	SÍNTESE DA FALA
<p>- Quando a gente veio pra cá esse lugar era inabitável. Não tinha janela nem porta. Entulho pra todo lado, criação de coelho, codorna, galinha;</p>	<p>- a primeira luta era de ter a posse da terra e da sobrevivência;</p> <p>- a gente quer que esse lugar seja um exemplo de que é possível, de que o pobre não tem que ser jogado pra</p>	<p>-as arquitetas foi uma parte muito legal, começamos a sonhar. Passamos o dia sonhando como queria que fosse a nossa casa;</p> <p>- a gente não sonhava com o apartamento, mas com “como</p>	<p>- Quando a gente veio pra cá esse lugar era inabitável. Não tinha janela nem porta. Entulho pra todo lado, criação de coelho, codorna, galinha;</p>	<p>- a gente não sonhava com o apartamento sabe? Mas com “como a gente queria a vida coletiva” e isso ficou muito forte da vida coletiva;</p>	<p>- foi a primeira coisa que a gente conseguiu, antes do MCMV a gente tinha que ter a posse;</p>	<p>- visão do apoio técnico como um papel fundamental de sonhar junto, inventar junto- atender as necessidades;</p> <p>- luta constante e diferentes objetivos onde a atis pode auxiliar;</p>

-	- periferia como ele é jogado, de que existe uma outra forma de vida;	queríamos a vida coletiva”, isso ficou muito forte; - as gurias tem e tiveram um papel fundamental nisso, do sonho do nosso mundo; - a gente tinha que dizer tudo o que quisesse que tivesse na nossa casa. Fizemos geração de renda, uma loja, espaço de costura [...] menos o apartamento;	-	-	- proximidades das técnicas com os moradores; - o caráter coletivo priorizado, espaços de uso coletivo, área pública; - unidade habitacional individual não é prioridade; - etapas: conquista da terra, MCMV-E e reforma do prério- melhoria da qualidade do ambiente;
---	---	--	---	---	---

Morador 14

MORADIA DIGNA	ACESSO À HAB. ACESSO À CIDADE	ADEQ. ÀS ESPECIFICIDADES	MELHORA QUALI. MORADIA	MELHORIA QUALI URBANA	SEGURANÇA POSSE	SÍNTESE DA FALA
- tudo o que eles colocaram ali pra melhorar a nossa qualidade de vida.. eu acho que tudo agrega [...] Se tem um jeito de a gente melhorar um pouco sobre essas questões, eles vão fazer- por exemplo a questão solar lá pra diminuir os custos e tal; - não tem o que falar, eu acho que a gente evoluiu bastante.. de pensar 7 anos atrás como era e pensar como é agora.. nos evoluímos muito pra melhor.	- eu acho que no momento que tu descobre que tu vai ter um teto pra ti, uma casa onde não vão te tirar, tu já realizou tudo. Eu acho que isso é o nosso maior objetivo. A gente conseguiu a nossa casa; - O que a gente mais sonha é.. voltar assim com a nossa casa prontinha. Ali é sonho realizado da vida; - eu perdi uma casa inteira antes de chegar aqui – quando eu saí da casa que eu tinha eu saí com a roupa do meu corpo;	- sempre acharam interessante chamar os beneficiários, os moradores do prédio pra gente conversar todo mundo junto, fazer um grupo e cada um expor sua ideia.. e eu acho que foi por ai que foi se armando o projeto inteiro; - foi ai que foi falado do espaço cultura, da cozinha comunitária. Sempre teve essa união nessa parte, eles sempre colocaram – bem ou mal – a nossa opinião a joga; - eles foram nos entendendo e colocando em pratica nossos sonhos;	-a gente imagina uma coisa, só que a gente não entende muito dessa parte de arquitetura. Mas acho que na base da conversa, conforme eles foram explicando, eles mostrando como ficaria.. eles foram também nos entendendo e colocando em prática os nossos sonhos. Através delas (arquitetas); - não tem o que falar, eu acho que a gente evoluiu bastante.. de pensar 7 anos atrás como era e pensar como é agora.. nos evoluímos muito pra melhor;		- no dia da entrega do papel, que fizeram a assinatura, “o direito de posse?” .. essa foi uma das grandes conquistas. Foi assim, aliviamos. Depois recebemos a notícia que foi liberada a contratação de obra; -no momento que tu descobre que tu vai ter um teto pra ti, uma casa onde não vão te tirar, tu já realizou tudo;	- destaque para a importância da segurança da posse, de não correr o risco de ser “tirado do seu lugar”; - muito diálogo e conversa durante todo o processo- possibilidade de expor a opinião, desejos e sonhos; - aprendizados à partir do contato com os arquitetos, evolução da luta feita junto; - a coletividade no processo - os espaços e ações coletivas ganham prioridade e destaque- crescimento coletivo;

Morador 15

MORADIA DIGNA	ACESSO À HAB. ACESSO À CIDADE	ADEQ. ÀS ESPECIFICIDADES	MELHORA QUALI. MORADIA	MELHORIA QUALI URBANA	SEGURANÇA POSSE	SÍNTESE DA FALA
<p>- há varias ações de athis que são muito necessárias pra luta;</p> <p>- em relação a essa questão da área técnica.. não era uma assistência técnica meramente burocrática e sim uma assistência técnica de resistência mesmo, de luta;</p> <p>- Para além de fazer um projeto só, discutimos estratégias pra segurar a reintegração de posse;</p>	<p>- o primeiro trabalho técnico serviu pra dar o pontapé inicial do ponto de vista do inicio das conversas com o poder público;</p> <p>- conciliando a questão do MCMV-E, dos projetos complementares que a gente tinha que fazer;</p> <p>- há varias ações de athis que são muito necessárias pra luta;</p> <p>- se tiver a assistência técnica você consegue montar propostas mais contundentes e mais reais pra fazer uma discussão;</p>	<p>- o projeto é das 40 famílias. Então elas contratam, elas definem como vão fazer;</p> <p>- trabalhar para além da questão só da unidade do apartamento;</p> <p>- a gente teve um momento de conversar sobre as expectativas do movimento (MNLN) em relação a área técnica, não era uma assistência técnica meramente burocrática e de resistência mesmo, de luta;</p> <p>- foi importante ter redução de gastos de luz nos espaços de produção pra que possamos gerar economia;</p>	<p>- trabalhar para além da questão só da unidade do apartamento, além só do espaço físico do morar.. mas agregando nesse espaço físico os itens de qualidade de vida que vão além das paredes só;</p> <p>- A gente pôde fazer com maior qualidade, fazer mais estudos, tiveram alguns muito legais. Conhecemos outras experiências, tecnologias, luminosidade, climatização, iluminação.. quer dizer, aprendizado massa assim;</p>	<p>- trabalhar para além da questão só da unidade do apartamento, além só do espaço físico do morar.. mas agregando nesse espaço físico os itens de qualidade de vida que vão além das paredes só;</p> <p>- a assistência técnica ela precisa compreender o seu papel também enquanto controle social, porque ela pode sim auxiliar nessa mediação, de ter muito claro para as pessoas até onde é o limite res- peitando as diretrizes urbanísticas e tal;</p>	<p>- o primeiro trabalho técnico serviu pra dar o pontapé inicial do ponto de vista do inicio das conversas com o poder público;</p> <p>- a assistência técnica como forma de mediação de conflito. Para além de fazer um projeto, pra segurar a reintegração de posse por exemplo, se tiver a assistência técnica você consegue montar propostas mais contundentes e mais reais pra fazer uma discussão com quem está do outro lado querendo questionar;</p>	<p>- destaque para o processo como um todo, a luta do movimento social pela moradia de modo geral - diversas etapas onde a athis pode auxiliar de diferentes maneiras;</p> <p>- possibilitou pensar o espaço com maior qualidade a partir dos princípios coletivos;</p> <p>- através da athis os objetivos, princípios e intenções do coletivo foram materializados em espaços e projeto;</p>

Morador 16

MORADIA DIGNA	ACESSO À HAB. ACESSO À CIDADE	ADEQ. ÀS ESPECIFICIDADES	MELHORA QUALI. MORADIA	MELHORIA QUALI URBANA	SEGURANÇA POSSE	SÍNTESE DA FALA
<ul style="list-style-type: none"> - proposta de ocupar um imóvel vazio no centro da cidade e construir um lugar que fosse moradia; - Foi uma conquista bem grande também porque vivia todo mundo muito precário; - as famílias seriam removidas do local anterior, apresentamos o prédio em questão. Foi feito um primeiro projeto, onde se demonstrava que era viável um prédio que foi projetado para ser um hospital de moradia, um prédio residencial; - o pessoal fez esse primeiro desenho do prédio, que era para dizer que era viável o uso do local para moradia - com laudo estrutural; - esse projeto é o que a gente defende enquanto política pública de habitação; - a athis consegue contribuir muito nesse processo de luta, no nosso caso; 	<ul style="list-style-type: none"> - proposta de ocupar um imóvel vazio no centro da cidade e construir um lugar que fosse moradia: um primeiro projeto foi feito, onde se demonstrava que era viável um prédio que foi projetado para ser um hospital se tornar um prédio residencial; - primeiro desenho do prédio, que era uma coisa muito mais no sentido de dizer que era viável mas não necessariamente se enquadrava dentro de um programa; - acho que a gente tem conseguido avançar bastante nessa luta da habitação popular. A nova geração de arquitetos e urbanistas com uma outra visão mais voltada pra construção da cidade como um todo; - laudo estrutural, ambiental, topográfico. Depois na Caixa tem a fase 1 que é elaboração de projetos e aprovação, assistência técnica pura. E a segunda fase é obra; 	<ul style="list-style-type: none"> - esse projeto sempre foi idealizado nas ideias, nos sonhos, nas vontades, nas coisas que a gente acredita. Mas agora colocar isso no papel e deixar viável, foi o trabalho que agente desafiou o pessoal da arquitetura pra fazer; - enquadrar dentro de todas as regras e ao mesmo tempo contemplar a necessidade das famílias, é uma coisa bem complexa, tanto que saíram 40 projetos diferentes de apartamentos; - mesmo as questões mais alternativas, as vezes existem métodos mais baratos do que o convencional e as pessoas não fazem porque não conhecem; - nos pensamos varias coisas: os mezaninos nos quartos para aumentar o espaço, os mobiliários fixos, muita coisa reaproveitada. Pensando a longo prazo, daqui a dez anos tudo tem que estar no mesmo lugar; 	<ul style="list-style-type: none"> - Foi uma conquista bem grande também porque vivia todo mundo muito precário; - a possibilidade do edital do CAU, possibilitou resgatar a questão da sustentabilidade ambiental que era algo que a gente tinha muito e que a gente não tinha por onde fazer; - as pessoas vem de uma realidade que é irregular.. de um barraco não paga nada. As vezes tem um cavalo, tem um carrinho de reciclagem; - as vezes existem métodos mais baratos do que o convencional e as pessoas não fazem porque não conhecem; - as pessoas vem de uma realidade que é irregular.. de um barraco não paga nada - pensar a durabilidade e sustentabilidade do local; - é um projeto que tem toda uma qualidade técnica muito grande, de trazer inovações e ao mesmo tempo essa coisa do histórico. É um prédio maravilhoso, um privilégio do caramba; 	<ul style="list-style-type: none"> - [...] esse lance que pra mim foi a maior sacada de todas, de tirar o corredor interno do prédio no térreo e abrir as portas pra fora.. esse lance da fachada ativa; - Então é um modelo do que a gente defende: é moradia, região central, bem localizado, próximo de tudo, que tenha geração de renda, que tenha a ciranda, espaço cultura, pracinha, biblioteca, horta; - a discussão do espaço público, essa proposta de retirar os muros e o pátio se tornar um pátio público, pracinha pública, espaço cultural. Acho que a ideia desse projeto luminoso também é muito lindo; - eu deixo essa rua no escuro, eu deixo de descer aqui do lado.. aí pensa, como um prédio pode mudar todo; 	<ul style="list-style-type: none"> - primeiro desenho do prédio, que era uma coisa muito mais no sentido de dizer que era viável mas não necessariamente se enquadrava dentro de um programa; 	<ul style="list-style-type: none"> - assistência técnica prestando apoio em diferentes fases - auxiliando na luta para a conquista da moradia; - athis importante na materialização dos desejos do coletivo - materialização dos princípios e intenções; - melhoria da qualidade de vida - moradia e localização; - considera a realidade das pessoas na proposta - adequação à realidade; - projeto adequado aos princípios do coletivo, pensando de maneira ampla moradia, sustentabilidade econômica e social; - adequação do projeto para a realidade econômica (famílias de baixa renda morando no centro) - estratégias alternativas de economia e sustentabilidade; - o projeto proporciona uma melhoria do entorno urbano;

PARTICIPAÇÃO

Morador 12

APROXIMAÇÃO / ENVOLVIMENTO	DIÁLOGO. TROCA. APRENDIZADO	EMPODERAMENTO	PODER DE DECISÃO/ESCOLHA	ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES	INCLUSÃO CONHECIMENTO POPULAR	PROTAGONISMO MORADORES
<p>- Não tem assim palavras, é uma família. Se criou um vínculo, com a cooperativa, com os moradores, com as arquitetas, os engenheiros, tudo.. uma parceria;</p> <p>- a luta fica mais fácil com essas pessoas que vão auxiliando, o que seria de nós sem eles;</p>	<p>- Elas vinham aqui mostravam as plantas pra nós, nós enlouquecíamos lá embaixo, foi muito lindo, de nós chorar.. de cada um contar a sua historia, é uma história verdadeira das nossas vidas;</p> <p>- Eu não entendo muito, mas eu vou lá na reunião, fico quietinha e, de tanto eles explicam muito.. mesmo eu que não tenho estudo, não tem como não entender;</p> <p>- eu to aprendendo muito com todas as reuniões.. com as confraternizações que nós temos, tudo isso;</p>	<p>- Eu sou membro da cooperativa não sou da diretoria, mas ano que vem eu vou voltar a estudar;</p> <p>- Nós queríamos lavanderia, uma cozinha, uma ala pra isso. Pra montar uma sala de pintura, costureira.. geração de renda. Vamos conseguir a nossa cozinha pra eu e a Dona Lúcia cozinhar. Eu amo cozinhar. A Tati era nossa costureira, agora a Dona Lucia.. ela é artesã;</p>	<p>- o resultado é muito lindo, é um sonho. Que vai se concretizar.. os apartamentos, as plantas, nos ficamos amigos das gurias.. nós fomos pro Vila Flores também.. perguntaram o que nos queríamos e o que não queríamos;</p> <p>- Vamos conseguir a nossa cozinha pra eu e a Dona Lúcia cozinhar;</p>	<p>- as gurias (arquitetas) perguntaram o que nos queríamos e o que não queríamos;</p> <p>- Nós queríamos lavanderia, uma cozinha, uma ala só .. pra montar uma sala de pintura, costureira, a ciranda das crianças, a pracinha.. geração de renda;</p> <p>- Vamos conseguir a nossa cozinha pra eu e a Dona Lúcia cozinhar;</p>	<p>- perguntaram o que nos queríamos e o que não queríamos. Nós queríamos lavanderia, uma cozinha, uma ala pra montar uma sala de pintura, costura.. geração de renda.</p>	<p>- nós fomos pro Vila Flores também.. perguntaram o que nós queríamos e o que não queríamos;</p>

Síntese da Fala

- construção conjunta à partir de objetivos do coletivo e conhecimento técnico das arquitetas: materialização coletiva;
- novos conhecimentos, aprendizados a partir das reuniões coletivas;
- identifica-se um empoderamento no sentido de aumento da autoestima ao aprenderem coisas no processo e vislumbrarem novas possibilidades de atividades, trabalho no local;
- valorização da opinião e dos desejos dos moradores para o local;
- "a luta fica mais fácil com essas pessoas nos auxiliando";
- proximidade identificada entre técnicos e moradores- troca durante o processo;
- empolgação e encorajamento com o processo;

Morador 13

APROXIMAÇÃO / ENVOLVIMENTO	DIÁLOGO. TROCA. APRENDIZADO	EMPODERAMENTO	PODER DE DECISÃO/ESCOLHA	ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES	INCLUSÃO CONHECIMENTO POPULAR	PROTAGONISMO MORADORES
<p>- passamos o dia no vila flores sonhando como a gente queria que fosse a nossa casa. Ai a gente já tem uma relação, já criou um vínculo.. já nesse espirito comunidade;</p> <p>- As pessoas que entram aqui pra dentro elas são abduzidas e pra quem está lá fora é assustador;</p> <p>- elas (arquitetas) sonharam junto, inventaram junto, tiveram um papel fundamental. Eu não consigo ver elas como alguém que a gente contratou pra fazer um projeto;</p>	<p>- a gente tinha que dizer tudo o que a gente quisesse que tivesse na nossa casa;</p> <p>- a partir dali eu acho que a gente começou a sonhar junto, quem foi pra lá começou a sonhar junto e as gurias tem, tiveram um papel fundamental nisso, nisso do sonho de um novo mundo, do nosso mundo;</p> <p>- todas as parcerias que a gente tem não é pela grana que elas ganham, é muito mais do que isso. é como se eles fizessem parte do sonho;</p>	<p>- as mulheres que foram lá (no vila flores) que é tipo a Mara assim.. essas mulheres elas realmente começaram a ter mais esse sonho;</p> <p>- desde que a gente começou a ideia é a gente começou a se reunir, incluir as pessoas, fazer com que elas se sintam fortes, juntas;</p> <p>elas estão conseguindo, com perspectiva de futuro;</p>	<p>- a gente tinha que dizer tudo o que a gente quisesse que tivesse na nossa casa;</p>	<p>- quando nós fomos pro Vila flores, eu lembro como se fosse hoje, a gente tinha que dizer tudo o que a gente quisesse que tivesse na nossa casa... Guria.. a gente fez geração de renda, a gente tinha uma loja, tinha um espaço pras meninas que costuravam, tinha um espaço para o pessoal que vinha de fora pra lutar poder dormir, um refeitório, um alojamento, praça, salão de festas;</p>	<p>-</p>	<p>- a gente não sonhava com o apartamento sabe? Mas com “como a gente queria a vida coletiva” e isso ficou muito forte da vida coletiva;</p> <p>- o que a gente quer desse lugar é seja um exemplo de que é possível, de que existe uma outra forma de vida. Então esse é um projeto que é pra ser um projeto piloto.. até pra que a gente consiga provar pro governo de que é possível;</p>

Síntese da Fala

- os desejos e especificidades foram ouvidos e considerados no planejamento e projetos;
- houve sempre o esforço de envolver as pessoas e construir coletivamente;
- houve grande aproximação entre técnicos e moradores;
- arquitetas consideradas parte do processo como iguais, não meramente profissionais contratados- construção conjunta: moradores + técnicos. Importância da proximidade e envolvimento;
- a participação no processo- nas reuniões, discussões e demais atividades- empoderou os moradores, principalmente as mulheres que ganharam espaço para manifestar seus desejos e começaram a pensar no futuro de maneira mais otimista;
- destaque para a dimensão coletiva sobre a individual nos objetivos do projeto;

Morador 14

APROXIMAÇÃO / ENVOLVIMENTO	DIÁLOGO. TROCA. APRENDIZADO	EMPODERAMENTO	PODER DE DECISÃO/ESCOLHA	ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES	INCLUSÃO CONHECIMENTO POPULAR	PROTAGONISMO MORADORES
<p>- quando as meninas da arquitetura vieram, foi ai que foi falado do espaço cultura, da cozinha comunitária. Sempre teve essa união nessa parte, eles sempre colocaram – bem ou mal – a nossa opinião a jogo. Sempre nos chamaram, a gente todo mundo junto se reuniu e assim foi indo aos poucos o projetos;</p> <p>- na base da conversa, conquistando a confiança. Fazendo junto. Assim a gente foi acreditando e confiando e foi aí que começamos a nos reunir;</p>	<p>- eles sempre acharam interessante chamar os beneficiários, os moradores do prédio pra gente conversar todo mundo junto, fazer um grupo e cada um expor sua ideia;</p> <p>- a gente imagina uma coisa, só que a gente não entende muito. Mas na base da conversa eles foram nos entendendo e botando em pratica o nosso sonho. Através delas assim;</p> <p>- aprendi a coletividade</p> <p>- todos juntos a gente evoluiu bastante;</p>	<p>- Sobre participação na athis o presidente da cooperativa me disse: "Na verdade não é tu que veio aprender com eles, são eles que vem aprender contigo"</p> <p>- e essas pessoas eles te escutam e vêem a minha realidade como importante, coisa que muita gente não vê;</p> <p>e a gente se sente muito bem com isso. pessoas que querem nos ajudar e fazer acontecer;</p> <p>-</p>	<p>- Eu acho que mudou um pouco a planta como ia ser e depois como ficou, acho que eles mudaram um pouco;</p> <p>- eles sempre colocaram – bem ou mal – a nossa opinião a jogo. Sempre nos chamaram, a gente todo mundo junto se reuniu e assim foi indo aos poucos o projetos;</p>	<p>- chamaram os moradores do prédio pra gente conversar e cada um expor sua ideia, a partir disso se armou o projeto inteiro;</p> <p>"Eu acho que mudou um pouco a planta como ia ser e depois como foi, acho que eles mudaram um pouco.. e pra mim tá ótimo, lindo maravilhoso";</p>	<p>-</p>	<p>- eles sempre colocaram – bem ou mal – a nossa opinião a jogo. Sempre nos chamaram, a gente todo mundo junto se reuniu e assim foi indo aos poucos o projetos;</p> <p>- eu não conhecia nada, mas tudo o que eles colocaram ali pra melhorar a nossa qualidade de vida.. eu acho que tudo agrega.. eu não tenho nem o que falar porque tudo sempre a gente está de acordo com a diretoria da cooperativa - Obviamente, que eles sempre passaram pra nós;</p>

Síntese da Fala

- opinião dos moradores sempre foi consultadas em todas as situações;
- a partir do diálogo é possível materializar os desejos dos moradores em forma de projeto;
- destaque para o aspecto coletivo: " a gente todo mundo junto se reuniu e assim foi indo aos poucos o projetos";
- para conseguir o envolvimento das pessoas é necessário criar confiança;
- a partir da participação ocorreu o reconhecimento de qualidades e possibilidades individuais- reconhecimento de que a experiência de vida é importante e pode ajudar a construir;
- a partir de conversas com moradores que surgiu o projeto;
- moradores são "consultados", mas a decisão final é tomada pela direção da cooperativa juntamente com os técnicos;

Morador 15

APROXIMAÇÃO / ENVOLVIMENTO	DIÁLOGO, TROCA, APRENDIZADO	EMPODERAMENTO	PODER DE DECISÃO/ESCOLHA	ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES	INCLUSÃO CONHECIMENTO POPULAR	PROTAGONISMO MORADORES
<p>- buscar parcerias principalmente focadas na área de arquitetura;</p> <p>- a gente queria dialogar com um escritório mais afinado politicamente com a gente - que "estivesse junto" e topasse aceitar a opinião da galera pra gente poder produzir;</p> <p>- se tu tá indo pro local tu não tem que respeitar o protagonismo da comunidade, tu tem que fazer parte do protagonismo da comunidade;</p> <p>- nas assembleias começa o processo de interação, de troca, de envolvimento das famílias;</p> <p>- a gente tem um controle muito rígido com isso, quando tem assembleias a gente, obrigatoriamente, puxa bastante a galera para estar presente - "isso é uma das coisas.. de forçar essa questão da participação";</p>	<p>- o projeto da 20 não podia ser de autoria de um único pensamento, mas de um coletivo;</p> <p>- Eu acho que isso foi um aprendizado muito massa assim nos últimos períodos. De se descobrir vários ambientes de atuação da assistência técnica que são extremamente importantes;</p> <p>- é uma relação de aprendizado duríssima, eu acho que é duro mesmo.. nós recuar de algumas coisas e a galera (arquitetos) recuar de outras. Compreender as responsabilidades técnica das coisas também, os efeitos;</p> <p>- o aprendizado que tu pega quando tu começa a perceber que algumas coisas não são possíveis em função de que isso vai prejudicar a outra pessoa ou aquela pessoa que tá junto contigo;</p>	<p>- se tiver a assistência técnica você consegue montar propostas mais contundentes e mais reais pra fazer uma discussão, inclusive com o próprio judiciário, com quem está do outro lado querendo questionar. Qualifica o debate da discussão da disputa da terra, então é fundamental;</p> <p>- o papel da assistência técnica na luta eu vejo nesse sentido: de ser propositivo. para além de questionar tem que trazer junto elementos de proposta. E isso tu só traz com a galera que consegue compreender e consegue estar junto;</p>	<p>- o benefício é para as famílias. Então elas contratam, elas definem como vão fazer;</p> <p>- nas assembleias começa o processo de interação, de troca, de envolvimento das famílias. E aí depois reúne, discute, faz algumas reuniões pontuais com grupos menores e depois leva pra assembleia, onde tu apresenta, delibera, volta de novo e segue nesse sentido;</p>	<p>- o grande desafio de trabalhar para além da unidade, do apartamento, para além do espaço físico do morar. Mas agregando nesse espaço físico os itens de qualidade de vida que vão além das paredes;</p> <p>- foi pra além também só do prédio, era entender toda a ideia de funcionamento da cooperativa, quais os seus eixos, suas atuações, qual era a prioridade nesse momento de organizar;</p> <p>- a gente chegou a avaliação que pra nós é importante ter redução de gasto nos espaços de produção pra que a galera possa gerar essa economia e a partir da sua economia ela poder pagar seus custos domésticos - " nós que defendemos a coletividade";</p>	<p>- tem que se colocar para participar e fazer. Construir junto, pegar o seu Pedro, o Seu Joaozinho que já fez mil coisas na vida e sabe como fazer na prática e aprimorar a tua capacidade do que tu aprendeu na academia.. e daquilo ali tu construir as facilidades pras coisas funcionarem mais rápido e com maior eficácia;</p> <p>- ai tu percebe nitidamente a agregação do elemento acadêmico com o elemento do saber empírico, do saber popular;</p>	<p>- até porque no nosso modo de ver o projeto não era de uma pessoa, o projeto era das famílias, porque o benefício é para as famílias. Então elas contratam, elas definem como vão fazer;</p> <p>-se tu tá indo pro local tu não tem que respeitar o protagonismo da comunidade, tu tem que fazer parte do protagonismo da comunidade;</p> <p>- nas assembleias começa o processo de interação, de troca, de envolvimento das famílias;</p> <p>- a gente tem uma dinâmica que é: a gente monta uma proposta no grupo menor, a comissão de obras e os técnicos, depois a gente leva pra assembleia pra ver se tem consenso ou se tem que mudar alguma coisa.. a gente apresenta as divergências que se teve e os avanços que se teve</p>

- Os momentos que a gente teve de troca pra galera conhecer outras experiências, outras formas. Essa questão de tecnologia, luminosidade, climatização, iluminação.. quer dizer.. aprendizado massa assim;	-	-	-	-	nos debates dos pequenos grupos - " ver se as famílias daqui a pouco tem uma outra ideia de seguir outro caminho. Então existem essas duas mãos pra tentar dar agilidade";
--	---	---	---	---	--

Síntese da Fala

- protagonismo da comunidade em sua organização: diretoria, famílias beneficiadas - as famílias sempre tem o poder de decisão e escolha dentro das limitações e possibilidades;	- técnicos com liberdade de proposição mas limitados pelas decisões da comunidade- poder de decisão das famílias;
- caráter coletivo, de construção da proposta, envolvendo famílias beneficiadas, diretoria da cooperativa e técnicos- discussões de igual pra igual agregando todos os conhecimentos;	- importância da troca de conhecimentos entre técnicos e comunidade para avançar nos objetivos;
- conhecimento da comunidade, da luta e vivência, somado ao conhecimento técnico dos arquitetos;	- adequação dos projetos às necessidades da comunidade- priorização do caráter coletivo, espaços de trabalho, etc;
	- trabalhar junto e não "para". Necessidade dos técnicos se envolverem, "estarem junto";

Morador 16

APROXIMAÇÃO / ENVOLVIMENTO	DIÁLOGO. TROCA. APRENDIZADO	EMPODERAMENTO	PODER DE DECISÃO/ESCOLHA	ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES	INCLUSÃO CONHECIMENTO POPULAR	PROTAGONISMO MORADORES
- Acho que pra um projeto como esse tem que ser pessoas que pensam em um ideal, que tenha uma sintonia de ideias, uma proposta parecida, uma compreensão de mundo parecida;	- para além de pensar tudo o que se queria dentro da estrutura, as gurias tiveram o cuidado de nos formar nessa área: ensinar a ler uma planta, a usar trena a laser, escala.. todo um cuidado de a galera poder chegar com a planta na mão e entender o que é esse desenho maluco;	- aprendemos a ler uma planta, a usar trena a laser, escala.. todo um cuidado galera poder chegar com a planta na mão e entender o que é esse desenho maluco;	- a primeira etapa do diagnóstico, com um professor que veio e nos apresentou quais eram as possibilidades e estratégias de sustentabilidade possíveis aqui dentro. E aí a gente optou por algumas;	- aqui nós pensamos varias coisas.. a historia dos mezaninos, mobiliários fixos porque precisava ser durável;	- tem pessoas aqui que já trabalham na área da construção civil- a ideia é a própria galera que é associado à cooperativa trabalhar na obra- É muito legal envolver as próprias pessoas;	- esse projeto sempre foi idealizado nesse formato que ele foi desenhado agora pelas arquitetas. Ele era muito idealizado nas ideias, nos sonhos , nas vontades, nas coisas que a gente acredita;
- E a galera pega junto, sonha junto e se emociona junto.. então é um processo bem legal de crescimento pra caramba;	- A gente teve no final do ano passado o curso com as mulheres da Mulher em Construção.. então a gente ir se qualificando pra própria galera que vai ser beneficiário, que é	- A gente teve no final do ano passado o curso com as mulheres da Mulher em Construção.. então a gente ir se qualificando pra própria galera que vai ser beneficiário, que é	- é um modelo do que a gente defende: é moradia que tenha geração de renda,a questão ambiental, ciranda, espaço cultura, pracinha, biblioteca, horta;	- Se tinha uma proposta de ocupar um imóvel vazio no centro da cidade e construir um lugar que fosse moradia, que tivesse espaço de trabalho, que tivesse espaço de formação, que tivesse ciranda.. geração de renda, questão ambiental e cultural;		- aí essa questão do planejamento participativo.. aí então a gente fez o primeiro contato.. colocamos na internet e tal.. quem puder, quem tiver interesse a gente

<ul style="list-style-type: none"> - A gente teve no final do ano passado o curso com as mulheres da Mulher em Construção.. então a gente ir se qualificando; - a sintonia com a equipe, com a assistência técnica.. elas poderiam dizer “ah, isso ai não dá”, ser mais mente fechada; - essa questão do aprendizado, teve vários momentos de troca, de oficina; 	<p>associado à cooperativa, trabalhar na obra;</p>	<ul style="list-style-type: none"> - o planejamento participativo que aí foi aquilo que a gente diz né, uma enxurrada de ideias, enchemos a parede do Vila Flores com tudo o que a gente gostaria que tivesse no prédio- E aí foi o ponto de partida de iniciar o projeto assim; 	<ul style="list-style-type: none"> - contemplar a necessidade das famílias é uma coisa bem complexa, tanto que saíram 40 projetos diferentes de apartamentos; - quando a gente pensa: vamos produzir energia solar.. a gente está pensando que vai reduzir custo de luz- pensando que são famílias de baixa renda; 	<ul style="list-style-type: none"> quer pensar uma proposta; - o que a gente tá defendendo é a administração direta onde a cooperativa faz esse processo, a nossa ideia é nós contratar a mão de obra. Poder contratar os próprios associados da cooperativa;
---	--	---	--	---

Síntese da Fala

- necessária a sintonia de ideias e orientação entre moradores e técnicos- o que ocorreu durante todo o processo;
- aprendizados e trocas relacionados a questões projetuais e arquitetônicas - essenciais para a participação- as pessoas participam quando há compreensão;
- técnicos acessíveis, abertos à troca;
- aprender e se qualificar gera um empoderamento e possibilidade de contribuir;
- iniciativas sempre foram dos moradores, em participar, objetivos e princípios do projeto;
- todas as decisões foram tomadas por moradores- os técnicos no papel de apresentar as possibilidades- grande protagonismo e poder de decisão dos moradores;
- os princípios do movimento, das famílias e do coletivo foram considerados nas propostas;
- inclusão do conhecimento dos moradores;
- moradores- representados pela diretoria da cooperativa- com poder de decisão e administração em todo o processo;

APÊNDICE D: síntese das entrevistas com os técnicos do Assentamento 20 de Novembro

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Técnico 5

MORADIA DIGNA	ACESSO À HAB. ACESSO À CIDADE	ADEQ. ÀS ESPECIFICIDADES	MELHORA QUALI. MORADIA	MELHORIA QUALI URBANA	SEGURANÇA POSSE	SÍNTESE DA FALA
<p>-estudo pra dizer que aquele prédio comportaria 40 unidades;</p> <p>-“promoção de justiça nas cidades” - todo esse trabalho que a 20 de novembro usou antes de chegar na Barros Cassal;</p> <p>-contra-projetos contra as ações judiciais de despejo;</p>	<p>-assist. técnica realizada para a luta, contra ações judiciais, reintegrações de posse e despejo;</p> <p>- estudo arq. para conseguir acesso aos programas habitacionais;</p> <p>-“promoção de justiça nas cidades” mas era todo esse trabalho que a 20 de novembro usou antes de chegar na Barros Cassal - de várias ocupações e despejos;</p>	<p>-sentávamos todos em cima de todos os apartamentos. Todos em cima do projeto como um todo, não individualmente. Isso fortalece o coletivo;</p> <p>-projeto participativo, as famílias discutem mas, eles não discutiram o apartamento;</p>	<p>- Teve uma concepção de projeto, de fluxo, mudou a disposição;</p>	<p>-abrir o edifício pra rua (solução aplicada no projeto);</p> <p>-tirar as grades da rua “princípio coletivo” (solução aplicada no projeto);</p> <p>-não fazer estacionamento na frente, deixar área de convivência (solução aplicada no projeto);</p>	<p>-assist. técnica realizada para a luta, contra ações judiciais, reintegrações de posse e despejo;</p> <p>--“promoção de justiça nas cidades” mas era todo esse trabalho que a 20 de novembro usou antes de chegar na Barros Cassal - de várias ocupações e despejos;</p>	<p>-caráter coletivo, priorizando o contexto coletivo do projeto: objetivos do grupo. Unidades habitacionais individuais em segundo plano;</p> <p>-ganha evidência a assistência técnica como instrumento de luta, com seu argumento técnico para evitar os despejos, reintegrações de posse, para comprovar possibilidades de uso, etc;</p> <p>-atris como possibilidade de olhar para a cidade real e despertar para o papel do arquiteto na sociedade;</p>

PARTICIPAÇÃO

Técnico 5

APROXIMAÇÃO / ENVOLVIMENTO	DIÁLOGO. TROCA. APRENDIZADO	EMPODERAMENTO	PODER DE DECISÃO/ESCOLHA	ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES	INCLUSÃO CONHECIMENTO POPULAR	PROTAGONISMO MORADORES
<p>-é muito difícil tu não se envolver, eu sou envolvida desde antes do escritório;</p> <p>-se tu não estabelece uma relação com eles que é além da técnica, tu não consegue acessar - principalmente se é um movimento organizado - porque eles não são horizontais, eles são verticais;</p>	<p>-eles tem um domínio de causa. Se existe política habitacional.. essa galera toda estava lá ajudando a construir. Então tu não pode nunca ultrapassar esse limite, é uma troca;</p> <p>-eles propõem atividades que a gente tem que estar. Mas a gente também propõem;</p> <p>-Quando a questão é do projeto arquitetônico, eles falam, a gente contrapõem tecnicamente;</p> <p>-fizemos a construção técnica a partir de uma orientação política. Então é uma troca mas tem que ter muito alinhamento;</p>	<p>-fizemos a construção técnica juntos, a partir de uma orientação política;</p>	<p>-a gestão é deles então ou eles tem os técnicos ou se a gente quiser inserir um técnico a gente tem que passar por eles;</p> <p>-uma questão é quando se trata do projeto arquitetônico a gente argumenta tecnicamente. Quando não é uma decisão só técnica, eles que decidem, a cooperativa que decide;</p>	<p>-naquele prédio a gente teve que colocar 40 apartamentos, ficaram pequenos, não é um apartamento de tamanho maravilhoso. A gente teve que trabalhar com sala e cozinha compartilhada, bancada e tal porque não teve jeito. Eles não queriam. Mas não dava, não entrava;</p>	<p>-Ali no escritório a gente domina a arquitetura, a técnica.. e eles dominam a construção da política;</p> <p>-eles tem um domínio de causa - da política habitacional, ajudaram a construir;</p> <p>-fizemos a construção técnica a partir de uma orientação política;</p>	<p>-a gestão é deles então ou eles tem os técnicos ou se a gente quiser inserir um técnico a gente tem que passar por eles;</p> <p>-Se a gente propõem, a gente não propõem para a comunidade, a gente propõem para a direção da cooperativa e a direção faz o gerenciamento da atividade. A gente vira uma parte da atividade, não somos nós que propomos;</p>

Síntese da Fala

-aproximação e envolvimento com a realidade é fundamental, estabelecer uma relação além da técnica;

-movimento organizado tem domínio político da causa, a assistência técnica entra como complementar na luta já estabelecida;

-as decisões tomadas pelos técnicos são àquelas que tem justificativa técnica;

-os moradores (na figura de seus representantes) tem total poder de decisão sobre todas as etapas do processo;

- a troca e o aprendizado são constantes para conseguir alinhar técnica aos objetivos da comunidade;

-a construção técnica é feita a partir dos princípios do movimento/comunidade;